



DAC



RELATÓRIOS DE ATIVIDADE



DAS COMISSÕES PARLAMENTARES

XII Legislatura – 1.^a Sessão Legislativa

ÍNDICE GERAL



XII Legislatura – 1.ª Sessão Legislativaⁱ

	<i>Pág.</i>
1ª Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (<i>Relatório preliminar – versão de 19 de julho de 2012</i>)	1-59
2ª Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas..... (<i>Relatório preliminar – versão a aprovar no final da sessão legislativa</i>)	60-87
3ª Comissão de Defesa Nacional (<i>Relatório preliminar – versão a aprovar no final da sessão legislativa</i>)	88-107
4ª Comissão de Assuntos Europeus (<i>Relatório preliminar – versão de 18 de julho, a aprovar na reunião de 18 de setembro</i>)	108-133
5ª Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (<i>Relatório aprovado na reunião de 18 de julho</i>)	134-155
6ª Comissão de Economia e Obras Públicas (<i>Relatório preliminar – versão de 19 de julho, a aprovar na reunião de 25 de julho</i>)	156-167
7ª Comissão de Agricultura e Mar (<i>Relatório preliminar – versão de 20 de julho, a aprovar no final da sessão legislativa</i>)	168-200
8ª Comissão de Educação, Ciência e Cultura (<i>Relatório preliminar – versão de 19 de julho, a aprovar na reunião de 24 de julho</i>)	201-213
9ª Comissão de Saúde (<i>Relatório aprovado na reunião de 18 de julho</i>)	214-248
10ª Comissão de Segurança Social e Trabalho (<i>Relatório preliminar – versão a aprovar no final da sessão legislativa</i>)	249-272
11ª Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (<i>Relatório aprovado na reunião de 24 de julho</i>)	273-304
12ª Comissão para a Ética, a Cidadania e Comunicação (<i>Relatório aprovado na reunião de 18 de julho</i>)	305-333
13ª Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (<i>Relatório aprovado na reunião de 17 de julho</i>)	334-340

ⁱ Os relatórios aprovados serão objeto de atualizações até à conclusão da 1.ª SL.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ÍNDICE

1. Introdução
2. Reuniões
3. Organização Interna
4. Iniciativas legislativas
5. Iniciativas europeias
6. Outros pareceres/relatórios
7. Petições
8. Audições
9. Audiências
10. Eventos
11. Deslocações/ Representações
12. Requerimentos dos GP
13. Outras actividades

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

1. Introdução

Estando a terminar a 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura cabe, nos termos regimentais, fazer um relatório da actividade desenvolvida pela [Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias](#), quer no seu pleno, quer em grupos de trabalho, quer através da sua Subcomissão de Igualdade.

A 1.^a Sessão Legislativa foi um período de extensos debates nas áreas da [competência](#) da Comissão, suscitados quer pela atividade de fiscalização política e do cumprimento da Constituição, quer pela apresentação das várias iniciativas legislativas de cuja apreciação a Comissão foi incumbida e que deram origem à aprovação de Leis da Assembleia da República em matérias de que se destacam a alteração do Código Penal na parte relativa aos crimes contra a natureza e o ambiente; a transferência de competências dos Governos Cívicos para outras entidades da Administração Pública; a criação de equipas extraordinárias de juizes tributários; a arbitragem voluntária; a alteração do Regulamento das custas processuais; a alteração do regime da utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos; a alteração do Código de Insolvência e Recuperação de Empresas; a alteração do Regime Jurídico do estado de Sítio e do estado de emergência; a Lei-quadro das Fundações; a alteração da Lei da Imigração; a alteração do regime jurídico da iniciativa legislativa de cidadãos; a alteração do regime de protecção de dados nas comunicações eletrónicas e a definição dos meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos.

Foram ainda debatidas e aprovadas na generalidade, no final da sessão, iniciativas legislativas que promovem alterações dos Códigos Penal e de Processo Penal e do Código de Execução de Penas, bem como de criação do Tribunal Arbitral do Desporto.

Das iniciativas legislativas apreciadas, uma pequena parte não chegou a merecer parecer da Comissão (que não era a Comissão competente para a sua apreciação, mas apenas a subsidiariamente designada para esse efeito), por terem baixado em data coincidente com a da sua apreciação em Plenário ou sem a antecedência suficiente.

Tal situação veio confirmar uma preocupação que já havia sido expressa na anterior Legislatura e que se prendia com a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos no Regimento de 2007 para a apreciação de iniciativas legislativas, designadamente para a elaboração, pela Comissão competente, do parecer prévio à sua discussão e votação na generalidade em Plenário.

Com efeito o agendamento urgente de iniciativas legislativas foi frequente, em prejuízo da boa qualidade das leis, designadamente por dificultar à Comissão a apreciação da iniciativa, a consulta pública das entidades interessadas, a elaboração do parecer, que o RAR impõe que seja “devidamente fundamentado”, o debate atempado e informado e a consequente decisão legislativa que, para além dos critérios políticos, não pode deixar de ser uma decisão informada.

A qualidade da legislação permanece como uma das maiores preocupações desta Comissão Parlamentar que, através do seu Presidente, apresentou propostas para a sua melhoria em sede de Conferência de Presidentes de Comissões Parlamentares.

Tendo em vista a apreciação e discussão das matérias objecto das iniciativas que apreciou, e também no âmbito do seu poder de fiscalização da atividade do Governo, a Comissão ouviu, para além dos membros do Governo com competência naquelas áreas, diversas outras entidades especializadas nas matérias em causa ou representativas dos sectores envolvidos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

No âmbito da sua competência de acompanhamento das políticas relativas à Justiça, à Administração Interna e à Igualdade, a Comissão procedeu à audição dos membros do Governo (tanto as audições obrigatórias a que se refere o n.º 2 do artigo 104.º do RAR, como as motivadas por requerimento) e de outras entidades, em diferentes áreas temáticas, quer por incumbência legal, quer a requerimento dos Grupos Parlamentares.

Das 50 audições realizadas destacam-se ainda as do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Procurador-Geral da República, do Provedor de Justiça, da Comissão para a Eficácia das Execuções, de Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu e da Comissária Europeia Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, do Diretor da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, de diversas entidades acerca de alegadas fugas de informação do ex-Director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, e ainda de candidatos a titulares de cargos exteriores à Assembleia da República cuja designação lhe compete, incluindo do Tribunal Constitucional, dos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público, da Comissão Nacional de Protecção de Dados, e do Tribunal de Justiça da União Europeia.

No que concerne às 35 petições apreciadas na Comissão, foi concluída a larga maioria das petições pendentes, incluindo todas as que haviam transitado da XI Legislatura, tendo também sido admitidas novas petições que mereceram apreciação, diligências de informação e audições obrigatórias dos peticionantes, transitando apenas para a próxima sessão legislativa cinco petições, duas das quais de recente admissão.

A Comissão procurou desburocratizar o tratamento do expediente recebido, tendo apreciado, com assinalável celeridade, vários documentos, muitos dos quais continham verdadeiras queixas ou reclamações, correspondendo à perceção de que a apreciação das exposições dos cidadãos se traduz num esforço de aproximação do poder político aos eleitores, permitindo, em muitos casos, não só contribuir para resolver problemas individuais, como também detetar eventuais deficiências legislativas nas áreas de acção da Comissão.

A Comissão intensificou ainda o acompanhamento de iniciativas legislativas e não legislativas europeias, através da apreciação e emissão de relatórios de escrutínio de 59 das 123 iniciativas recebidas, de acordo com a nova metodologia resultante do Tratado de Lisboa e da alteração da Lei n.º 43/2006.

No âmbito do acompanhamento dos assuntos europeus, a Comissão participou ainda em reuniões interparlamentares dos Parlamentos nacionais dos Estados Membros e do Parlamento Europeu, em Bruxelas, designadamente sobre o Controlo Democrático da Estratégia de Segurança Interna e sobre o papel da Europol, Eurojust e Frontex.

Para além das reuniões realizadas na 1.ª sessão, a Comissão promoveu a cerimónia de entrega do [Prémio Direitos Humanos 2011](#) e organizou a sessão de apresentação do livro "Mudar a Justiça Penal. Linhas da Reforma do Processo Penal Português", da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, bem como a Conferência "*Independência Económica e Igualdade de Género no Mercado de Trabalho*", promovida pela sua Subcomissão de Igualdade.

A Comissão dinamizou ainda o programa de visitas definido no seu plano de actividades, tendo realizado reuniões de trabalho no quadro das suas visitas aos Conselhos Superiores da Magistratura, dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Ministério Público, à Ordem dos Advogados, ao Centro de Estudos Judiciários, ao Estabelecimento Prisional de Tires e ao Julgado de Paz de Cascais.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Podem ser consultadas em www.parlamento.pt, na hiperligação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG), as seguintes informações:

- ✓ [Competências da Comissão:](#)
- ✓ [Plano de atividades para a 1.ª SL da XII Legislatura;](#)
- ✓ [Detalhe das atividades desenvolvidas na 1.ª SL da XII Legislatura](#)

Descrição das atividades desenvolvidas

2. Reuniões

Mês	Dia	Total
Julho de 2011	06, 13, 20, 26 27	5
Agosto de 2011	3, 4 e 30	3
Setembro de 2011	7, 8, 14, 16, 20, 21, 22, 27, 28 29 e 30	11
Setembro de 2011	8 (Mesa e Coordenadores)	1
Outubro de 2011	6, 6, 7, 12, 12, 13, 13, 14, 19 e 26	10
Novembro de 2011	2, 9, 15, 16 e 22	5
Dezembro de 2011	7, 13, 13, 14, 21 e 21	6
Janeiro de 2012	4, 11, 17, 18 e 25	5
Fevereiro de 2012	1, 7, 8, 14, 14, 15, 17, 21, 22, 28 e 29	11
Março de 2012	6, 7, 14, 20, 21, 27 e 28	7
Abril de 2012	4, 4, 11, 12, 18 e 26	6
Mai de 2012	2, 4, 9, 15, 15, 16, 23, 30, 30 e 31	10
Junho de 2012	1, 6, 12, 14, 19, 19, 20, 26, 27 e 28	10
Julho de 2012	4, 10, 11, 18, 18, 19, 19	7 (até 19 de Julho)
Total		97

As atas das reuniões da Comissão podem ser consultadas [aqui](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

**Quadro global de presenças/ausências relativo aos períodos compreendidos entre
01 Junho 2011 a 20 Julho de 2012**

Comissão e GP		Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Total de Ausências	Total de reuniões
1.ª CACDLG	PSD	997	70	4	35	115	97
	PS	659	76	4	6	86	
	CDS-PP	177	12	0	12	26	
	PCP	122	5	0	1	8	
	BE	86	3	0	1	5	
	PEV	25	33	0	23	58	
	Totais	2066	199	8	78	298	

3. Organização Interna

A Comissão tomou posse em 6 de julho de 2011, data em que foi, igualmente, eleita a Mesa da Comissão, constituída pelo Presidente, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), e pelos Vice-Presidentes, Senhores Deputados Sérgio Sousa Pinto (PS) e Telmo Correia (CDS/PP).

A CACDLG é [composta](#) por 23 Deputados efetivos e 22 Deputados suplentes, abaixo indicados

MEMBROS EFETIVOS	
Fernando Negrão, <i>Presidente</i> Sérgio Sousa Pinto, <i>Vice-Presidente</i> Telmo Correia, <i>Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PSD PS CDS/PP
Andreia Neto Carlos Peixoto Francisca Almeida Hugo Lopes Soares Hugo Velosa, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> João Lobo Maria Paula Cardoso Paulo Rios de Oliveira Paulo Simões Ribeiro Teresa Leal Coelho	PSD
Filipe Neto Brandão Isabel Alves Moreira Isabel Oneto Jorge Lação Luís Pita Ameixa Ricardo Rodrigues, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PS
Teresa Anjinho	CDS-PP
João Oliveira, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PCP
Cecília Honório, <i>Coordenadora do Grupo Parlamentar</i>	BE
José Luís Ferreira, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PEV

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

MEMBROS SUPLENTES	
António Rodrigues Carlos Abreu Amorim Correia de Jesus Guilherme Silva Luís Montenegro Margarida Almeida Mendes Bota Mónica Ferro Nilza de Sena Alberto Costa	PSD
Ana Catarina Mendonça Mendes António Braga Elza Pais Maria de Belém Roseira Pedro Delgado Alves Rui Paulo Figueiredo	PS
Nuno Magalhães Teresa Caeiro	CDS-PP
António Filipe	PCP
João Semedo	BE
Heloísa Apolónia	PEV

Verificaram-se as seguintes alterações na composição da CACDLG:

- 18 de julho de 2011 - o Grupo Parlamentar do PSD indica a Deputada Andreia Neto como membro efetivo e o Deputado Guilherme Silva como suplente.
- A 30 de abril de 2012 o Deputado Manuel Meirinho Martins, efetivo na CACDLG, suspendeu o mandato.
- 10 de maio de 2012 - o Grupo Parlamentar do PSD indica o Deputado Paulo Rios de Oliveira como membro efetivo e a Deputada Isabel Simões Pinto como suplente.
- 16 de maio de 2012 - o Grupo Parlamentar do PSD indica o Deputado João Manuel Lobo de Araújo para membro efetivo e a Deputada Isabel Simões Pinto para membro suplente da CACDLG informando ainda que a Deputada integrará a Subcomissão de Igualdade.
- 11 de julho de 2012 – o Grupo Parlamentar do PSD informa que a Deputada Carla Rodrigues reassume as suas funções de membros da CACDLG, cessando funções a Deputada Isabel Simões.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

A [Subcomissão de Igualdade](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias foi constituída em 3 de março de 2012 e é composta por 13 Deputados, nos termos seguintes:

MEMBROS SUPLENTES	
Elza Pais, <i>Presidente</i>	PS
Carla Rodrigues Margarida Almeida Maria Paula Cardoso Mendes Bota Mónica Ferro	PSD
Isabel Alves Moreira Pedro Delgado Alves	PS
Teresa Anjinho Teresa Caeiro	CDS-PP
Rita Rato	PCP
Cecília Honório	BE
José Luís Ferreira	PEV

A Subcomissão de Igualdade realizou 12 reuniões ordinárias e realizou uma Conferência subordinada ao tema *Independência Económica e Igualdade de Género no Mercado de Trabalho*, a cujos trabalhos poderá aceder [aqui](#).

A Subcomissão de Igualdade realizou quatro [Audições](#) e uma [Audiência](#).

Foram ainda constituídos os seguintes Grupos de Trabalho:

- A 13 de julho de 2011 - **Grupo de Trabalho - Prémio Direitos Humanos 2011**, com a seguinte composição:
 1. Deputado Fernando Negrão (Presidente); Coordenador
 2. Deputado Guilherme Silva (PSD);
 3. Deputada Maria de Belém Roseira (PS);
 4. Deputado Telmo Correia (CDS/PP);
 5. Deputado António Filipe (PCP);
 6. Deputada Cecília Honório (BE);
 7. Deputado José Luís Ferreira (PEV).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- A 3 de agosto de 2011, por deliberação da Comissão - **Grupo de Trabalho – Audição de Peticionantes**, com a seguinte composição:

1. Deputado Paula Cardoso (PSD); Coordenadora
2. Deputada Isabel Oneto (PS);
3. Deputado Teresa Anjinho (CDS/PP);
4. Deputado João Oliveira (PCP);
5. Deputada Cecília Honório (BE);
6. Deputado José Luís Ferreira (PEV)

O Grupo de Trabalho – Audição de Peticionantes efetuou oito audições relativas às seguintes Petições:

- [Audição dos subscritores da Petição n.º 164/XI/2.º - "Pela criminalização do enriquecimento ilícito dos titulares de cargos políticos"](#)
 - [Audição dos Subscritores da Petição n.º 10/XII/1.º \(Movimento Democrático de Mulheres e Outros\) - Dar dignidade a vida das mulheres](#)
 - [Audição dos subscritores da petição n.º 138/XI/2.º, que "Solicita alteração do estatuto jurídico dos animais no Código Civil"](#)
 - [Audição dos subscritores da Petição n.º 161/XII/2.º - "Solicitam a ratificação da Convenção do Conselho da Europa contra a exploração e o abuso sexual de crianças e a adoção de medidas de prevenção e combate ao tráfico sexual de crianças e jovens"](#)
 - [Audição dos subscritores da Petição n.º 44/XII/1.º, que "Solicitam que a Assembleia da República legisle no sentido de reformular a forma de pagamento das compensações devidas aos advogados inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais"](#)
 - [Audição dos subscritores da petição n.º 80/XII/1.º - que solicita o "Cumprimento do artigo 13.º do Tratado de Lisboa, que Portugal assinou e ratificou, e consequente a imediata alteração dos Códigos Civil e Penal, na parte respeitante aos animais, seres sencientes, e não coisas móveis"](#)
 - [Audição dos subscritores da petição n.º 106/XII/1.º que "Solicita que a Assembleia da República requeira ao Tribunal Constitucional, em fiscalização abstrata sucessiva, a declaração de inconstitucionalidade com força geral do n.º 7 do artigo 4.º e do artigo 8.º do Regulamento das Custas Processuais \(Lei n.º 7/2012, de 13 de Fevereiro\)"](#)
 - [Audição dos subscritores da petição n.º 125/XII/1.º que se manifesta "Contra o encerramento do Tribunal de Ansião"](#)
- A 3 de agosto de 2011, por deliberação da Comissão - **Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação das Medidas Políticas e Legislativas de Combate à Corrupção**, com a seguinte composição:

1. Deputado Hugo Lopes Soares (PSD); Coordenador
2. Deputado Filipe Neto Brandão (PS);
3. Deputado Telmo Correia (CDS/PP);
4. Deputado António Filipe (PCP);
5. Deputada Cecília Honório (BE);

O Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação das Medidas Políticas e Legislativas de Combate à Corrupção realizou três reuniões, das quais duas foram [Audições](#).

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

➤ A 12 de outubro de 2011, por deliberação da Comissão - **Grupo de trabalho “Enriquecimento ilícito”**, com a seguinte composição:

1. Deputado Hugo Velosa (PSD); Coordenador
2. Deputado Jorge Lacão (PS);
3. Deputado Telmo Correia (CDS-PP);
4. Deputado António Filipe (PCP);
5. Deputado Cecília Honório (BE);
6. Deputado José Luís Ferreira (PEV);

O Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação das Medidas Políticas e Legislativas de Combate à Corrupção realizou três reuniões, duas das quais foram [Audições](#)

4. Iniciativas legislativas

PROPOSTAS DE LEI - APRECIACÃO CONCLUÍDA

(APROVADAS NA ESPECIALIDADE NA COMISSÃO) – 15

N.º	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Propostas de Lei					
78	Transpõe a Diretiva n.º 2009/136/CE, na parte que altera a Diretiva n.º 2002/58/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de julho, relativa ao tratamento de dados pessoais e à proteção da privacidade no setor das Comunicações Eletrónicas, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 41/2004, de 18 de agosto, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro.	2012-06-21	Governo	CONCLUÍDA	Isabel Oneto (PS)
66	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de outubro, que regula a assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções.	2012-06-04	Governo	CONCLUÍDA	Filipe Neto Brandão (PS)
72	Define meios de prevenção e combate ao furto e recetação de metais não preciosos, mas com valor comercial, e prevê mecanismos adicionais e de reforço no âmbito da fiscalização pelas forças e serviços de segurança da atividade de gestão de resíduos.	2012-06-08	Governo	CONCLUÍDA	João Oliveira (PCP)
55	Sexta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de Julho, 2/2001, de 25 de Agosto e 5/2006, de 31 de Agosto).	2012-04-24	Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	CONCLUÍDA Lei Orgânica n.º 2/2012, de 14.6	Ricardo Rodrigues (PS)
50	Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.	2012-03-22	Governo	CONCLUÍDA Decreto da AR n.º ... (aguarda promulgação)	Ana Catarina Mendes (PS)
42	Aprova a lei-quadro das fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966.	2012-02-02	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 24/2012, de 9.7	Isabel Alves Moreira (PS)
39	Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização.	2011-12-30	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 16/2012, de 20.4	Sérgio Sousa Pinto (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Propostas de Lei					
34	<u>Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum.</u>	2011-11-23	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 9/2012, de 23.2	Filipe Neto Brandão (PS)
29	<u>Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro.</u>	2011-10-21	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 7/2012, de 13.2	João Oliveira (PCP)
23	<u>Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde</u>	2011-09-29	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 6/2012, de 10.2	Maria de Belém Roseira (PS)
22	<u>Aprova a Lei da Arbitragem Voluntária.</u>	2011-09-19	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 63/2011, de 14.12	Filipe Neto Brandão (PS)
20	<u>Cria equipas extraordinárias de Juizes Tributários</u>	2011-09-15	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 59/2011, de 28.11	Pedro Delgado Alves (PS)
19	<u>Altera a Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários</u>	2011-09-15	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 60/2011, de 28.11	Hugo Lopes Soares (PSD)
14	<u>Transfere competências dos Governos Cívicos e dos governadores cívicos para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República</u>	2011-09-08	Governo	CONCLUÍDA Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30.11	Teresa Anjinho (CDS/PP)
10	<u>Altera o crime de incêndio florestal e os crimes de dano contra a natureza e de poluição, tipifica um novo crime de atividades perigosas para o ambiente, procede à 28.ª alteração do Código Penal, e transpõe a Diretiva n.º 2008/99/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro de 2008 e a Diretiva n.º 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro de 2009.</u>	2011-08-12	Governo	CONCLUÍDA Lei n.º 56/2011, de 15.11	João Oliveira (PCP)

PROPOSTAS DE LEI – APRECIACÃO CONCLUÍDA

(APRECIADAS APENAS NA GENERALIDADE NA COMISSÃO) – 10

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Propostas de Lei					
4	<u>Altera o Decreto-Lei n.º 465/77, de 11 de Novembro.</u>	2011-07-27	ALRAM	Iniciativa caducada	Hugo Velosa (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Propostas de Lei					
13	<u>Cria um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos, procedendo à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração ao regime geral das comparticipações do Estado no preço dos medicamentos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de Maio</u>	2011-09-02	Governo	CONCLUÍDA (Intervenção da CACDLG apenas na generalidade) Lei n.º 62/2011, de 12.12	Filipe Neto Brandão (PS)
17	<u>Procede à sexta alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.</u>	2011-09-15	Governo	CONCLUÍDA (Intervenção da CACDLG apenas na generalidade) Lei n.º 61/2011, de 7.12	Filipe Neto Brandão (PS)
27	<u>Aprova o Orçamento do Estado para 2012.</u>	2011-10-17	Governo	CONCLUÍDA (Intervenção da CACDLG apenas na generalidade) Lei n.º 64-B/2011, de 30.12	Área Administração Interna - Hugo Lopes Soares (PSD); Relator área Justiça - Cecília Honório (BE); Relator área Igualdade - Elza Pais (PS)
31	<u>Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012 - 2015.</u>	2011-11-09	Governo	CONCLUÍDA (Sem emissão de parecer da CACDLG) Lei n.º 64-A/2011, de 30.12	(Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 9-11-2011 e apreciada em Plenário em 11-11-2011)
33	<u>Institui o Sistema de Informação dos Certificados de Óbito (SICO), com vista a permitir a desmaterialização dos certificados médicos de óbito e a sua emissão em suporte eletrónico</u>	2011-11-11	Governo	CONCLUÍDA (Intervenção da CACDLG apenas na generalidade) Lei n.º 15/2012, de 3.4	Filipe Neto Brandão (PS)
38	<u>Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro</u>	2011-12-30	Governo	CONCLUÍDA (Intervenção da CACDLG apenas na generalidade) Decreto da AR n.º 58/XII (aguarda promulgação)	Isabel Alves Moreira (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Propostas de Lei					
45	Aprova o Novo Regime Jurídico da Concorrência, revogando a Lei n.º 18/2003, de 11 de junho, e a Lei n.º 39/2006, de 25 de agosto.	2012-02-06	Governo	CONCLUÍDA (Intervenção da CACDLG apenas na generalidade) Lei n.º 19/2012, de 8.5	Filipe Neto Brandão (PS)
46	Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.	2012-02-09	Governo	CONCLUÍDA (Intervenção da CACDLG apenas na generalidade) Lei n.º 23/2012, de 25.6	Carlos Peixoto (PSD)
47	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.	2012-02-10	Governo	CONCLUÍDA (Sem emissão de parecer da CACDLG)	(Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 15-02-2012 e apreciada em Plenário a 16-02-2012)

PROPOSTAS DE LEI - PENDENTES

(AGUARDA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE) – 1

N.º	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Proposta de Lei					
74	Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.	2012-06-20	Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	Na generalidade (na Comissão)	Ricardo Rodrigues (PS)

PROPOSTAS DE LEI – PENDENTES

(AGUARDAM APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE) – 4

N.º	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Propostas de Lei					
75	Procede à alteração do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.	2012-06-21	Governo	Especialidade	Isabel Oneto (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Propostas de Lei					
76	Procede à terceira alteração ao Código da Execução das Penas e medidas privativas de liberdade aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro	2012-06-21	Governo	Especialidade	Filipe Neto Brandão (PS)
77	Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro.	2012-06-21	Governo	Especialidade	Isabel Oneto (PS)
84	Cria o Tribunal Arbitral do Desporto (TAD), com competência específica para administrar a justiça relativamente a litígios que relevam do ordenamento jurídico desportivo ou relacionados com a prática do desporto, e aprova a lei do TAD	2012-07-11	Governo	Especialidade	

PROJETOS DE LEI - PENDENTES

(AGUARDAM APRECIÇÃO NA GENERALIDADE) – 2

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
259	Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno.	04-07-2012	PCP	Em generalidade na Comissão	Paulo Simões Ribeiro (PSD)
251	Cria a Comissão da Assembleia da República para a Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa	27-06-2012	PCP	Em generalidade na Comissão	Carlos Peixoto (PSD)

PROJECTOS DE LEI - APRECIÇÃO CONCLUÍDA

(APRECIADOS APENAS NA GENERALIDADE NA COMISSÃO) – 24

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
258	Altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março.	04-07-2012	PS	CONCLUÍDO Aguarda discussão e votação na generalidade em Plenário	Andreia Neto (PSD)
226	Aprova a Lei de Segurança Interna.	16-05-2012	PCP	CONCLUÍDO Aguarda discussão e votação na generalidade	Paula Cardoso (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

				em Plenário	
225	<u>Altera o Código de Processo Civil, modificando as regras aplicáveis à determinação do valor base da venda de imóveis em processo de execução.</u>	09-05-2012	PS	CONCLUÍDO Competente a 5.ª Comissão (à qual baixou para nova apreciação na generalidade)	Paulo Simões Ribeiro (PSD)
206	<u>Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados.</u>	04-04-2012	PCP	CONCLUÍDO Rejeitado em Plenário	Ana Catarina Mendes (PS)
189	<u>Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais</u>	06-03-2012	BE	CONCLUÍDO Competente a 12.ª Comissão Aguarda discussão e votação na generalidade em Plenário	Sérgio Sousa Pinto (PS)
188	<u>Proíbe a exibição de espetáculos tauromáquicos na televisão pública e altera a lei da televisão, designando estes espetáculos como susceptíveis de influírem negativamente na formação da personalidade de crianças e adolescentes</u>	06-03-2012	BE	CONCLUÍDO Competente a 12.ª Comissão Aguarda discussão e votação na generalidade em Plenário	Sérgio Sousa Pinto (PS)
175	<u>Altera o Decreto-lei n.º 241/2007, de 21 de Junho, que define o regime jurídico aplicável aos bombeiros portugueses</u>	16-02-2012	PCP	CONCLUÍDO Aguarda discussão e votação na generalidade em Plenário	Filipe Neto Brandão (PS)
163	<u>Define o regime de audição e participação das autarquias locais e populações no processo legislativo de criação, extinção, fusão e modificação de autarquias locais, procede à primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho e procede à terceira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2000, de 24 de agosto.</u>	29-02-2012	BE	CONCLUÍDO Competente a 11.ª Comissão Rejeitado em Plenário	Manuel Meirinho Martins (PSD)
149	<u>Altera a Lei-Quadro do Serviço de Informações da República Portuguesa, consagrando o "período de nojo" para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades</u>	26-01-2012	BE	CONCLUÍDO Competente a 9.ª Comissão (à qual baixou para nova apreciação na generalidade)	Hugo Lopes Soares (PSD)
148	<u>Altera a Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, reforçando as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação por parte dos serviços de informações</u>	26-01-2012	BE	CONCLUÍDO Aguarda discussão e votação na generalidade	Hugo Lopes Soares (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

				em Plenário	
144	<u>Approva medidas para incentivar o crescimento económico nas áreas da reabilitação urbana e do mercado de arrendamento.</u>	25-01-2012	PS	CONCLUÍDO Competente a 11.ª Comissão Decreto da AR n.º 58/XII (aguarda promulgação)	Paula Cardoso (PSD)
138	<u>Altera a Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, que regula a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida</u>	18-01-2012	PSD	CONCLUÍDO Competente a 9.ª Comissão (à qual baixou para nova apreciação na generalidade)	Pedro Delgado Alves (PS)
137	<u>Segunda Alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alargando o âmbito dos beneficiários das técnicas de Procriação Medicamente Assistida</u>	11-01-2012	PS	CONCLUÍDO Competente a 9.ª Comissão Rejeitado em Plenário	Pedro Delgado Alves (PS)
134	<u>Amnistia para infrações disciplinares por motivo de associativismo representativo nas forças armadas.</u>	10-01-2012	BE	CONCLUÍDO Competente a 3.ª Comissão Rejeitado em Plenário	Andreia Neto (PSD)
131	<u>Procede à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, consagrando exceções à proibição de recurso à maternidade de substituição</u>	10-01-2012	PS	CONCLUÍDO Competente a 9.ª Comissão (à qual baixou para nova apreciação na generalidade)	Pedro Delgado Alves (PS)
127	<u>Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a Procriação Medicamente Assistida, a adoção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo.</u>	03-01-2012	BE	CONCLUÍDO Rejeitado em Plenário	Pedro Delgado Alves (PS)
126	<u>Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio, segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de Outubro.</u>	03-01-2012	BE	CONCLUÍDO Rejeitado em Plenário	Pedro Delgado Alves (PS)
122	<u>Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e regula o recurso à maternidade de substituição, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.</u>	22-12-2011	BE	CONCLUÍDO Rejeitado em Plenário	Pedro Delgado Alves (PS)
92	<u>Reforça a proteção das vítimas de violência.</u>	26-10-2011	PCP	CONCLUÍDO Aguarda discussão e votação na generalidade em Plenário	Paula Cardoso (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
85	<u>Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos).</u>	13-10-2011	PCP	CONCLUÍDO Rejeitado em Plenário	Luís Pita Ameixa (PS)
52	<u>Altera a Lei-Quadro do Serviço de Informações da República Portuguesa em matéria de impedimentos e acesso a documentos</u>	07-09-2011	BE	CONCLUÍDO Rejeitado em Plenário	Carlos Peixoto (PSD)
35	<u>Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional.</u>	05-09-2011	PCP	CONCLUÍDO Aguarda discussão e votação na generalidade em Plenário	Hugo Velosa (PSD)
27	<u>Regula o modo de exercício dos poderes de controlo e fiscalização da Assembleia da República sobre o Sistema de Informações da República Portuguesa e o Segredo de Estado</u>	29-07-2011	PCP	CONCLUÍDO Rejeitado em Plenário	Carlos Peixoto (PSD)
25	<u>Consagra o efeito suspensivo dos recursos previstos na Lei de Imigração.</u>	29-07-2011	BE	CONCLUÍDO Rejeitado em Plenário	Teresa Anjinho (CDS/PP)

PROJECTOS DE LEI - APRECIÇÃO CONCLUÍDA

SEM PARECER DA COMISSÃO – 16

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Obs
XII/1 - Projetos de Lei					
215	<u>Regularização de trabalhadores imigrantes e menores nascidos em Portugal ou a frequentar o sistema de ensino.</u>	05-04-2012	BE	CONCLUÍDO	Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 11-04-2012 e apreciada em Plenário em 12-04-2012
190	<u>Aprova o regime jurídico das Organizações da Sociedade Civil para a Igualdade de Género.</u>	06-03-2012	PS	CONCLUÍDO	Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 6-03-2012 e apreciada em Plenário em 9-03-2012
178	<u>Alarga as famílias com capacidade de adoção, alterando a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e a Lei n.º 7/2001, de 11 de maio</u>	21-02-2012	PEV	CONCLUÍDO	Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 22-02-2012 e apreciada em Plenário em 24-02-2012
170	<u>Altera o regime de arrendamento urbano e cria um regime especial de mobilização de fogos devolutos.</u>	15-02-2012	BE	CONCLUÍDO	Competente a 11.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 15-02-2012 e apreciada em Plenário em 16-02-2012
153	<u>Amnistia as infrações disciplinares, aplicadas a militares, com motivação associativa e no exercício do direito de associativismo representativo militar.</u>	02-02-2012	PCP	CONCLUÍDO	Competente a 3.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 2-02-2012 e apreciada em Plenário em 02-02-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
147	<u>Procede à amnistia das infrações disciplinares cometidas por motivo do associativismo representativo nas Forças Armadas.</u>	26-01-2012	PEV	CONCLUÍDO	Competente a 3.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 27-01-2012 e apreciada em Plenário em 02-02-2012
145	<u>Reconhece a liberdade sindical do pessoal da Polícia Marítima (1.ª alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de Agosto que estabelece o regime de exercício de direitos do pessoal da Polícia Marítima).</u>	25-01-2012	PCP	CONCLUÍDO	Competente a 3.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 27-01-2012 e apreciada em Plenário em 27-01-2012
141	<u>Altera o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas e legislação conexas</u>	18-01-2012	BE	CONCLUÍDO	Competente a 10.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 18-01-2012 e apreciada em Plenário em 18-01-2012
128	<u>Torna acessível a Iniciativa Legislativa de Cidadãos, com uma primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho</u>	03-01-2012	PEV	CONCLUÍDO	Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 03-01-2012 e apreciada em Plenário em 05-01-2012
123	<u>Altera a Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, que regula a Iniciativa Legislativa de Cidadãos (Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho).</u>	03-01-2012	BE	CONCLUÍDO	Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 03-01-2012 e apreciada em Plenário em 05-01-2012
100	<u>Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e regula o recurso à Maternidade de substituição, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro.</u>	17-11-2011	BE	CONCLUÍDA	Competente a 9.ª Comissão A iniciativa foi retirada pelo GP proponente
76	<u>Manifestações de fortuna e outros acréscimos patrimoniais não justificados ou não declarados.</u>	22-09-2011	PS	CONCLUÍDO	Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 22-09-2011 e apreciada em Plenário em 23-09-2011
64	<u>Regula as Diretivas Antecipadas de Vontade em matéria do Testamento Vital e nomeação de Procurador de Cuidados de Saúde e procede a criação do Registo Nacional do Testamento Vital</u>	14-09-2011	CDS-PP	CONCLUÍDO	Competente a 9.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 15-09-2011 e apreciada em Plenário em 15-09-2011
63	<u>Regula o Regime das Diretivas Antecipadas de Vontade</u>	14-09-2011	PSD	CONCLUÍDO	Competente a 9.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 15-09-2011 e apreciada em Plenário em 15-09-2011
62	<u>Estabelece o regime das diretivas antecipadas de vontade em matéria de cuidados de saúde e cria o Registo Nacional de Diretivas Antecipadas de Vontade</u>	14-09-2011	PS	CONCLUÍDO	Competente a 9.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 15-09-2011 e apreciada em Plenário em 15-09-2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
21	<u>Regula o direito dos cidadãos a decidirem sobre a prestação futura de cuidados de saúde, em caso de incapacidade de exprimirem a sua vontade, e cria o Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV).</u>	15-09-2011	BE	CONCLUÍDO	Competente a 9.ª Comissão Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 15-09-2011 e apreciada em Plenário em 15-09-2011

PROJETOS DE LEI – PENDENTES

AGUARDAM NOVA APRECIÇÃO NA GENERALIDADE – 3

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
173	<u>Altera o Código Civil, estabelecendo um estatuto jurídico dos animais</u>	16-02-2012	PS	Baixou à Comissão, sem votação, por um período de 90 dias (em 30-03-2012)	Hugo Lopes Soares (PSD)
94	<u>Regula o direito de Associação na Guarda Nacional Republicana</u>	21-10-2011	PCP	Baixou à Comissão, sem votação, por um período de 30 dias (em 16-12-2011)	Luís Pita Ameixa (PS)
26	<u>Cria os gabinetes jurídicos e reforça mecanismos de acesso ao direito nas zonas internacionais.</u>	29-07-2011	BE	Baixou à Comissão, sem votação, por um período de 90 dias (em 7-10-2011)	Teresa Anjinho (CDS/PP)

PROJETOS DE LEI – PENDENTES

AGUARDAM APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE – 5

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
266	<u>Altera o Código de Processo Penal estabelecendo a obrigatoriedade de assistência do arguido por defensor no inquérito e garantindo maior celeridade no julgamento da criminalidade de menor gravidade</u>	11-07-2012	PCP	Especialidade	
264	<u>Crimes da responsabilidade de titulares de cargos políticos ou de altos cargos públicos</u>	04-07-2012	PS	Especialidade	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
236	Cria o Tribunal Arbitral do Desporto.	30-05-2012	PS	Especialidade	Paulo Simões Ribeiro (PSD)
194	Reforça as medidas de proteção às vítimas de violência doméstica.	09-03-2012	BE	Especialidade	
181	Procede à primeira alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro, reforçando o controlo e prevenção das incompatibilidades, impedimentos e conflitos de interesses dos agentes e dirigentes dos Serviços de Informação da República Portuguesa.	16-03-2012	PS	Especialidade	Hugo Lopes Soares (PSD)

PROJETOS DE LEI - APRECIÇÃO CONCLUÍDA

APROVADOS NA ESPECIALIDADE NA COMISSÃO - 18

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
203	Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, que regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia da República, eliminando a discriminação relativa aos portugueses residentes no estrangeiro.	20-04-2012	PS	CONCLUÍDO Decreto da AR n.º 53/2012, de 21.6 (aguarda promulgação)	Luís Pita Ameixa (PS)
186	Altera a lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos), eliminando a discriminação existente em relação aos emigrantes portugueses.	20-04-2012	PSD	CONCLUÍDO Decreto da AR n.º 53/2012, de 21.6 (aguarda promulgação)	Luís Pita Ameixa (PS)
146	Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro (Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência)	25-01-2012	PSD, CDS-PP	CONCLUÍDO Lei Orgânica n.º 1/2012, de 11.5	Isabel Alves Moreira (PS)
129	Décima oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando a Mefedrona e o Tapentadol às tabelas que lhe são anexas.	06-01-2012	CDS-PP	CONCLUÍDO Lei n.º 13/2012, de 26.3	Sem emissão de parecer da CACDLG por ter baixado em 03-01-2012 e apreciada em Plenário em 04-01-2012
121	Aprova o Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.	21-11-2011	PSD /CDS-PP, PS	CONCLUÍDO Lei n.º 10/2012, de 29.2	Paulo Ribeiro (PSD)
118	Aprova o regime jurídico da Cópia Privada e altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos ; Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março.	15-12-2011	PS	CONCLUÍDO Iniciativa retirada	Manuel Meirinho (PSD)
115	Lei da Transparência Ativa da Informação Pública	14-11-2011	PS	CONCLUÍDO Rejeitado na especialidade	Hugo Lopes Soares (PSD)
114	Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	14-11-2011	PS	CONCLUÍDO Rejeitado na especialidade	Hugo Lopes Soares (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Relatores
XII/1 - Projetos de Lei					
113	<u>Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas</u>	14-11-2011	PS	CONCLUÍDO Rejeitado na especialidade	Hugo Lopes Soares (PSD)
112	<u>Reforça os deveres e a fiscalização sobre os rendimentos dos titulares de cargos políticos</u>	14-11-2011	PS	CONCLUÍDO Rejeitado na especialidade	Hugo Lopes Soares (PSD)
111	<u>Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais</u>	14-11-2011	PS	CONCLUÍDO Rejeitado na especialidade	Hugo Lopes Soares (PSD)
110	<u>Alarga o acesso à Base de Dados de Contas do Sistema Bancário pelas autoridades judiciárias</u>	14-11-2011	PS	CONCLUÍDO Rejeitado na especialidade	Hugo Lopes Soares (PSD)
101	<u>Altera pela décima oitava vez o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando a Mefedrona e o Tapentadol às substâncias da tabela II-A que lhe é anexa.</u>	06-01-2012	PSD	CONCLUÍDO Lei n.º 13/2012, de 26.3	Elza Pais (PS)
72	<u>Enriquecimento ilícito.</u>	23-09-2011	PSD, CDS-PP	CONCLUÍDO (Decreto da AR n.º 37/XII - Veto PR Acórdão do TC n.º 179/2012)	Isabel Oneto (PS)
31	<u>Altera o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.</u>	22-12-2011	BE	CONCLUÍDO Rejeitado na especialidade	Pedro Delgado Alves (PS)
11	<u>Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito.</u>	14-07-2011	PCP	CONCLUÍDO (Decreto da AR n.º 37/XII - Veto PR Acórdão do TC n.º 179/2012)	Isabel Oneto (PS)
5	<u>Alteração à Lei n.º 4/83, de 2 de Abril, do Controlo Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos.</u>	05-07-2011	BE	CONCLUÍDO (Decreto da AR n.º 37/XII - Veto PR Acórdão do TC n.º 179/2012)	Isabel Oneto (PS)
4	<u>Cria o tipo de crime de enriquecimento ilícito</u>	05-07-2011	BE	CONCLUÍDO (Decreto da AR n.º 37/XII - Veto PR Acórdão do TC n.º 179/2012)	Isabel Oneto (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PROJETOS DE RESOLUÇÃO - APRECIÇÃO CONCLUÍDA - 9

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Obs
XII/1 – Projetos de Resolução					
281	<u>Propõe que o Tratado sobre a Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária seja sujeito a Referendo</u>	11-04-2012	PEV	CONCLUÍDO em 13-04-2012	Discutido em Plenário Rejeitado
279	<u>Referendo ao Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária.</u>	11-04-2012	PCP	CONCLUÍDO em 13-04-2012	Solicitada pelo BE a apreciação em Plenário (na reunião da CACDLG de 4-04-2012) Discutido em Plenário Rejeitado
268	<u>Propõe a realização de um Referendo Nacional ao Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária</u>	30-03-2012	BE	CONCLUÍDO em 13-04-2012	Solicitada pelo BE a apreciação em Plenário (na reunião da CACDLG de 4-04-2012) Discutido em Plenário Rejeitado
147	<u>Recomenda ao Governo a salvaguarda e valorização dos acervos dos extintos Governos Cívicos</u>	19-12-2011	PSD/CDS-PP	CONCLUÍDO Resolução da AR n.º 16/2012, de 10.02	Discutido na Comissão Competente (CECC) Foi deliberado não discutir na CACDLG (em 21-12-2011)
145	<u>Recomendação ao Governo no âmbito do outsourcing do Estado com vista a uma maior transparência desses contratos</u>	09-12-2011	PS	CONCLUÍDO Resolução da AR n.º 162/2011, de 29.12	Discutido em Plenário Aprovado
143	<u>Recomenda ao Governo que adote medidas para o funcionamento do Gabinete de Recuperação de Ativos e do Gabinete de Administração de Bens</u>	09-12-2011	PS	CONCLUÍDO Resolução da AR n.º 163/2011, de 29.12	Discutido em Plenário Aprovado
111	<u>Recomenda ao Governo a preservação do acervo dos Governos Cívicos, a sua entrega ao Arquivo Distrital respectivo e a Museus da Região.</u>	21-10-2011	PS	CONCLUÍDO	Discutido na Comissão Competente (CECC) Foi deliberado não discutir na CACDLG (em 26-10-2011) Rejeitado em Plenário
70	<u>Realização de um referendo nacional à privatização da empresa Águas de Portugal</u>	14-09-2011	BE	CONCLUÍDA	BE solicitou a apreciação em Plenário Aguarda agendamento da discussão e votação em Plenário
15	<u>Recomenda a regularização do pagamento de honorários aos advogados inscritos no sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais.</u>	13-07-2012	BE	CONCLUÍDA	Rejeitado em Plenário

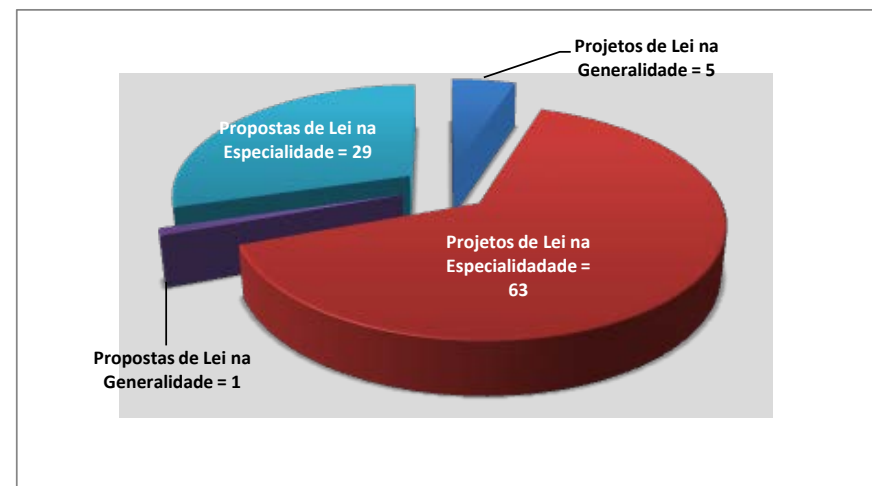
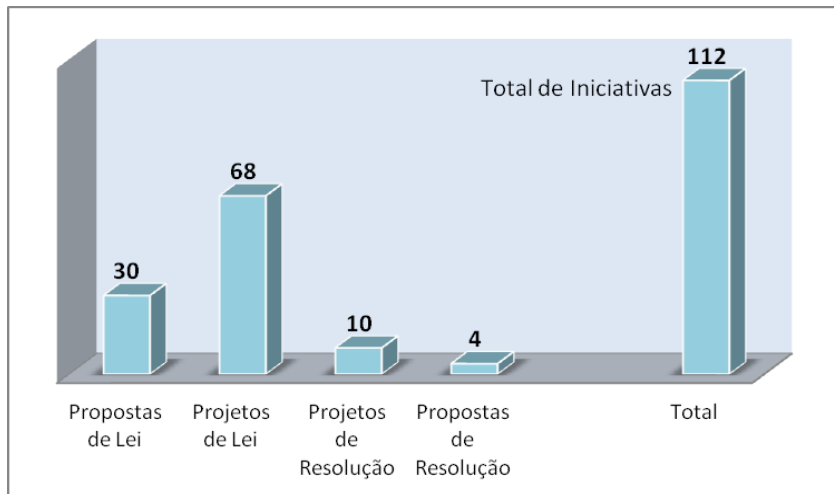
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS
PROJETOS DE RESOLUÇÃO – PENDENTES PARA DISCUSSÃO EM COMISSÃO - 1

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Obs
XII/1 – Projetos de Resolução					
168	<u>Recomenda ao Governo que as instalações do Governo Civil da Guarda sejam utilizadas para instalar condignamente o Comando Distrital da PSP.</u>	04-01-2012	PCP	PENDENTE (para discussão em Comissão)	Deliberado discutir na Comissão (em 11-01-2012)

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO - APRECIACÃO CONCLUÍDA - 4

Nº	Título	Data	Autor	Fase Atual	Obs
XII/1 – Propostas de Resolução					
13	<u>Aprova, para Adesão, a Convenção para a Redução dos casos de Apatridia, adoptada em Nova Iorque, a 30 de Agosto de 1961</u>	21-12-2011	GOV	CONCLUÍDO Resolução da AR n.º (aguarda publicação)	Parecer aprovado pela CACDLG remetido à CNECP (Comissão competente)
12	<u>Aprova, para adesão, a Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas, adotada em Nova Iorque, a 28 de Setembro de 1954</u>	21-12-2011	GOV	CONCLUÍDO Resolução da AR (aguarda publicação)	Parecer aprovado pela CACDLG remetido à CNECP (Comissão competente)
10	<u>Aprova o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Portuguesa e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de Abril de 2010</u>	07-12-2011	GOV	CONCLUÍDO Resolução da AR n.º 36/2012, de 22.3	Parecer aprovado pela CACDLG remetido à CNECP (Comissão competente)
6	<u>Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Argentina sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Lisboa, em 6 de Outubro de 2008</u>	19-10-2011	GOV	CONCLUÍDO Resolução da AR n.º 30/2012, de 12.3	Parecer aprovado pela CACDLG remetido à CNECP (Comissão competente)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

5. Iniciativas europeias

No âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, a CACDLG recebeu, na 1.ª Sessão Legislativa, 123 iniciativas das quais:

Concluiu escrutínio (59):

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)290	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 539/2001 do Conselho, que fixa a lista dos países terceiros cujos nacionais estão sujeitos à obrigação de visto para transporem as fronteiras externas e a lista dos países terceiros cujos nacionais estão isentos dessa obrigação.	Telmo Correia (CDS-PP)	CONCLUÍDO	Aprovado na reunião de 07.09.2011 com os votos contra do BE e a ausência do PEV Of. à CAE n.º 247/2011 de 07.09.2011
COM(2011)335	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às estatísticas europeias sobre a segurança face à criminalidade (Texto relevante para efeitos do EEE)	Cecília Honório (BE)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 07.09.2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 248/2011 de 07.09.2011
COM(2011)326 SEC(2011)686 SEC(2011)687	Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao direito de acesso a um advogado em processos penais e ao direito de comunicação após a detenção. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.	Isabel Alves Moreira (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 14.09.2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 266/2011 de 14.09.2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)327	LIVRO VERDE - Reforçar a confiança mútua no espaço judiciário europeu - Livro Verde sobre a aplicação da legislação penal da UE no domínio da detenção [].	José Luis Ferreira (PEV)	CONCLUÍDO	Aprovado na reunião de 02.11.2011, com a seguinte votação Partes I e II e o n.º 2 da Parte III aprovados por unanimidade tendo o ponto 1 da parte III sido aprovado com os votos favoráveis do PCP, BE e PEV e a abstenção PSD, PS e CDS - Of. à CAE n.º 570/2011 de 02.11.2011
COM2011)160 SEC(2011)396	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório de 2010 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE. Esta iniciativa tem ainda associado o seguinte documento: Documento de Trabalho.	Elza Pais (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade reunião de 19.10.2011, registando-se a ausência do PEV - Of. à CAE n.º 499/2011 de 19.10.2011
COM(2011)175 SEC(2011)430	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação desde 2007 da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros. Esta iniciativa tem ainda associado o seguinte documento: Documento de Trabalho.	Teresa Anjinho (CDS/PP)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 7-12-2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 748/2011 de 7-12-2011 Remetido ao MAI e MJ através do Of. n.º 766/2011 de 7-12-2011
COM(2011)176	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO com base no artigo 8.º da Decisão 2007/845/JAI do Conselho, de 6 de Dezembro de 2007, relativa à cooperação entre os gabinetes de recuperação de bens dos Estados-Membros no domínio da deteção e identificação de produtos ou outros bens relacionados com o crime	Hugo Lopes Soares (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 7-12-2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 746/2011 de 7-12-2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)249	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos fundamentais e cidadania» para o período 2007 – 2013	Elza Pais (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 11-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 96/2012 de 11-01-2012 Remetido CIG e ACIDI através do Of. n.º 95/2012 de 11-01-2012
COM(2011)255	RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório de avaliação intercalar do programa Justiça Penal	Jorge Lação (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 18-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 118/2012 de 18-01-2012
COM(2011)291 SEC(2011)620	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO: Relatório anual em matéria de imigração e asilo (2010). Esta iniciativa tem ainda associado o seguinte documento: Documento de Trabalho.	Maria Paula Cardoso (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 13-12-2011, registando-se a ausência do PCP e do PEV Of. à CAE n.º 784/2011 de 13-12-2011
COM(2011)309 SEC(2011)663	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU com base no artigo 9.º da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de Julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no sector privado. Esta iniciativa tem ainda associado o seguinte documento: Documento de Trabalho	Paulo Ribeiro (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade reunião de 09.11.2011 - Of. à CAE n.º 623/2011 de 09.11.2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)319	Proposta alterada de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de proteção internacional. Esta iniciativa vem acompanhada de um Anexo com a Explicação pormenorizada da proposta alterada.	João Lobo (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade reunião de 02.11.2011 - Of. à CAE n.º 571/2011 de 02.11.2011
COM(2011)320	Proposta alterada de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo. Esta iniciativa vem acompanhada de um Anexo com a Explicação pormenorizada da proposta alterada	Maria Paula Cardoso (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade reunião de 09.11.2011 - Of. à CAE n.º 624/2011 de 09.11.2011
COM(2011)343 SEC(2011)709	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual sobre as políticas de ajuda humanitária e de proteção civil da União Europeia e sua aplicação em 2010. Esta iniciativa tem ainda associado o seguinte documento: Documento de Trabalho.	Manuel Meirinho (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 13-12-2011, registando-se a ausência do PCP e do PEV Of. à CAE n.º 783/2011 de 13-12-2011
COM(2011)346	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO RELATIVO AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE VISTOS (VIS) EM 2010 (apresentado em conformidade com o artigo 6.º da Decisão 2004/512/CE do Conselho).	João Oliveira (PCP)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 18-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 122/2012 de 18-01-2012
COM(2011)318	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a avaliação intercalar do Programa Quadro «Segurança e Proteção das Liberdades» (2007-2013).	Deputado Jorge Lação (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 18-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 119/2012 de 18-01-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)445 SEC(2011)937 SEC(2011)938	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria uma decisão europeia de arresto de contas para facilitar a cobrança transfronteiriça de créditos em matéria civil e comercial. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.	Carlos Peixoto (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 06.10.2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 455/2011 de 06.10.2011
COM(2011)522	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à cooperação administrativa através do Sistema de Informação do Mercado Interno («Regulamento IMI»).	Pita Ameixa (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 06.10.2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 456/2011 de 06.10.2011
COM(2011)559	Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria um mecanismo de avaliação e controlo para verificar a aplicação do acervo de Schengen.	Isabel Oneto (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 19.10.2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 497/2011 de 19.10.2011
COM(2011)560	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais.	Isabel Oneto (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 19.10.2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 498/2011 de 19.10.2011
COM(2011)492	RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre a aplicação em 2010 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão.	Andreia Neto (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 7-12-2011, registando-se as ausências do PCP e do PEV Of. à CAE n.º 747/2011 de 7-12-2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)549	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as atividades da Unidade Central do EURODAC em 2010	Hugo Lopes Soares (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 13-12-2011, registando-se a ausência do PCP e do PEV Of. à CAE n.º 785/2011 de 13-12-2011
COM(2011)551	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - GERAR CONFIANÇA NUMA JUSTIÇA À ESCALA DA UE UMA NOVA DIMENSÃO PARA A FORMAÇÃO JUDICIÁRIA EUROPEIA	Carla Rodrigues (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 13-12-2011, registando-se a ausência do PCP e do PEV Of. à CAE n.º 782/2011 de 13-12-2011
COM (2011)573	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a uma política da UE em matéria penal: assegurar o recurso ao direito penal para uma aplicação efetiva das políticas da UE .	Luis Pita Ameixa (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 18-01-2012, registando-se a ausência do PEV. Of. à CAE n.º 120/2012 de 18-01-2012
COM(2011)556 SEC(2011)1043	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a aplicação da Recomendação do Conselho de 24 de Setembro de 1998 relativa à proteção dos menores e da dignidade humana e da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Dezembro 2006 relativa à proteção dos menores e da dignidade humana e ao direito de resposta em relação à competitividade da indústria europeia de serviços audiovisuais e de informação em linha -PROTEGER AS CRIANÇAS NO MUNDO DIGITAL-. Esta iniciativa tem ainda associado um Documento de Trabalho.	Maria Paula Cardoso (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 22.11.2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 658/2011 de 22.11.2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM (2011) 585	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Diretiva 2003/109/CE relativa ao estatuto dos nacionais de países terceiros residentes de longa duração.	Andreia Neto (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 21-12-2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 819/2011 de 21-12-2011 Remetido ao MAI através do Of. n.º 823/2011 de 21-12-2011
COM(2011)635 SEC(2011)1165 SEC(2011)1166	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um direito europeu comum da compra e venda. Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto e o Resumo da Avaliação de Impacto.	Isabel Moreira (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 22.11.2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 657/2011 de 22.11.2011
COM(2011)613	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: O Futuro do Fundo de Solidariedade da União Europeia.	João Lobo (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 21-12-2011, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 818/2011 de 21-12-2011
COM(2011)793 SEC(2011)1408 SEC(2011)1409	Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à resolução alternativa de litígios de consumo, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2009/22/CE (Diretiva RAL). Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto e o Resumo da Avaliação de Impacto.	Teresa Anjinho (CDS/PP)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 04-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 15/2012 de 04-01-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)794	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho à resolução de litígios de consumo em linha (Regulamento ODR)].	Teresa Anjinho (CDS/PP)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 04-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 17/2012 de 04-01-2012
COM(2011)735	LIVRO VERDE relativo ao reagrupamento familiar dos nacionais de países terceiros que vivem na União Europeia (Directiva 2003/86/CE) .	Andreia Neto (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 04-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 18/2012 de 04-01-2012
COM(2011)752	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições gerais aplicáveis ao Fundo para o Asilo e a Migração e ao instrumento de apoio financeiro à cooperação policial, à prevenção e luta contra a criminalidade e à gestão de crises.	Maria Paula Cardoso (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovada na reunião de 01-02-2012 com os votos favoráveis do PSD, CDS, PS e PCP e a abstenção do BE, registando-se ausência do PEV Of. À CAE 231/2012 de 01-02-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)753	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, um instrumento de apoio financeiro à cooperação policial, à prevenção e luta contra criminalidade e à gestão de crises.	Maria Paula Cardoso (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovada na reunião de 01-02-2012 com os votos favoráveis do PSD, CDS, PS e PCP e a abstenção do BE, registando-se ausência do PEV Of. À CAE 232/2012 de 01-02-2012
COM(2011)750	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, no âmbito do Fundo para a Segurança Interna, um instrumento de apoio financeiro em matéria de fronteiras externas e de vistos.	Maria Paula Cardoso (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovada na reunião de 01-02-2012 com os votos favoráveis do PSD, CDS, PS e PCP e a abstenção do BE, registando-se ausência do PEV Of. À CAE 229/2012 de 01-02-2012
COM(2011)751	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Fundo para o Asilo e a Migração.	Maria Paula Cardoso (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovada por unanimidade na reunião de 01-02-2012, registando-se ausência do PEV Of. À CAE 230/2012 de 01-02-2012
COM(2011)758 SEC(2011)1364 SEC(2011)1365	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, para o período de 2014 a 2020, o Programa Direitos e Cidadania. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.	Ana Catarina Mendes (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 25-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 190/2012 de 25-01-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)759 SEC(2011)1364 SEC(2011)1365	<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria, para o período de 2014 a 2020, o Programa Justiça. Esta iniciativa tem associados Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto, que já foram enviados a propósito da COM(2011)758.</p>	<p>João Lobo (PSD)</p>	<p>CONCLUÍDO</p>	<p>Aprovado por unanimidade na reunião de 18-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 121/2012 de 18-01-2012</p>
COM(2011)791	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU - Resolução alternativa de litígios de consumo no Mercado Único.</p>	<p>Teresa Anjinho (CDS/PP)</p>	<p>CONCLUÍDO</p>	<p>Aprovado por unanimidade na reunião de 04-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 16/2012 de 04-01-2012</p>
COM(2011)880	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia para o período 2013-2017</p>	<p>Elza Pais (PS)</p>	<p>CONCLUÍDO</p>	<p>Aprovado por unanimidade na reunião de 08-02-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 271/2012 de 8-02-2012</p>
COM(2011)844 SEC(2011)1478 SEC(2011)1479	<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui um instrumento financeiro para a promoção da democracia e dos direitos humanos a nível mundial. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.</p>	<p>Isabel Alves Moreira (PS)</p>	<p>CONCLUÍDO</p>	<p>Aprovado por unanimidade na reunião de 25-01-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 191/2012 de 25-01-2012</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)873 SEC(2011)1536 SEC(2011)1537 SEC(2011)1538	DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR). Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto, Resumo da Avaliação de Impacto e Anexos.	Teresa Anjinho (CDS)	CONCLUÍDO	Aprovado c/os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, abstenção do PCP e BE, a ausência do PEV reunião 22-02-2012 Of. à CAE n.º 352/2012 de 22-02-2012
COM(2011)934 SEC(2011)1632 SEC(2011)1630	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a um Mecanismo de Proteção Civil da União. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.	Paulo Ribeiro (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade na reunião de 29-02-2012. Of. à CAE n.º 374/2012 de 29-02-2012
COM(2012)35 SWD(2012)1 SWD(2012)2	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao Estatuto da Fundação Europeia (FE). Esta iniciativa tem associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto e Síntese da Avaliação de Impacto.	João Lobo (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do CDS/PP, PCP e PEV na reunião de 14-03-2012. Of. à CAE n.º 435/2012 de 14-03-2012
COM(2012)11 SEC(2012)72 SEC(2012)73	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (regulamento geral sobre a proteção de dados). Esta iniciativa tem os documentos: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.	Isabel Alves Moreira (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS/PP e com os votos contra do BE, na ausência do PEV na reunião de 14-03-2012. Of. à CAE n.º 436/2012 de 14-03-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2012)10	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas autoridades competentes para efeitos de prevenção, investigação, deteção e repressão de infrações penais ou de execução de sanções penais, e à livre circulação desses dados.	Isabel Alves Moreira (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado com os votos favoráveis do PSD, PS e CDS/PP e com os votos contra do BE, na ausência do PEV na reunião de 14-03-2012. Of. à CAE n.º 437/2012 de 14-03-2012
COM(2012)71 SWD(2012)20	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a aplicação da Diretiva 2003/8/CE relativa à melhoria do acesso à justiça nos litígios transfronteiriços, através do estabelecimento de regras mínimas comuns relativas ao apoio judiciário no âmbito desses litígios. Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho	Andreia Neto (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV na reunião de 11-04-2012. Of. à CAE n.º 610/2012 de 11-04-2012 e Of. n.º 613/2012 de 11-04-2012
COM(2012)90	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 92/65/CEE do Conselho no que respeita aos requisitos de saúde animal que regem o comércio e as importações na União de cães, gatos e furões.	Pedro Delgado Alves (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV na reunião de 11-04-2012 Of. à CAE n.º 608 e à CAM n.º 611/2012 de 11-04-2012
COM(2012)89	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à circulação sem carácter comercial de animais de companhia.	Pedro Delgado Alves (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV na reunião de 11-04-2012 Of. à CAE n.º 608/2012 de 11-04-2012 e Of. à CAM n.º 611/2012 de 11-04-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2012)85 SEC(2012)31 SEC(2012)32	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre o congelamento e o confisco do produto do crime na União Europeia. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.	Paulo Rios (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV na reunião de 11-04-2012 Of. à CAE n.º 609/2012 de 11-04-2012
COM(2012)99	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Diretiva 94/80/CE que estabelece as regras de exercício do direito de voto e de elegibilidade nas eleições autárquicas dos cidadãos da União residentes num Estado-Membro de que não tenham a nacionalidade.	Manuel Meirinho (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV na reunião de 28-03-2012. Of. à CAE n.º 534/2012 de 28-03-2012
COM (2012)126	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE [].	Andreia Neto (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV na reunião de 09-05-2012. Of. à CAE n.º 712/2012 de 09-05-2012
COM(2012)130 SWD(2012)63 SWD(2012)64	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços. Esta iniciativa tem ainda associados os documentos: a Avaliação de Impacto - e o Resumo da Avaliação de Impacto.	João Lobo (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do CDS-PP e PEV na reunião de 18-04-2012. Of. à CAE n.º 646/2012 de 18-04-2012
COM(2012)169 SWD(2012)84 SWD(2012)85	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório de 2011 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia []. Esta iniciativa tem associados os seguintes documentos: Documento de Trabalho da Comissão Europeia sobre “Application of the EU Charter of Fundamental Rights in 2011” [] e Documento de Trabalho da Comissão Europeia sobre “Progress on equality between women and men in 2011” [].	Elza Pais (PS)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV na reunião de 11-07-2012. Of. à CAE n.º 965/2012 de 11-07-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2012)168	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Diretiva 2005/60/CE relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo.	Hugo Lopes Soares (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do BE na reunião de 30-05-2012. Of. à CAE n.º 795/2012 de 30-05-2012
COM(2012)226 SWD(2012)133	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PE, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégias nacionais de integração dos ciganos: um primeiro passo para a aplicação do quadro da EU. Esta iniciativa tem ainda associado um Documento de Trabalho.	Isabel Simões (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV na reunião de 04-07-2012. Of. à CAE n.º 954/2012 de 04-07-2012
COM(2012)238 SWD(2012)135 SWD(2012)136	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à identificação eletrónica e aos serviços de confiança para as transações eletrónicas no mercado interno. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos de trabalho: a Avaliação de Impacto e o Resumo da Avaliação de Impacto.	João Lobo (PSD)	CONCLUÍDO	Aprovado por unanimidade, na ausência do PEV na reunião de 04-07-2012. Of. à CAE n.º 953/2012 de 04-07-2012
COM(2011)275 SEC(2011) 580 SEC(2011) 581	Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade.	Isabel Alves Moreira (PS)	CONCLUÍDO	Aprovados por unanimidade na reunião de 18-07-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 1023 de 18-07-2012
COM(2011)276	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO sobre o reconhecimento mútuo de medidas de proteção em matéria civil.	Isabel Alves Moreira (PS)	CONCLUÍDO	Aprovados por unanimidade na reunião de 18-07-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 1024 de 18-07-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
COM(2011)308	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU - Luta contra a corrupção na EU.	Filipe Neto Brandão (PS)	CONCLUÍDO	Aprovados por unanimidade na reunião de 18-07-2012, registando-se a ausência do PEV Of. à CAE n.º 1025 de 18-07-2012

Encontram-se pendentes (20):

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase
COM(2011)225	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Relatório de Avaliação sobre a Diretiva relativa à conservação de dados (2006/24/CE)	João Oliveira (PCP)	POR CONCLUIR
COM(2011)429	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Opções possíveis para a criação de um sistema europeu de deteção do financiamento do terrorismo	Isabel Alves Moreira (PS)	
COM(2011)455 SEC (2011)957	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Agenda europeia para a integração dos nacionais de países terceiros. Esta iniciativa tem ainda associado um Documento de Trabalho.	João Oliveira (PCP)	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase
COM(2011)561	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Governação Schengen - reforçar o espaço sem controlos nas fronteiras internas.	Isabel Oneto (PS)	POR CONCLUIR
COM(2011)564	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a cooperação no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos no âmbito da Parceria Oriental.	Teresa Anjinho (CDS/PP)	
COM(2011)596	PARECER DA COMISSÃO de 30.9.2011 sobre os pedidos de alteração do Estatuto do Tribunal de Justiça da União Europeia apresentados pelo Tribunal de Justiça.	Teresa Anjinho (CDS/PP)	
COM(2011)636	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: um Direito Europeu Comum da Compra e Venda para Facilitar as Transações Transfronteiras no Mercado Único.	Isabel Alves Moreira (PS)	
COM (2011) 588 SEC (2011)1093 SEC (2011)1094	Relatório da Comissão: 28.º Relatório Anual sobre o Controlo da Aplicação do Direito da UE (2010). Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: "Situation in the Different Sectors" e "Statistical Annex"	Ana Catarina Mendes (PS)	
COM(2011)907	Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório Intercalar sobre o Desenvolvimento do Sistema de Informação de Schengen de Segunda Geração (SIS II) - Janeiro de 2011 - Junho de 2011	Isabel Oneto (PS)	
COM(2011)713	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Avaliação estatística da criminalidade na UE: Plano de Ação estatístico 2011-2015	Isabel Oneto (PS)	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase
COM(2012)9	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Proteção da privacidade num mundo interligado: Um quadro europeu de proteção de dados para o século XXI	Isabel Alves Moreira (PS)	POR CONCLUIR
COM(2012)12 SEC(2012)75	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES com base no artigo 29.º, n.º 2, da Decisão-Quadro do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à proteção de dados pessoais tratados no âmbito da cooperação policial e judiciária em matéria penal Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho.	Isabel Alves Moreira (PS)	
COM(2012)140	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Luta contra a criminalidade na era digital: criação de um Centro Europeu da Cibercriminalidade.	Isabel Oneto (PS)	
COM(2012)81	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo à migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS+1) para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II) (reformulação).	João Lobo (PSD)	
COM(2012)250 SWD(2012)139	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - 3º Relatório Anual sobre a Imigração e o Asilo (2011). Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho	Cecília Honório (BE)	
COM(2012)230	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen: 1 de novembro de 2011 – 30 de abril de 2012.	Teresa Anjinho (CDS/PP)	
COM(2012)286	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012-2016.	Paula Cardoso (PSD)	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Fase
COM(2012)335	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um quadro de gestão da responsabilidade financeira relacionada com os órgãos jurisdicionais de resolução de litígios entre investidores e o Estado, criados por acordos internacionais em que a União Europeia é parte	João Lobo PSD)	POR CONCLUIR
COM(2012)334	Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - relatório intercalar sobre o desenvolvimento do sistema de informação Schengen de segunda geração (SIS II) (julho 2011 - dezembro 2011).	Teresa Anjinho (CDS/PP)	
COM(2012)254	Proposta alterada de Regulamento do PE e do Conselho relativo à criação do sistema «EURODAC» de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º [...] [que estabelece os critérios mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro ou um apátrida] e a pedidos de comparação com os dados EURODAC apresentados pelas autoridades responsáveis dos Estados-Membros e pela Europol para fins de aplicação da lei e que altera o Regulamento (UE) n.º 1077/2011 do PE e do Conselho que cria uma Agência europeia para a gestão operacional de sistemas informáticos de grande escala no espaço de liberdade, segurança e justiça (Reformulação)	Luís Pita Ameixa (PS)	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Foi deliberado não escrutinar (44):

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Obs
COM(2011)248	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Comunicação sobre a migração		DELIBERADO NÃO ESCRUTINAR
COM(2011)254	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório de avaliação intercalar do Programa «Daphne III» para 2007 – 2013.		
COM(2011)274 SEC(2011)580 SEC(2011)581	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Reforçar os direitos das vítimas na UE. Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto		
COM(2011)292	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Um diálogo sobre migração, mobilidade e segurança com os países do Sul do Mediterrâneo.		
COM(2011)293 SEC(2011)621	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a proteção dos interesses financeiros da União Europeia pelo direito penal e os inquéritos administrativos: Uma política integrada para proteger o dinheiro dos contribuintes []. Esta iniciativa tem ainda associado o seguinte documento: Documento de Trabalho.		
COM(2011)351	RELATÓRIO DA COMISSÃO - Relatório de avaliação intercalar sobre os resultados obtidos e os aspetos qualitativos e quantitativos da execução do programa de financiamento "Justiça civil".		
COM(2011)430 SEC(2011)912	RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre a avaliação da aplicação da Decisão 2005/387/JAI do Conselho relativa ao intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo de novas substâncias psicoactivas. Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho.		

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Obs
COM(2011)448 SEC(2011)940	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Aplicação dos critérios de repartição dos recursos pelos Estados-Membros no âmbito do Fundo para as Fronteiras Externas, do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros e do Fundo Europeu de Regresso. Esta iniciativa tem ainda associado o seguinte documento: Documento de Trabalho.		DELIBERADO NÃO ESCRUTINAR
COM(2011)459	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Bulgária no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação.		
COM(2011)460	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação.		
COM(2011)461	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1931/2006 para efeitos da inclusão da região de Kaliningrado e de certos distritos administrativos polacos na zona fronteiriça elegível		
COM(2011)680	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO: Fronteiras inteligentes - opções e via a seguir		
COM(2011)689	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Para uma resposta europeia mais eficaz na luta contra a droga		
COM(2011)696 SEC(2011)1311	Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Relatório de avaliação da aplicação do Mecanismo de Proteção Civil e do Instrumento Financeiro de Proteção Civil em 2007-2009. Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho.		

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Obs
COM(2011)743 SEC(2011)1353	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Abordagem global para a migração e a mobilidade. Esta iniciativa tem ainda associado um Documento de Trabalho.		DELIBERADO NÃO ESCRUTINAR
COM(2011)749 SEC(2011)1358 SEC(2011)1359	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Construir uma Europa aberta e segura: orçamento no domínio dos assuntos internos para o período 2014-2020. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.		
COM(2011)751	Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre os resultados obtidos e os aspetos qualitativos e quantitativos da execução do Fundo Europeu para a Integração de Nacionais de Países Terceiros no período 2007-2009 (relatório apresentado em conformidade com o artigo 48.º, n.º 3, alínea b), da Decisão n.º 2007/435/CE de 25 de Junho de 2007).		
COM(2011)790	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Primeiro relatório anual sobre a aplicação da Estratégia de Segurança Interna da UE.		
COM(2011)835	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativa ao reforço da solidariedade na União Europeia no domínio do asilo: Um programa da União Europeia para uma melhor partilha das responsabilidades e uma maior confiança mútua.		
COM(2011)857	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre os resultados obtidos e os aspetos qualitativos e quantitativos da execução do Fundo para as Fronteiras Externas no período 2007-2009 (relatório apresentado em conformidade com o artigo 52.º, n.º 3, alínea b), da Decisão n.º 574/2007/CE do Conselho de 23 de Maio de 2007).		

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Obs
COM(2011)858	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre os resultados obtidos e os aspetos qualitativos e quantitativos da execução do Fundo Europeu de Regresso no período 2007-2009 (relatório apresentado em conformidade com o artigo 50.º, n.º 3, alínea b), da Decisão n.º 575/2007/CE do Conselho de 23 de Maio de 2007).		DELIBERADO NÃO ESCRUTINAR
COM(2011)878	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU - Relatório sobre a aplicação e os efeitos da Diretiva relativa ao direito de sequência (2001/84/CE).		
COM(2011)882	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Dados abertos: Um motor de inovação, crescimento e governação transparente.		
COM(2011)904	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão do Gabão à Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.		
COM(2011)908	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão de Andorra à Convenção de Haia de 1980 sobre os aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.		
COM(2011)909	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão das Seicheles à Convenção de Haia de 1980 sobre os aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.		
COM(2011)911	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão da Federação da Rússia à Convenção da Haia de 1980 sobre os aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.		
COM(2011)912	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão da Albânia à Convenção de Haia de 1980 sobre os aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças		

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Obs
COM(2011)915	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão de Singapura à Convenção de Haia de 1980 sobre os aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.		DELIBERADO NÃO ESCRUTINAR
COM(2011)916	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão de Marrocos à Convenção de Haia de 1980 sobre os aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.		
COM(2011)917	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão da Arménia à Convenção de Haia de 1980 sobre os aspetos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.		
COM(2011)896 SEC(2011)1585 SEC(2011)1586	Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa aos contratos públicos. Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto e o Resumo da Avaliação de Impacto.		
COM(2011)897 SEC(2011)1588S EC(2011)1589	Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à adjudicação de contratos de concessão. Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto e o Resumo da Avaliação de Impacto.		
COM(2011)914 SEC(2011)1610 SEC(2011)1611	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao programa Hercule III para a promoção de ações no domínio da proteção dos interesses financeiros da União Europeia. Esta iniciativa tem ainda associados: a Avaliação de Impacto e o Resumo da Avaliação de Impacto.		
COM(2012)6 SEC(2012)55 SEC(2011)56	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a estratégia da União Europeia para a proteção e o bem-estar dos animais 2012-2015 Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto e Resumo da Avaliação de Impacto.		

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Obs
COM(2012)56	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO RELATÓRIO INTERCALAR sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação.		DELIBERADO NÃO ESCRUTINAR
COM(2012)57	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO RELATÓRIO INTERCALAR sobre os progressos realizados pela Bulgária no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação.		
COM(2012)154	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Atualização da gestão das relações com o autor da denúncia em matéria de aplicação do direito da União.		
COM(2012)179	Comunicação da comissão ao parlamento europeu, ao conselho, ao comité económico e social europeu e ao comité das regiões - Uma estratégia para a contratação pública eletrónica.		
COM(2012)268	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República da Moldávia que altera o Acordo entre a Comunidade Europeia e a República da Moldávia sobre a facilitação da emissão de vistos.		
COM(2012)239	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República da Turquia sobre a readmissão de pessoas que residem sem autorização.		
COM(2011)281	Proposta de Decisão do Conselho relativa à conclusão do Acordo entre a U.E e a Austrália sobre o tratamento e a transferência de dados do registo de identificação dos passageiros (PNR) pelas transportadoras aéreas para o Serviço Aduaneiro e de Proteção das Fronteiras australiano.	Perdeu a oportunidade (Informação da CAE de 13-09-2011)	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º da Iniciativa	Assunto	Deputado Relator	Obs
COM(2011)516	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 810/2009, de 13 de Julho de 2009, que estabelece o Código Comunitário de Vistos (Código de Vistos)	Isabel Oneto (PS) A apreciação ficou prejudicada pela aprovação do Regulamento nas instâncias europeias sem que a CACDLG se tivesse pronunciado em tempo	DELIBERADO NÃO ESCRUTINAR
COM(2011)807	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre os Estados Unidos da América e a União Europeia sobre a utilização e a transferência dos registos de identificação dos passageiros (PNR) para o Departamento da Segurança Interna dos Estados Unidos.	Isabel Oneto (PS) A apreciação ficou prejudicada pela aprovação da decisão nas instâncias europeias sem que a CACDLG se tivesse pronunciado em tempo	



6.Outros pareceres/relatórios

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias apreciou, no âmbito das suas competências, os seguintes relatórios, sobre os quais emitiu parecer ou debateu em audições:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- ✓ [Acordo - MAI-SEF e o Joint Research Centre da C.E., para cedência para efeitos de estudo de impressões digitais do SIPEP](#)
- ✓ [Relatório Anual do Provedor de Justiça relativo a 2010](#)
- ✓ [Relatório Anual do Provedor de Justiça relativo a 2011](#)
- ✓ [Relatórios Anual de Segurança Interna RASI 2011](#)
- ✓ [Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças Jovens - CASA 2011](#)
- ✓ [Relatório das Audições realizadas no âmbito dos Serviços de Informação da República Portuguesa \(SIRP\)](#)

7. Petições

A Comissão apreciou trinta e cinco petições na 1.ª sessão legislativa da XII Legislatura.

Relativamente às petições que transitaram da anterior Legislatura, a CACDLG concluiu as onze (11) Petições que a seguir se identificam:

N.º	Autor	Assunto	Relator	Situação
169	João Miguel Fernandes Rebelo	Solicita a declaração de inconstitucionalidade da legislação relativa à exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez	Teresa Anjinho (CDS-PP)	Concluída
168	João Miguel Fernandes Rebelo	Solicita a alteração do Estatuto da Ordem dos Advogados no que concerne à liberdade de expressão e de informação dos advogados	António Filipe (PCP)	Concluída
167	João Miguel Fernandes Rebelo	Solicita a admissão do casamento poligâmico	Paulo Simões Ribeiro (PSD)	Concluída
166	João Miguel Fernandes Rebelo	Pretende que se solicite ao Ministério Público uma investigação às empresas públicas, por gestão danosa e tráfico de influências e que a Assembleia da República legisle no sentido de se pôr termo a despesas de representação e a regalias de titulares de cargos políticos e públicos.	Telmo Correia (CDS-PP)	Concluída
165	João Miguel Fernandes Rebelo	Solicita a declaração de inconstitucionalidade da Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e do financiamento das campanhas eleitorais	Manuel Meirinho Martins (PSD)	Concluída
164	Octávio Ribeiro	Pela criminalização do enriquecimento ilícito dos titulares de cargos políticos	Isabel Oneto (PS)	Concluída
161	Sandra Cristina Silva Costa	Solicitam a ratificação da Convenção do Conselho da Europa contra a exploração e o abuso sexual de crianças e a adoção de medidas de prevenção e combate ao tráfico	Elza Pais (PS)	Concluída

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

		sexual de crianças e jovens.		
160	José Miguel Silva Araujo	Solicitam que a Assembleia da República altere a lei que aprovou o regime jurídico do exercício da actividade de segurança privada no sentido de facilitar ao pessoal de vigilância o acesso a meios de defesa.	Isabel Oneto (PS)	Concluída
158	Ana Paula Miranda	Solicita que a Assembleia da República debata a questão da divulgação de sondagens relativas a sufrágios e que legisle no sentido de dilatar o período, anterior aos actos eleitorais, em que é proibida a sua publicação e difusão.	Teresa Anjinho (CDS-PP)	Concluída
138	Sandra Elisa Neto da Silva	Solicitam alteração do estatuto jurídico dos animais no Código Civil.	Hugo Lopes Soares (PSD)	Concluída
94	Eduardo Manuel Castro Guimarães de Carvalho Campos	Solicita a aprovação urgente de uma Resolução da Assembleia da República no sentido da fiscalização e avaliação da actuação recente da Comissão Nacional de Protecção de Dados.	Isabel Oneto (PS)	Concluída

Relativamente às petições que deram entrada na atual Legislatura, foram concluídas as dezanove (19) Petições que a seguir se identificam:

N.º	Autor	Assunto	Relator	Situação
107	Nuno Luís Mendonça Marreiros	Solicitam a demissão do Presidente da República.		Concluída Indeferimento Liminar
104	Maria Eunice Amaral de Campos Magalhães	Pretendem processar o Estado português pela demora na resolução do Processo 9041/04.8 TBMAL 2 4.º Juízo cível, Maia		Concluída Indeferimento Liminar
84	José Diniz de Abreu Pinto	Solicita a eliminação da imunidade parlamentar.	Paulo Rios de Oliveira (PSD)	Concluída
80	Associação Portuguesa de Direitos dos Animais e do Ambiente	Cumprimento do artigo 13.º do Tratado de Lisboa, que Portugal assinou e ratificou, e consequente a imediata alteração dos Códigos Civil e Penal, na parte respeitante aos animais, seres sencientes, e não coisas móveis.	Hugo Lopes Soares (PSD)	Concluída
68	David José Caldas Baptista da Silva	Pretende que seja realizado um Referendo Nacional relativo ao Novo Acordo Ortográfico.	Redistribuída à 8.ª Comissão (Educação, Ciência e Cultura)	Concluída
67	Sílvio Manuel de Sousa Mendes	Pretende que o dia 5 de Outubro continue a ser feriado por ser um dos mais importantes de Portugal como nação livre e independente.	Manuel Meirinho Martins (PSD)	Concluída
66	Franklin Pereira Lobo	Solicitam a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o objectivo de avaliar a aplicação da lei pelo 1.º Juízo do Tribunal de Execução de Penas de Lisboa no que se refere à concessão de licenças de saída jurisdicional e à aplicação da liberdade condicional.		Concluída Indeferimento Liminar

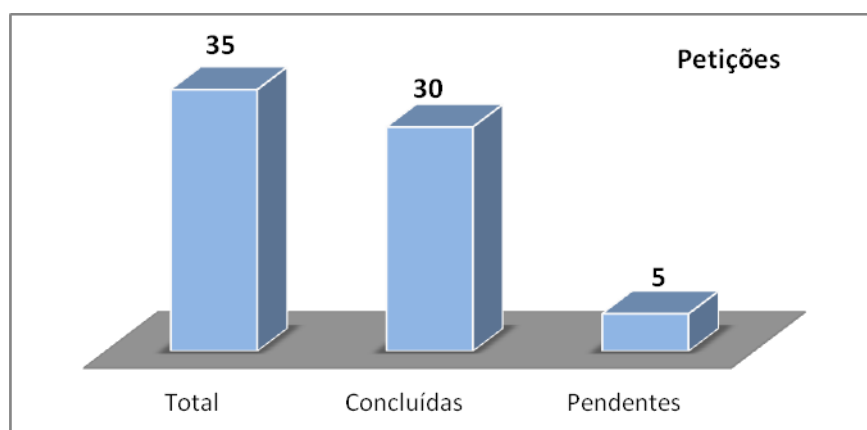
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

59	Luís Miguel de Matos Ribeiro	Solicita o apoio da Assembleia da República para que o dia 23 de Agosto seja considerado o "Dia Europeu da Memória das Vítimas do Estalinismo e do Nazismo".	Francisca Almeida (PSD)	Concluída
57	Associação do Comércio Audiovisual de Obras Culturais e de Entretenimento de Portugal	Solicita a alteração do artigo 823.º do Código de Processo Civil, no sentido de passar a ser impenhorável a casa de morada de família do executado se o exequente for o Estado, as autarquias locais ou a Segurança Social.	Hugo Lopes Soares (PSD)	Concluída
44	Carla Alves Oliveira	Solicitam que a Assembleia da República legisle no sentido de reformular a forma de pagamento das compensações devidas aos advogados inscritos no Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais.	Carlos Peixoto (PSD)	Concluída
34	João Miguel Fernandes Rebelo	Solicita que se reflecta sobre a utilidade da Provedoria de Justiça e consequentemente se pondere a sua extinção.	Andreia Neto (PSD)	Concluída
30	Alexandre Moura e Silva Nogueira Pestana	Solicita a revogação da Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio que aprova o casamento homossexual.	Isabel Alves Moreira (PS)	Concluída
21	João Miguel Fernandes Rebelo	Pretende a verificação, pelo Tribunal Constitucional, da constitucionalidade da Lei n.º 16/2007, de 17 de Abril, que permite à mulher a interrupção voluntária da gravidez até à 10ª semana.		Concluída Indeferimento Liminar
18	Pedro de França Ferreira Marques de Sousa	Solicitam a constituição de um Governo de iniciativa presidencial liderado por Medina Carreira, com apoio parlamentar maioritário.		Concluída Indeferimento Liminar
10	Movimento Democrático de Mulheres	Dar dignidade à vida das mulheres.	Maria Paula Cardoso (PSD)	Concluída
4	José Alexandre do Carmo Marques Correia	Solicita que a Assembleia da República realize um debate sobre o elevado número de votos em branco nas eleições legislativas e que legisle no sentido de os votos em branco passarem a ser contabilizados na distribuição de mandatos	Manuel Meirinho Martins (PSD)	Concluída
3	António Luís Marques Pereira	Solicita que as candidaturas aos diversos actos eleitorais possam também ser apresentadas por grupos de cidadãos eleitores, à semelhança do previsto para as eleições dos órgãos das autarquias locais	Manuel Meirinho Martins (PSD)	Concluída
2	Mário Jorge Silva Amorim	Solicita o fim das corridas de touros em Portugal.	Redistribuída à 8.ª Comissão (Educação, Ciência e Cultura)	Concluída
1	Luís Miguel de Brito Mamede Alves	Pretende que seja retomada a possibilidade que já fora prevista na Lei n.º 14/79 (Lei Eleitoral para a Assembleia da República), mais tarde revogada pela Lei n.º 10/95, de 7 de Abril, no sentido de permitir o "voto por correspondência" a todos os militares que se encontrem em missão, no território nacional ou no estrangeiro.	Manuel Meirinho Martins (PSD)	Concluída

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Encontram-se em fase de apreciação as cinco (5) petições abaixo indicadas:

Nº	Autor	Título	Relator	Situação
142/XII/1	Câmara Municipal de Sabrosa	Solicitam a manutenção do Tribunal Judicial de Sabrosa.	Teresa Anjinho (CDS-PP)	Em apreciação
139/XII/1	João António Correia Martins	Pretende que sejam criadas condições para a concretização do n.º 3 da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto (Regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros).	Paulo Simões Ribeiro (PSD)	Em apreciação
125	Teresa de Jesus da Conceição Fernandes	Contra o encerramento do tribunal de Ansião.	Ricardo Rodrigues (PS)	Em apreciação
124/XII/1	Salvador Manuel Jóia da Costa	Solicita a aprovação de legislação que criminalize a violação da liberdade de religião.	Pedro Delgado Alves (PS)	Em apreciação
106/XII/1	Sindicato dos Enfermeiros Portugueses	Solicita que a Assembleia da República requeira ao Tribunal Constitucional, em fiscalização abstrata sucessiva, a declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral do n.º 7 do artigo 4.º e do artigo 8.º do Regulamento das Custas Processuais (Lei n.º 7/2012, de 13 de Fevereiro).	João Oliveira (PCP)	Em apreciação



8. Audições

Audições Concedidas a membros do Governo XII Legislatura - 1ª. Sessão Legislativa

Data da Audição	Membro do Governo	Assunto
2012-07-10	Ministro da Administração Interna	Audição do Ministro da Administração Interna, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (incluindo um

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

	S.E. da Administração Interna S.E. Adjunto do Ministro da Administração Interna	primeiro ponto sobre a Proposta de regulamento que altera o Código de Fronteiras Schengen e Proposta alterada de regulamento que cria um mecanismo de avaliação e controlo para verificar a aplicação do acervo Schengen)
2012-06-20	S.E. dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	Audição realizada nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República
2012-06-19	Ministra da Justiça S.E. da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministro da Justiça	Audição realizada nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República
2012-06-19	Ministro da Administração Interna S.E. da Administração Interna	Audição realizada no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS
2012-05-30	Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	Audição realizada no âmbito dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do BE e do PCP
2012-05-15	Ministro da Administração Interna S.E. Adjunto do Ministro da Administração Interna S.E. da Administração Interna	Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (incluindo RASI 2011)
2012-05-15	Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	Audição para prestar esclarecimentos sobre o eventual envio da parte do ex-Diretor do SIED, Dr. Jorge Silva Carvalho, de um relatório para a reestruturação dos serviços de informação (requerida pelo Grupo Parlamentar do BE)
2012-05-02	Ministro da Justiça S.E. da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministro da Justiça	Audição realizada nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República
2012-04-04	Ministro da Administração Interna	Audição com o objetivo de ser feita a avaliação da intervenção das forças policiais nas manifestações de 22 de março de 2012, em Lisboa e no Porto, no quadro das opções de segurança interna do atual Governo (requerida pelo Grupos Parlamentares do PCP e BE)
2012-03-28	S.E. dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	Audição realizada nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República e sobre o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, no sentido de ser feito o diagnóstico da situação das mulheres em Portugal, bem como das medidas adotadas pelo Governo em matéria de igualdade de género
2012-01-17	Ministro da Administração Interna S.E. Adjunto do Ministro da Administração Interna S.E. da Administração Interna	Audição realizada nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República
2011-11-16	Ministro da Administração Interna S.E. Adjunto do Ministro da Administração Interna S.E. da Administração Interna	No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XI - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012"
2011-11-16	S.E. Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XI - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012"
2011-11-15	Ministro da Justiça S.E. da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministro da Justiça	Apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XI - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012"
2011-10-14	S.E. dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	Audição realizada nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República
2011-10-13	Ministro da Administração Interna S.E. da Administração	Audição para prestar esclarecimentos sobre alegado relatório da PSP sobre vigilância a movimentos sociais (Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP)
2011-09-27	Ministro da Justiça S.E. da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministro da Justiça	Audição realizada nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República
2011-09-14	Ministro da Administração Interna S.E. Adjunto do Ministro da Administração Interna S.E. da Administração Interna	Audição para prestar esclarecimentos sobre o congelamento das progressões nas Forças Armadas e de segurança e averiguar quais as ações e omissões do anterior Governo nesta matéria (requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2011-07-26	Ministro da Administração Interna S.E. da Administração Interna	Audição conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar sobre o dispositivo de proteção civil no combate aos fogos florestais e sobre as matérias mais relevantes da agenda da Reunião informal do Conselho de Justiça e Assuntos Internos da UE, de 18 de Julho, na Polónia.
------------	--	--

**Audições Concedidas a Outras Entidades
XII Legislatura - 1ª. Sessão Legislativa**

Data da Audição	Entidade	Assunto
2012-07-11	Procurador-Geral da República de Angola	Audição do Procurador-Geral da República de Angola, Dr. João Maria Moreira de Sousa
2012-06-27	Provedor de Justiça, Dr. Alfredo José de Sousa	Audição do Provedor de Justiça para apresentação do Relatório Anual 2011, nos termos do n.º 3 do artigo 238.º do Regimento da Assembleia da República
2012-06-26	Prof.ª Dr.ª Maria José Reis Rangel de Mesquita Juiz Desembargador Fernando Vaz Ventura Juíza Desembargadora Maria de Fátima Mata-Mouros de Aragão Soares Homem	Audição dos candidatos a Juizes do Tribunal Constitucional, nos termos da alínea b) do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República
2012-06-14	Morten Kjaerum, Diretor da Agencia para os Direitos Fundamentais da União Europeia	Audição do Diretor da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, Morten Kjaerum
2012-06-01	Secretário-Geral dos Serviços de Informações da República Portuguesa Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações da República Portuguesa Comissão de Fiscalização de Dados dos Serviços de Informações da República Portuguesa	Audição realizada no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS
2012-05-15	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna, Juiz Desembargador Antero Luís	Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República (incluindo RASI 2011)
2012-05-04	Comissária Europeia Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania	Audição conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus e com a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, para debater os temas: "Reforçar os direitos das Vítimas; Direito Europeu Comum de Compra e Venda; Proteção de dados; Cidadania e Direitos Fundamentais e Igualdade de Género
2012-04-18	Prof.ª Dra. Maria Filipa Pires Urbano da Costa Calvão Prof.ª Dra. Ana Cristina	Audição conjunta das candidatas à Comissão Nacional de Proteção de Dados, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º do RAR
2012-03-21	Comissão da Liberdade Religiosa	Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 42/XII/1.ª (GOV) - Aprova a lei-quadro das fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966
2012-03-21	Centro Português de Fundações	Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 42/XII/1.ª (GOV) - Aprova a lei-quadro das fundações e altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966
2012-02-22	Procurador-Geral da República, Conselheiro Fernando Pinto Monteiro Vice-Procuradora Geral da República, Conselheira Isabel São Marcos	Audição sobre o Relatório de execução da Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho (Lei de Política Criminal para o biénio 2009-2011), nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (Lei Quadro da Política Criminal)
2012-02-15	Professora Doutora Margarida Salema, Presidente da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos	Audição realizada no âmbito da apreciação na especialidade do projeto de lei n.º 111/XII/1.ª (PS) - "Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais".
2011-12-21	Dr. José António Branco	Audição do candidato ao Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, cuja designação compete à Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República e do artigo 8.º

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

		da Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional)
2011-12-14	Prof. Dr. Nuno Piçarra	Audição dos candidatos ao cargo de juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto (conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus)
2011-12-14	Prof. Dr. José Luís da Cruz Vilaça	Audição dos candidatos ao cargo de juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto (conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus)
2011-12-14	Dr. António José Robalo Cordeiro	Audição dos candidatos ao cargo de juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto (conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus)
2011-12-07	Deputado português ao Parlamento Europeu, Carlos Coelho	Audição conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça ao nível da União Europeia
2011-10-13	Paulo Óscar Pinto de Sousa	Audição ao candidato ao Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, cuja designação compete à Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República
2011-10-13	António Maria Pinto Leite Pedro Pestana Bastos José Francisco de Faria Costa António Borges Pires Paulo Jorge de Sousa Pinheiro Serafim Pedro Madeira Froufe Maria Helena Terra de Oliveira Brandão de Sousa Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz	Audição conjunta dos candidatos ao Conselho Superior de Magistratura, cuja designação compete à Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República
2011-10-12	Dr. Júlio Pereira, Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa	Audição do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa. (Requerimento do Grupo Parlamentar do BE)
2011-10-12	Dr. José Luís Bonifácio Ramos Dr. Rui Paulo Prata Assis Santos Dr. Alfredo José Leal Castanheira Neves Dr. Nuno Miguel da Silva Soares de Oliveira Dr. André Filipe Oliveira de Miranda	Audição conjunta dos candidatos ao Conselho Superior do Ministério Público, cuja designação compete à Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República
2011-10-07	Dr.ª Maria da Trindade Morgado Vale Dr.ª Maria do Rosário Carneiro	Audição aos candidatos a Comissão Fiscalizadora do Funcionamento dos Centros Educativos, cuja designação compete a Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República
2011-10-07	Professor Doutor António Agostinho Guedes	Audição conjunta dos candidatos ao Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, cuja designação compete a Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República
2011-10-06	Dr. José Casimiro Morgado, Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa	Audição do Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa. (Requerimento do Grupo Parlamentar do BE)
2011-09-30	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa	Audição sobre as alegadas fugas de informação do ex-diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, Dr. Jorge Silva Carvalho, e desenvolvimentos posteriores, designadamente os relativos à transmissão dos registos telefónicos de um jornalista.
2011-09-28	Conselheiro Alfredo José de Sousa, Provedor de Justiça	Audição sobre o Relatório Anual de 2010, nos termos do n.º 3 do artigo 238.º do Regimento da Assembleia da República
2011-09-21	Dr. Isabel Sequeira, Diretora Jurídica da PT (TMN)	Audição sobre as notícias veiculadas pelo jornal "Expresso", de 27 de Agosto de 2011, dando conta da eventual colaboração da PT (TMN) no registo das chamadas telefónicas de um jornalista (Requerimento do BE)
2011-09-20	Comissão para a Eficácia das Execuções	Audição acerca da atuação dos agentes de execução e o elevado número de pendências de processos executivos. (Requerimento do PSD)
2011-09-20	Comissão Executiva da Optimus	Audição acerca das notícias veiculadas pelo jornal "Expresso", de 27 de Agosto de 2011, dando conta da eventual colaboração da Optimus no registo das chamadas telefónicas de um jornalista (Requerimento do BE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2011-09-07	Dr. Jorge Silva Carvalho	Audição realizada no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PS, para ouvir, na qualidade de Ex-diretor do SIED, o Dr. Jorge Silva Carvalho
2011-08-04	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa	Audição sobre fugas de informação do ex-diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, Dr. Jorge Silva Carvalho.
2011-07-26	Autoridade Nacional de Proteção Civil	Audição conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar sobre o dispositivo de proteção civil no combate aos fogos florestais e sobre as matérias mais relevantes da agenda da Reunião informal do Conselho de Justiça e Assuntos Internos da UE, de 18 de Julho, na Polónia.

9. Audiências

XII LEGISLATURA - 1ª Sessão Legislativa

Entidade	Assunto	Data da Audiência
Juiz Conselheiro Manuel José Carrilho de Simas Santos - Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN	Funcionamento do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN	2012-06-25
Areal - Associação dos Resorts do Alentejo Litoral	Revisão da lei de enquadramento do estatuto de concessão de vistos e de residência de estrangeiros em Portugal	2012-05-11
Associação Sindical dos Juizes Portugueses	Apresentação de cumprimentos	2012-04-26
Associação Pais para Sempre	Apresentação de propostas de alteração ao regime jurídico da mediação familiar e de proteção dos direitos das crianças	2012-04-17
Conselho Português para os Refugiados	Audiência sobre a situação humanitária da população refugiada em Portugal	2012-03-27
Grupo de Peritos GRETA - Group of Experts on Action Against Trafficking in Human Beings	Reunião de trabalho no sentido de promover o conhecimento dos mecanismos de intervenção na área do tráfico de seres humanos, bem como no âmbito do Relatório elaborado por Portugal sobre a temática	
União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia - UPASD	O direito a liberdade religiosa. Direitos individuais. Dispensa do Trabalho, de aulas e exames	2012-02-08
Comissão de Reforma da Assembleia Nacional de Cabo Verde	Audiência de uma delegação da Assembleia Nacional de Cabo Verde	2011-12-21
Conselho Superior da Magistratura	Audiência sobre a Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012", no que respeita às alterações propostas ao Estatuto dos Magistrados Judiciais (Lei n.º 21/85)	2011-11-09
Associação Sindical dos Diplomatas Portugueses	Comentar determinados aspetos relacionados com a Lei Eleitoral	2011-11-08
Juiz Conselheiro Manuel José Carrilho de Simas Santos - Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis ADN	Audiência sobre o relatório de atividades do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, referente ao ano de 2010 e 1.º semestre do ano de 2011.	2011-10-26
Embaixada da Áustria em Lisboa	Apresentação de cumprimentos	2011-10-18
Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais de Moçambique	Visita de Trabalho de uma Delegação do Parlamento Moçambicano	2011-09-27
Delegação Executiva da UGT Delegação pertencente à "Burma Campaign UK"	Situação de violação de Direitos Humanos na Burma	2011-09-16
Comissão Nacional de Proteção de Dados	Apresentação de cumprimentos e exposição dos assuntos mais prementes para a CNPD	2011-08-02

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

10. Eventos

EVENTOS
XII Legislatura - 1ª. Sessão Legislativa

Data do Evento	Assunto	Local
2012-01-24	Sessão de apresentação do livro "Mudar a Justiça Penal. Linhas da Reforma do Processo Penal Português"	Biblioteca da Assembleia da República
2011-12-13	Cerimónia de atribuição do Prémio Direitos Humanos 2011	Salão Nobre
2012-06-18	Independência Económica e Igualdade de Género no Mercado de Trabalho <i>Subcomissão de Igualdade</i>	Auditório do Novo Edifício

11. Deslocações/ Representações

XII Legislatura - 1ª. Sessão Legislativa
Deslocações

Data da Deslocação	Assunto	Local	Delegação
2012-03-20	Visita e Reunião de Trabalho	Conselho Superior do Ministério Público	Paulo Rios de Oliveira (PSD), Margarida Almeida (PSD), Andreia Neto (PSD), Cecília Honório (BE), Filipe Neto Brandão (PS), Isabel Oneto (PS), Jorge Lacão (PS), Luís Pita Ameixa (PS), Ricardo Rodrigues (PS), Elza Pais (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), José Luís Ferreira (PEV), Fernando Negrão (PSD), Hugo Lopes Soares (PSD), Hugo Velosa (PSD), Paulo Simões Ribeiro (PSD)
2012-03-06	Visita e Reunião de Trabalho	Conselho Geral da Ordem dos Advogados - Largo de São Domingos, 14 - 11669-060 Lisboa	Cecília Honório (BE), Filipe Neto Brandão (PS), Jorge Lacão (PS), Luís Pita Ameixa (PS), Ricardo Rodrigues (PS), Elza Pais (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Fernando Negrão (PSD), Hugo Lopes Soares (PSD), Hugo Velosa (PSD), Maria Paula Cardoso (PSD), Paulo Simões Ribeiro (PSD), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Andreia Neto (PSD)
2012-02-28	Visita e reunião de Trabalho	Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais - Rua de São Pedro de Alcântara - 1269-137 Lisboa	Jorge Lacão (PS), Luís Pita Ameixa (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Fernando Negrão (PSD), Hugo Lopes Soares (PSD), Hugo Velosa (PSD), Paulo Simões Ribeiro (PSD), João Lobo (PSD), Margarida Almeida (PSD), Andreia Neto (PSD), Cecília Honório (BE)
2012-02-21	Visita e Reunião entre uma Delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República e o Centro de Estudos Judiciários	Centro de Estudos Judiciários - Largo do Limoeiro - 1149-048 Lisboa	Sérgio Sousa Pinto (PS), Filipe Neto Brandão (PS), Jorge Lacão (PS), Luís Pita Ameixa (PS), Elza Pais (PS), Pedro Delgado Alves (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Carlos Peixoto (PSD), Fernando Negrão (PSD), Hugo Velosa (PSD), João Lobo (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2012-02-14	Visita e reunião nos Julgados de Paz de Cascais	Julgados de Paz de Cascais	Cecília Honório (BE), Jorge Lacão (PS), Luís Pita Ameixa (PS), Ricardo Rodrigues (PS), Elza Pais (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Fernando Negrão (PSD), Hugo Velosa (PSD), Maria Paula Cardoso (PSD), Margarida Almeida (PSD)
2012-02-14	Visita ao Estabelecimento Prisional de Tires	Estabelecimento Prisional de Tires	Cecília Honório (BE), Jorge Lacão (PS), Luís Pita Ameixa (PS), Ricardo Rodrigues (PS), Elza Pais (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Fernando Negrão (PSD), Hugo Lopes Soares (PSD), Hugo Velosa (PSD), Maria Paula Cardoso (PSD), Margarida Almeida (PSD), Andreia Neto (PSD)
2012-02-07	Visita e Reunião entre uma Delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República e o Conselho Superior de Magistratura	Conselho Superior da Magistratura - Lisboa	Cecília Honório (BE), Filipe Neto Brandão (PS), Isabel Oneto (PS), Jorge Lacão (PS), Luís Pita Ameixa (PS), Ricardo Rodrigues (PS), Teresa Anjinho (CDS-PP), João Oliveira (PCP), Fernando Negrão (PSD), Hugo Lopes Soares (PSD), Hugo Velosa (PSD), Maria Paula Cardoso (PSD), Teresa Leal Coelho (PSD), Paulo Simões Ribeiro (PSD)

XII Legislatura - 1ª. Sessão Legislativa Representações

Data	Assunto	Local	Delegação
2012-04-20	Meeting on the reform of Europol	Parlamento Europeu - Bruxelas	Isabel Oneto (PS)
2012-04-18	Tomada de Posse dos Membros dos Órgãos Sociais do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público	Centro de Estudos Judiciários	Fernando Negrão (PSD)
De 2012-04-17 a 2012-04-18	Seminar on the "National Referral Mechanism"	Parliamentarians Against Human Trafficking - Warsaw, Poland	Maria Paula Cardoso (PSD)
2012-04-12	Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Associação Sindical dos Juizes Portugueses - Triénio 2012/2015	Sede Nacional da ASJP - Edifício Arcis - Lisboa	Fernando Negrão (PSD)
2012-03-08	Sessão evocativa do Dia Internacional das Mulheres	Novo Edifício da Assembleia da República	Fernando Negrão (PSD)
2012-03-08	Dia Internacional das Mulheres	Hotel Mundial - Restaurante "Varandas de Lisboa"	Elza Pais (PS)
De 2012-03-07 a 2012-03-08	Reunião interparlamentar sobre "Equal Pay for Work of Equal Value"	Parlamento Europeu - Bruxelas	Teresa Anjinho (CDS-PP)
2012-03-02	IX Congresso do Ministério Público, subordinado ao tema "Justiça, Cidadania e Desenvolvimento"	Tivoli Marina Hotel - Vilamoura	Fernando Negrão (PSD)
De 2012-02-22 a 2012-02-23	Seminário sobre "The relationship between National Human Rights Institutions and Parliaments"	Sérvia - Belgrado	Hugo Lopes Soares (PSD)
2012-01-31	Sessão Solene de Abertura do Ano Judicial	Supremo Tribunal de Justiça	Fernando Negrão (PSD)
De 2012-01-25 a 2012-01-26	Parliamentarians Against Human Trafficking - Good Practice Exchange	Senate, Parliament of the Netherlands, The Hague	Maria Paula Cardoso (PSD)
2011-11-25	Sessão Evocativa do Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra as Mulheres	Hospital Professor Doutor Fernando da Fonseca, EPE (Hospital Amadora Sintra)	Fernando Negrão (PSD)
De 2011-11-23 a 2011-11-25	"Seminar - Parliamentarians Against Human Trafficking"	House of Commons - Londres	Maria Paula Cardoso (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

2011-11-21	22.º aniversário da Convenção sobre os Direitos das Crianças	Sala do Senado	Fernando Negrão (PSD)
De 2011-10-28 a 2011-10-29	9.º Congresso dos Juizes Portugueses sob o lema "A mobilização do Direito no tempo das Crises"	Ponta Delgada	Fernando Negrão (PSD)
De 2011-10-05 a 2011-10-06	Controlo Democrático da Estratégia de Segurança Interna e sobre o papel da Europol, Eurojust e Frontex	Parlamento Europeu - Bruxelas	Hugo Velosa (PSD)

12. Requerimentos dos Grupos Parlamentares

Grupo Parlamentar	Requerimentos apresentados e aprovados
PSD	3
CDS-PP	1
PS	4
PCP	7
BE	5
PEV	0
Total	20



INDICE

1. Introdução
2. Reuniões
3. Organização Interna
4. Iniciativas legislativas
5. Iniciativas europeias
6. Outros pareceres/relatórios
7. Petições
8. Audições
9. Audiências
10. Eventos
11. Deslocações/ Representações
12. Requerimentos dos GP
13. Outras actividades

1. Introdução

O presente Relatório de Atividades diz respeito à atividade desenvolvida pela Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP) de 6 de Julho de 2011 a 20 de Julho de 2012.

As atividades levadas a cabo pela Comissão enquadram-se quer no cumprimento do respetivo Plano de Atividades, quer no seguimento de iniciativas supervenientes dos Grupos Parlamentares pelas competências que lhe estão adstritas.

Sem detrimento do exercício integral de tais competências, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas elegeu como temas prioritários para acompanhamento na 1ª Sessão Legislativa a Língua Portuguesa, a Diplomacia Económica e a Política de Cooperação.

Nesta 1ª Sessão Legislativa, deu-se continuidade à prática de audição de embaixadores portugueses no início de funções em novos postos, acompanhando mais de perto a ação da diplomacia nacional em algumas linhas definidas como prioritárias na política externa portuguesa.

O relatório é composto por 13 pontos onde se abordam, de forma muito sintética, as atividades desenvolvidas ao longo da Sessão, encontrando-se nos seguintes quinze anexos, que fazem parte integrante do presente relatório, os respetivos detalhes.

Acrescenta-se que toda a atividade da Comissão, bem como dos Relatores, se encontra publicitada na respetiva página da Internet, assim como reuniões, processo legislativo, petições, audiências, audições, deslocações e eventos.

2. Reuniões

Durante o período em análise a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas efetuou 55 reuniões distribuídas, conforme se segue:

Mês	Dia	Total
Julho	6, 12, 19, e 26	4
Agosto	4, e 25	2
Setembro	1, 8, 8, 20, 27 e 29	6
Outubro	6, 12, 18, e 25	4
Novembro	2, 9, 16, e 23	4
Dezembro	6, 13, e 20,	3
Janeiro	3, 10, 17, 24 e 31	5
Fevereiro	7, 14, 21 e 28	4
Março	6, 20 e 27	3
Abril	3, 10, 13, 18, 20, e 26	6
Maio	2, 8, 9, 15, 23, e 29	6
Junho	5, 12, 19, 26	4
Julho	3, 10, 12, 17,	4
TOTAL		55

No dia 8 de Setembro de 2011, uma das reuniões teve carácter extraordinário e foi realizada conjuntamente com a Comissão de Defesa Nacional.

A reunião de 12 de Julho foi constituída por 2 partes, sendo a segunda parte conjunta com a Comissão de Agricultura e Mar.

Relativamente à 1ª Sessão Legislativa, apresenta-se o seguinte mapa com o cômputo geral de presenças e faltas às reuniões da Comissão:

Comissão e GP		Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Faltas	Total de Ausências	Total de reuniões
Comissão	PSD	523	74	1	23	6	104	55
	PS	366	31	3	27	2	63	
	CDS-PP	113	12	0	1	0	13	
	PCP	73	6	0	8	0	14	
	BE	28	11	0	15	0	26	
	PEV	---	---	---	---	---	---	
	Totais	1103	134	4	74	8	220	

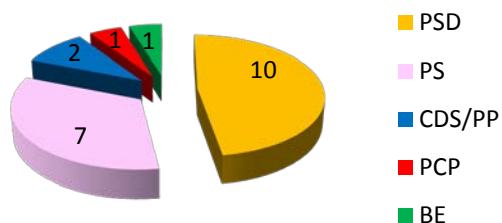
3. Organização Interna

A CNECP é constituída por 21 Deputados efetivos e 20 suplentes, repartidos da seguinte forma:

(ANEXO 1)

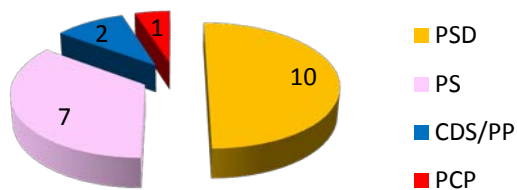
Efetivos:

10 do PSD; 7 do PS; 2 do CDS-PP; 1 do PCP e 1 do BE.

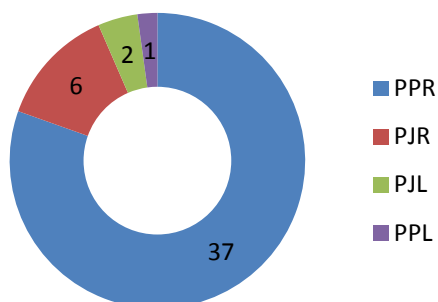


Suplentes:

10 do PSD; 7 do PS; 2 do CDS-PP; e 1 do PCP.



4. Iniciativas legislativas



Deram entrada na Comissão 3 iniciativas legislativas e 3 iniciativas de outra ordem:

- a Proposta de Lei nº 27/XII/1ª – Aprova o Orçamento do Estado para 2012 (OE 2012). Deputada Relatora Ângela Guerra (PSD);
- 2 Projetos de Lei (PJL); **(ANEXO 2)**
- 37 Propostas de Resolução (PPR), que foram distribuídas, tendo 33 sido objeto de parecer; **(ANEXO 2)**
- 6 Projetos de Resolução (PJR); **(ANEXO 3)**

Foram votados e aprovados 36 Pareceres, tendo ficado pendentes 4 PPRs. **(ANEXO 4)**

5. Iniciativas europeias

Foi distribuída a Proposta de Diretiva do Conselho relativa à proteção consular dos cidadãos da União Europeia no estrangeiro COM (2011) 881.

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas foi chamada a emitir parecer especiais sobre os seguintes documentos:

- ✚ A Conta Geral do Estado 2010, Deputado Relator José Lino Ramos (CDS/PP); Parecer aprovado na reunião de 28 de fevereiro 2012;
- ✚ O Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012, “Concretizar a renovação europeia”, Deputado Relator João Ramos (PCP); Parecer aprovado na reunião de 17 de janeiro de 2012.
- ✚ Relatório do Governo “Portugal na União Europeia – 2010”, Deputado Relator Pedro Filipe Soares (BE); Parecer aprovado na reunião de 9 de novembro de 2011.
- ✚ Deslocações do Presidente da República - foram emitidos 7 pareceres sobre os processos de autorização parlamentar para as deslocações do Presidente da República. **(ANEXO 13)**

7. Petições

(ANEXO 5)

Nesta 1ª Sessão Legislativa foram concluídas 2 Petições:

[Petição nº 163/XI/2ª](#) – “Visa assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa nos termos da alínea, do artº 74º, Capítulo III da Constituição da República Portuguesa”.
Deputado Relator: Paulo Pisco (PS).

[Petição nº 85/XII/1ª](#) – “Não ao encerramento do Vice-Consulado de Portugal em Osnabrück – Alemanha”
Deputado Relator: José Lino Ramos (CDS/PP).

Encontram-se em apreciação 2 Petições:

[Petição nº 74/XI/1ª](#) – “Pedem às autoridades políticas nacionais e regionais que, no âmbito das suas competências, façam tudo que esteja ao seu alcance para introduzir alterações ao acordo laboral que salvaguardem os direitos e interesses dos trabalhadores portugueses da Base das Lages”.

Deputada Relatora: Mónica Ferro (PSD).

[Petição nº 135/XII/1ª](#) – “Pela libertação de Asia Bibi”.

Deputado Relator: João Ramos (PCP).

8. Audições

(ANEXO 6)

Durante a 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura, a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas realizou 17 audições, assim discriminadas:

6 Audições ordinárias com o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, tendo 3 sido realizadas ao abrigo do disposto no artigo 104º, n.º 2 do Regimento da Assembleia da República.

A reunião de 16 de Novembro de 2011, foi conjunta com a Comissão de Orçamento e Finanças no contexto da discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2012;

4 Audições com Secretários de Estado, sendo:

3 com o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas ao abrigo do disposto no artigo 102º do Regimento da AR;

1 com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, ao abrigo do disposto no artigo 102º do Regimento da AR;

1 Audição com o Professor Braga de Macedo, na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho “Internacionalização e Desenvolvimento”. **(ANEXO 7)**

6 Audições com Embaixadores de Portugal colocados em novos postos. **(ANEXO 8)**

9. Audiências

A Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas realizou um total de 48 audiências, estando incluídas também as audiências concedidas pelo Presidente da Comissão, e 13 reuniões com diferentes entidades. **(ANEXOS 9,10 e 11)**

10. Eventos

O Presidente esteve presente em representação da Comissão em 3 eventos:

II Encontro Parlamentar Luso-Espanhol (Porto), conjuntamente com a Deputada Ângela Guerra (PSD)

Jantar oficial por ocasião do dia nacional da Suíça;

Jantar de despedida do Embaixador de Itália.

11. Deslocações/ Representações

Reuniões Internacionais:

O Presidente Alberto Martins (PS) e os Deputados Maria Paula Cardoso (PSD) e José Lino Ramos (CDS/PP), representaram a Comissão em reuniões da COFACC. **(ANEXO 12)**

A Deputada Mónica Ferro (PSD) representou a Comissão no Parlamento Europeu, em Reunião da Comissão para o Desenvolvimento e da Subcomissão para os Direitos Humanos do Parlamento Europeu.

12. Requerimentos dos GP

Deram entrada na Comissão 7 Requerimentos, tendo sido todos aprovados, para audição de membros do Governo e outros. **(ANEXO 14)**

13. Outras atividades

(ANEXO 15)

A Comissão realizou 2 Colóquios Diplomáticos, versando sobre os seguintes temas:

🚩 “Política Externa e Diplomacia Económica”

🚩 “A Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe – CELAC”

ANEXO 1

DEPUTADOS EFETIVOS:

1	<i>Presidente:</i>	<i>Alberto Martins</i>	PS
2	<i>Vice-Presidente:</i>	<i>Carlos Alberto Gonçalves</i>	PSD
3	<i>Vice-Presidente:</i>	<i>José Lino Ramos</i>	CDS-PP
4		<i>Carlos Páscoa Gonçalves</i>	PSD
5		<i>Maria Ester Vargas</i>	PSD
6		<i>Maria João Ávila</i>	PSD
7		<i>Maria Manuela Tender</i>	PSD
8		<i>Maria Paula Cardoso</i>	PSD
9		<i>Mário Magalhães</i>	PSD
10		<i>Mónica Ferro</i>	PSD
11		<i>Valter Ribeiro</i>	PSD
12		<i>Ângela Guerra</i>	PSD
13		<i>Basílio Horta</i>	PS
14		<i>Laurentino Dias</i>	PS
15		<i>Maria De Belém Roseira</i>	PS
16		<i>Maria Gabriela Canavilhas *</i>	PS
17		<i>Paulo Pisco</i>	PS
18		<i>Pedro Silva Pereira</i>	PS
19		<i>Nuno Magalhães</i>	CDS-PP
20		<i>Bernardino Soares</i>	PCP
21		<i>Pedro Filipe Soares</i>	BE

* Em 6 de outubro de 2011 o Deputado Augusto Santos Silva (PS), foi substituído pela Deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS).

DEPUTADOS SUPLENTE

1	<i>Adriano Rafael Moreira</i>	PSD
2	<i>Adão Silva</i>	PSD
3	<i>António Rodrigues</i>	PSD
4	<i>Bruno Vitorino</i>	PSD
5	<i>Joaquim Ponte</i>	PSD
6	<i>Luís Menezes</i>	PSD
7	<i>Miguel Frasquilho</i>	PSD
8	<i>Paulo Simões Ribeiro</i>	PSD
9	<i>Rosa Arezes</i>	PSD
10	<i>Ulisses Pereira</i>	PSD
11	<i>Ana Paula Vitorino</i>	PS
12	<i>Carlos Enes</i>	PS
13	<i>Ferro Rodrigues</i>	PS
14	<i>Glória Araújo</i>	PS
15	<i>Manuel Seabra</i>	PS
16	<i>Rosa Maria Bastos Albernaz</i>	PS
17	<i>Vitalino Canas</i>	PS
18	<i>Helder Amaral</i>	CDS-PP
19	<i>Teresa Anjinho</i>	CDS-PP
20	<i>João Ramos</i>	PCP

ANEXO 2

ORDEM	GP	DEPUTADO RELATOR	DIPLOMAS	ASSUNTO	DATA DISTRIBUIÇÃO	OUTRA COMISSÃO	RELATÓRIOS E PARECERES NA GENERALIDADE
1	PSD	Carlos Páscoa Gonçalves	PPR nº 2/XII/1ª	Aprova o Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, assinado em Bruxelas, a 6 de Outubro de 2010.	20-Set-11	CAE - 4ª COM	Aprovado na reunião da comissão de 25/10/2011
2	PS	Rosa Maria Albernaz	PPR nº 3/XII/1ª	Aprova o "Protocolo de Alteração do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em 25 e 30 de Abril de 2007" assinado no Luxemburgo, a 24 de Junho de 2010.	20-Set-11	CAE - 4ª COM	Aprovado na reunião da comissão de 2/11/2011
3	PSD	Carlos Páscoa Gonçalves	PPR nº 4/XII/1ª	Aprova o Acordo-Quadro entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Coreia, por outro, assinado em Bruxelas, a 10 de Maio de 2010.	20-Set-11	CAE - 4ª COM	Aprovado na reunião da comissão de 25/10/2011
4	PS	Rosa Maria Albernaz	PPR nº 5/XII/1ª	Aprova o Acordo de Transporte Aéreo entre o Canadá e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, assinado em Bruxelas, a 17 de Dezembro de 2009.	20-Set-11	CAE - 4ª COM	Aprovado na reunião da comissão de 2/11/2011
5	PSD	António Rodrigues	---	Proposta de constituição do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento - GPPSPD - na XII Legislatura	6-Out-11	---	Aprovado na reunião da comissão de 12/10/2011
6	PSD	Maria Manuela Tender	PPR nº 6/XII/1ª	Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República Argentina sobre a Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Lisboa, em 6 de Outubro de 2008	25-Out-11	CACDLG - 1ª	Aprovado na reunião da comissão de 6/12/2011
7	PS	Maria Belém Roseira	PPR nº 8/XII/1ª	Aprova o Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Cabo Verde, assinado em Lisboa, a 9 de Junho de 2010.	23-Nov-11	---	Aprovado na reunião de 13/12/2011

ANEXO 2

ORDEM	GP	DEPUTADO RELATOR	DIPLOMAS	ASSUNTO	DATA DISTRIBUIÇÃO	OUTRA COMISSÃO	RELATÓRIOS E PARECERES NA GENERALIDADE
8	CDS/PP	José Lino Ramos	PPR n.º 9/XII/1ª	Aprova o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Lisboa, em 30 de Abril de 2010.	6-Dez-11	---	Aprovado na reunião da comissão de 31/1/2012
9	PSD	Maria Paula Cardoso	PPR n.º 10/XII/1ª	Aprova o Tratado sobre a Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Portuguesa e a República do Peru, assinado em Lima, a 7 de Abril de 2010	6-Dez-11	CACDLG - 1ª	Aprovado na reunião de 20/12/2011
10	PS	Pedro Silva Pereira	PPR n.º 11/XII/1ª	Aprova, para adesão, uma Emenda ao Acordo relativo ao Fundo Monetário Internacional respeitante à Reforma do Diretório Executivo, adotada em conformidade com a Resolução n.º 66-2, de 15 de Dezembro de 2010, da Assembleia de Governadores do Fundo Monetário Internacional.	6-Dez-11	---	Aprovado na reunião da comissão de 31/1/2012
11	PSD	Mónica Ferro	PPR n.º 12/XII/1ª	Aprova, para adesão, a Convenção relativa ao Estatuto dos Apátridas, adotada em Nova Iorque, a 28 de Setembro de 1954.	3-Jan-12	CACDLG - 1ª	Aprovado na reunião da comissão de 31/1/2012
12	PSD	Valter Ribeiro	PPR n.º 13/XII/1ª	Aprova, para Adesão, a Convenção para a Redução dos casos de Apatridia, adotada em Nova Iorque, a 30 de Agosto de 1961.	3-Jan-12	CACDLG - 1ª	Aprovado na reunião da comissão de 31/1/2012
13	PS	Maria Gabriela Canavilhas	PPR n.º 14/XII/1ª	Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e os Emirados Árabes Unidos para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Abu Dhabi, a 17 de Janeiro de 2011	17-Jan-12		Aprovado na reunião de 14/2/2012
14	PSD	Ulisses Pereira	PPR n.º 15/XII/1ª	Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Reino da Noruega para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, a 10 de Março de 2011.	17-Jan-12		Aprovado na reunião de 14/2/2012

ANEXO 2

ORDEM	GP	DEPUTADO RELATOR	DIPLOMAS	ASSUNTO	DATA DISTRIBUIÇÃO	OUTRA COMISSÃO	RELATÓRIOS E PARECERES NA GENERALIDADE
15	PS	Paulo Pisco	PPR nº 16/XII/1ª	Aprova o Protocolo e o Protocolo Adicional, assinados em 7 de Setembro de 2010, que alteram a Convenção entre a República Portuguesa e o Grão-Ducado do Luxemburgo para Evitar as Duplas Tributações e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre Rendimento e o Património e o Respectivo Protocolo, assinados em Bruxelas, a 25 de Maio de 1999.	17-Jan-12		Aprovado na reunião de 14/2/2012
16	PSD	-----	COM (2011) 881	Proposta de Directiva do Conselho relativa à protecção consular dos cidadãos da União no estrangeiro	17-Jan-12		-----
17	PCP	João Ramos	PPR nº 17/XII/1ª	Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República do Panamá para evitar a Dupla Tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento, assinada na cidade do Panamá, a 27 de agosto de 2010.	24-Jan-12		Aprovado na reunião de 14/2/2012
18	BE	Pedro Filipe Soares	PPR nº 18/XII/1ª	Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República da Colômbia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Bogotá, em 30 de Agosto de 2010.	7-Fev-12		Aprovado na reunião de 14/2/2012
18	BE	Pedro Filipe Soares	PPR nº 19/XII/1ª	Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Hong Kong, em 22 de março de 2011.	7-Fev-12		Aprovado na reunião de 14/2/2012
18	BE	Pedro Filipe Soares	PPR nº 20/XII/1ª	Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e o Japão para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinada em Lisboa, em 19 de dezembro de 2011.	7-Fev-12		Aprovado na reunião de 14/2/2012

ANEXO 2

ORDEM	GP	DEPUTADO RELATOR	DIPLOMAS	ASSUNTO	DATA DISTRIBUIÇÃO	OUTRA COMISSÃO	RELATÓRIOS E PARECERES NA GENERALIDADE
19	CDS/PP	José Lino Ramos	PPR n.º 22/XII/1ª	Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Estado do Qatar para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Doha, em 12 de dezembro de 2011.	14-Fev-12	Por troca com o n.º 20	Aprovado na reunião de 21/2/2012
20	PS	Maria de Belém Roseira	PPR n.º 21/XII/1ª	Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais, assinada em Lanzarote, em 25 de outubro de 2007.	14-Fev-12	por troca com o n.º 19	Aprovado na reunião de 6/3/2012
21	PSD	Maria Paula Cardoso	PPR n.º 23/XII/1ª	Aprova a Convenção n.º 173 relativa à Proteção dos Créditos dos Trabalhadores em Caso de Insolvência do Empregador, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 79.ª Sessão, realizada em Genebra, em 23 de Junho de 1992.	21-Fev-12		Aprovado na reunião de 2/5/2012
22	PSD	Ester Vargas	PPR n.º 24/XII/1ª	Aprova a Convenção n.º 184 sobre a Segurança e a Saúde na Agricultura, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 89.ª Sessão, realizada em Genebra, em 21 de junho de 2001.	28-Fev-12		Aprovado na reunião de 2/5/2012
23	PS	Paulo Pisco	PPR n.º 25/XII/1ª	Aprova a Convenção n.º 183 relativa à Revisão da Convenção (Revista) sobre a Protecção da Maternidade, 1952. adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 88.ª Sessão, realizada em Genebra, a 15 de junho de 2000.	28-Fev-12		Aprovado na reunião de 2/5/2012
24	PSD	Mónica Ferro	PPR n.º 26/XII/1ª	Aprova o Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e os Seus Estados-Membros, assinado em Cotonou, em 23 de Junho de 2000, e alterado pela primeira vez no Luxemburgo, em 25 de Junho de 2005, assinado em Ouagadougou, em 22 de Junho de 2010	6-Mar-12		Aprovado na reunião de 10/4/2012

ANEXO 2

ORDEM	GP	DEPUTADO RELATOR	DIPLOMAS	ASSUNTO	DATA DISTRIBUIÇÃO	OUTRA COMISSÃO	RELATÓRIOS E PARECERES NA GENERALIDADE
25	PS	Paulo Pisco	PJL n.º 186/XII/1ª PSD	Altera a lei n.º 17/2003, de 4 de junho (Iniciativa Legislativa de Cidadãos), eliminando a discriminação existente em relação aos emigrantes portugueses.	20-Mar-12	1ª CACDLG	Aprovado na reunião de 10/4/2012
26	PSD	Maria Manuela Tender	PPR n.º 27/XII/1ª	Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste no Domínio da Defesa, assinado em Lisboa, em 27 de setembro e 2011	20-Mar-12	3ª CDN	Aprovado na reunião de 15/5/2012
27	PSD	Mário Magalhães	PPR n.º 29/XII/1ª	Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em matéria de Impostos sobre o Rendimento, assinado em Lisboa, em 27 de setembro de 2011	27-Mar-12	5ª COFAP	Aprovado na reunião de 15/5/2012
28	PS	Laurentino Dias	PPR n.º 31/XII/1ª	Aprova Anexos à Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Organizações Especializadas das Nações Unidas, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 21 de novembro de 1947	18-Abr-12	por troca com o n.º 30	Aprovado na reunião de 29/5/2012
29	CDS/PP	José Lino Ramos	PPR n.º 32/XII/1ª	Aprova o Acordo entre os Estados-Membros da União Europeia, reunidos no Conselho, sobre a Proteção das Informações Classificadas Trocadas no interesse da União Europeia, assinado em Bruxelas e, 25 de maio de 2011	2-Mai-12	---	Aprovado na reunião de 19/6/2012
30	PSD	Carlos Gonçalves	PJL n.º 203/XII/1ª PS	Primeira alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de Junho, que regula os termos e condições em que grupos de cidadãos eleitores exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia da República, eliminando a discriminação relativa aos portugueses residentes no estrangeiro.	3-Abr-12	1ª CACDLG por troca com o n.º 28	Aprovado na reunião de 10/4/2012
31	PS	Laurentino Dias	PPR n.º 33/XII/1ª	Aprova o Recesso por Parte da República Portuguesa do Tratado sobre o Estatuto Jurídico da EUROFOR, assinado em Roma, a 5 de julho de 2000	2-Mai-12	---	Aprovado na reunião de 12/6/2012

ANEXO 2

ORDEM	GP	DEPUTADO RELATOR	DIPLOMAS	ASSUNTO	DATA DISTRIBUIÇÃO	OUTRA COMISSÃO	RELATÓRIOS E PARECERES NA GENERALIDADE
32	PSD	Mónica Ferro	PPR ° 34/XII/1ª	Aprova as Emendas aos Artigos 1.º e 18.º do Acordo Constitutivo do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, que estendem as operações do Banco ao Mediterrâneo Sul e oriental, em conformidade com as Resoluções n.ºs 137 e 138, adotadas pelo Conselho de Governadores do Banco, a 30 de setembro de 2011	2-Mai-12	---	Aprovado na reunião de 8/5/2012
33	PSD	Valter Ribeiro	PPR ° 35/XII/1ª	Aprova o Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América, por um lado, a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro, assinado no Luxemburgo, a 16 de junho de 2011, e em Oslo, a 21 de junho de 2011	23-Mai-12		Aprovado na reunião de 10/7/2012
34	PS	Maria Gabriela Canavilhas	PPR ° 36/XII/1ª	Aprova o Acordo de Aviação Euro mediterrânico entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Reino Hachemita da Jordânia, por outro, assinado em Bruxelas em 15 de dezembro de 2010	23-Mai-12		Aprovado na reunião de 3/7/2012
35	PSD	Maria João Ávila	PPR ° 37/XII/1ª	Aprova o Acordo Adicional entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro, respeitante à aplicação do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América, por um lado, a União Europeia e os seus Estados-Membros, por outro, a Islândia, por outro, e o Reino da Noruega, por outro, assinado no Luxemburgo, em 16 de junho de 2011	23-Mai-12		Aprovado na reunião de 10/7/2012

(ANEXO 3)

PROJECTOS DE RESOLUÇÃO

Projeto de Resolução nº 57/XII/1ª (BE) - Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina e que apoie o pedido de adesão do Estado da Palestina às Nações Unidas

Projeto de Resolução nº 74/XII/1ª (CDS/PP) - Recomenda ao Governo o desenvolvimento de diligências diplomáticas tendentes à consagração da Dia Mundial em Memória das Vítimas do Terrorismo

Projeto de Resolução nº 112/XII/1ª (PCP) - Recomenda a implementação de mecanismo de salvaguarda do valor salarial dos trabalhadores do Estado Português no estrangeiro

Projeto de Resolução nº 140/XII/1ª (BE) - Recomenda ao Governo que rejeite a adesão da Guiné-Equatorial na CPLP

Projeto de Resolução nº 187/XII/1ª (PCP) - Recomenda a qualificação da rede consular e a sua adequação às necessidades das comunidades portuguesa no estrangeiro

Projeto de Resolução nº 223/XII/1ª (PS) - Recomenda ao Governo que não encerre seis postos consulares na Europa e que proceda a uma avaliação das necessidades em meios humanos e técnicos dos postos para que possam responder cabalmente às suas missões.

ANEXO 4

ORDEM	GP	DEPUTADO RELATOR	DIPLOMAS	ASSUNTO	DATA DISTRIBUIÇÃO	OUTRA COMISSÃO	RELATÓRIOS E PARECERES NA GENERALIDADE
36	PS		PPR ° 39/XII/1ª	Aprova o Acordo de Parceria Económica entre os Estados do CARIFORUM , por um lado, e a Comunidade Europeia e os Seus Estados-Membros, por outro, assinado em Bridgetown, Barbados, a 15 de Outubro de 2008, em Bruxelas, Reino da Bélgica, a 20 de Outubro de 2008, em Port-au-Prince, Haiti, em 10 de Dezembro de 2009, incluindo os Anexos, Protocolos e Declarações Conjuntas, Declarações, Declaração Conjunta e Ata Final.	3-Jul-12		
37	PSD		PPR ° 40/XII/1ª	Aprova o Acordo sobre o Espaço de Aviação Comum entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Geórgia, por outro, assinado em Bruxelas, em 2 de dezembro de 2010, incluindo os Anexos I a IV	3-Jul-12		
38	PCP		PPR ° 41/XII/1ª	Aprova as alterações à lista de compromissos específicos das Comunidades Europeias e seus Estados-Membros em matéria de serviços, anexa ao Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços, resultantes das Cartas Conjuntas das Comunidades Europeias e dos seus Estados-Membros, por um lado, e a Argentina, a Austrália, o Brasil, o Canadá, a China, o Território aduaneiro distinto de Taiwan, Penghu, Kinmen e Matsu, a Colômbia, Cuba, o Equador, Hong-Kong (China), os Estados Unidos da América, a Índia, o Japão, a Coreia, a Nova Zelândia, as Filipinas, a Suíça e os Estados Unidos da América, por outro lado, bem como dos Relatórios sobre o resultado das negociações conduzidas de acordo com a alínea a) do n.º 2 do Artigo XXI do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS).	10-Jul-12		
39	BE		PPR ° 42/XII/1ª	Aprova o Acordo Intercalar para um Acordo de Parceria Económica entre a Comunidade Europeia e os Seus Estados-Membros, por um lado, e a Parte África Central, por outro, assinado em Iauandé, em 15 de janeiro de 2009 e em Bruxelas em 22 de janeiro de 2009	17-Jul-12		

(ANEXO 5)

DISTRIBUIÇÃO DE PETIÇÕES								
ORDEM	GP	PETIÇÃO Nº	Nº ASSINATURAS	PETICIONANTE	ASSUNTO	RELATOR	DISTRIBUIÇÃO	SITUAÇÃO NA COMISSÃO
1	PSD	74/XI/1ª	4398	Hélio Francisco Pires Sales	Pedem às autoridades políticas nacionais e regionais que, no âmbito das suas competências, façam tudo que esteja ao seu alcance para introduzir alterações ao acordo laboral que salvaguardem os direitos e interesses dos trabalhadores portugueses da Base das Lages	XI - Deputado Miguel Coelho (PS) XII - Mónica Ferro (PSD)	Distribuída em 20/9/2011	Em Apreciação
2	PS	163/XI/2ª	6809	Rui Pedro Ribeiro da Costa	Visa assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa nos termos da alínea I, do artº 74º, Capítulo III da Constituição da República Portuguesa	XI - Deputado Jorge Costa (BE) XII - Paulo Pisco (PS)	Distribuída em 20/9/2011	Concluída
3	CDS/PP	85/XII/1ª	5242	Nelson dos Santos de Sousa Rodrigues	Não ao encerramento do Vice-Consulado de Portugal em Osnabrück (Alemanha)	Deputado José Lino Ramos (CDS/PP)	Distribuída em 31/1/2012	Concluída
4	PCP	135/XII/1ª	285	Bruno Santos Ribeiro	Pela libertação de Asia Bibi	Deputado João Ramos (PCP)	Distribuída em 5/6/2012	Em Apreciação

(ANEXO 6)

AUDIÇÕES DE MEMBROS DO GOVERNO
MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS (ao abrigo do art.º 104º, Nº 2 do Regimento da Assembleia da República)
<ul style="list-style-type: none">• 16 de novembro de 2011, às 9.30 horas - Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, no âmbito da discussão na especialidade do Orçamento de Estado para 2012.
<ul style="list-style-type: none">• 24 de janeiro de 2012 às 18.30 horas - Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
<ul style="list-style-type: none">• 12 de junho de 2012, às 19.05 horas – Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, ao abrigo do artº 104º, nº 2 do Regimento da Assembleia da República.
SECRETÁRIOS DE ESTADO (MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS)
SECRETÁRIO DE ESTADOS DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
<ul style="list-style-type: none">• 6 de outubro de 2011 às 18.30 horas - Audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.
<ul style="list-style-type: none">• 27 de março de 2012, às 15.00 horas - Audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.
<ul style="list-style-type: none">• 26 de junho de 2012, às 17.00 horas – Audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.
SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO
<ul style="list-style-type: none">• 28 de fevereiro de 2012, às 15.00 horas - Audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.
OUTRAS AUDIÇÕES DO MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
<ul style="list-style-type: none">• 25 de agosto de 2011, às 15.00 horas - Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.
<ul style="list-style-type: none">• 13 de abril de 2012, às 14.00 horas - Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre recentes acontecimentos na Guiné-Bissau.
<ul style="list-style-type: none">• 12 de julho de 2012, às 22.40 horas – Audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros sobre os Acordos União Europeia/Marrocós e União Europeia/Mercosul, no âmbito do requerimento do PCP, de 27 de Fevereiro de 2012.

(ANEXO 7)

OUTRAS AUDIÇÕES:

- 12 de outubro de 2011 – Professor Braga de Macedo, Coordenador do Grupo de Trabalho “Internacionalização e Desenvolvimento”

(ANEXO 8)

AUDIÇÕES

EMBAIXADORES DE PORTUGAL COLOCADOS EM NOVOS POSTOS:

- **20 de março de 2012, às 16.00 horas – audição conjunta com a CAE da nova Embaixadora de Portugal em Helsínquia, Fátima Perestrello.**
 - **3 de abril de 2012, às 16.30 horas – audição do novo Embaixador de Portugal em Dublin, Bernardo Futscher Pereira.**
 - **3 de abril de 2012, às 17.30 horas – audição da nova Embaixadora de Portugal em São Tomé e Príncipe, Paula Cepeda.**
 - **18 de abril de 2012, às 10.00 horas – audição do novo Embaixador de Portugal em Luanda, João da Câmara.**
 - **20 de abril de 2012, às 9.00 horas – audição conjunta com a CAE do novo Embaixador de Portugal em Roma, Manuel Lobo Antunes.**
 - **9 de maio de 2012, às 10.00 horas – audição do próximo Embaixador na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), Fezas Vital.**
-

(ANEXO 9)

AUDIÊNCIAS DO PRESIDENTE E VICE-PRESIDENTES COM EMBAIXADORES E OUTROS DIPLOMATAS

- 4 de agosto de 2011 – Embaixador da Federação da Rússia, Pavel Petrovskiy
 - 15 de setembro de 2011 – Embaixador da Turquia, Ali Kaya Savut
 - 21 de setembro de 2011 – Embaixador da Grécia, Vassillios Costis
 - 21 de setembro de 2011 – Embaixador da Argentina, Jorge Faurie
 - 21 de setembro de 2011 – Embaixador da Áustria, Bernhard Wrabetz
 - 21 de setembro de 2011 – Embaixador do Chile, Fernando Ayala
 - 22 de setembro de 2011 – Embaixador de Portugal em Cabo Verde (Cidade da Praia), Dr. Bernardo Lucena
 - 27 de setembro de 2011 – Embaixador do Paraguai, Luís António Fretes Carreras
 - 27 de setembro de 2011 – Embaixador do Iraque, Hussain Sinjari
 - 28 de setembro de 2011 – Embaixador da Suíça, Rudolph Schaller e Conselheiro Marzio Tartini
 - 7 de outubro de 2011 – Embaixador da Hungria, Norbert Konkoly
 - 11 de outubro de 2011 – Embaixadora da Argélia, Fatiha Selmane
 - 12 de outubro de 2011 – Embaixador de Cuba, Eduardo González Lerner
 - 18 de outubro de 2011 – Embaixador da Ucrânia, Oleksandr Nykonenko
 - 18 de outubro de 2011 – Embaixador da Geórgia, Giorgi Gorgiladze
 - 26 de outubro de 2011 – o Senhor Vice-Presidente Carlos Alberto Gonçalves recebe em audiência o Embaixador da Geórgia, Giorgi Gorgiladze
 - 3 de novembro de 2011 – Embaixador de França, Pascal Teixeira da Silva
 - 9 de novembro de 2011 – Embaixador da Bulgária, Ivan Petrov
 - 20 de novembro de 2011 – Embaixadora do Paquistão
 - 20 de dezembro de 2011 – Embaixador da Sérvia, Mirko Stefanovic
 - 20 de dezembro de 2011 – Embaixadora do Paquistão, Humaira Hasan
 - 17 de janeiro de 2012 – Embaixadora do Chipre, Thalia Petrides
 - 17 de janeiro de 2012 – Embaixador de Israel, Ehud Gol
 - 20 de janeiro de 2012 – Deputado da República do Paraguai, Julio Mineur
 - 1 de março de 2012 – Embaixadora da República Checa, Markéta Sarbochova
 - 1 de março de 2012 – Conjunta com os Embaixadores: Chile - Fernando Ayala; Cuba – Eduardo González Lerner; e Venezuela – Lucas E. Rincón Romero
 - 12 de julho de 2012 - Conselheiro Político-Económico da Embaixada dos Estados Unidos da América, Gabriel Escobar
-

(ANEXO 10)

AUDIÊNCIAS

AUDIÊNCIAS COLECTIVAS DA CNECP

- 16 de setembro de 2011 – Delegação da UGT - (Conjunta com 1ª 2ª e 4ª Comissão)
 - 27 de setembro de 2011 – Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas
 - 27 de setembro de 2011 – Plataforma Portuguesa das ONGD
 - 6 de outubro de 2011 – Sindicato dos Profissionais de Transportes Turismo e Outros Serviços do Distrito de Angra do Heroísmo
 - 23 de novembro de 2011 – Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas
 - 14 de fevereiro de 2012 – Grupo de Amigos de Olivença
 - 20 de março de 2012 – Grupo de Apoio ao Tibete
 - 8 de maio de 2012 - Plataforma Portuguesa das ONGD
 - 8 de maio de 2012 – Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais - IEEI
 - 8 de maio de 2012 – Instituto Marquês de Valle Flôr
 - 29 de maio de 2012 – Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das missões Diplomáticas
 - 14 de junho de 2012 - Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas
 - 3 de julho de 2012 - CGTP-IN Departamento Internacional
-

(ANEXO 11)

REUNIÕES E ENCONTROS COM ENTIDADES DIVERSAS

- 3 de agosto de 2011 – Delegação da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês – CCPPC
 - 8 de setembro de 2011 – Reunião com o Secretário-Geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen
 - 20 de outubro de 2011 – Ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional da Palestina, Riad Malki
 - 25 de outubro de 2011 – Comissão de Regulação Interna e Mandato dos Deputados (Comissão I) do Parlamento Nacional de Timor-Leste
 - 13 de março de 2012 – Vice-Presidente do conselho consultivo do Povo da Indonésia e Delegação, Lukman Hakim Saifuddin
 - 2 de abril de 2012 – Parlamentares Argentinos com o Embaixador da Argentina, Jorge Faurie
 - 15 de maio de 2012 – Delegação da Indonésia
 - 16 de maio de 2012 – Delegação do Kosovo
-

(ANEXO 12)

REUNIÕES INTERNACIONAIS
Varsóvia
De 4 a 6 de setembro de 2011 – Conferência dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos nacionais dos Estados membros da União Europeia, do Parlamento Europeu e dos países candidatos, (COFACC).
Esteve presente a Deputada Maria Paula Cardoso (PSD).
Bruxelas
Dia 11 de outubro de 2011 – Reunião da Comissão para o Desenvolvimento e da Subcomissão para os Direitos Humanos do Parlamento Europeu com os Parlamentos nacionais dos Estados membros da União Europeia, sobre a questão dos Direitos Humanos como condição para a política de desenvolvimento.
Esteve presente a Deputada Mónica Ferro (PSD).
Copenhaga
De 11 a 12 de março de 2012 – Conferência dos Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos Nacionais dos Estados membros da União Europeia, do Parlamento Europeu e dos países candidatos, (COFACC).
Esteve presente o Presidente Alberto Martins (PS).
Copenhaga
De 14 a 15 de maio de 2012 – Conferência dos Presidentes das Comissões de Ambiente e de Negócios Estrangeiros dos Parlamentos nacionais dos Estados membros da União Europeia, do Parlamento Europeu e dos países candidatos.
Esteve presente o Vice-Presidente José Lino Ramos (CDS/PP).

(ANEXO 13)

DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Pedido de assentimento da Assembleia da República à deslocação a Itália, nos dias 12 e 13 do mês de Outubro, a fim de proferir uma intervenção no Instituto Universitário Europeu de Florença e participar em Génova, a convite do seu homólogo italiano, na VII Reunião da COTEC Europa;

- Pedido de assentimento da Assembleia da República à deslocação a S. Paulo, dia 27 de Outubro, a fim de participar no Jantar Comemorativo dos 99 anos da Câmara de Comércio Portuguesa no Brasil, e a Assunção, Paraguai, nos dias 28 e 29 de Outubro para participar na XXI Cimeira Ibero-Americana;

- Pedido de assentimento da Assembleia da República à deslocação aos Estados Unidos da América, entre os dias 8 e 16 de Novembro, para presidir a uma sessão especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para contactos com a Comunidade Portuguesa nos Estados Unidos da América e para participar num programa de promoção dos interesses económicos do País na Califórnia.

- Pedido de assentimento da Assembleia da República à deslocação a Helsínquia entre os dias 8 e 11 do mês de Fevereiro, para participar na reunião de Chefes de Estado do “Grupo de Arraiolos”.

- Pedido de assentimento da Assembleia da República à deslocação a Timor-Leste e à Indonésia, entre os dias 17 e 29 do mês de maio, a convite dos seus homólogos, em Visitas de Estado, bem como em visita oficial, a Austrália e a Singapura.

- Pedido de assentimento da Assembleia da República à deslocação a Maputo nos dias 17 a 22 do mês de julho, a fim de participar na IX Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

- Pedido de assentimento da Assembleia da República à deslocação a Londres nos dias 27 e 28 do mês de julho, a fim de assistir à abertura dos Jogos Olímpicos de Londres 2012.

(ANEXO 14)

REQUERIMENTOS APRESENTADOS PELOS GRUPOS PARLAMENTARES
<ul style="list-style-type: none">• Requerimento do GP do PCP de 1 de setembro de 2011, para audição do sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas e do membro do Governo;
<ul style="list-style-type: none">• Requerimento do GP do PCP de 16 de fevereiro de 2012, para audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas;
<ul style="list-style-type: none">• Requerimento do GP do PSD de 21 de fevereiro de 2012, para audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas;
<ul style="list-style-type: none">• Requerimento do GP do PCP de 27 de fevereiro de 2012, para audição do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros;
<ul style="list-style-type: none">• Requerimento do GP do PS de 9 de maio de 2012, para audição do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas;
<ul style="list-style-type: none">• Requerimento do GP do PSD de 13 de julho de 2012, para audição do Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), Dr. Pedro Reis;
<ul style="list-style-type: none">• Requerimento do GP do PS de 17 de julho de 2012, para audição do Presidente da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Dr. Domingos Simões Pereira.

(ANEXO 15)

COLÓQUIOS DIPLOMÁTICOS

31 de janeiro de 2012 – “Política Externa e Diplomacia Económica”

28 de março de 2012 - “A Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe – CELAC”

INDICE

1. Introdução
2. Reuniões
3. Organização Interna
4. Iniciativas legislativas
5. Iniciativas europeias
6. Outros pareceres/relatórios
7. Petições
8. Audições
9. Audiências
10. Visitas/Deslocações em representação da Comissão
11. Requerimentos dos Grupos Parlamentares

ANEXO I

ANEXO II

1. Introdução

No final da 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura, caberá dar cumprimento ao estatuído no n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, através da apresentação de um relatório de atividades, do qual o presente relatório é uma versão preliminar.

Dá-se, assim, desde já nota do trabalho desenvolvido pela Comissão de Defesa Nacional no período compreendido entre 6 de julho de 2011 – data da tomada de posse da Comissão – e 19 de julho de 2012.

A Comissão de Defesa Nacional é a 3.^a Comissão Parlamentar Permanente e exerce as suas competências e controlo político nas áreas da Defesa Nacional e das Forças Armadas, bem como dos Assuntos do Mar sob tutela do Ministério da Defesa Nacional.

As competências da Comissão, como, aliás, toda a informação sobre as atividades desenvolvidas ao longo do período referido, podem ser consultadas na [página](#) da Comissão na internet.

Segue-se um breve resumo do trabalho levado a cabo, que se encontra mais detalhadamente explanado nos pontos seguintes do presente relatório.

No âmbito do processo legislativo, a Comissão de Defesa Nacional aprovou os pareceres relativos às iniciativas legislativas que baixaram para apreciação na generalidade, tendo ainda realizado a discussão de diversos projetos de resolução.

Foram também aprovados outros pareceres, nomeadamente os relativos ao Orçamento do Estado para 2011, à Conta Geral do Estado - 2010 e à participação de Portugal no processo de construção de União Europeia, na parte referente à Defesa Nacional. No que se refere ao escrutínio de iniciativas europeias, foram aprovados diversos pareceres sobre iniciativas no âmbito das áreas de competências da Comissão.

No que concerne a audições parlamentares, salienta-se que se realizaram no período referido 34 audições. Destas, 14 contaram com a presença de membros do Governo, incluindo as quatro audições regimentais obrigatórias por sessão legislativa, nos termos do Regimento da Assembleia da República, com o Ministro da Defesa Nacional sobre a política de defesa em geral. De entre as outras entidades recebidas em audição pela Comissão, refira-se o Representante Permanente de Portugal junto da NATO, o Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa e responsáveis de empresas públicas da área da defesa.

Sendo esta a primeira sessão legislativa da Legislatura, a Comissão deu prioridade aos contactos iniciais com os Ramos das Forças Armadas, começando por audições realizadas na Assembleia da República com os chefes militares, a que se seguiram diversas visitas a instalações e órgãos das Forças Armadas.

No âmbito das visitas, são de realçar a visita ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, à Marinha (Alfeite), ao Exército (Santa Margarida) e à Força Aérea (Montijo), bem como os exercícios militares a que a Comissão teve oportunidade de assistir.

O acompanhamento do envolvimento de militares portugueses em missões no estrangeiro, seja no âmbito das designadas «forças nacionais destacadas», seja no âmbito da cooperação técnico-militar, constituiu uma das facetas prioritárias do trabalho desenvolvido, designadamente através de audições sobre a matéria com responsáveis governamentais e militares e do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e das visitas aos Ramos.

É ainda de mencionar que a Comissão concedeu as audiências solicitadas através do grupo de trabalho criado para o efeito, e foram recebidos, como já é tradição da Comissão, os auditores do curso de Promoção a Oficial General, do Instituto de Estudos Superiores Militares, e do Curso de Defesa Nacional, do Instituto da Defesa Nacional.

Refira-se também que a Comissão de Defesa Nacional recebeu, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros, o Secretário-Geral da NATO, onde houve oportunidade de debater assuntos da atualidade relacionados com aquela organização, designadamente a preparação da Cimeira de Chicago e as alterações ao nível dos comandos.

No que se refere às petições, é de salientar que foi concluída a apreciação de todas as que foram distribuídas à Comissão, incluindo as transitadas da Legislatura anterior.

Finalmente, refira-se que a Comissão esteve presente, quer através do seu Presidente ou Vice-Presidentes em diversas cerimónias militares, tendo ainda sido assegurada representação em duas importantes conferências no estrangeiro em matérias da área de competências da Comissão.

2. Reuniões

Realizaram-se (até ao dia 19 de julho de 2012) 67 reuniões, distribuídas da seguinte forma:

Mês	Dia	Total
Julho	6, 12, 19 e 26	4
Agosto	23 e 30	2
Setembro	8, 14, 20 e 27	4
Outubro	6, 12, 13, 18, 25 e 27	6
Novembro	2, 8, 14, 15, 23 e 29	6
Dezembro	7, 13, 20 e 21	4
Janeiro	3, 10, 17, 24, 25 e 31	7
Fevereiro	7, 14, 22 e 28	4
Março	6, 7, 14, 20, 21, 22, 27 e 30	8
Abril	3, 10, 18 e 27	4
Maiο	2, 3, 8, 9, 15, 23 e 29	7
Junho	5, 6, 12, 20 e 26	5
Julho	3, 10, 11, 17, 18 e 19	6
		67

As atas das reuniões encontram-se disponíveis na [página da Comissão](#) na internet. No anexo I pode consultar-se informação sobre presenças e faltas.

3. Organização Interna

A Comissão de Defesa Nacional tomou posse no dia 6 de julho, e é composta por 21 membros efetivos e 21 suplentes (anexo II).

A mesa tem a seguinte composição:

Presidente: José de Matos Correia (PSD)
Vice-Presidente: Miranda Calha (PS)
Vice-Presidente: João Rebelo (CDS-PP)

A Comissão reúne em regra em plenário, tendo sido deliberado constituir um Grupo de Trabalho para as Audiências. Este Grupo de Trabalho é constituído por:

Hélder Sousa Silva (PSD) – coordenador
Rosa Maria Albernaz (PS)
João Gonçalves Pereira (CDS-PP)
António Filipe (PCP)
Mariana Aiveca (BE)

O Regulamento da Comissão foi aprovado por unanimidade na reunião de 19 de julho de 2011 e encontra-se disponível na [página da Comissão](#) na internet.

4. Iniciativas legislativas

Baixaram à Comissão oito projetos de lei, duas propostas de lei e uma proposta de resolução, tendo sido aprovados pareceres na generalidade sobre nove destas iniciativas. Foram ainda discutidos em Comissão três projetos de resolução.

4.1. Projetos de lei

N.º e autor	Assunto	Autor do Parecer	Estado
249/XII/1.ª (BE)	Reintegração ao abrigo do Decreto-Lei n.º 173/74, de 26 de abril.	António Filipe (PCP)	Aprovado parecer na generalidade e enviado para Plenário em 18.07.2012
156/XII/1.ª (PCP)	Determina a recomposição das carreiras dos Sargentos Fuzileiros Deficientes das Forças Armadas graduados em Sargento-Mor.	Carina Oliveira (PSD)	Aprovado parecer na generalidade e enviado para Plenário em 23.05.2012
153/XII/1.ª (PCP)	Amnistia as infrações disciplinares, aplicadas a militares, com motivação associativa e no exercício do direito de associativismo representativo militar.	Arménio Santos (PSD)	Aprovado parecer na generalidade e enviado para Plenário em 31.01.2012; Rejeitado na reunião plenária de 03.02.2012
147/XII/1.ª (PEV)	Procede à amnistia das infrações disciplinares cometidas por motivo do associativismo representativo nas Forças Armadas.	Arménio Santos (PSD)	Aprovado parecer na generalidade e enviado para Plenário em 31.01.2012; Rejeitado na reunião plenária de 03.02.2012
146/XII/1.ª (PSD, CDS-PP)	Segunda alteração à Lei n.º 44/86, de 30 de Setembro (Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência)	Rosa Maria Albernaz (PS)	Aprovado parecer na generalidade e enviado à Comissão competente (1.ª) em 07.02.2012

145/XII/1.^a (PCP)	Reconhece a liberdade sindical do pessoal da Polícia Marítima (1. ^a alteração à Lei n.º 53/98, de 18 de Agosto que estabelece o regime de exercício de direitos do pessoal da Polícia Marítima).		Não aprovado parecer na generalidade por ter baixado à Comissão em 25.01.2012 e ter sido discutido e votado em Plenário em 27.01.2012 Rejeitado na generalidade
134/XII/1.^a (BE)	Amnistia para infrações disciplinares por motivo de associativismo representativo nas forças armadas.	Arménio Santos (PSD)	Aprovado parecer na generalidade e enviado para Plenário em 31.01.2012; Rejeitado na reunião plenária de 03.02.2012
97/XII/1.^a (PCP)	Altera o regime de promoções do pessoal do Troço de Mar do Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha.	Pedro do Ó Ramos (PSD)	Aprovado parecer na generalidade e enviado para Plenário em 29.11.2011

4.2. Propostas de lei

N.º e autor	Assunto	Autor do Parecer	Estado
31/XII/1.^a (Gov)	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012 – 2015		Não aprovado parecer na generalidade por ter baixado à Comissão em 09.11.2011 e ter sido discutido e votado em Plenário a 10 e 11.11.2012, respetivamente Lei 64-A/2011, de 30 de dezembro
27/XII/1.^a (Gov)	Aprova o Orçamento do Estado para 2012.	António Braga (PS)	Aprovado parecer na generalidade e enviado à Comissão competente (5. ^a – COFAP) em 25.10.2012; Lei n.º 64-B/2012, de 30 de dezembro

4.3. Projetos de resolução

N.º e autor	Assunto	Estado
416/XII/1.a (PSD, CDS-PP, PS, BE)	Reabilitação e reintegração no Exército do Capitão de Infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937.	Discussão em Comissão em 18.07.2012; enviado para votação em Plenário.
353/XII/1.a (PCP)	Recomenda ao Governo que adote medidas em defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses da Base das Lajes.	Aguarda discussão em Comissão; Baixou em conexão com a 2.ª Comissão
287/XII/1.a (PCP)	Acompanhamento parlamentar das medidas destinadas a garantir o cumprimento dos contratos de contrapartidas devidas pela aquisição de equipamentos no âmbito da Lei de Programação Militar.	Apreciado em reunião plenária em 16.05.2012; rejeitado em 18.05.2012
94/XII/1.a (PCP)	Recomenda ao Governo que retome o Grupo de Trabalho no âmbito da viabilização do processo de reconversão urbanística, de acordo com a Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, na área abrangida pela servidão militar do Depósito de Munições da NATO de Lisboa, na Quinta da Escola, na Quinta das Flores, na Quinta da Lobateira e Pinhal das Freiras e no Pinhal da Palmeira em Fernão Ferro, no Concelho do Seixal	Solicitada discussão em plenário, em reunião da Comissão competente (CAOTPL) – aguarda agendamento
7/XII/1.a (BE)	Recomenda ao Governo que suspenda o plano de viabilização e reestruturação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.	Discutido nas reuniões da Comissão de 19 e 26.07.2012; rejeitado na reunião plenária de 29.07.2011
5/XII/1.a (PCP)	Recomenda a suspensão imediata da aplicação do plano de viabilização e reestruturação das Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC).	Discutido nas reuniões da Comissão de 19 e 26.07.2012; rejeitado na reunião plenária de 29.07.2011

4.4. Propostas de resolução

N.º e autor	Assunto	Autor do Parecer	Estado
27/XII/1.a (Gov)	Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de Timor-Leste no Domínio da Defesa, assinado em Lisboa, em 27 de setembro e 2011.	Miranda Calha (PS)	Aprovado parecer na generalidade e enviado à Comissão competente (2.ª – CNECP) em 02.04.2012; Aguarda publicação no Diário da República

5. Iniciativas europeias

Foram aprovados pareceres sobre quatro iniciativas europeias.

N.º	Assunto	Autor do Parecer	Envio à Comissão de Assuntos Europeus
COM(2011) 841	Proposta de Regulamento do Conselho que institui um <i>Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear</i>	Odete João (PS)	27.03.2012
COM(2011) 777	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões: <i>Programa de Trabalho da Comissão para 2012 Concretizar a renovação europeia</i>	Correia de Jesus (PSD)	17.01.2012
COM(2011) 704	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que <i>altera o Regulamento (CE) n.º 428/2009 do Conselho que cria um regime comunitário de controlo das exportações, transferências, corretagem e trânsito de produtos de dupla utilização</i>	João Rebelo (CDS-PP)	10.01.2012
COM(2011) 393	Livro Verde <i>O regime da União Europeia em matéria de controlo das exportações de produtos e tecnologias de dupla utilização: garantir a segurança e a competitividade num mundo em mudança</i>	Hélder Sousa Silva(PSD)	06.10.2011

6. Outros pareceres/relatórios

Assunto	Autor do Parecer	Data
Relatório do Governo «Portugal na União Europeia 2011»	Luís Vales (PSD)	Parecer aprovado e enviado à CAE em 23.05.2012
Conta Geral do Estado 2010	Mónica Ferro (PSD)	Parecer aprovado e enviado à COFAP em 28.02.2012
Relatório do Governo «Portugal na União Europeia 2010»	Marcos Perestrello (PS)	Parecer aprovado e enviado à CAE em 15.11.2011

7. Petições

Foram apreciadas cinco petições, duas das quais transitadas da anterior Legislatura.

N.º	Assunto	Peticionário/n.º de assinaturas	Relator	Estado
63/XII/1	Reintegração no Exército do Capitão de Infantaria Artur Carlos Barros Basto, que foi alvo de segregação político-religiosa no ano de 1937.	Isabel Maria de Barros Teixeira da Silva Ferreira Lopes (1 assinatura)	João Rebelo (CDS-PP)	Relatório final aprovado em 14.03.2012
19/XII/1	Solicitam a aprovação de uma lei de amnistia para as infrações disciplinares cometidas por militares por motivo do associativismo representativo das Forças Armadas.	Fernando Avellar Gaspar (4517 assinaturas)	Marcos Perestrello (PS)	Relatório final aprovado em 23.11.2012; Debate em Plenário em 02.02.2012
14/XII/1	Solicita medida legislativa que possibilite a reconstituição das carreiras dos militares prejudicados durante o PREC.	Luís Armando Florenço Tovar de Lemos		Indeferimento liminar em 23.08.2012
162/XI	Solicitam a aprovação de lei que consagre liberdade sindical aos profissionais da Polícia Marítima	Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima 5120 assinaturas	Hugo Lopes Soares (PSD)	Transitou da XI Legislatura; Relatório final aprovado em 15.11.2011
130/XI	Solicita a aprovação de legislação que permita a graduação no posto de coronel dos tenentes-coronéis reformados do Quadro Especial de Oficiais		Joaquim Ponte (PSD)	Transitou da XI Legislatura; Relatório final aprovado em 26.09.2011

8. Audições

Realizaram-se 34 audições, catorze das quais contaram com a presença de membros do Governo, incluindo as quatro obrigatórias nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

8.1. Audições com membros do Governo

Data	Assunto	Entidade
2012-07-17	Ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	Ministro da Defesa Nacional
2012-06-20	Fundo de Pensões Militares (requerimento do PSD) e sobre a retenção obrigatória para a Assistência na Doença aos Militares (requerimento do PCP).	Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional
2012-06-06	Cimeira de Chicago	Ministro da Defesa Nacional
2012-05-15	Situação na Guiné Bissau	Ministro da Defesa Nacional e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Araújo
2012-05-09	Cooperação Técnico-Militar	Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional
2012-05-02	Ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	Ministro da Defesa Nacional, Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional e Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional
2012-04-27	Situação na Guiné Bissau	Ministro da Defesa Nacional
2012-03-21	Sobre «a situação que se vive nas Forças Armadas Portuguesas na sequência de declarações suas acerca das atividades das associações representativas dos militares e de uma suposta insustentabilidade das Forças Armadas» (requerimento potestativo do PCP) e sobre a situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e do Arsenal do Alfeite (requerimento do PS).	Ministro da Defesa Nacional e Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional
2012-03-07	Sobre os assuntos do mar, nomeadamente o ponto de situação da extensão da plataforma continental	Secretário de Estado do Mar
2012-01-10	Audição conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus, no âmbito da apreciação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012.	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maros Sefcovic

Comissão de Defesa Nacional

2011-12-07	No âmbito da Lei n.º 46/2003, de 22 de Agosto (Lei que regula o acompanhamento, pela Assembleia da República, do envolvimento de contingentes militares portugueses no estrangeiro).	Ministro da Defesa Nacional
2011-11-14	No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XII/1ª (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2012. (Reunião conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública)	Ministro da Defesa Nacional e Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional
2011-10-12	Ao abrigo do n.º 2 do artigo 104 do Regimento da Assembleia da República	Ministro da Defesa Nacional e Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional
2011-08-30	No âmbito do requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, para se pronunciar sobre as questões nele referidas, nomeadamente o congelamento da progressão nas carreiras das Forças Armadas	Ministro da Defesa Nacional e Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional

8.2. Audições com outras entidades

Data	Entidade	Assunto
2012-07-19	Pareceres relativos aos anos de 2010 e 2011 sobre o funcionamento dos Sistema de Informações da República Portuguesa	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
2012-06-12	Situação nos países onde se encontram militares portugueses no âmbito da cooperação técnico-militar e de forças nacionais destacadas	Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, Dr. Casimiro Morgado
2012-03-20	Audição sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Presidente do Conselho de Administração da EMPORDEF, Dr. Vicente Ferreira
2012-03-20	Audição sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, Eng. Jorge Camões
2012-03-20	Audição sobre os Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Dr. Luís Miguel Novais, ex-administrador da EMPORDEF
2012-03-08	Audição no âmbito do Projeto de Lei n.º 156/XII/1ª (PCP)	Comissão Representativa Sargentos Fuzileiros deficientes das Forças Armadas graduados Sargento-Mor

Comissão de Defesa Nacional

2012-02-28	Início de funções; objetivos para o mandato	Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pina Monteiro
2012-02-14	Dia da Defesa Nacional.	Diretor-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar, Dr. Alberto Coelho
2012-01-25	Situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.	Presidente do Conselho de Administração da EMPORDEF, Dr. Vicente Ferreira
2012-01-17	Operacionalidade e funcionamento do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa	Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, Dr. Casimiro Morgado
2012-01-17	Operacionalidade e funcionamento do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa.	Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, Dr. Júlio Pereira
2012-01-03	Cimeira de Chicago; implicações para Portugal da implementação da nova estrutura de comandos da NATO	Representante permanente de Portugal junto da NATO, Embaixador João Mira Gomes
2011-12-21	Audição do candidato ao Conselho Superior de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, cuja designação compete à Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia e do artigo 8.º da Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa	Dr. José António Branco
2011-11-08	Primeira audição da Legislatura Apresentação de questões relacionadas com o Ramo	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General Araújo Pinheiro
2011-11-02	Primeira audição da Legislatura Apresentação de questões relacionadas com o Ramo	Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho
2011-10-25	Primeira audição da Legislatura Apresentação de questões relacionadas com o Ramo	Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Saldanha Lopes
2011-10-18	Primeira audição da Legislatura Apresentação de questões relacionadas com o EMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, General Luís Araújo
2011-10-13	Audição prévia ao candidato a membro do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informação da República Portuguesa	Dr. Paulo Óscar Pinto de Sousa
2011-09-29	No âmbito da petição n.º 162/XI/2. ^a - Solicitam a aprovação de lei que consagre liberdade sindical aos profissionais da Polícia Marítima	Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima

2011-09-21	No âmbito da petição n.º 19/XII/1. ^a - Solicitam a aprovação de uma lei de amnistia para as infrações disciplinares cometidas por militares por motivo do associativismo representativo das Forças Armadas	Peticionários - Presidente da Associação Nacional de Sargentos, Sargento-Chefe Lima Coelho, e Vice-Presidentes da Associação, Sargento Paulo Contreiras e Sargento Luís Bugalhão
------------	---	--

9. Audiências

Foram concedidas 15 audiências às pessoas e entidades abaixo referidas.

Data	Assunto	Entidade
2012-06-12	Instituto dos Pupilos do Exército	Associação Pupilos do Exército
2012-04-03	As tendências internacionais da cooperação; a cooperação portuguesa no contexto das políticas públicas e a relação entre segurança e desenvolvimento	Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais - Fernando Jorge Cardoso, Direção de Estudos e do Programa de África do IEEI, e Maria João Seabra, Gestora do Projeto "O Desenvolvimento no Centro das Políticas Públicas"
2012-04-03	Preocupações relativamente ao futuro da Rede Nacional de Apoio e à demora dos processos de qualificação como Deficientes das Forças Armadas por <i>stress</i> de guerra	Associação de Apoio aos Ex-Combatentes Vítimas de Stress de Guerra - João Sobral, Presidente da Direção, Daniel Justino, Secretário da Direção, e Humberto Silva, Assessor de Comunicação
2012-03-23	O papel da Assembleia da República em matéria de Defesa Nacional	Curso de Defesa Nacional 2011/2012 do Instituto de Defesa Nacional
2012-03-06	O papel da Assembleia da República em matéria de Defesa Nacional	Curso de Promoção a Oficial General do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM)
2012-03-01	Visita de cortesia	Secretário de Estado da Defesa da Geórgia, Andro Barnovi; Subdiretor Departamento de Relações Internacionais e Integração Euro-Atlântica, Irakli Kochashvili; Subdiretora da Divisão de Integração na NATO, Tinatin Aghniashvili; Embaixador da Geórgia, Giorgi Gorgiladze. E Conselheiro da Embaixada, Gaioz Japaridze

Comissão de Defesa Nacional

2012-02-07	Decreto-lei n.º 134/97 de 31 de Maio	Comissão representativa Sargentos Fuzileiros deficientes das FA graduados Sargento-Mor
2012-02-07	Revisão de acordo laboral e Regulamento de Trabalho, aprovados, respetivamente, pela Resolução da Assembleia da República n.º 38/95, 11 de outubro e o Decreto-Lei n.º 58/97, de 15 de outubro	Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e outros Serviços de Angra do Heroísmo
2012-01-20	Troca de informações sobre as Comissões Parlamentares de Defesa	Vice-Presidente da Comissão de Defesa, Camara dos Deputados, Paraguay
2011-12-12	Apresentação de cumprimentos de despedida ao Presidente da Comissão	Chefe do Estado-Maior do Exército, General Pinto Ramalho
2011-10-18	Visita de Cortesia	Embaixadora do Reino Unido, Jill Gallard, e Adido de Defesa, Cdr. Timothy Henry
2011-09-27	Situação na EDISOFT - Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, SA.	Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA)
2011-09-27	Instabilidade social, profissional e financeira que se vive no seio das Forças Armadas	Associação Nacional de sargentos (ANS)
2011-09-27	Apresentação de cumprimentos ao Presidente da Comissão e transmissão das questões que preocupam a Associação	Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA)
2011-09-08	Cimeira de Chicago - em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Secretário-Geral da NATO, Anders Fogh Rasmussen

10. Visitas/Deslocações

10.1. Visitas da Comissão

A Comissão realizou ao longo da sessão legislativa sete visitas, tendo assistido a dois exercícios militares.

Data	Assunto	Local
2012-07-10	Visita ao Instituto Hidrográfico	Lisboa
2012-06-26	Visita ao Navio Atlântida	Alfeite
2012-05-08	Visita à Força Aérea (Base Aérea 6)	Montijo
2012-03-30	Visita ao Exército (Brigada Mecanizada e Open day do Exercício KABUL 121 (4º CN/ISAF)	Stª Margarida
2012-03-22	Demonstração Naval (Exercício Instrex)	Ao largo de Sesimbra
2012-02-22	Visita à Marinha	Alfeite
2012-01-24	Visita ao Estado- Maior General das Forças Armadas (EMGFA)	Restelo, Lisboa

10.2. Deslocações em representação da Comissão

Data	Assunto	Local	Deputado(s)
2012-07-11	Visita à sede da Associação dos Deficientes das Forças Armadas	Lisboa	Presidente, José de Matos Correia, Vice-Presidentes, Miranda Calha e João Rebelo, e coordenadores do PSD e do PS, Joaquim Ponte e Marcos Perestrello
2012-05-17	Cerimónia "Receção da STRIKEFORNATO em Portugal"	Forte de S. Julião da Barra em Oeiras	Vice-Presidentes Miranda Calha e João Rebelo
2012-04-03	Reunião de Trabalho com o Senhor Embaixador de França	Embaixada de França	Presidente, José de Matos Correia, e Vice-Presidentes Miranda Calha e João Rebelo

2012-03-04	Cerimónia de Inauguração do Centro de Interpretação da Rota Histórica das Linhas de Torres em Bucelas	Bucelas	Vice-Presidente Miranda Calha
2012-01-31	EDA Annual Conference: - REFOCUSING DEFENCE "European perspective on defence cooperation in a time of financial challenge"	Bruxelas	Vice-Presidente Miranda Calha
2011-11-23	Cerimónia de Abertura Solene do ano letivo 2011/2012 no Instituto de Estudos Superiores Militares	Pedrouços	Presidente, José de Matos Correia
De 2011-09-05 a 2011-01-06	9.ª Conferência de Verão da Defesa	Rennes, França	Vice-Presidente Miranda Calha

11. Requerimentos dos Grupos Parlamentares

Dos 11 requerimentos para audições que foram apreciados ao longo da sessão legislativa, apenas um foi rejeitado em parte e dois na totalidade. Ao total de requerimentos apresentados pelos grupos parlamentares soma-se um potestativo apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Ministro da Defesa Nacional.

Data	Autor	Entidade/Assunto	Observações
19.08.2011	PSD e CDS-PP	Audição do Ministro da Defesa Nacional - congelamento da progressão das carreiras para as FA	Aprovado em 23.08.2012 Audição em 30.08.2011
21.10.2011	PS	Presidente da EMPORDEF – situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Rejeitado em 25.10.2012
03.01.2012	PS	Presidente da EMPORDEF – situação dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Aprovado em 10.01.2012 Audição em
26.01.2012	PSD	Convite ao Presidente da Atlânticoline para prestar esclarecimentos sobre os ferries Atlântida e Anticiclone	Aprovado em 31.01.2012
10.02.2012	PCP	Audição do Ministro da Defesa Nacional – situação de mal-estar nas Forças Armadas em consequência de declarações do Ministro da Defesa Nacional sobre a alegada insustentabilidade das Forças Armadas	Rejeitado em 14.02.2012

Comissão de Defesa Nacional

14.02.2012	PCP	Audição do Ministro da Defesa Nacional – situação de mal-estar nas Forças Armadas em consequência de declarações do Ministro da Defesa Nacional sobre a alegada insustentabilidade das Forças Armadas	Requerimento Potestativo Audição em 21.03.2012
28.02.2012	PS	Secretário de Estado do Mar – Extensão da Plataforma Continental	Requerimento oral Aprovado Audição em 07.03.2012
06.03.2012	PCP	Audição de Luís Miguel Novais, ex-administrador da EMPORDEF, do Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e do Presidente do Conselho de Administração da EMPORDEF.	Aprovado em 06.03.2012 Audições em 20.03.2012
06.03.2012	PS	Audição muito urgente do Ministro da Defesa Nacional – Estaleiros Navais de Viana do Castelo e Arsenal do Alfeite	Aprovado em 06.03.2012 Audição em 21.03.2012
09.05.2012	PS	Diretor do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa - Sobre a situação nos países onde se encontram militares portugueses no âmbito da cooperação técnico-militar e de forças nacionais destacadas;	Requerimento oral Aprovado em 23.05.2012 Audição em 12.06.2012
11.06.2012	PCP	Governo e Chefes Militares - sobre a retenção obrigatória para a Assistência na Doença aos Militares	Aprovado na parte relativa ao Governo – audição SEADN em 20.06.2012 Rejeitado na parte relativa aos chefes militares
01.06.2012	PSD	Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional - sobre o Fundo de Pensões Militares.	Aprovado em 06.06.2012 Audição em 20.06.2012

Palácio de S. Bento, 19 de julho de 2012.

O Presidente da Comissão,

(José de Matos Correia)

Anexo I

Presenças e faltas em reuniões

TOTALS RELATIVOS DE 06 JULHO 2011 A 19 JULHO 2012												
Órgão/GP	Presenças					Ausências					Total de reuniões	
	Efetivos	Suplentes	Substitutos	Convidados	Total	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Faltas	Total		
3 ^a Com	PSD	443	91	1	11	564	28	0	82	3	113	67
	PS	275	56	9	0	340	43	1	73	2	118	
	CDS-PP	109	35	0	0	144	1	0	6	0	7	
	PCP	44	3	1	3	51	3	0	8	0	11	
	BE	32	2	1	0	35	6	0	14	1	21	
	Totais	903	187	12	14	1116	81	1	182	6	270	

Anexo II
A) Composição da Comissão em 19.07.2012

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
<u>José de Matos Correia</u>	PSD	Efetivo	Presidente
<u>Miranda Calha</u>	PS	Efetivo	Vice-Presidente
<u>João Rebelo</u>	CDS-PP	Efetivo	Vice-Presidente e Coordenador de GP
<u>Arménio Santos</u>	PSD	Efetivo	
<u>Carina Oliveira</u>	PSD	Efetivo	
<u>Correia de Jesus</u>	PSD	Efetivo	
<u>Hélder Sousa Silva</u>	PSD	Efetivo	
<u>Hugo Lopes Soares</u>	PSD	Efetivo	
<u>Joaquim Ponte</u>	PSD	Efetivo	Coordenador de GP
<u>Luís Vales</u>	PSD	Efetivo	
<u>Mónica Ferro</u>	PSD	Efetivo	
<u>Pedro do ó Ramos</u>	PSD	Efetivo	
<u>António Braga</u>	PS	Efetivo	
<u>João Soares</u>	PS	Efetivo	
<u>José Lello</u>	PS	Efetivo	
<u>Marcos Perestrello</u>	PS	Efetivo	Coordenador de GP
<u>Odete João</u>	PS	Efetivo	
<u>Rosa Maria Bastos Albernaz</u>	PS	Efetivo	
<u>João Gonçalves Pereira</u>	CDS-PP	Efetivo	
<u>António Filipe</u>	PCP	Efetivo	Coordenador de GP
<u>Mariana Aiveca</u>	BE	Efetivo	Coordenador de GP
<u>António Prôa</u>	PSD	Suplente	
<u>Carlos Alberto Gonçalves</u>	PSD	Suplente	
<u>José de Matos Rosa</u>	PSD	Suplente	
<u>Luís Montenegro</u>	PSD	Suplente	
<u>Luís Pedro Pimentel</u>	PSD	Suplente	
<u>Maria José Moreno</u>	PSD	Suplente	
<u>Miguel Santos</u>	PSD	Suplente	

Comissão de Defesa Nacional

<u>Pedro Alves</u>	PSD	Suplente
<u>Pedro Lynce</u>	PSD	Suplente
<u>Teresa Leal Coelho</u>	PSD	Suplente
<u>Glória Araújo</u>	PS	Suplente
<u>José Junqueiro</u>	PS	Suplente
<u>Luísa Salgueiro</u>	PS	Suplente
<u>Maria Antónia de Almeida Santos</u>	PS	Suplente
<u>Mota Andrade</u>	PS	Suplente
<u>Nuno André Figueiredo</u>	PS	Suplente
<u>Renato Sampaio</u>	PS	Suplente
<u>Abel Baptista</u>	CDS-PP	Suplente
<u>Altino Bessa</u>	CDS-PP	Suplente
<u>Jorge Machado</u>	PCP	Suplente
<u>Luís Fazenda</u>	BE	Suplente

B) Alterações ocorridas durante a sessão legislativa

Nome e Grupo Parlamentar	Tipo	Alteração	Data
António Prôa (PSD)	Suplente	Iniciou atividade	15.07.2011
Bruno Vitorino (PSD)	Suplente	Terminou atividade	15.07.2011
Maria José Moreno (PSD)	Suplente	Iniciou atividade	23.09.2011
Eduardo Teixeira (PSD)	Suplente	Terminou atividade	23.09.2011
Glória Araújo (PS)	Suplente	Iniciou atividade	20.10.2011
Fernando Jesus (PS)	Suplente	Terminou atividade	20.10.2011
Maria Antónia Almeida Santos (PS)	Suplente	Iniciou atividade	05.06.2012

INDICE

1. Introdução
2. Organização Interna
3. Reuniões
4. Iniciativas Legislativas Nacionais
5. Escrutínio Iniciativas Europeias
6. Outros pareceres/relatórios
7. Audições
8. Audiências
9. Visitas de trabalho
10. Cooperação interparlamentar

1. Introdução

O Presente Relatório preliminar de Atividades diz respeito à atividade desenvolvida pela Comissão Parlamentar de Assuntos Europeus (CAE) de 6 de julho de 2011 até 18 de julho de 2012.

A atividade da Comissão de Assuntos Europeus (CAE) na 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura foi, à semelhança do que sucedeu na anterior Legislatura, marcada pela aplicação das disposições do Tratado de Lisboa. Desta feita, concretizou-se a revisão da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, mediante a constituição de um grupo de trabalho, com Deputados de todos os grupos parlamentares com assento na Comissão. O processo culminou com a aprovação da Lei n.º 21/2012, de 17 de maio. Apesar de ter sido debatida a revisão da metodologia, aprovada na anterior Legislatura, no sentido de ajustar os procedimentos em curso a algumas fragilidades detetadas, esta revisão foi adiada para a próxima sessão legislativa.

No decurso desta sessão legislativa, a CAE aprovou 254 pareceres de escrutínio, destacando-se o trabalho de apreciação da legislação relativa ao aprofundamento da governação económica, das alterações legislativas à regulação do Espaço Schengen, à reforma da Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, ao acompanhamento das iniciativas relativas ao Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e às iniciativas que concretizam a Estratégia Europa 2020, entre outras. Cumpre ainda destacar a aprovação dos dois primeiros pareceres fundamentados sobre a violação do princípio da subsidiariedade pela Assembleia da República¹, no âmbito do Protocolo de aplicação dos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade (Protocolo n.º 2) anexo ao Tratado de Lisboa.

Dando seguimento à prática introduzida em 2010, e com base no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012, foram selecionadas 7 iniciativas prioritárias², aprovadas na Sessão Plenária de 16 de Março de 2012, que serão objeto de escrutínio reforçado pela Assembleia da República. Relativamente à seleção destas prioridades, é de assinalar que a CAE promoveu uma audição pública, no dia 5 de Janeiro de 2012, sobre o Programa de Trabalho da Comissão para 2012, na qual estiveram presentes Deputados às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira, Deputados portugueses ao Parlamento Europeu (PE), bem como o Vice-Presidente da Comissão Europeia, Comissário Maroš Šefčovič, e o Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão.

¹ Relativamente à Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 para estabelecer regras comuns sobre a reintrodução temporária do controlo nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais [COM(2011)560] e à Proposta de Regulamento do Conselho relativo ao exercício do direito de ação coletiva no contexto da liberdade de estabelecimento e da liberdade de prestação de serviços [COM(2012)130]

² 1 – Análise Anual sobre o Crescimento; 2 – Pacote para o emprego: i) Rumo a uma retoma geradora de emprego; ii) Pacote específico de flexissegurança; iii) Reforma da rede EURES dos serviços de emprego europeus e da sua base jurídica; 3 – Mercado interno de energia; 4 - Revisão da Diretiva "Avaliação do Impacto Ambiental"; 5 – Pacote legislativo relativo à nova geração de controlos fronteiriços: i) sistema de entrada/saída (SES); ii) programa de viajantes registados (PVR); iii) alteração ao Código das Fronteiras Schengen; 6 - Criação de um quadro para o ordenamento do espaço marítimo; 7 - Boa Governação em matéria de paraísos fiscais.

Refira-se ainda a realização de audições, em conjunto com as comissões permanentes competentes, com Comissários Europeus sobre diversas matérias em acompanhamento pela Comissão de Assuntos Europeus, bem como de Deputados portugueses ao Parlamento Europeu.

No que diz respeito ao processo regular de consulta entre a Assembleia da República e o Governo, no quadro da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, a CAE realizou treze reuniões com a presença do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, para debater as agendas e os resultados dos Conselhos Europeus realizados neste período, bem como para debater o processo negocial do “Pacto Orçamental” e do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e ainda para troca de informações sobre o processo nacional de transposição de diretivas. No âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, cumpre destacar as audições, em conjunto com as comissões competentes, de membros do Governo.

Refira-se também a realização de duas audições do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros: a primeira, em 25 de outubro de 2011, para debate sobre a política europeia do governo; e a segunda, em 16 de novembro de 2011, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, para apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2012.

Cumpre ainda destacar, no dia 17 de janeiro de 2012, a audição do Dr. Vítor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas Europeu, para apresentação do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu, relativo ao exercício de 2010, bem como um conjunto de audições de Embaixadores portugueses nomeados para ocupar cargos de Embaixadores em capitais da União Europeia.

No âmbito das Presidências do Conselho da União Europeia, a Comissão de Assuntos Europeus convidou a apresentarem as prioridades das respetivas presidências em reunião da Comissão, os Srs. Embaixadores da Polónia (2.º semestre de 2011), da Dinamarca (1.º Semestre de 2012) e de Chipre (2.º Semestre de 2012).

No que concerne à cooperação interparlamentar, a Comissão de Assuntos Europeus participou na XLVI e XLVII reuniões da COSAC, respetivamente, em Varsóvia e em Copenhaga, e nas Reuniões de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus, em Varsóvia - Polónia, Copenhaga - Dinamarca e Larnaca - Chipre. Acresce que Deputados desta Comissão participaram em reuniões interparlamentares sobre mercado único, política de coesão, política comum de pescas e quadro financeiro plurianual.

Por último cumpre destacar a realização de uma visita de trabalho da CAE, em 28 de setembro de 2011, à Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, com o objetivo de estabelecer contactos institucionais e aprofundar o conhecimento do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado e pela Direção Geral de Assuntos Europeus.

O presente Relatório aborda, de forma muito sintética, as atividades desenvolvidas ao longo da 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura, encontrando-se nos vários anexos, que dele farão parte integrante, os respetivos detalhes. Realce-se que a atividade da Comissão se encontra publicitada na respetiva [página internet](#).

2. Organização Interna

A Comissão de Assuntos Europeus tomou posse no dia 6 de julho de 2011 e é presidida pelo Sr. Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), tendo como Vice-Presidentes: a Sra. Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS) e o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP). A Comissão é composta por 21 Deputados efetivos e por 21 Deputados suplentes, em representação de cinco partidos políticos com assento Parlamentar, com a seguinte distribuição: dez do PSD, sete do PS, dois do CDS-PP, um do PCP e um do BE.

No decurso desta Sessão Legislativa, a Comissão constituiu dois grupos de trabalho: o grupo de trabalho - iniciativas europeias, coordenado pelo Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Mota Pinto, e composto pelos Srs. Deputados Carlos Costa Neves (PSD), Ana Catarina Mendonça Mendes (PS), João Serpa Oliva (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Ana Drago (BE); e o grupo de trabalho para alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, coordenado pelo Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) e composto pelos Srs. Deputados Vitalino Canas (PS), João Serpa Oliva (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Ana Drago (BE). Este último grupo de trabalho iniciou a sua atividade em 19 de janeiro de 2012, tendo ainda reunido nos subsequentes dias 26 de janeiro, 2 de fevereiro, 9 de fevereiro, 16 de fevereiro e 23 de fevereiro, data em que concluiu os seus trabalhos com a entrega de um texto de substituição

3. Reuniões

Durante o período em análise a CAE efetuou um total de 67 reuniões, das quais 58 foram reuniões ordinárias, 9 foram reuniões extraordinárias (assinaladas no quadro infra com *).

As reuniões ocorreram nas seguintes datas:

Mês	Dia	Total
Julho de 2011	6, 12, 19 e 26	4
Agosto de 2011	3 e 30	2
Setembro de 2011	8*, 14, 20 e 27	4
Outubro de 2011	6, 12, 14*, 18, 20* e 25	6
Novembro de 2011	2, 4*, 8, 16, 22, 28* e 29	7
Dezembro de 2011	7, 13, 14 e 20	4
Janeiro de 2012	3, 5*, 10, 11, 17, 18, 19* e 25	8
Fevereiro de 2012	1, 7, 15, 22, 23* e 28	6
Março de 2012	6, 14, 20 e 27	4
Abril de 2012	3, 10, 18, 20 e 24	5
Mai de 2012	2, 4, 8, 9, 15, 23 e 29	7
Junho de 2012	5, 12, 14, 19, 26 e 27	6
Julho de 2012	4, 10, 13* e 18	4
TOTAL		67

As atas das reuniões mencionadas no quadro anterior encontram-se disponíveis na [página da internet](#).

Ao longo da 1ª SL apresenta-se o seguinte quadro com o cômputo geral de presenças e faltas às reuniões da Comissão:

Comissão		Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Total de Ausências	Total de reuniões
Comissão	PSD	669	48	0	43	94	68
	PS	440	66	2	38	107	
	CDS-PP	121	25	0	0	29	
	BE	33	11	1	18	36	
	PCP	29	8	0	29	41	
	Totais	1292	158	3	128	307	

4. Iniciativas Legislativas Nacionais

Nesta Sessão Legislativa, baixaram à Comissão de Assuntos Europeus, quatro projetos de lei relativos à revogação e alteração da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto: [Projeto de Lei n.º 99/XII/1.ª \(PS\)](#), [Projeto de Lei n.º 102/XII/1.ª \(PSD\)](#), [Projeto de Lei n.º 105/XII/1.ª \(CDS-PP\)](#) e [Projeto de Lei n.º 108/XII/1.ª \(BE\)](#)³. Estes projetos de Lei baixaram à Comissão para reapreciação, tendo a Comissão constituído um Grupo de Trabalho para revisão da Lei, que concluiu o seu trabalho apresentando uma proposta de texto de substituição relativo aos três primeiros projetos de lei. Este texto de substituição foi aprovado em plenário, a 30 de março de 2012, tendo originado a [Lei n.º 21/2012 de 17 maio](#).

No que diz respeito a projetos de resolução que baixaram à Comissão de Assuntos Europeus, estes foram em número de dezasseis⁴, dos quais, cinco foram da autoria da Comissão de Assuntos Europeus, nos termos da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio: o [Projeto de Resolução n.º 121/XII/1ª \(CAE\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 155/XII/1.ª\(CAE\)](#); [Projeto de Resolução n.º 260/XII/1.ª \(CAE\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 328/XII/1.ª \(CAE\)](#); e o [Projeto de Resolução n.º 420/XII/1.ª \(CAE\)](#).

Nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República baixou à Comissão de Assuntos Europeus e foi debatido em Comissão, o [Projeto de Resolução n.º 320/XII/1.ª \(PSD\)](#).

Nos termos do n.º 2 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República baixaram à Comissão de Assuntos Europeus, tendo sido solicitado o agendamento da sua discussão

³ Cfr. Anexo I

⁴ Cfr. Anexo II

em plenários os seguintes dez projetos de resolução: o [Projeto de Resolução n.º 135/XII/1.ª \(BE\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 205/XII/1.ª \(BE\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 207/XII/1.ª \(CDS-PP\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 232/XII/1.ª \(BE\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 268/XII/1.ª \(BE\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 283/XII/1.ª \(PS\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 334/XII/1.ª \(PS\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 390/XII/1.ª \(BE\)](#); o [Projeto de Resolução n.º 393/XII/1.ª \(PS\)](#) e o [Projeto de Resolução n.º 394/XII/1.ª \(PSD, CDS-PP\)](#).

Por último, refira-se que baixaram à Comissão de Assuntos Europeus oito propostas de resolução⁵: [Proposta de Resolução n.º 2/XII \(GOV\)](#); [Proposta de Resolução n.º 3/XII \(GOV\)](#); [Proposta de Resolução n.º 4/XII \(GOV\)](#); [Proposta de Resolução n.º 5/XII \(GOV\)](#); [Proposta de Resolução n.º 7/XII \(GOV\)](#); [Proposta de Resolução n.º 28/XII \(GOV\)](#); [Proposta de Resolução n.º 30/XII \(GOV\)](#); e [Proposta de Resolução n.º 38/XII \(GOV\)](#).

5. Escrutínio de Iniciativas Europeias

No que se refere ao escrutínio parlamentar de iniciativas europeias⁶, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio, e da Metodologia de Escrutínio das Iniciativas Europeias aprovada pela Comissão de Assuntos Europeus em 20 de Janeiro de 2010, foram concluídos 256 processos de escrutínio, com o envio dos Relatórios elaborados pelas Comissões permanentes competentes em razão da matéria e dos Pareceres da Comissão de Assuntos Europeus às instituições europeias (RPE-UE). Dos referidos processos de escrutínio, 146 foram remetidos às instituições europeias no âmbito do Protocolo n.º 2 anexo ao Tratado de Lisboa (controlo do princípio da subsidiariedade), tendo sido considerada, por duas vezes, que propostas de atos legislativos europeus violavam o princípio da subsidiariedade. Os restantes RPE-UE (110) foram remetidos ao abrigo do diálogo político com a Comissão Europeia.

Cumpra ainda destacar que, em conjunto com as comissões parlamentares permanentes, foram escrutinadas 900 iniciativas europeias (legislativas e não legislativas) e foram por aquelas elaborados 280 Relatórios⁷.

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão de Assuntos Europeus foi chamada a emitir parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 27/XII – Orçamento de Estado para 2012](#) e sobre o [Relatório da Conta Geral do Estado relativa a 2010](#).

A Comissão solicitou às restantes Comissões Parlamentares a elaboração de pareceres relativamente aos Relatórios sobre o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, apresentados pelo Governo à Assembleia da República: [“Relatório sobre o acompanhamento da participação de Portugal na União](#)

⁵ Cfr. Anexo III

⁶ Todos os dados relativos ao procedimento de escrutínio encontram-se disponíveis na base de dados PLC – Assuntos Europeus: <http://arexp1:7780/PLSQLPLC/Intwhom01.home>

⁷ Cfr. Anexo IV

[Europeia no ano de 2010](#)” e [“Relatório sobre o acompanhamento da participação de Portugal na União Europeia no ano de 2011”](#).

7. Audições

Durante a 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura, a Comissão de Assuntos Europeus realizou 43 audições⁸, das quais se destacam as treze audições do Sr. Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus.

De igual modo, refira-se a realização de duas audições do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, uma audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças, uma audição da Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, uma audição do Sr. Ministro da Administração Interna, uma audição do Sr. Secretário de Estado da Energia, uma audição do Sr. Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional, e uma audição do Sr. Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas.

Foram ainda realizadas audições, em conjunto com as comissões competentes, dos seguintes comissários europeus: Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, Viviane Reding; Comissária dos Assuntos Marítimos e Pescas, Maria Damanaki; Comissário da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloș; e Comissário dos assuntos Económicos e Monetários, Olli Rehn.

Refira-se também a realização de duas audições sobre as obrigações de estabilidade europeias: da Sra. Deputada ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, e do Sr. Governador do Banco de Portugal, Carlos Costa, sendo esta última à porta fechada.

Cumpra ainda destacar quatro audições conjuntas com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas: da Sra. Embaixadora Fátima Perestrelo, do Sr. Embaixador Luís Futscher Pereira e do Sr. Embaixador Manuel Lobo Antunes, nomeados para ocupar os cargos de Embaixadores de Portugal em Helsínquia, em Dublin e em Roma, respetivamente, e do Sr. Embaixador na REPER, Fezas Vital.

Foi realizada uma audição conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, do Sr. Diretor da Agência para os Direitos Fundamentais da EU, Morten Kjaerum; e uma audição conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, do Sr. Presidente da Comissão dos Orçamentos do PE, Alain Lamassoure.

Refira-se ainda a realização das audições dos Srs. Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes (PSD), sobre o Orçamento da União Europeia para 2012; Diogo Feio (BE) e Elisa Ferreira (PS), sobre governação económica; Carlos Coelho (PSD), sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça ao nível da União Europeia; Correia de Campos (PS), relativa às orientações para as Infraestruturas Energéticas Transeuropeias; e por último Rui Tavares (PSD), para debater os direitos fundamentais na Hungria, os fluxos migratórios na União Europeia e a proteção de dados e ainda para abordar temáticas

⁸ Cfr. Anexo V.

relacionadas com a Comissão Especial do Parlamento Europeu sobre Criminalidade Organizada, Corrupção e Branqueamento de capitais.

Refira-se, no âmbito do processo de seleção, designação e nomeação de personalidades para cargos da União, a audição do Sr. Juiz do Tribunal de Contas Europeu, Dr. Vítor Caldeira, e as audições conjuntas com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, dos candidatos ao cargo de juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia: Dr. António José Robalo Cordeiro, Professor Doutor José Luís da Cruz Vilaça e Professor Doutor Nuno Piçarra,

Por último, foi também ouvida a Sra. Embaixadora da Polónia, Katarzyna Skórzinska, o Sr. Embaixador da Dinamarca, Hans Michael Kofoed-Hansen e a Sra. Embaixadora da República de Chipre em Portugal, Thalia Petrides, para apresentação de objetivos, prioridades e programa das Presidências polaca, dinamarquesa e cipriota do Conselho da União Europeia, respetivamente.

8. Audiências

A Comissão de Assuntos Europeus realizou na 1.^a Sessão Legislativa, 26 audiências⁹. Neste âmbito, cumpre destacar as audiências concedidas pela Comissão de Assuntos Europeus ao Sr. Secretário-Geral do Serviço Europeu de Ação Externa, Pierre Vimont; à Delegação do Parlamento da Suécia, presidida pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Ulf Holm, à delegação parlamentar da Assembleia do Kosovo, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia do Kosovo, Jakup Krasniqi e por último à Delegação do Parlamento do Estado Federado da Renânia-Palatinato, Alemanha, presidida pela Sra. Vice-Presidente do Parlamento, Hannelore Klamm.

9. Visitas de trabalho

Verificou-se nesta sessão legislativa uma visita de trabalho da Comissão, em 28 de setembro de 2011, à Secretaria de Estado dos Assuntos Europeus, com o objetivo de estabelecer contactos institucionais e aprofundar o conhecimento do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado e pela Direção Geral de Assuntos Europeus.

10. Cooperação Interparlamentar

A Comissão de Assuntos Europeus integrou as 6 delegações da Assembleia da República a reuniões interparlamentares sobre quadro financeiro plurianual; semestre europeu e coordenação de políticas económica; reforma da política comum de pescas; política de coesão; controlo democrático da Estratégia de Segurança Interna e o papel da Europol, Eurojust e Frontex; e mercado único¹⁰.

⁹ Cfr. Anexo VI.

¹⁰ Cfr. Anexo VII

Paralelamente a Comissão de Assuntos Europeus participou nas seguintes reuniões no âmbito da Conferência dos Órgãos Parlamentares especializados nos assuntos da União (COSAC):

- Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus, preparatória da XLVIII COSAC, em Larnaca, Chipre
- XLVII COSAC, que decorreu em Copenhaga, onde foram analisadas as seguintes questões:
 - 20 Anos de livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais
 - Crescimento inteligente, durável e inclusivo na Europa
 - Mercado Único de Serviços – plena aplicação da Diretiva de Serviços
 - Crescimento sustentável – promover na Europa a transição para uma economia eficiente em termos de recursos
 - O Mercado Único digital
- Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus, preparatória da XLVII COSAC, em Copenhaga, Dinamarca
- XLVI COSAC, que decorreu em Varsóvia e em que foram analisadas as seguintes matérias:
 - Quadro Financeiro Plurianual para os anos 2014-2020 da perspetiva do Orçamento da União;
 - Quadro Financeiro Plurianual para os anos 2014-2020 da perspetiva da política da coesão;
 - Ponto de situação da Presidência Polaca do Conselho da União Europeia;
 - Dois anos após a entrada em vigor do tratado de Lisboa
- Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus preparatória da XLVI COSAC, em Varsóvia, Polónia

Anexo I
Iniciativas Legislativas
Projetos de Lei

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
108	Altera a Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, garantindo a adequada fiscalização parlamentar do Governo (...)	2011-12-06	BE	[DAR II série A 78 XII/1 2011-12-07 pág 14 - 15]
105	Altera a Lei nº 43/2006, de 25 de Agosto, reforçando os meios de acompanhamento, apreciação e pronúncia(...)	2011-12-02	CDS-PP	[DAR II série A 78 XII/1 2011-12-07 pág 3 - 6]
102	Procede à alteração à Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto relativa ao Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia(...)	2011-11-24	PSD	[DAR II série A 73 XII/1 2011-11-25 pág 4 - 7]
99	Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção(...)	2011-11-04	PS	[DAR II série A Nº.67/XII/1 2011-11-12 pág. 15-23]

Anexo II
Iniciativas Legislativas
Projetos de Resolução

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
420	Relatório sobre Portugal na União Europeia 2011	2012-07-11	Comissão de Assuntos Europeus	
320	No dia da Europa recomenda um conjunto de medidas a adotar pelo Governo pela Assembleia da República e pelas Instituições Comunitárias	2012-05-07	PSD	[DAR II série A 178 XII/1 2012-05-10 pág 41 - 44]
394	Orientações de Política Europeia.	2012-06-22	PSD, CDS-PP	[DAR II série A 200 XII/1 2012-06-27 pág 25 - 27]
393	Orientações sobre política europeia a serem seguidas por Portugal, designadamente na próxima reunião(...)	2012-06-22	PS	[DAR II série A 200 XII/1 2012-06-27 pág 22 - 25]
390	Recomenda que o Governo defenda na próxima Cimeira Europeia uma resposta contra a crise especulativa(...)	2012-06-22	BE	[DAR II série A 200 XII/1 2012-06-27 pág 13 - 15]
334	Recomenda ao Governo que proponha e apoie medidas de natureza institucional e políticas que vinculem(...)	2012-05-18	PS	[DAR II série A 184 XII/1 2012-05-23 pág 32 - 34]
328	Aprova Parecer Fundamentado sobre a violação do Princípio da Subsidiariedade pela Proposta de Regula(...)	2012-05-16	Comissão de Assuntos Europeus	[DAR II série A 181 XII/1 2012-05-16 pág 19 - 20]
283	Recomenda ao Governo que advogue e proponha junto dos signatários do Tratado e no quadro da União Eu(...)	2012-04-05	PS	[DAR II série A 159 XII/1 2012-04-11 pág 72 - 73]
268	Propõe a realização de um Referendo Nacional ao Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação(...)	2012-03-28	BE	[DAR II série A 152 XII/1 2º Supl. 2012-03-30 pág 3 - 4]
260	Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito (...)	2012-03-14	Comissão de Assuntos Europeus	[DAR II série A 143 XII/1 2012-03-16 pág 22 - 23]
232	Recomenda ao Governo que se desvincule do ACTA.	2012-02-23	BE	[DAR II série A 127 XII/1 2012-02-24 pág 12 - 13]
207	Recomenda ao Governo que, no âmbito da revisão do Regulamento 1060/2009, do Parlamento Europeu e do (...)	2012-02-01	CDS-PP	[DAR II série A 113 XII/1 2012-02-03 pág 33 - 34]
205	Rejeição do Tratado Orçamental.	2012-01-30	BE	[DAR II série A 111 XII/1 2012-02-01 pág 103 - 104]
155	Relatório sobre "Portugal na União Europeia 2010"	2011-12-20	Comissão de Assuntos Europeus	[DAR II série A 85 XII/1 2011-12-22 pág 31 - 32]

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
135	Sobre a decisão do Conselho Europeu de 25 de Março de 2011, que altera o Artigo 136º do Tratado sobr(...)	2011-12-02	BE	[DAR II série A 78 XII/1 2011-12-07 pág 17 - 18]
121	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 562/20(...)	2011-11-02	Comissão de Assuntos Europeus	[DAR II série A 60 XII/1 2011-11-04 pág 19 - 22]

Anexo III
Iniciativas Legislativas
Propostas de Resolução

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
38	Aprova o Tratado entre os Estados-Membros da União Europeia e a República da Croácia relativo à Ades(...)	2012-06-14	Governo	[DAR II série A 193 XII/1 Supl. 2012-06-15 pág 2 - 257]
30	Aprova o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária entre o(...)	2012-03-23	Governo	[DAR II série A 151 XII/1 2º Supl. 2012-03-29 pág 2 - 33]
28	Aprova o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre o Reino da Bélgica, a República (...)	2012-03-07	Governo	[DAR II série A 138 XII/1 Supl. 2012-03-09 pág 11 - 50]
7	Aprova a Decisão do Conselho Europeu de 25 de Março de 2011 que altera o artigo 136.º do Tratado sob(...)	2011-10-17	Governo	[DAR II série A 49 XII/1 2011-10-19 pág 34 - 37]
5	Aprova o Acordo de Transporte Aéreo entre o Canadá e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros(...)	2011-09-12	Governo	[DAR II série A 28 XII/1 Supl. 2011-09-14 pág 584 - 668]
4	Aprova o Acordo-Quadro entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República (...)	2011-09-12	Governo	[DAR II série A 28 XII/1 Supl. 2011-09-14 pág 510 - 583]
3	Aprova o "Protocolo de Alteração do Acordo de Transporte Aéreo entre os Estados Unidos da América e (...)	2011-09-12	Governo	[DAR II série A 28 XII/1 Supl. 2011-09-14 pág 470 - 509]
2	Aprova o Acordo de Comércio Livre entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, (...)	2011-09-12	Governo	[DAR II série A 28 XII/1 Supl. 2011-09-14 pág 2 - 469]

Anexo IV

Escrutínio de Iniciativas Europeias

Relatórios e Pareceres de Escrutínio remetidos à UE (RPE-UE)

RPE-UE ao abrigo do Diálogo Político	RPE-UE ao abrigo do Protocolo 2 (8 semanas)		TOTAL RPE-UE
	S/ Resolução da AR	C/ Resolução da AR (violação do princ. Subsidiariedade)	
108	146	2	256

Pareceres aprovados pela CAE

Comissão	Pareceres aprovados
Assuntos Europeus	256

Relatórios elaborados e aprovados por Comissão

Comissão	N.º Relatórios
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	59
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	1
Defesa Nacional	4
Orçamento e Finanças	31
Economia e Obras Públicas	86
Agricultura e Mar	24
Educação, Ciência e Cultura	21
Saúde	8
Segurança Social e Trabalho	16
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	19
Ética, Cidadania e Comunicação	11
TOTAL	280

Número total de Iniciativas Europeias distribuídas por comissão competente

Comissão	Legislativas	Não Legislativas	Total
Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	31	92	123
Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	10	83	93
Defesa Nacional	-	7	7
Assuntos Europeus	4	18	22
Orçamento e Finanças	31	87	118
Economia e Obras Públicas	56	154	210
Agricultura e Mar	27	90	117
Educação, Ciência e Cultura	8	41	49
Saúde	7	11	18
Segurança Social e Trabalho	17	55	72
Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local	10	38	48
Ética, Cidadania e Comunicação	2	21	23
TOTAL	203	697	900

Anexo V

Audições

Núm.	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
44-CAE-XII	XII	1	2012-07-18	Audição do Senhor Deputado ao Parlamento Europeu, Rui Tavares	Deputado ao Parlamento Europeu, Rui Tavares
43-CAE-XII	XII	1	2012-07-10	Audição do Senhor Ministro da Administração Interna	Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo
42-CAE-XII	XII	1	2012-07-10	Audição da Senhora Embaixadora de Chipre, no âmbito da Presidência cipriota do Conselho da União Europeia	Embaixadora da República de Chipre, Thalia Petrides
41-CAE-XII	XII	1	2012-07-04	Audição do SEAAE após o Conselho Europeu de 28-29 de junho	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
40-CAE-XII	XII	1	2012-06-27	Reunião conjunta com a COFAP, subordinada ao tema "O Papel dos Parlamentos nacionais no Semestre Europeu"	Presidente da Comissão dos Orçamentos do PE, Alain Lamassoure
39-CAE-XII	XII	1	2012-06-14	Audição, conjunta com a CACDLG, do Diretor da Agência para os Direitos Fundamentais da U.E.	Diretor da Agência para os Direitos Fundamentais da U.E., Morten Kjaerum
38-CAE-XII	XII	1	2012-06-05	Audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, após o Conselho Europeu Informal de 23 de maio de 2012 e sobre o processo nacional de transposição de diretivas	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
37-CAE-XII	XII	1	2012-05-15	Audição do Deputado ao Parlamento Europeu, Correia de Campos, sobre o Novo Regulamento Europeu relativo às Orientações para as Infraestruturas Energéticas Transeuropeias	Deputado ao Parlamento Europeu, Dr. Correia de Campos
36-CAE-XII	XII	1	2012-05-09	Audição do Embaixador de Portugal na REPER, Fezas Vital	Embaixador de Portugal na REPER, Fezas Vital

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Núm.	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
35-CAE-XII	XII	1	2012-05-04	Audição da Comissária Europeia Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, conjunta com a CACDLG e com a CPECC	Comissária Europeia Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania
34-CAE-XII	XII	1	2012-04-20	Audição, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, do Senhor Embaixador Manuel Lobo Antunes, nomeado para ocupar o cargo de Embaixador de Portugal em Roma	Embaixador Manuel Lobo Antunes
33-CAE-XII	XII	1	2012-04-03	Audição, em conjunto com a Comissão de Negócios estrangeiros e Comunidades Portuguesas, do Senhor Ministro Plenipotenciário de 2ª. classe Bernardo Luís Futscher Pereira, nomeado para ocupar o cargo de Embaixador de Portugal em Dublin	Embaixador de Portugal em Dublin, Bernardo Luís Futscher Pereira
32-CAE-XII	XII	1	2012-03-20	Audição, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades, da Senhora Ministra Plenipotenciária de 1ª. classe Fátima Perestrello, nomeada para ocupar o cargo de Embaixadora de Portugal em Helsínquia	Senhora Ministra Plenipotenciária de 1ª. classe Fátima Peretrello
31-CAE-XII	XII	1	2012-03-14	Audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus para debater as matérias em agenda e as conclusões do Conselho Europeu de 1 de março	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
30-CAE-XII	XII	1	2012-03-06	Audição do Governador do Banco de Portugal sobre obrigações de estabilidade europeias - Reunião à porta fechada, nos termos do artigo 110.º, n.º 2 RAR	Governador do Banco de Portugal, Dr. Carlos Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Núm.	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
29-CAE-XII	XII	1	2012-02-23	Audição do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, prévia ao Conselho Europeu de 1 e 2 de Março de 2012	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
28-CAE-XII	XII	1	2012-02-22	Audição da Senhora Deputada ao Parlamento Europeu Elisa Ferreira	Deputada ao Parlamento Europeu Elisa Ferreira
26-CAE-XII	XII	1	2012-02-01	Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus após o Conselho Europeu de 30 de Janeiro	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
25-CAE-XII	XII	1	2012-01-25	Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus prévia ao Conselho Europeu de 30 de Janeiro	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
24-CAE-XII	XII	1	2012-01-19	Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus após o Conselho Europeu	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
23-CAE-XII	XII	1	2012-01-18	Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional	S.E. ADJUNTO DA ECONOMIA E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
22-CAE-XII	XII	1	2012-01-17	Audição de Sua Excelência o Embaixador da Dinamarca para apresentação das Prioridades da Presidência Dinamarquesa do Conselho da União Europeia	Embaixador da Dinamarca, Senhor Hans Michael Kofoed-Hansen
21-CAE-XII	XII	1	2011-01-17	Audição do Presidente do Tribunal de Contas Europeu, para a apresentação e discussão do Relatório Anual do Tribunal de Contas Europeu	DR.VITOR CALDEIRA - PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU
20-CAE-XII	XII	1	2012-01-11	Audição da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, para debater a Política Comum de Pescas (PCP), conjunta com a CAM	MIN. DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Núm.	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
19-CAE-XII	XII	1	2012-01-10	Audição Parlamentar sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus ;Vice-Presidente da Comissão Europeia, Maros Sefcovic
18-CAE-XII	XII	1	2011-12-14	Audição, conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, dos candidatos ao cargo de juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto	Prof. Dr. Nuno Piçarra
17-CAE-XII	XII	1	2011-12-14	Audição, conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, dos candidatos ao cargo de juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto	Prof. Dr. José Luís da Cruz Vilaça
16-CAE-XII	XII	1	2011-12-14	Audição, conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, dos candidatos ao cargo de juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto	Dr. António José Robalo Cordeiro
15-CAE-XII	XII	1	2011-12-13	Audição, conjunta com a Comissão de Economia e Obras Públicas, do Secretário de Estado da Energia, na sequência do Conselho sectorial dedicado à energia	S.E. DA ENERGIA
14-CAE-XII	XII	1	2011-12-07	Audição do Ministro de Estado e das Finanças, após os últimos Conselhos de Assuntos Económicos e Financeiros - ECOFIN	MIN. DE ESTADO E DAS FINANÇAS
13-CAE-XII	XII	1	2011-12-07	Audição Parlamentar sobre o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça ao nível da União Europeia	Deputado português ao Parlamento Europeu, Carlos Coelho

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Núm.	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
12-CAE-XII	XII	1	2011-12-07	Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, antes do Conselho Europeu de 9 de Dezembro.	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
11-CAE-XII	XII	1	2011-11-28	Audição da Comissária dos Assuntos Marítimos e Pescas sobre a Reforma da Política Comum de Pescas	Comissária dos Assuntos Marítimos e Pescas, Maria Damanaki
10-CAE-XII	XII	1	2011-11-16	Apreciação, na especialidade, da Proposta de Lei 27/XII/1. ^a que aprova o Orçamento do Estado para 2012.	MIN. DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS;S.E. ADJUNTO E DOS ASSUNTOS EUROPEUS;S.E. DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
9-CAE-XII	XII	1	2011-11-08	Reforma da Política Agrícola Comum	Comissário Europeu da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Dacian Cioloș
8-CAE-XII	XII	1	2011-11-08	Pacote da Governação Económica	Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, Diogo Feio e Elisa Ferreira
7-CAE-XII	XII	1	2011-11-04	Audição após o Conselho Europeu de 26 de Outubro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
6-CAE-XII	XII	1	2011-11-02	Orientações para o processo orçamental da União Europeia relativamente a 2012	Deputado ao Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes
5-CAE-XII	XII	1	2011-10-25	Audição nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	MIN. DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
4-CAE-XII	XII	1	2011-10-14	Audição prévia ao Conselho Europeu de 23 de Outubro, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 4.º da Lei 43/2006, de 25 de Agosto	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Núm.	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
3-CAE-XII	XII	1	2011-08-30	Processo de designação do Juiz do Tribunal de Contas Europeu, nos termos da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto	Dr. Vítor Caldeira - Juiz do Tribunal de Contas Europeu
2-CAE-XII	XII	1	2011-07-26	Apresentação das conclusões da reunião de 21 de Julho dos Chefes de Estado ou de Governo da zona euro	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus
1-CAE-XII	XII	1	2011-07-19	Apresentação dos objetivos e prioridades da Presidência Polaca do Conselho da União Europeia	Embaixadora da Polónia, Senhora Katarzyna Skórzynska

Anexo VI
Audiências

Núm.	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
26-CAE-XII	XII	1	2012-06-18	Visita de cortesia	Zeljko Vukosav, Embaixador da Croácia em Lisboa e Arna da Mendonça Ferreira, Conselheira da Embaixada
25-CAE-XII	XII	1	2012-06-06	Encontro com Delegação do Parlamento do Estado Federado da Renânia-Palatinato, Alemanha	Hannelore Klamm, Vice-Presidente do Parlamento do Estado Federado da Renânia-Palatinato, Alemanha
24-CAE-XII	XII	1	2012-05-08	Audiência com o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus sobre o Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2014-2020	Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Europeus, Dr. Miguel Morais Leitão
23-CAE-XII	XII	1	2012-05-17	Audiência a uma Delegação Parlamentar da Assembleia do Kosovo	Jakup Krasniqi, Presidente da Assembleia do Kosovo; Vice-Presidente Xhavit Haliti; Vice-Presidente Sabri Hamiti; Vice-Presidente Petar Miletic
22-CAE-XII	XII	1	2012-04-24	Audiência à Delegação do Parlamento da Suécia, presidida pelo Vice-Presidente Ulf Holm	Delegação do Parlamento da Suécia, presidida pelo Vice-Presidente Ulf Holm
21-CAE-XII	XII	1	2012-04-03	Audiência a uma delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Alemanha-Portugal	Delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Alemanha-Portugal
20-CAE-XII	XII	1	2012-03-29	Sensibilizar para as questões envolvidas no impacto da utilização da AgroBiotecnologia na produção agrícola e para a pertinência da sua utilização, em particular para a agricultura de Portugal e na União Europeia	Presidente do Centro de Informação de Biotecnologia, Professor Manuel Pedro Fevereiro
19-CAE-XII	XII	1	2012-03-29	Solicita audiência, no quadro do projecto que o IEEI está a desenvolver "O Desenvolvimento no Centro das Políticas Públicas"	Director do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Dr. Luís Pais Antunes
18-CAE-XII	XII	1	2012-03-15	Reunião da Mesa e Coordenadores com o Comissário Europeu dos Assuntos Económicos e Monetários, Olli Rehn	Comissário Europeu dos Assuntos Económicos e Monetários, Olli Rehn
16-CAE-XII	XII	1	2012-02-10	Audiência ao Senhor Embaixador de Portugal em Belgrado	Embaixador de Portugal em Belgrado, Luís de Almeida Sampaio
15-CAE-XII	XII	1	2012-02-17	Audiência ao Senhor Secretário-Geral do Serviço Europeu de Ação Externa	Pierre Vimont, Secretário-geral do Serviço Europeu de Ação Externa
14-CAE-XII	XII	1	2012-02-15	Audiência a Sua Excelência o Embaixador da Hungria	Embaixador da Hungria, Senhor Norbert Konkoly

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

Núm.	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
13-CAE-XII	XII	1	2012-02-08	Audiencia a Sua Excelencia a Embaixadora de Chipre	Embaixadora de Chipre, Senhora Thalia Petrides
12-CAE-XII	XII	1	2012-01-26	Audiencia a Deloitte sobre as Propostas legislativas da Comissão Europeia relativas à revisão oficial de contas	Dr. António Marques Dias;Dr. Afonso Arnaldo
11-CAE-XII	XII	1	2011-12-21	Apresentação da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado	Dr. Luis Palha da Silva, Presidente da AEM;Dr. Abel Sequeira Ferreira, Director Executivo da AEM
10-CAE-XII	XII	1	2011-12-20	Audiência a Sua Excelência o Embaixador da Dinamarca	Embaixador da Dinamarca, Senhor Hans Michael Kofoed-Hansen
9-CAE-XII	XII	1	2011-11-02	Visita de cortesia	Embaixador de França em Portugal - Pascal Teixeira da Silva
8-CAE-XII	XII	1	2011-10-26	Visita de cortesia	Embaixador da Sérvia, Sr. Mirko Stefanovic
7-CAE-XII	XII	1	2011-10-25	Visita de cortesia	Embaixador da Ucrânia, Oleksandr Nykonenko
6-CAE-XII	XII	1	2011-10-24	Visita de cortesia	Chefe Interino da Representação da Comissão Europeia em Portugal, Engº Luiz Sá Pessoa
5-CAE-XII	XII	1	2011-09-29	Visita de cortesia	Embaixadora Britânica, Senhora Jill Gallard
4-CAE-XII	XII	1	2011-09-29	Visita de cortesia	Embaixador da Hungria, Senhor Norbert Konkoly
3-CAE-XII	XII	1	2011-09-16	"Burma Campaign UK"	Delegação pertencente à "Burma Campaign UK";Delegação Executiva da UGT
2-CAE-XII	XII	1	2011-08-31	Visita de cortesia	Embaixador da Grécia, Senhor Vassilios Costis
1-CAE-XII	XII	1	2011-07-29	Visita de cortesia	Embaixador da Áustria, Senhor Bernhard WRABETZ

Anexo VII
Cooperação Interparlamentar

Data	Designação	Local	Delegação/ Deputado
De 2012-07-08 a 2012-07-09	Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus com vista à preparação da XLVIII COSAC	Larnaca	Ana Catarina Mendonça Mendes
De 2012-04-22 a 2012-04-24	XLVII Conferência das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)	Copenhaga	Paulo Mota Pinto António Rodrigues Carlos São Martinho Alberto Costa Vitalino Canas Honório Novo
De 2012-03-21 a 2012-03-22	2ª. Conferência de Alto Nível sobre o Quadro Financeiro Plurianual	Parlamento Europeu, Bruxelas	Carlos Costa Neves Maria Helena André
De 2012-02-27 a 2012-02-28	Reunião Interparlamentar sobre o Semestre Europeu para a Coordenação das Políticas Económicas	Parlamento Europeu, Bruxelas	Paulo Mota Pinto
De 2012-01-29 a 2012-01-30	Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus, preparatória da XLVII COSAC	Copenhaga	Paulo Mota Pinto
De 2011-10-20 a 2011-10-21	Conferência "EU Multianual Financial Framework: 2014-2020"	Bruxelas	Paulo Mota Pinto
2011-10-19	Conferência sobre a Reforma da Política Comum de Pescas	Bruxelas	Ana Catarina Mendonça Mendes
2011-10-06	Reunião interparlamentar: "O futuro da Política da Coesão após 2013 à luz de novas propostas legislativas"	Parlamento Europeu, Bruxelas	Maria Helena André
De 2011-10-05 a 2011-10-06	Reunião interparlamentar: "O controlo democrático da Estratégia de Segurança Interna e o papel da Europol, Eurojust e Frontex"	Parlamento Europeu, Bruxelas	Paulo Pisco
De 2011-10-03 a 2011-10-04	Reunião interparlamentar: "Fórum do Mercado Único"	Cracóvia	Cláudia Monteiro de Aguiar Pedro Silva Pereira
De 2011-10-02 a 2011-10-04	XLVI Conferência das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)	Varsóvia	Paulo Mota Pinto António Rodrigues Carlos São Martinho Vitalino Canas José Lino Ramos
De 2011-07-10 a 2011-07-11	Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus Varsóvia	Varsóvia	Paulo Mota Pinto

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Iniciativas Legislativas

Iniciativas entradas na Comissão

Pág.

Anexo I

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
XII/1 - Projeto de Lei				

2

Anexo II

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
XII/1 - Projeto de Resolução				

3

Anexo III

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
XII/1 - Propostas de Resolução				

4

Anexo IV

Escrutínio de Iniciativas Europeias

Relatórios e Pareceres de Escrutínio remetidos à UE (RPE-UE)

RPE-UE ao abrigo do Diálogo Político	RPE-UE ao abrigo do Protocolo 2 (8 semanas)		TOTAL RPE-UE
	S/ Resolução da AR	C/ Resolução da AR (violação do princ. Subsidiariedade)	

5

Pareceres aprovados pela CAE

Pág

Comissão	Iniciativas Escrutinadas
Assuntos Europeus	250

6

Relatórios elaborados e aprovados por Comissão

Comissão	N.º Relatórios
Total	266

6

Número total de Iniciativas Europeias distribuídas por comissão competente

Comissão	Legislativas	Não Legislativas	Total
Total	203	683	886

6

Anexo V

Audições	N.º audições
Total	43

6

Anexo VI

Audiências	N.º audiências
Total	27

6

Anexo VII

Visitas	N.º visitas
Total	1

6

INDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2.COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	4
3. REUNIÕES E PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS.....	6
4.INICIATIVAS LEGISLATIVAS.....	6
5. PROCESSOS DE CONTAS PÚBLICAS.....	8
6. INICIATIVAS EUROPEIAS.....	9
7.OUTROS PARECERES/RELATÓRIOS.....	10
8.PETIÇÕES.....	10
9.AUDIÇÕES.....	11
10.AUDIÊNCIAS.....	12
11.DESLOCAÇÕES/ REPRESENTAÇÕES.....	12
12. GRUPOS DE TRABALHO.....	12
13. REQUERIMENTOS DOS GP.....	13
14. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA COMISSÃO.....	13
15. ANEXOS.....	13

1. INTRODUÇÃO

A Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) constituiu-se como a 5.ª Comissão Parlamentar permanente da XII Legislatura, detendo as competências publicadas em Diário da Assembleia da República de 5 de agosto de 2011, tal como acordadas em sede de Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

Deste modo, a COFAP detém [competências](#) quanto às matérias de natureza orçamental e financeira, à reforma do Estado e à modernização administrativa e as políticas da Administração Pública. Cabe em especial a esta Comissão exercer as suas competências e controlo político nas seguintes áreas:

- a) Grandes Opções do Plano e Programa Nacional de Reformas
- b) Orçamento e Conta Geral do Estado
- c) Política Orçamental e de Finanças Públicas
- d) Relações orçamentais e financeiras com a União Europeia
- e) Função Acionista do Estado
- f) Supervisão e Regulação das Atividades e Instituições Financeiras
- g) Apreciação de relatórios do Tribunal de Contas;
- h) Reforma do Estado, Modernização Administrativa e Administração pública;
- i) Regime jurídico de emprego público, incluindo regime de aposentação da função pública, em articulação com a Comissão de Segurança Social e Trabalho;
- j) Outras instituições e matérias tuteladas pelo Ministério das Finanças.

De acordo com estas competências, a COFAP aprovou um conjunto de iniciativas e ações, plasmadas no [Plano de Atividades](#) da Comissão para a 1.ª Sessão Legislativa, e de cuja execução se presta contas no presente Relatório. O [Regulamento interno](#) de funcionamento da Comissão foi, igualmente aprovado no início da Legislatura.

Numa ótica de prestação de contas permanente e continuada, recorda-se que a Comissão dispõe de um [portal na internet](#), do qual consta o registo detalhado das atividades desenvolvidas (nomeadamente reuniões e respetivas atas, audições e audiências), todo o processo legislativo e petições apreciadas pela Comissão, bem como a documentação de suporte a todas estas matérias e respetivas gravações, quando existem.

Por este mesmo motivo, o presente Relatório pretende realçar as principais atividades desenvolvidas pela Comissão, remetendo para a consulta na respetiva página internet dos detalhes referentes a cada reunião que, se referidos neste documento, torná-lo-iam de grande extensão e difícil manuseamento. A utilidade deste portal na internet é visível nos acessos à página (superior a 30.000 no 1.º semestre de 2012), tornando a página da COFAP a segunda mais procurada no portal internet das Comissões parlamentares.

Algumas estatísticas da atividade desenvolvida pela COFAP:

- 119 Reuniões.
- 75 Projetos e Propostas de Lei apreciados.
- 24 Leis aprovadas.
- 36 Projetos e Propostas de Resolução apreciados.
- 94 Audições.
- 51 Audiências.
- 30 Petições apreciadas.
- 37 Iniciativas europeias escrutinadas.

2.COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A Comissão tomou posse em 6 de julho de 2011, data em que foi, igualmente, eleita a Mesa da Comissão, constituída pelo Presidente, Senhor Deputado Eduardo Cabrita (PSD) e pelos 1.º e 2.º Vice-Presidentes, Senhores Deputados Paulo Batista Santos (PSD) e Honório Novo (PCP), respetivamente.

A COFAP é [composta](#) por 21 Deputados efetivos e 21 Deputados suplentes, abaixo indicados, não tendo ocorrido qualquer substituição dos mesmos ao longo da Sessão Legislativa:

Nome	Grupo Parlamentar
MEMBROS EFETIVOS	
Eduardo Cabrita, <i>Presidente</i>	PS
Paulo Batista Santos, <i>Vice-Presidente</i>	PSD
Honório Novo, <i>Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PCP
Afonso Oliveira	PSD
Carlos Santos Silva	
Cristóvão Crespo	
Duarte Pacheco, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	
Elsa Cordeiro	
Fernando Virgílio Macedo	
José de Matos Rosa	
Miguel Frasquilho	
Nuno Reis	
Fernando Medina	PS
Isabel Santos	
João Galamba, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	
Pedro Jesus Marques	
Pedro Nuno Santos	
Sónia Fertuzinhos	
João Pinho de Almeida, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	CDS-PP
Vera Rodrigues	
Pedro Filipe Soares, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	BE

MEMBROS SUPLENTEs	
Bruno Coimbra Hugo Velosa Jorge Paulo Oliveira Maria das Mercês Borges Nuno Serra Pedro Pinto Pedro Roque Pedro Saraiva Ulisses Pereira Vasco Cunha	PSD
Duarte Cordeiro Hortense Martins Nuno Sá Paulo Ribeiro de Campos Pedro Silva Pereira Ricardo Rodrigues Rui Paulo Figueiredo	PS
Adolfo Mesquita Nunes Michael Seufert	CDS-PP
Paulo Sá	PCP
Mariana Aiveca	BE

A COFAP funciona e delibera, tal como previsto no Regimento, em plenário da Comissão.

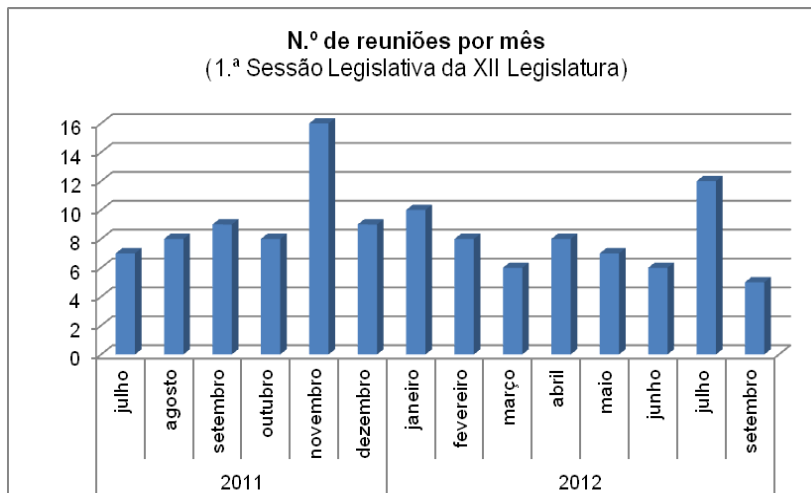
No decorrer da Sessão Legislativa, a Comissão deliberou constituir um [Grupo de Trabalho](#) com vista à apreciação de um conjunto de iniciativas legislativas em matéria de Contratos de Crédito à Habitação. (*vide* ponto 12 do presente Relatório).

3. REUNIÕES E PARTICIPAÇÃO DOS DEPUTADOS

Ao longo da Sessão Legislativa¹, a Comissão efetuou um total de [119 reuniões](#), incluindo as reuniões da Mesa e Coordenadores e do Grupo de Trabalho – Contratos de Crédito à Habitação (*vide* ponto 12 do presente Relatório).

Como se pode constatar pela análise do gráfico, o período de maior número de reuniões

foi o mês de novembro de 2011, altura da apreciação, entre outras iniciativas, da Proposta de Lei referente ao Orçamento do Estado para 2012.

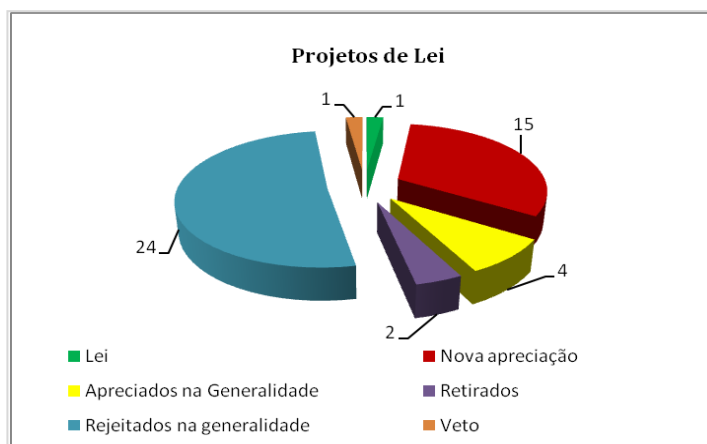


A Comissão registou uma assiduidade de 91% dos membros da Comissão no cômputo das reuniões, acrescendo a esta um rácio de 3% de ausência dos seus membros por participação noutros trabalhos parlamentares, impedindo deste modo a sua presença na Comissão.

4. INICIATIVAS LEGISLATIVAS

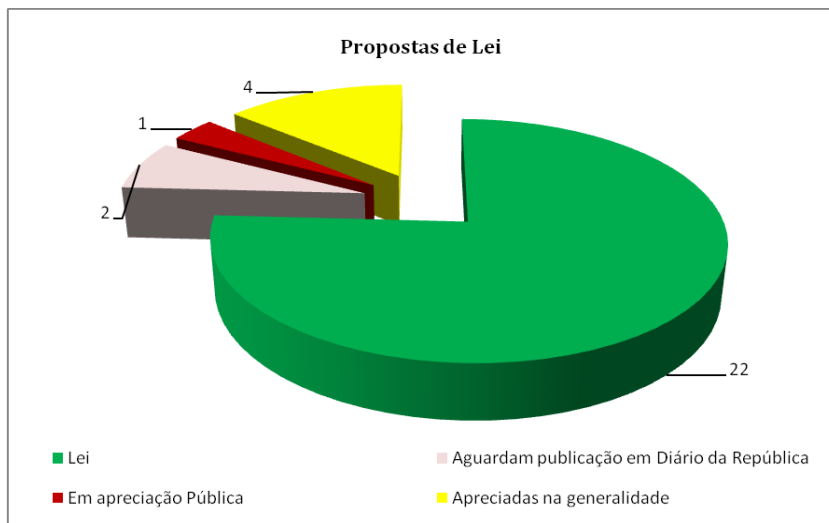
A Comissão procedeu à apreciação de um número significativo de iniciativas legislativas ao longo da presente Sessão Legislativa, não só em matéria orçamental e de finanças públicas, mas também decorrentes das suas competências no âmbito da Administração Pública.

Neste sentido, e no que aos Projetos de Lei e Propostas de Lei diz respeito, a COFAP apreciou, ou está atualmente a apreciar, um total de 76 iniciativas: 47 Projetos de Lei e 29 Propostas de Lei. Os gráficos ilustram, à data, o ponto de situação das iniciativas apreciadas ou em apreciação pela COFAP.

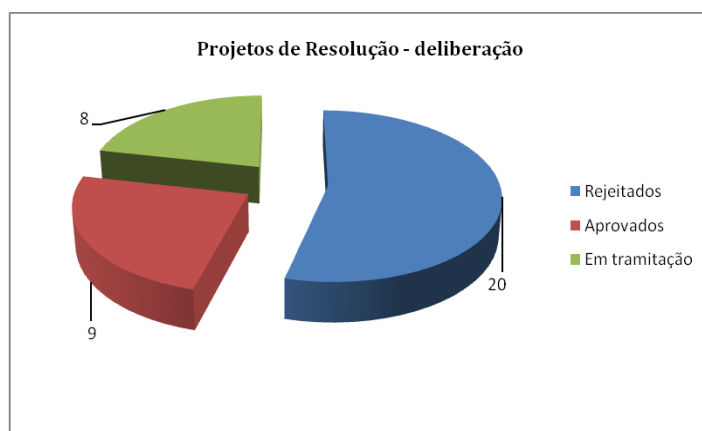
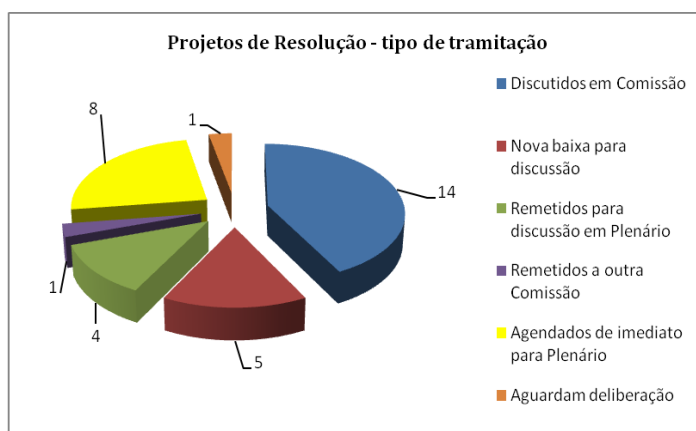


¹ Incluem-se nas estatísticas a atividade prevista até 14 de setembro de 2012.

Em virtude de várias das iniciativas legislativas decorrentes do Programa de Assistência Económica e Financeira terem sido apresentadas na presente Sessão e apreciadas pela COFAP, contribuindo para um reforço do processo legislativo apreciado na Comissão, a COFAP participou na elaboração de 24 das 48 Leis aprovadas pela Assembleia da República na presente Sessão Legislativa, até à data de aprovação do presente Relatório².



Adicionalmente, a Comissão apreciou (ou está a apreciar) 33 Projetos de Resolução, 3 Propostas de Resolução e 1 Projeto de Deliberação. Destas 37 iniciativas, e das que já foram votadas em Plenário, resultaram 9 Resoluções da Assembleia da República, tendo 20 sido rejeitadas. As restantes encontram-se, ainda, em fase de tramitação.



Registe-se que 25% dos Projetos de Resolução com despacho de baixa à Comissão para discussão foram, de imediato, agendados para discussão em Plenário, tornando redundante a baixa à Comissão.

Toda a informação respeitante às iniciativas cuja tramitação já foi concluída pela Comissão está disponível no [Arquivo de Iniciativas](#) da COFAP, enquanto aquelas em tramitação podem ser consultadas na página das [Iniciativas em Comissão](#).

² Para maior detalhe, consultar o anexo 1 ao presente relatório, onde consta o mapa síntese com informação sobre as Leis cujos trabalhos preparatórios decorreram, total ou parcialmente, na COFAP.

5. PROCESSOS DE CONTAS PÚBLICAS

Decorrente das suas competências em matéria orçamental, a Comissão procede à apreciação, nos termos constitucionais e legais, desde logo da Proposta de Lei referente ao **Orçamento do Estado** (e iniciativas que procedem à alteração da Lei do Orçamento do Estado em vigor). Nesse contexto, a Comissão procedeu à apreciação das seguintes iniciativas:

- ❖ Referentes ao Orçamento do Estado para 2011:
 - [Proposta de Lei n.º 5/XII/1.ª \(GOV\)](#), que *Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2011, aprovado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira;*
 - [Proposta de Lei n.º 26/XII/1.ª \(GOV\)](#), que *Procede à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro;*
- ❖ Referentes ao Orçamento do Estado para 2012:
 - [Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª \(GOV\)](#), que *Aprova o Orçamento do Estado para 2012;*
 - [Proposta de Lei n.º 51/XII/1.ª \(GOV\)](#), que *Altera a Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2012, aprovada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no âmbito da Iniciativa de Reforço da Estabilidade Financeira;*
- ❖ Analogamente, a Comissão procedeu à apreciação da [Proposta de Lei n.º 31/XII/1.ª \(GOV\)](#), que *Aprova as **Grandes Opções do Plano** para 2012 – 2015 – apresentada, nos termos legais, em conjunto com a Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV).*
- ❖ A Comissão procedeu, também, à revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, através da apreciação da [Proposta de Lei n.º 7/XII/1.ª \(GOV\)](#), que *Procede à sexta alteração à Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto.*

Ainda no âmbito da apreciação de processos referentes a contas públicas, a Comissão procedeu à apreciação da **Conta Geral do Estado**, em particular através da conclusão da apreciação da [Conta Geral do Estado de 2009](#) (processo iniciado ainda na anterior Legislatura) e da apreciação da [Conta Geral do Estado de 2010](#), relativamente à qual foi efetuada a audição do [Tribunal de Contas](#) e do [Conselho Económico e Social](#), após emissão dos respetivos pareceres. Refira-se, ainda, que no final da presente Sessão foi distribuída a [Conta Geral do Estado de 2011](#), nos termos legais, para emissão de parecer.

A Comissão procedeu, também, à apreciação do **Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais**, remetido anualmente pelo Governo à Assembleia da República, no que a 2010 e a 2011 diz respeito, através de audições ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais em [5 de agosto de 2011](#) e (prevista para) 12 de setembro de 2012.

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 62.º da Lei de Enquadramento Orçamental (na sua redação atual), a Comissão determinou ao Governo a realização de auditorias suplementares à Águas de Portugal, SGPS e ao Programa Novas Oportunidades, para efeitos do n.º 1 do mesmo artigo, tendo ainda solicitado ao Tribunal de Contas, ao abrigo da mesma disposição, a

auditoria do processo de parcerias público-privadas do Hospital de Braga e das contrapartidas públicas no âmbito da Lei de Reprogramação Militar.

Enfim, registre-se a apreciação feita, pela Comissão, ao [Documento de Estratégia Orçamental 2012-2016](#), previamente à sua apreciação em Plenário, através de audições realizadas ao [Senhor Ministro de Estado e das Finanças](#), ao [Conselho das Finanças Públicas](#) e ao [Conselho Económico e Social](#).

A este propósito, recorde-se a atividade desenvolvida pela [UTAO – Unidade Técnica de Apoio Orçamental](#), que presta apoio à Comissão em particular no âmbito dos processos de contas públicas, e no âmbito da qual elaborou pareceres sobre a Conta Geral do Estado – 2010, a Dívida Pública (notas mensais), o Documento de Estratégia Orçamental, a execução orçamental em contabilidade nacional e contabilidade pública (notas mensais) e as Proposta de Lei referentes aos Orçamento do Estado (para 2012 e alterações às Leis do Orçamento do Estado em vigor)³.

6. INICIATIVAS EUROPEIAS

A Comissão tem vindo a proceder a um maior acompanhamento dos assuntos europeus, nomeadamente pelo escrutínio continuado das iniciativas europeias que lhe são remetidas, em razão da matéria, pela Comissão de Assuntos Europeus. Para tal, são selecionadas para escrutínio desde logo as iniciativas enviadas ao abrigo do Protocolo anexo ao Tratado de Lisboa para efeitos de pronúncia sobre o cumprimento do princípio da subsidiariedade, bem como as iniciativas com maior interesse e relevância política e de conteúdo.

Realçam-se, neste contexto, as iniciativas com interesse direto para Portugal (nomeadamente no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira), aquelas remetidas no contexto do Semestre Europeu e das obrigações dele decorrentes (plasmadas em sede da Lei de Enquadramento Orçamental), as iniciativas no âmbito da preparação do próximo Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 e, recentemente, as iniciativas decorrentes do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária.

Deste modo, ao longo da Sessão a COFAP apreciou um conjunto de 37 iniciativas europeias, em algumas das quais, pela sua natureza, solicitou a emissão de parecer de entidades externas diretamente envolvidas pelo teor da proposta da Comissão Europeia, dotando assim a Comissão de pronúncias especializadas em razão da matéria e que em muito contribuiu para a fundamentação dos relatórios posteriormente aprovados pela Comissão.

Pelo facto de ainda não ser possível consultar na internet a tramitação das iniciativas europeias na Assembleia da República, segue em anexo a este relatório um mapa síntese com o elenco das iniciativas apreciadas pela COFAP e indicação do respetivo relator⁴.

³ A UTAO elabora o seu próprio relatório de atividades.

⁴ Vide anexo 2 deste relatório.

7. OUTROS PARECERES/RELATÓRIOS

A Comissão pronunciou-se, através da elaboração de um parecer, e na sequência de solicitação da Comissão de Assuntos Europeus nos termos legalmente previstos para o efeito, quanto aos Relatórios sobre a participação de Portugal na União Europeia referentes ao ano de [2010](#) e de [2011](#), no que à COFAP dizia respeito em razão da matéria.

8. PETIÇÕES

A Comissão procedeu a um grande esforço quanto à tramitação de petições em Comissão (num total de 30 ao longo da Sessão), valorizando deste modo o instrumento de participação e de promoção da cidadania por parte dos cidadãos.

Deste modo, realce-se desde logo a prioridade conferida às Petições transitadas da XI Legislatura, que perfaziam um total de 13, estando a sua tramitação completamente concluída em sede da Comissão e cujos processos podem ser consultados no [Arquivo de Petições](#) da Comissão. Deste conjunto de Petições, 3 foram discutidas em Plenário, tendo uma das [petições](#) dado origem a iniciativas legislativas.

Ao longo da presente Sessão, foram admitidas 17 petições, das quais a Comissão concluiu a apreciação de 11, tendo 1 sido debatida em Plenário. Uma das [petições](#) deu, igualmente, origem a uma iniciativa legislativa. Das [Petições em apreciação na Comissão](#), 5 aguardam resposta a informações solicitadas ao Governo e 1 está nas diligências iniciais.

Registe-se que, por vezes, o relator tem entendido por oportuno realizar a audição aos Peticionários, em reunião aberta à participação dos membros da Comissão, mesmo que a Petição em apreço não recolha o número mínimo de assinaturas para tornar a audição obrigatória, nos termos da Lei, promovendo desta forma uma maior abertura da Assembleia da República aos cidadãos.

Registem-se, ainda, os dois casos de apresentação de iniciativas legislativas na sequência da tramitação de uma Petição, que se constitui como um dos efeitos possíveis do exame de petições (mesmo se ainda pouco utilizados), previsto na Lei de Exercício do Direito de Petição, valorizando deste modo o instrumento de participação dos cidadãos.

9. AUDIÇÕES

Nesta matéria, a Comissão procedeu a um total de [94 audições](#)⁵, das quais 36 com membros do Governo.

Neste contexto, realçam-se desde logo as audições em sede do **processo orçamental** – num total de 16 audições com os membros do Governo e ainda 3 com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias e o Conselho Económico e Social, em sede de apreciação na generalidade e especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XII/1.ª (GOV).

Igualmente no **âmbito de processo legislativo** (em particular no decorrer da apreciação de iniciativas legislativas em sede de especialidade), a Comissão realizou 18 audições, a maioria das quais com membros do Governo. Ainda com o Governo, realce deve ser dado às audições regimentalmente previstas no âmbito do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento, num total de 3 audições (a 4ª enquadra-se em sede da apreciação da Proposta de Orçamento do Estado), bem como 7 audições sobre temáticas variadas, como a Execução Orçamental, a reforma da Administração Pública e o Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais, entre outros assuntos.

Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º dos Estatutos da **Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública**, Anexos à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, a Comissão procedeu às audições das personalidades indigitadas para integrar a referida CRESAP.

Tal como já referido anteriormente, a Comissão procede à **audição de Peticionários**, desde logo quando esta é obrigatória, mas também quando o relator assim o entende como oportuno, tendo nesta Sessão sido realizadas 16 audições desta natureza.

Na sequência de **Requerimentos aprovados pela Comissão**, esta procedeu a:

- 2 audições, conjuntas com a Comissão de Economia e Obras Públicas, a propósito do Relatório de Auditoria realizada pelo Governo à empresa Estradas de Portugal
- 5 audições, conjuntas com a Comissão de Segurança Social e Trabalho, a propósito da transferência do fundo de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social.
- 2 audições, no âmbito da reprivatização do BPN - Banco Português de Negócios.

A Comissão procede, de acordo com o disposto no seu Plano de Atividades, a audições anuais com as **entidades reguladoras do setor financeiro**, tendo na presente sessão realizado 5 audições com a Autoridade da Concorrência, o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, o Instituto de Seguros de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e, enfim, o Banco de Portugal.

Enfim, em sede do acompanhamento dos **assuntos europeus**, e em conjunto com a Comissão de Assuntos Europeus, a COFAP realizou diversas audições: com os deputados portugueses ao Parlamento Europeu Diogo Feio, Elisa Ferreira e José Manuel Fernandes; com o Presidente

⁵ Não se repetirá aqui a referência já efetuada das audições em sede da tramitação das iniciativas legislativas e de processos de contas públicas. Inclui-se nesta estatística as audições do Grupo de Trabalho, cujo detalhe se referirá no ponto 12 do presente relatório.

da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu, com o Presidente do Tribunal de Contas Europeu, com o Governo e o Vice-Presidente da Comissão Europeia a propósito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012, com membros do Governo na sequência de Conselhos Europeus (nomeadamente ECOFIN) e nos termos legalmente previstos; e, enfim, com o Governador do Banco de Portugal.

10. AUDIÊNCIAS

A Comissão concedeu, ao longo da Sessão, um total de [51 audiências](#), na sua maioria referentes a diplomas legais – em trabalhos preparatórios ou já publicados – em particular quanto às disposições do Orçamento do Estado ou diplomas com ele conexos.

Registe-se, adicionalmente, a representação internacional da Comissão nas audiências concedidas, no âmbito da qual foram concedidas diversas audiências: à missão de assistência técnica no âmbito do PAEF, a delegações homólogas de Parlamentos europeus e internacionais, a representantes de instituições europeias, a Embaixadores e diplomatas e ainda a Grupos Parlamentares de Amizade.

11. DESLOCAÇÕES/ REPRESENTAÇÕES

A Comissão fez-se representar, na sequência dos despachos exarados pela Presidente da Assembleia da República, nas edições da Conferência sobre o Quadro Financeiro Plurianual e na reunião do Semestre Europeu realizada no Parlamento Europeu (no âmbito das quais as delegações da Assembleia da República foram constituídas por Presidentes das Comissões competentes em razão da matéria), bem como em reuniões de Presidentes de Comissões de Orçamento realizadas nas Presidências rotativas da União Europeia.

12. GRUPOS DE TRABALHO

Tal como referido anteriormente, a Comissão deliberou constituir um Grupo de Trabalho para proceder a uma nova apreciação na generalidade de 19 iniciativas legislativas em matéria de [Contratos de Crédito à Habitação](#) (14 Projetos de Lei e 5 Projetos de Resolução), que haviam sido discutidos em Sessão Plenária.

Neste contexto, o Grupo de Trabalho realizou [4 audições](#):

- Associação Portuguesa de Bancos;
- Banco de Portugal;
- DECO – Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor;
- SEFIN – Associação Portuguesa dos Utilizadores e Consumidores de Serviços e Produtos Financeiros;

Adicionalmente, o Grupo de Trabalho solicitou a emissão de [parecer escrito](#) às seguintes entidades:

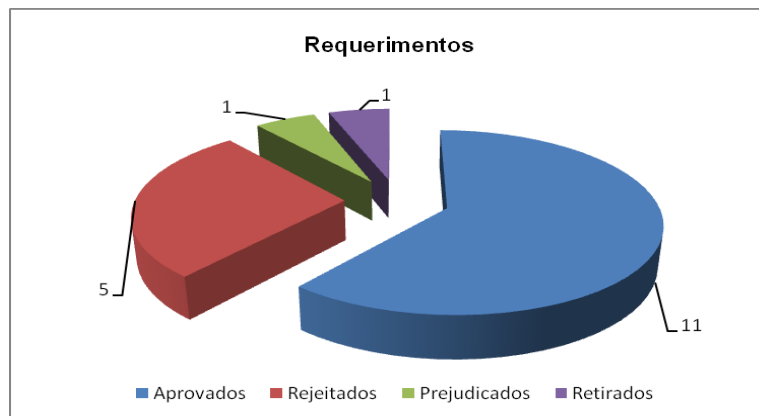
- Instituto de Seguros de Portugal;
- ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado;

- APERC – Associação Portuguesa de Empresas de Gestão e Recuperação de Crédito;
- APEMIP – Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal;
- Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos;
- Associação Portuguesa de Famílias Numerosas;
- CNAF – Confederação Nacional das Associações de Família.

Em 18 de julho de 2012, o Grupo de Trabalho submeteu à Comissão, por maioria de decisão, a proposta de prolongar os seus trabalhos até ao início do mês de setembro de 2012, proposta que foi aceite.

13. REQUERIMENTOS DOS GP

Ao longo da Sessão Legislativa, foram formalmente submetidos à apreciação e deliberação da Comissão de 18 Requerimentos. Deste, após a sua apreciação em reunião da Comissão, 11 foram aprovados (na sua totalidade ou parcialmente), tendo dado origem, nomeadamente, a audições e a solicitação de documentação ao Governo.



14. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA COMISSÃO

Tendo em conta o Orçamento da Assembleia da República para o ano de 2012, a COFAP utilizou, à data, 25% do orçamento que lhe estava atribuído, maioritariamente para efeitos de representação da Comissão em reuniões internacionais de carácter interparlamentar⁶.

15. ANEXOS

1. Mapa síntese das Leis e Resoluções da Assembleia da República com tramitação efetuada na COFAP.
2. Elenco das iniciativas europeias apreciadas pela COFAP.

⁶ No segundo semestre do ano haverá que ter em consideração as reuniões no âmbito da Presidência rotativa da UE, exercida pelo Chipre, e cujas deslocações representam um ónus acrescido, pelo elevado custo da viagem.

ANEXO 1

Diploma	Epígrafe	Iniciativa originária	Regulamentação	Alterações e outros
<i>Aprovada em votação final global</i>	Autoriza o Governo a regular o acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica e da prestação de serviços de emissão de moeda eletrónica, no âmbito da transposição da Diretiva n.º 2009/110/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro, relativa ao acesso à atividade das instituições de moeda eletrónica, ao seu exercício e à sua supervisão prudencial	PPL 71/XII/1.ª (GOV)		
<i>Aguarda promulgação</i>	Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2013 a 2016.	PPL 56/XII/1.ª (GOV)	n.a.	<i>Decorre da LEO e da Lei n.º 64-C/2011, de 30 de dezembro.</i>
Lei n.º 20/2012, de 14 de maio	Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira.	PPL 51/XII/1.ª (GOV)	n.a.	
Lei n.º 14-A/2012, de 30 de março	Aprova alterações ao Código do IVA, ao Código dos Impostos Especiais de Consumo e procede à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 347/85, de 23 de agosto, no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.	PPL 48/XII/1.ª (GOV)	n.a.	
Lei n.º 14/2012, de 26 de março	Altera o Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de maio , no que respeita à resolução dos contratos relativos a serviços financeiros prestados a consumidores celebrados através de meios de comunicação à distância e transpõe parcialmente para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de setembro de 2002, relativa à comercialização à	PPL 43/XII/1.ª (GOV)	n.a.	

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

	distância de serviços financeiros prestados a consumidores.			
Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro <i>Lei dos Compromissos</i>	Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas	PPL 40/XII/1.ª (GOV)	Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho , que <i>Contempla as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e à operacionalização da prestação de informação nela prevista.</i>	Alterado o artigo 5.º na Lei n.º 20/2012, de 14 de maio.
Lei 4/2012, de 11 de janeiro <i>Lei da recapitalização da Banca</i>	Procede à terceira alteração à Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro , que estabelece medidas de reforço da solidez financeira das instituições de crédito no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira e da disponibilização de liquidez nos mercados financeiros.	PPL 30/XII/1.ª (GOV)	Artigo 23.º Regulamentação Portaria n.º 150-A/2012 , de 17 de maio (Ministério das Finanças) – <i>Define os procedimentos necessários à execução da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de novembro, no âmbito de operações de capitalização de instituições de crédito com recurso a investimento público.</i>	Artigo 13.º Decisão 1 – Compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças, <u>mediante despacho</u> , decidir sobre a realização da operação de capitalização, tendo por base a proposta de decisão que lhe seja para o efeito remetida pelo Banco de Portugal, de acordo com o disposto nos n.os 2, 3 e 4 do artigo 12.º. Despacho n.º 8840-A/2012 Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro Recapitalização da Banca - BPI Despacho n.º 8840-B/2012 Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro Recapitalização da Banca - BCP Despacho n.º 8840-C/2012 Ministério das Finanças - Gabinete do Ministro Recapitalização da Banca - CGD Artigo 18.º

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

				Acompanhamento e fiscalização [...] 3 - <u>Semestralmente, o membro do Governo responsável pela área das finanças dá conhecimento à Assembleia da República</u> das operações de capitalização realizadas no âmbito da presente lei e sua execução. <i>Relatório remetido pelo Governo em 25 de junho de 2012.</i>
Lei 2/2012, de 6 de janeiro	Procede à oitava alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas , aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto	PJL 109/XII/1.ª (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV)	n.a.	
Lei 1/2012, de 3 de janeiro	Determina a realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas a todas as fundações , nacionais ou estrangeiras, que prossigam os seus fins em território nacional, com vista a proceder a uma avaliação do respetivo custo/benefício e viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção	PPL 18/XII/1.ª (GOV)	n.a.	
Lei 64-C/2011, de 30 de dezembro	Aprova a estratégia e os procedimentos a adotar no âmbito da lei de enquadramento orçamental , bem como a calendarização para a respetiva implementação até 2015	PPL 32/XII/1.ª (GOV)		Portaria 103/2012, de 17 de abril (revisão semestral prevista na Lei)
Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro	Orçamento do Estado para 2012	PPL 27/XII/1.ª (GOV)	Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro [DL de execução orçamental] Portaria n.º 9/2012, de 10 de janeiro [referente ao disposto no n.º 4 do artigo 26.º do OE]	Declaração de retificação n.º 11/2012, de 24 de fevereiro
Lei 64-A/2011, de 30 de dezembro	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015	PPL 31/XII/1.ª (GOV)	n.a.	
Lei 64/2011, de 22 de dezembro	Modifica os procedimentos de recrutamento, seleção e provimento nos cargos de direção superior da Administração Pública , procedendo	PPL 15/XII/1.ª (GOV)	n.a.	

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

	à quarta alteração à Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro , que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, e à quinta alteração à Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, que estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado			
Lei 61/2011, de 7 de dezembro	Procede à sétima alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas , aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto	PPL 17/XII/1.ª (GOV)	n.a.	Nova redação do artigo 47º dado pela Lei 2/2012, de 6 de janeiro
Lei 60-A/2011, de 30 de novembro	Procede à segunda alteração à Lei do Orçamento do Estado para 2011, aprovada pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro , altera o Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e procede à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro , que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2010-2013	PPL 26/XII/1.ª (GOV)	n.a.	Dada nova redação ao artigo 6º do Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, alterado pelo presente diploma, pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro
Lei 58/2011, de 28 de novembro	Autoriza o Governo a proceder à revisão do regime aplicável ao saneamento e liquidação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal	PPL 16/XII/1.ª (GOV)	Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro	
Lei 57/2011, de 28 de novembro	Institui e regula o funcionamento do Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)	PPL 21/XII/1.ª (GOV)	Despacho n.º 2843/2012: SIOE-DGAL - Carregamento de dados [nos termos do n.º 2 do artigo 8.º da Lei]	
Lei 55/2011, de 15 de novembro	Procede à terceira alteração à Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro , que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local , e suspende a possibilidade de criação de novas empresas	PPL 11/XII/1.ª (GOV)	n.a.	
Lei 54/2011, de 19 de outubro	Aprova os estatutos do conselho das finanças públicas , criado pelo artigo 12.º-I da Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (lei de enquadramento	PPL 8/XII/1.ª (GOV)	Resolução n.º 1/2012, de 19 de janeiro – Nomeia os membros do Conselho Superior do CFP.	

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

	orçamental), republicada pela Lei n.º 22/2011, de 20 de Maio		Despacho n.º 2227/2012, de 15 de fevereiro - Nomeação da comissão de vencimentos do CFP.	
Lei 52/2011, de 13 de outubro	Altera (sexta alteração) a lei de enquadramento orçamental , aprovada pela Lei 91/2001, de 20 de agosto , procedendo à sua republicação, e determina a apresentação da estratégia e dos procedimentos a adotar até 2015 em matéria de enquadramento orçamental	PPL 7/XII/1.ª (GOV)	n.a.	Foi substituído o disposto no nº 2 do artigo 12.º-D da LEO, pela Lei 64-C/2011, de 30 de dezembro
Lei 51-A/2011, de 30 de setembro	Elimina a taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade e o gás natural, com a consequente sujeição destes bens à taxa normal	PPL 12/XII/1.ª (GOV)	n.a.	
Lei 50/2011, de 13 de setembro	Procede à segunda alteração à Lei Quadro das Privatizações , aprovada pela Lei n.º 11/90, de 5 de Abril .	PPL 6/XII/1.ª (GOV)	Artigo 27.º -A O Governo deve, no <u>prazo máximo de 90 dias</u> , a partir da entrada em vigor da presente lei, estabelecer o regime extraordinário para salvaguarda de ativos estratégicos em sectores fundamentais para o interesse nacional, em observância do direito comunitário.	
Lei 49/2011, de 7 de setembro	Aprova uma sobretaxa extraordinária sobre os rendimentos sujeitos a IRS auferidos no ano de 2011 alterando o Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro.	PPL 1/XII/1.ª (GOV)	n.a.	
Lei 48/2011, de 26 de agosto	Procede à primeira alteração à Lei do Orçamento de Estado para 2011 , aprovado pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro , no âmbito da iniciativa de reforço da estabilidade financeira.	PPL 5/XII/1.ª (GOV)	n.a.	Alterados os mapas I, II, III, IV e XVI, pela Lei 60-A/2011, de 30 de dezembro)

RESOLUÇÕES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Diploma	Epígrafe	Iniciativa originária
<i>Aprovada em votação final global.</i>	Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias ao reconhecimento da isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aos prédios sítos no Centro Histórico de Évora	PJR 425/XII/1.^a (PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP)
Resolução da AR 84/2012, de 3 de julho	Aprova o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária entre o Reino da Bélgica, a República da Bulgária, o Reino da Dinamarca, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, a República da Letónia, a República da Lituânia, o Grão-Ducado do Luxemburgo, a Hungria, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República da Polónia, a República Portuguesa, a Roménia, a República da Eslovénia, a República Eslovaca, a República da Finlândia e o Reino da Suécia, assinado em Bruxelas a 2 de março de 2012	PPR 30/XII/1.^a (GOV)
Resolução da AR 80/2012, de 19 de junho	Aprova o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade entre o Reino da Bélgica, a República Federal da Alemanha, a República da Estónia, a Irlanda, a República Helénica, o Reino de Espanha, a República Francesa, a República Italiana, a República de Chipre, o Grão-Ducado do Luxemburgo, Malta, o Reino dos Países Baixos, a República da Áustria, a República Portuguesa, a República da Eslovénia, a República Eslovaca e a República da Finlândia, assinado em Bruxelas, em 2 de fevereiro de 2012	PPR 28/XII/1.^a (GOV)
Resolução da AR 79/2012, de 8 de junho	Sobre o Documento de Estratégia Orçamental	PJR 339/XII/1.^a (PSD, CDS-PP)
Resolução da AR 43/2012, de 10 de abril	Recomenda ao Governo que, no âmbito da revisão do Regulamento 1060/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Setembro de 2009 (Regulamento 1060/2009), promova uma atualização do quadro regulatório que enforma a atividade das Agências de Notação Financeira	PJR 207/XII/1.^a (CDS-PP)
Resolução da AR 31/2012, de 20 de março	Auditoria a realizar pelo Tribunal de Contas ao processo de nacionalização do BPN-Banco Português de Negócios e ao processo que determinou a insolvência do BPP-Banco Privado Português, avaliando, nomeadamente, os custos já realizados e a realizar pelo Estado Português	Projeto de Deliberação 5/XII/1.^a (PCP)
Resolução da AR 133/2011, de 24 de outubro	Recomenda ao Governo que avalie a situação actual dos Serviços de Finanças de Vila Nova de Gaia	PJR 41/XII/1.^a (CDS-PP)
Resolução da AR 124/2011, de 10 de outubro	Recomenda a prorrogação do prazo para a entrega da informação empresarial simplificada/declaração anual de informação contabilística e fiscal (IES/DA) determinado pelo despacho n.º 14/2011-XIX, de 18 de Julho	PJR 66/XII/1.^a (PCP)

ANEXO 2

Referência	Título Documento	Relator(a)
COM(2012) 280	Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece um enquadramento para a recuperação e resolução de instituições de crédito e empresas de investimento e que altera as Diretivas 77/91/CEE e 82/891/CE do Conselho, as Diretivas 2001/24/CE, 2004/47/CE, 2004/25/CE, 2005/56/CE, 2007/36/CE e 2011/55/CE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010	Elsa Cordeiro (PSD)
COM(2012) 351	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre os meios concretos para reforçar a luta contra a fraude fiscal e a evasão fiscal, incluindo em relação a países terceiros	PS
COM(2012) 336	Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece um mecanismo para prestação de assistência financeira aos Estados-Membros cuja moeda não seja o euro	Jorge Paulo Oliveira (PSD)
COM(2012) 342	Comunicação da Comissão – Princípios comuns aos mecanismos de correção orçamental nacionais	Vera Rodrigues (CDS-PP)
COM(2012) 301	Recomendação do Conselho relativa à aplicação das orientações gerais para as políticas económicas dos Estados-Membros cuja moeda é o euro	João Galamba (PS)
COM(2012) 299	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, ao Comité das Regiões e ao Banco Europeu de Investimento - Ação para a Estabilidade, o Crescimento e o Emprego	João Galamba (PS)
COM(2012) 324	Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas de 2012 de Portugal e à emissão de um Parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal para o período 2012-2016	Jorge Paulo Oliveira (PSD)
COM(2012) 217	Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2009/138/CE, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), no que respeita às suas datas de transposição e entrada em aplicação e à data de revogação de certas diretivas	Elsa Cordeiro (PSD)
COM(2012) 206	Proposta de Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, no que respeita ao tratamento dos vouchers	Hortense Martins (PS)
COM(2012) 167	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 223/2009 relativo às estatísticas europeias	Elsa Cordeiro (PSD)
COM(2012) 102	Livro Verde – Sistema Bancário Paralelo	Fernando Medina (PS)

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Referência	Título Documento	Relator(a)
COM(2012) 73	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à melhoria do processo de liquidação de valores mobiliários na União Europeia e às Centrais de Depósito de Títulos (CDT) e que altera a Diretiva 98/26/CE	Elsa Cordeiro (PSD)
COM(2012) 64	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o Código Aduaneiro da União	Jorge Paulo Oliveira (PSD)
COM(2012) 68	RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre o Mecanismo de Alerta elaborado em conformidade com os artigos 3.º e 4.º do Regulamento relativo à prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos	João Galamba (PS)
COM(2012) 42	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Um programa de simplificação do quadro financeiro plurianual (QFP) para 2014-2020	Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP)
COM(2011) 913	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um programa de ação em matéria de intercâmbio, de assistência e de formação para a proteção do euro contra a falsificação (programa «Pericles 2020»)	Pedro Filipe Soares (BE)
COM(2011) 910	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que torna extensível aos Estados-Membros não participantes a aplicação do Regulamento (UE) n.º/2012 que estabelece um programa de ação em matéria de intercâmbio, de assistência e de formação para a proteção do euro contra a falsificação (programa «Pericles 2020»)	
COM(2011) 914	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao programa Hercule III para a promoção de ações no domínio da proteção dos interesses financeiros da União Europeia	Honório Novo (PCP)
COM(2011) 860	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos Fundos de Capital de Risco Europeus	Elsa Cordeiro (PSD)
COM(2011) 815	Análise Anual do Crescimento para 2012	João Galamba (PS)
COM(2011) 779	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos requisitos específicos para a revisão legal das contas de entidades de interesse público	Fernando Virgílio Macedo (PSD)
COM(2011) 778	Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2006/43/CE relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas	Sónia Fertuzinhos (PS)
COM(2011) 712	Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu – Dupla Tributação no Mercado Único	Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Referência	Título Documento	Relator(a)
COM (2011) 821	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições comuns para o acompanhamento e a avaliação dos projetos de planos orçamentais e para a correção do défice excessivo dos Estados-Membros da área do euro	Elsa Cordeiro (PSD)
COM (2011) 819	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao reforço da supervisão económica e orçamental dos Estados-Membros afetados ou ameaçados por graves dificuldades no que diz respeito à sua estabilidade financeira na área do euro	Elsa Cordeiro (PSD)
COM (2011) 818	LIVRO VERDE sobre a viabilidade da introdução de obrigações de estabilidade	Pedro Nuno Santos (PS)
COM(2011) 747	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1060/2009, relativo às agências de notação de risco	Jorge Paulo Oliveira (PSD)
COM(2011) 746	Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera a Diretiva 2009/65/CE, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM) e a Diretiva 2011/61/EU relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos no que diz respeito à dependência excessiva relativamente às notações de risco	
COM(2011) 737	Proposta de Regulamento do Conselho relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição do recurso próprio baseado no imposto sobre o valor acrescentado	Vera Rodrigues (CDS-PP)
COM(2011) 738	Proposta de Regulamento do Conselho relativo aos métodos e ao procedimento para a colocação à disposição do recurso próprio baseado no imposto sobre as transações financeiras	
COM (2011) 739	Proposta alterada de Decisão do Conselho relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia	
COM (2011) 740	Proposta alterada de Regulamento do Conselho que estabelece as medidas de execução do sistema de recursos próprios da União Europeia	
COM(2011) 483	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho no que respeita à ajuda reembolsável e à engenharia financeira	João Galamba (PS)
COM (2011) 453	Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento e que altera a Diretiva 2002/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e empresas de investimento de um conglomerado financeiro	Elsa Cordeiro (PSD)
COM(2011) 398	Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece o quadro financeiro plurianual para o período 2014-2020	Jorge Paulo Oliveira

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

Referência	Título Documento	Relator(a)
		(PSD)
COM(2011) 443	Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2002/546/CE no que se refere ao seu período de aplicação	Elsa Cordeiro (PSD)
COM(2011) 396	Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece as disposições gerais para concessão de assistência macrofinanceira a países terceiros {SEC (2011) 865 final}	Jorge Paulo Oliveira (PSD)

INDICE

1. Introdução
2. Reuniões
3. Organização Interna
4. Iniciativas legislativas
5. Iniciativas europeias
6. Outros pareceres/relatórios
7. Petições
8. Audições
9. Audiências
10. Eventos
11. Deslocações/ Representações
12. Requerimentos dos GP

1. Introdução

O presente relatório de atividades pretende dar cumprimento ao n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, dando conta das atividades desenvolvidas pela Comissão de Economia e Obras Públicas ao longo da 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura.

A Comissão de Economia e Obras Públicas (CEOP) exerce as suas competências e controlo político nas áreas tuteladas pelo Ministério da Economia e Obras Públicas, nomeadamente nas seguintes políticas sectoriais:

- ✓ indústria;
- ✓ gestão da propriedade industrial;
- ✓ comércio e serviços;
- ✓ supervisão e regulação das atividades económicas;
- ✓ investimento e internacionalização das empresas, incluindo a vertente de diplomacia económica;
- ✓ modelos de captação de investimento estrangeiro;
- ✓ desenvolvimento regional;
- ✓ empreendedorismo, competitividade e inovação;
- ✓ energia e recursos geológicos;
- ✓ turismo;
- ✓ concorrência;
- ✓ defesa do consumidor, incluindo a apreciação dos direitos do consumidor na vertente legislativa, bem como a vertente de fiscalização das atividades económicas (Autoridade da Concorrência e ASAE);
- ✓ desenvolvimento tecnológico;
- ✓ transferência de tecnologia;
- ✓ estratégia Europa 2020;
- ✓ Quadro de Referência Estratégico Nacional e Fundos Estruturais;
- ✓ Plano Nacional de Reformas, na área das atribuições da Comissão;
- ✓ construção e obras públicas;
- ✓ transportes terrestres (rodoviários e ferroviários) e fluviais;
- ✓ transporte marítimo e sector portuário, este último em articulação com a Comissão de Agricultura e Mar;
- ✓ transporte aéreo e sector aeroportuário;
- ✓ prevenção e segurança rodoviária;
- ✓ comunicações e serviços postais.

Durante a 1.^a sessão legislativa da presente legislatura a Comissão centrou os seus trabalhos nas áreas dos transportes, das obras públicas, em especial a questão das parcerias público-privadas, da energia e do turismo, com relevância para a deslocação ao Algarve subordinada a esta temática.

Destaca-se ainda, na área legislativa, a elaboração das seguintes leis:

- ✓ Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, que Altera a Lei das Comunicações Eletrónicas, que estabelece o regime jurídico aplicável às redes e serviços conexos e define as competências da Autoridade Reguladora Nacional neste domínio, transpondo as Diretivas n.ºs 2002/19/CE, 2002/20/CE, 2002/21/CE, 2002/22/CE e 2009/140/CE;
- ✓ Lei n.º 17/2012, de 26 de abril, que Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2008/6/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de fevereiro de 2008;
- ✓ Lei n.º 18/2012, de 7 de maio, que Transpõe a Diretiva n.º 2009/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril, que estabelece os princípios fundamentais que regem a investigação técnica de acidentes no setor do transporte marítimo;
- ✓ Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, que Aprova o novo regime jurídico da concorrência, revogando as Leis n.ºs 18/2003, de 11 de junho, e 39/2006, de 25 de agosto, e procede à segunda alteração à Lei n.º 2/99, de 13 de janeiro.

Toda a atividade da Comissão pode ser consultada na seguinte página do *site* do Parlamento na Internet:

<http://www.parlamento.pt/sites/com/XIILeg/6CEOP/Paginas/default.aspx>

2. Reuniões

Durante a presente sessão legislativa, a Comissão realizou 83 reuniões (até ao dia 19 de julho, inclusive), sendo este dado atualizado aquando do fim da sessão legislativa, em 14 de setembro. As respetivas atas podem ser consultadas na seguinte ligação:

<http://www.parlamento.pt/sites/COM/XIILEG/6CEOP/Reunioes/Paginas/Actas.aspx>

3. Organização Interna

A Comissão, constituída por 23 Deputados efetivos e igual número de Deputados suplentes (11 do PSD, 7 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do BE e 1 do PEV), iniciou os seus trabalhos no dia 6 de julho de 2011, tendo sido eleita a Mesa com a seguinte composição:

Presidente: Deputado Luís Campos Ferreira (PSD)

Vice-Presidente: Deputada Ana Paula Vitorino (PS)

Vice-Presidente: Deputado Hélder Amaral

A 19 de outubro de 2011 a constituição da Mesa sofreu uma alteração, passando a ter a seguinte composição:

Presidente: Deputado Luís Campos Ferreira (PSD)

Vice-Presidente: Deputado Fernando Serrasqueiro (PS)

Vice-Presidente: Deputado Hélder Amaral

A sua atual composição é a seguinte:

Deputados efetivos:

PSD	Luís Campos Ferreira (Presidente)
	Adriano Rafael Moreira
	Carina Oliveira
	Cláudia Monteiro de Aguiar
	Eduardo Teixeira
	Luís Leite Ramos
	Luís Menezes
	Nuno Encarnação
	Nuno Filipe Matias
	Pedro Pinto
PS	Fernando Serrasqueiro (Vice-Presidente)
	Ana Paulo Vitorino
	Duarte Cordeiro
	Fernando Jesus
	Hortense Martins
	Paulo Ribeiro de Campos
	Rui Paulo Figueiredo

Comissão Economia e Obras Públicas

CDS-PP	Hélder Amaral (Vice-Presidente)
	João Paulo Viegas
PCP	Agostinho Lopes
BE	Catarina Martins
PEV	Heloísa Apolónia

Deputados Suplentes:

PSD	Afonso Oliveira
	António Leitão Amaro
	Carlos São Martinho
	Cristóvão Crespo
	Emídio Guerreiro
	Fernando Virgílio Macedo
	Maria Paula Cardoso
	Mendes Bota
	Nuno Serra
	Paulo Cavaleiro
	Paulo Simões Ribeiro
PS	Basílio Horta
	Eurídice Pereira
	Francisco Assis
	João Galamba
	Jorge Fão
	Manuel Laranjeiro
	Pedro Nuno Santos
CDS-PP	José Manuel Rodrigues
	Telmo Correia
PCP	Bruno Dias
BE	Pedro Filipe Soares
PEV	José Luís Ferreira

Durante a presente sessão legislativa a Comissão criou 10 grupos de trabalho, a saber:

- ✓ Audiências da CEOP
- ✓ Turismo
- ✓ Segurança Rodoviária
- ✓ Trabalhos Preparatórios para a Elaboração de uma Lei de Bases da Qualidade, Inovação, Competitividade e Empreendedorismo

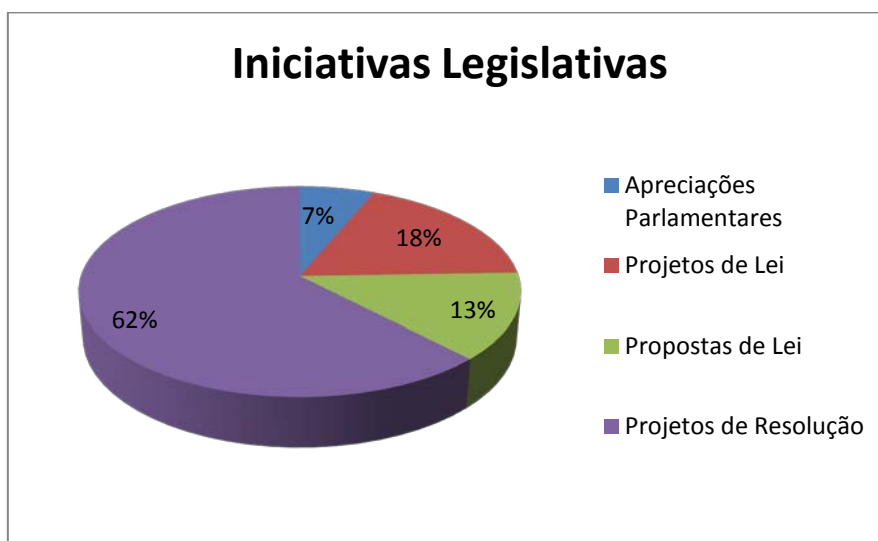
- ✓ Grande Distribuição e Produção Nacional
- ✓ Mobilidade Suave
- ✓ Transportes Aéreos para a Madeira e Açores
- ✓ Compra e Venda de Ouro
- ✓ Liberalização dos Serviços Postais (PPL 35/XII – GOV)
- ✓ Estacionamento de Veículos GPL em Parques Cobertos

4. Iniciativas legislativas

Durante a presente sessão legislativa, baixaram à Comissão de Economia e Obras Públicas 143 iniciativas que a seguir se discriminam:

- ✓ Apreciações parlamentares: um total de 9, das quais apenas 3 se encontram pendentes
- ✓ Projetos de Lei: um total de 26, dos quais apenas 2 se encontram pendentes para apreciação na generalidade, sendo que um deles aguarda ainda a elaboração de parecer;
- ✓ Propostas de lei: um total de 19, encontrando-se 5 pendentes, 3 em fase de apreciação na generalidade, aguardando emissão do respetivo parecer, e 2 já apreciadas na especialidade, aguardando apenas a subsequente votação final global em Plenário;
- ✓ Projetos de Resolução: de um total de 89, 76 já concluíram o seu processo legislativo e dessas, 20 foram discutidos em Comissão.

Gráfico 1 – Iniciativas Legislativas



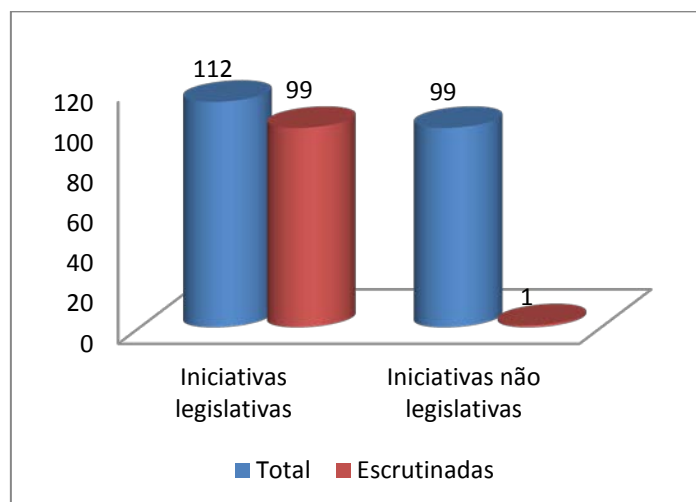
O quadro seguinte mostra a forma como se distribuem estas iniciativas legislativas, segundo os seus autores:

	Apreciações Parlamentares	Projetos de Lei	Propostas de Lei	Projetos de Resolução
Governo			9	
PSD		1		5
PS	3	3		14
CDS-PP				7
PCP	6	4		28
BE		10		22
PEV		7		7
PSD/CDS-PP		1		5
PSD/PS/CDS-PP/PCP				1
Total	9	26	9	89

5. Iniciativas europeias

A Comissão recebeu 112 iniciativas legislativas e 99 iniciativas não legislativas, num total de 211 iniciativas legislativas europeias. Das iniciativas não legislativas procedeu ao escrutínio de uma. Das iniciativas legislativas apenas não escrutinou 13, das quais 7 ainda se encontram dentro do prazo para emissão de parecer, tendo emitido um total de 90 pareceres.

Gráfico 2 – Iniciativas Europeias



6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão emitiu também dois pareceres sobre a participação de Portugal na União Europeia, um relativo ao relatório do Governo de 2010 e outro ao relatório do Governo de 2011.

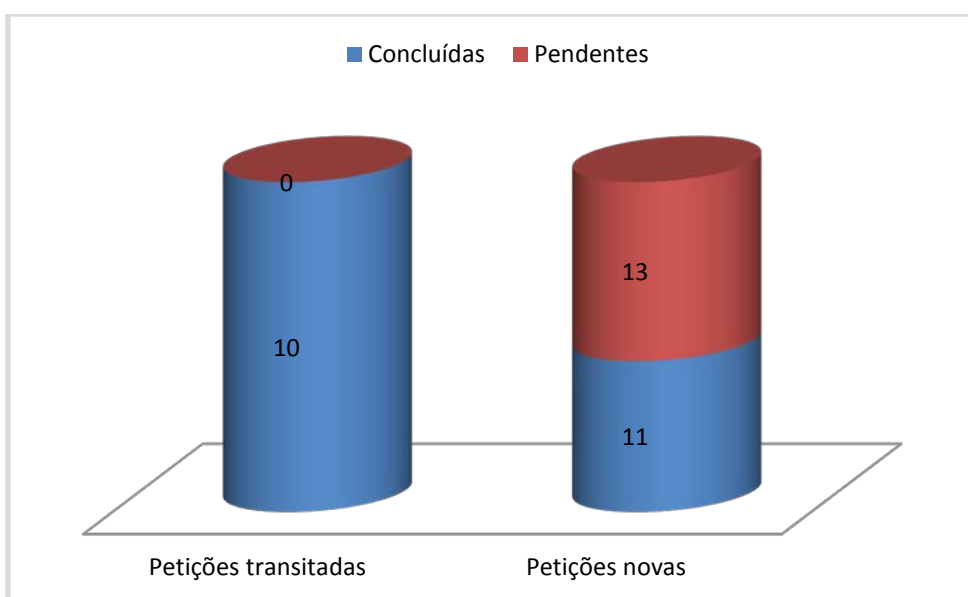
7. Petições

A Comissão tem pendentes, à data de 19 de julho, um total de 13 petições, das quais 2 aguardam nota de admissibilidade e as restantes 11 aguardam parecer.

No início da legislatura tinham transitado 10 petições. Destas, já todas foram objeto de relatório final.

Durante a 1.ª Sessão Legislativa deram entrada 24 novas petições, das quais 11 já se encontram concluídas na Comissão.

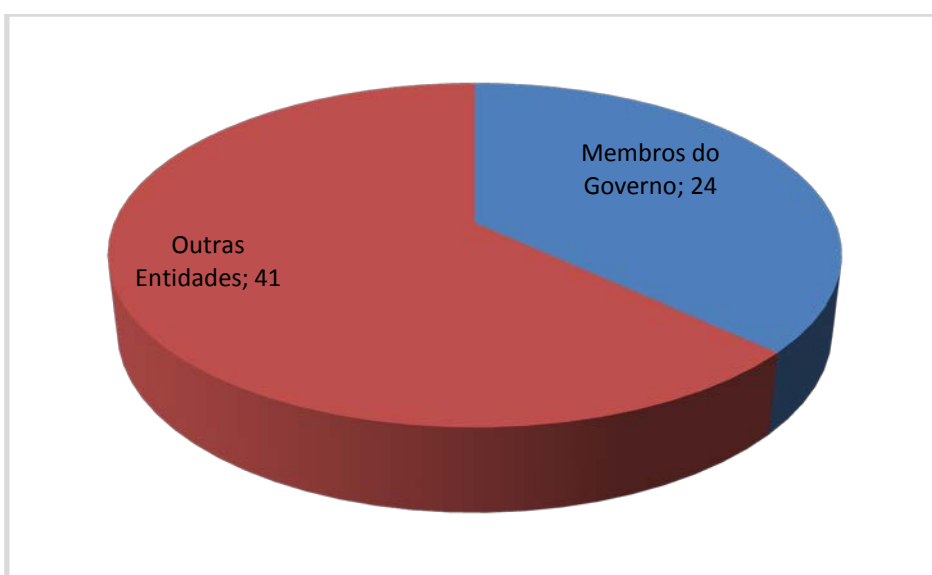
Gráfico 3 – Petições



8. Audições

A Comissão realizou 24 audições com membros do Governo, das quais 4 ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento, e 41 audições com outras entidades, num total de 65 audições.

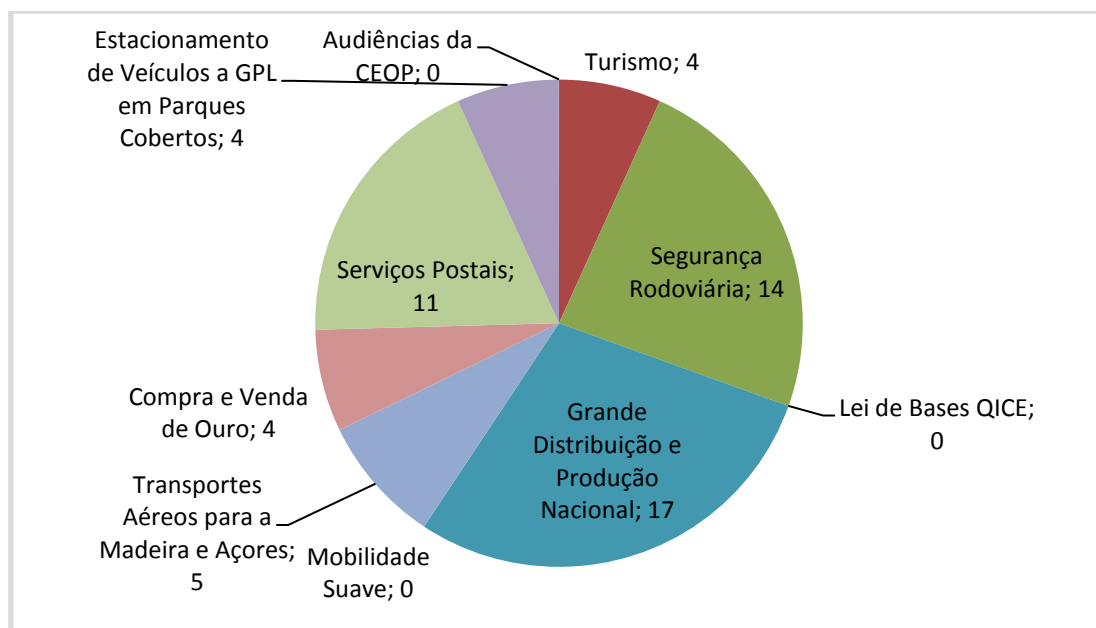
Gráfico 4 – Audições em Comissão



Pelos grupos de trabalho foram realizadas as seguintes audições:

- ✓ Audiências da CEOP – 0
- ✓ Turismo – 4
- ✓ Segurança Rodoviária – 14
- ✓ Lei de Bases QICE – 0
- ✓ Grande Distribuição e Produção Nacional – 17
- ✓ Mobilidade Suave – 0
- ✓ Transportes Aéreos para a Madeira e os Açores – 5
- ✓ Compra e Venda de Ouro – 4
- ✓ Serviços Postais (PPL 35/XII) – 11
- ✓ Estacionamento de Veículos a GPL em Parques Cobertos – 4

Gráfico 5 – Audições em Grupos de Trabalho



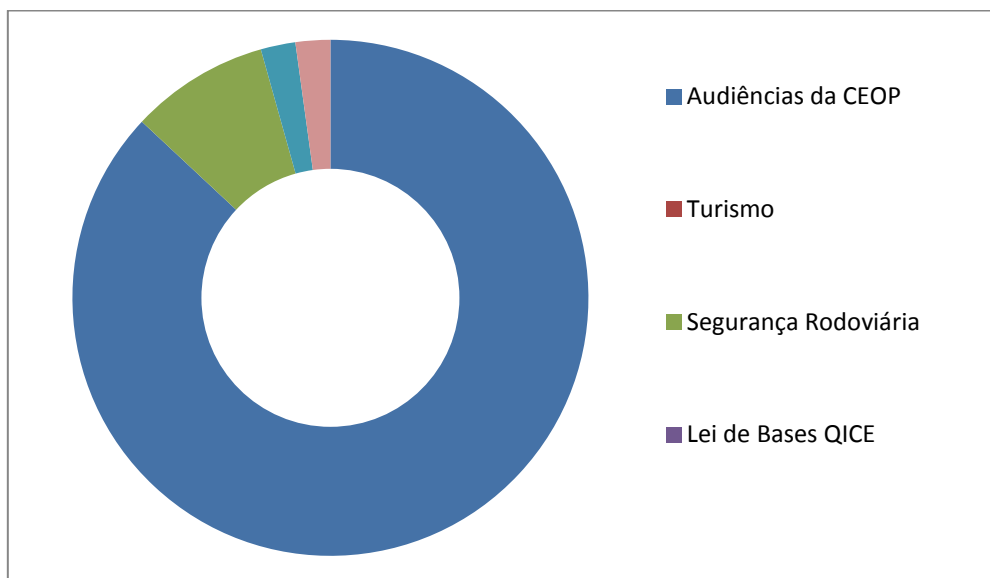
9. Audiências

Durante a presente sessão legislativa, a Comissão concedeu ainda 8 audiências.

À data de 19 de julho, inclusive, foram concedidas as seguintes audiências pelos diversos grupos de trabalho:

- ✓ Audiências da CEOP – 40
- ✓ Turismo – 0
- ✓ Segurança Rodoviária – 4
- ✓ Lei de Bases QICE – 0
- ✓ Grande Distribuição e Produção Nacional – 1
- ✓ Mobilidade Suave – 0
- ✓ Transportes Aéreos para a Madeira e os Açores – 0
- ✓ Compra e Venda de Ouro – 1
- ✓ Serviços Postais (PPL 35/XII) – 0
- ✓ Estacionamento de Veículos a GPL em Parques Cobertos – 0

Gráfico 6 – Audiências em Grupo de Trabalho



10.Eventos

A Comissão bem como os diversos grupos de trabalho não realizaram qualquer evento durante esta Sessão Legislativa.

11.Deslocações/ Representações

Durante a presente Sessão Legislativa deslocou-se ao Algarve, para uma visita de trabalho, uma delegação da Comissão, em conjunto com o Grupo de Trabalho Turismo. A deslocação realizou-se nos dias 6, 7 e 8 de maio de 2012, subordinada ao tema “Turismo”.

Realizaram-se ainda 11 deslocações de diversos Deputados em representação da Comissão a reuniões nacionais e internacionais.

O Grupo de Trabalho Compra e Venda de Ouro realizou uma deslocação à Contrastaria (Imprensa Nacional-Casa da Moeda), em 20 de março de 2012, com a finalidade de conhecimento, in loco, da realidade da contrastaria em Portugal, tendo em conta que o mandato do Grupo de Trabalho era o de apreciar e avaliar a atualidade da legislação relativamente à compra e venda de metais preciosos em 2.ª mão, nas diversas vertentes,

nomeadamente licenciamento, comércio, publicidade, com vista a uma eventual iniciativa legislativa, e o facto de todas as lojas de compra e venda de ouro usado estarem matriculadas nas Contrastarias de Lisboa e do Porto.

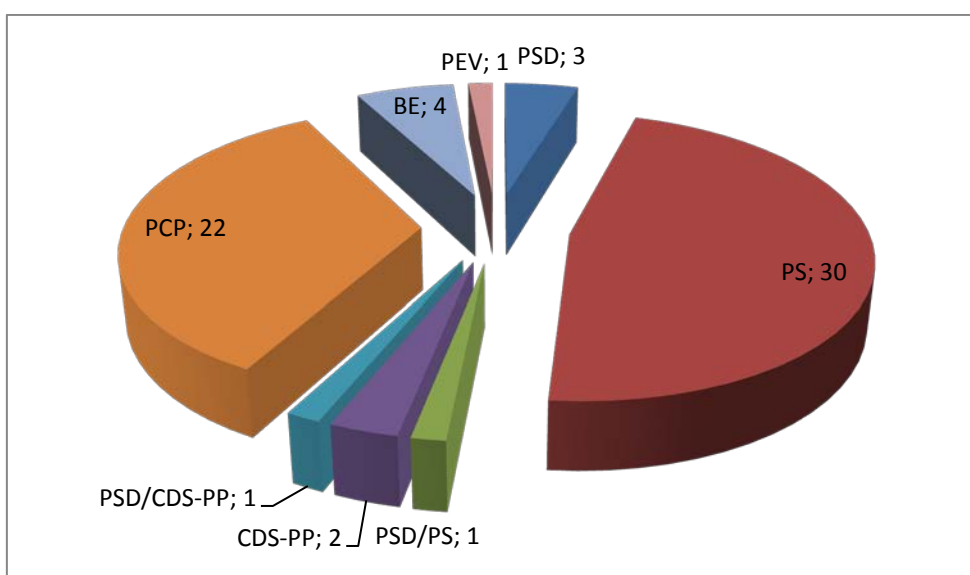
Também o Grupo de Trabalho Segurança Rodoviária realizou uma deslocação no distrito de Lisboa, a convite da GNR, no âmbito da Operação BACO, inserida no TISPOL. Essa deslocação realizou-se durante a noite de 8 para 9 de junho de 2012 e acompanhou, em particular, várias operações de fiscalização da condução sob influência de álcool.

12. Requerimentos dos GP

Foram apresentados na Comissão um total de 64 requerimentos, dos quais 22 foram rejeitados, a seguir discriminados por grupo parlamentar:

- PSD – 3
- PS – 30
- PSD/PS – 1
- PSD/CDS-PP – 1
- CDS-PP – 2
- PCP – 22, um dos quais potestativo
- BE – 4
- PEV – 1

Gráfico 7 – Requerimentos



Índice

1. Introdução
2. Reuniões
3. Organização Interna
4. Iniciativas legislativas
5. Iniciativas europeias
6. Outros pareceres/relatórios
7. Petições
8. Audições
9. Audiências
10. Eventos
11. Deslocações/ Representações
12. Requerimentos dos GP

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR
XII LEGISLATURA, I SESSÃO LEGISLATIVA**

1. Introdução

O presente Relatório de Atividades diz respeito ao trabalho desenvolvido pela Comissão de Agricultura e Mar (CAM), no período compreendido entre 06 de julho de 2011 a 20 de julho de 2012.

A Comissão de Agricultura e Mar (CAM) exerce as suas competências, entre outras, nas áreas da agricultura, pecuária, pescas, agroindústria, novos alimentos, desenvolvimento rural, silvicultura, florestas, incêndios florestais, implicações agrícolas da política ambiental, políticas de aproveitamento sustentável dos recursos dos mares e oceanos, proteção e recuperação dos ecossistemas marinhos, desenvolvimento da economia do mar e das indústrias marinhas e política marítima europeia.

No decurso da presente sessão legislativa a CAM, no exercício das suas competências e atribuições, levou a efeito uma série de atividades diversificadas.

Fiscalizou o Governo, solicitando a vinda à AR de vários Ministros, Secretários de Estado e Entidades Públicas, sobre assuntos da atualidade.

Promoveu na CAM, através da realização de Seminários, Audições Públicas e Audiências, a discussão dos principais temas relacionados com o Setor Agrícola e com as questões referentes ao Mar.

Nos processos legislativos tramitados na CAM, procurou-se através de debates participados, pontes de aproximação e apresentaram-se textos de substituição consensualizados.

No diálogo permanente com os cidadãos, a CAM respondeu a toda a correspondência recebida.

A CAM fez-se representar em muitos eventos do setor, realizados no território nacional e assegurou a sua representação em reuniões internacionais.

A atividade da Comissão, bem como dos Grupos de Trabalho criados no seu âmbito, encontra-se publicitada na respetiva página da Internet.

2. Reuniões

Durante o período em análise a Comissão de Agricultura e Mar efetuou 68 reuniões ordinárias, assim distribuídas:

Mês	Dia	Total
Julho	6, 14, 19, 26 e 27	5
Agosto	2, 4, 23 e 30	4
Setembro	7, 14, 15 e 27	4
Outubro	12, 18, 19, 20, 25 e 28	6
Novembro	2, 8, 9, 11, 17, 18, 23, 28 e 29	9
Dezembro	6, 9, 13, 19 e 20	5
Janeiro	3, 10, 11, 17, 24 e 31	6
Fevereiro	2, 7, 21 e 28	4
Março	6, 20, 22 e 27	4
Abril	3, 8, 12, 13, 26, e 27	6
Maio	2, 8, 14, 15, 23, e 29	6
Junho	12, 19 e 26	3
Julho	3, 10, 12, 17, 19 e 20	6
TOTAL		68

Comissão de Agricultura e Mar

Relativamente à 1ª Sessão Legislativa, apresenta-se o seguinte mapa com o cômputo geral de presenças e faltas às reuniões da Comissão:

Comissão e GP		Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Faltas	Total de Ausências	Total de reuniões
Comissão	PSD	1116	18	0	9	0	27	75
	PS	500	20	0	43	2	65	
	CDS-PP	155	2	0	2	0	4	
	PCP	108	2	0	3	0	5	
	BE	33	21	0	4	2	27	
	PEV	38	14	0	6	1	21	
	Totais	1950	77	0	67	5	149	

3. Organização Interna

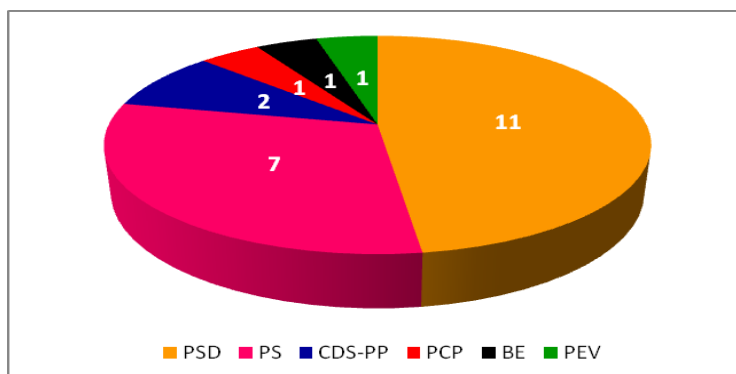
Nos termos do disposto no artigo 32.º, n.º 2 do Regimento da AR, realizou-se a 6 de Julho de 2011 a reunião de instalação da Comissão de Agricultura e Mar, que foi presidida pelo Senhor Vice-Presidente da AR, Deputado Ferro Rodrigues.

Nesta reunião foi eleita, por unanimidade, a Mesa da Comissão com a seguinte composição: Presidente Deputado Vasco Cunha (PSD), 1.º Vice-Presidente Deputado Jorge Fão (PS) e 2.º Vice-Presidente Deputado Abel Baptista (CDS-PP).

A CAM é constituída por 23 Deputados efetivos e 23 suplentes, repartidos da seguinte forma:

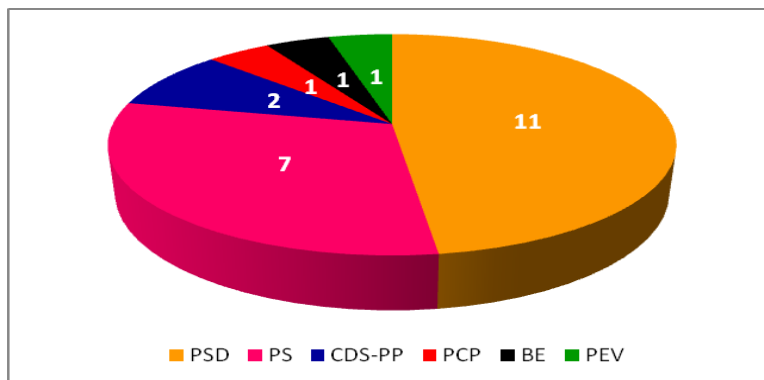
Efetivos:

11 do PSD; 7 do PS; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do BE e 1 do PEV.



Suplentes:

11 do PSD; 7 do PS; 2 do CDS-PP; 1 do PCP; 1 do BE e 1 do PEV.



NB: Neste momento o PS tem apenas 6 Deputados suplentes, cabendo-lhe a indicação de um elemento.

Durante esta Sessão Legislativa foram criados os seguintes Grupos de Trabalho:

➤ **GT Bolsa de Terras** – Este GT foi constituído para acompanhar o processo legislativo referente às seguintes iniciativas, PPLs n.ºs 52/XII e 54/XII, aos PJs n.ºs 151/XII, 157/XII, 160/XII e ao PJR n.º 210/XII. Este GT realizou, até ao momento, 9 reuniões.

➤ **GT Árvores com interesse Histórico** (PJL n.º 174/XII) – Este GT foi constituído para acompanhar o processo legislativo referente ao PJL n.º 174/XII, já terminou os seus trabalhos tendo realizado 5 reuniões, tendo proposto à Comissão um texto de substituição ao PJL n.º 174/XII.

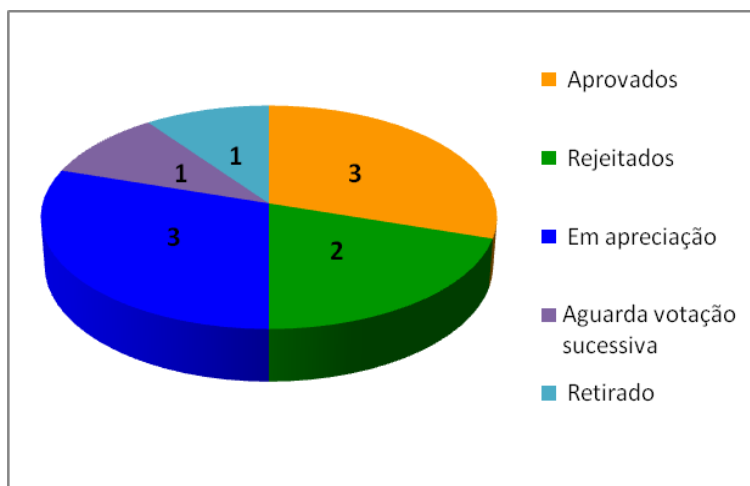
➤ **GT Biomassa** - Este GT apenas ainda reuniu uma vez.

➤ **GT para Estudar a Comercialização do Pescado Fresco.** - Este GT ainda não iniciou os seus trabalhos.

4. Iniciativas legislativas

No que concerne ao Processo Legislativo baixaram à CAM 10 Projetos de Lei:

3 Aprovados; 2 Rejeitados; 3 Em apreciação; 1 Aguarda votação sucessiva; 1 Retirado.



- Deram entrada na CAM **3 Propostas de Lei**, encontrando-se todas em fase de discussão na especialidade.

- Baixaram à CAM **3 Apreciações Parlamentares**

➤ Apreciação Parlamentar 17/XII (PCP)

Decreto-lei nº 97/2012, de 23 de Abril, que "aprova a Orgânica do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, I.P.".

➤ Apreciação Parlamentar 22/XII (PS)

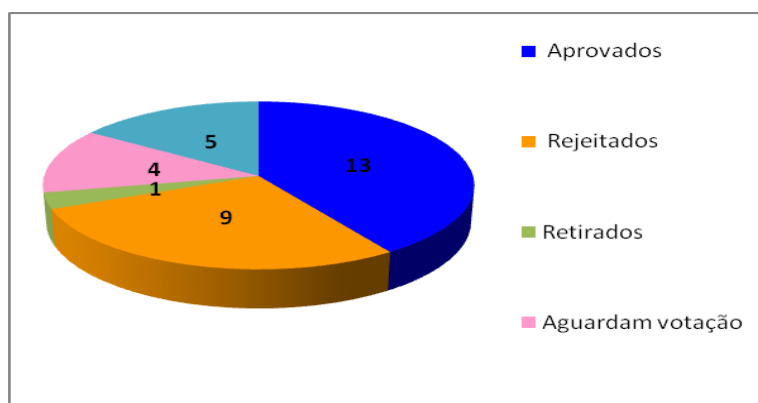
Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de Junho, que "Cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como a Taxa de Segurança Alimentar Mais.

➤ Apreciação Parlamentar 24/XII (PCP)

Decreto-Lei n.º 119/2012, de 15 de Junho, que "cria, no âmbito do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o Fundo Sanitário e de Segurança Alimentar Mais, bem como a taxa de segurança alimentar mais.

Até ao momento ainda não foram apresentadas propostas de alteração em Comissão referentes a estas apreciações parlamentares.

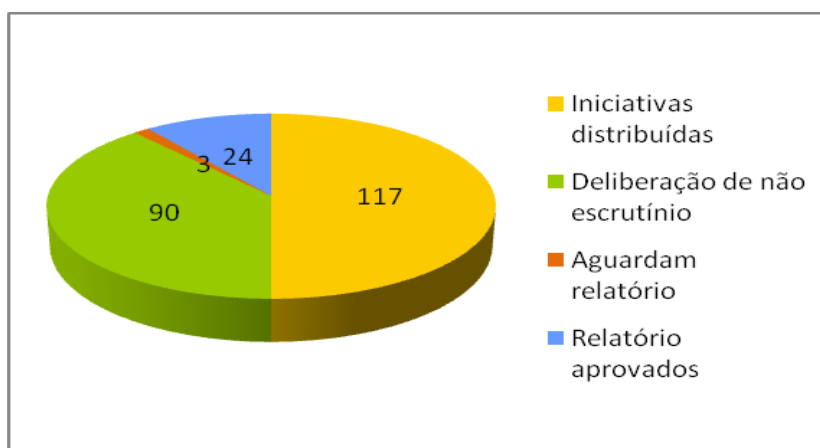
Projetos de Resolução entrados 48 sendo que: 13 Aprovados; 9 Rejeitados; 1 Retirado; 4 Aguardam votação; 5 Com informação para discussão em Plenário.



5. Iniciativas europeias

No que tange às iniciativas europeias a CAM teve uma preocupação acrescida em relação às iniciativas correlacionadas com a Política Comum de Pescas e Política Agrícola Comum, dado as referidas iniciativas se encontrarem com processos de reforma em curso.

Em termos genéricos o quadro de apreciação da CAM, em matéria de iniciativas europeias é o seguinte: 117 Iniciativas distribuídas; 90 Deliberação de não escrutínio; 3 Aguardam relatório; e 24 Relatório aprovados.



(Ver anexo I)

6. Outros pareceres/relatórios

A CAM além dos referentes ao processo legislativo elaborou os seguintes Pareceres/Relatórios:

- Conta Geral do Estado 2010 - Relator Deputado Afonso Oliveira.
- Relatório do Governo Portugal na União Europeia 2010 – Relator Deputado João Paulo Pedrosa.
- Relatório do Governo Portugal na União Europeia 2011 – Relator Deputado Mário Simões.

Foram também elaborados Relatórios sobre participação de Deputados em reuniões internacionais, em representação da CAM: Deputado Jorge Fão (Varsóvia 25 de Setembro 2011); Deputado Pedro do Ó Ramos (Copenhaga 7/8 de Junho 2012) e Abel Baptista (Bruxelas 25 de Junho de 2012).

Foram ainda elaborados Relatórios/Atas sobre as visitas de trabalho da CAM ao Alqueva (20-09-2011); ao Navio Escola Sagres (14-02-2012), à Feira Nacional de Agricultura em Santarém (05-06-2012) e sobre a Participação no Briefing Semanal no CNOS (02-08-2012).

7. Petições

Nesta 1ª Sessão Legislativa, deram entrada na CAM 4 Petições, 3 com Relatório Final aprovado e uma com despacho de redistribuição para a 1.ª Comissão

Petição Nº 65/XI/1 - Vinho com informação é opção.

Relator Deputado Jorge Fão – Relatório Final (25-07-2011)

Petição Nº 28/XII/1 - Solicita que se crie legislação que fortaleça a agricultura nacional, incentive o latifúndio e acabe com os campos abandonados uma vez que nem todos os tipos de plantações necessitam de latifúndios para sobreviver.

Relatora Deputada Maria José Moreno – Relatório Final (20-10-2011)

Petição Nº 80/XII/1 - Cumprimento do artigo 13.º do Tratado de Lisboa, que Portugal assinou e ratificou, e consequente a imediata alteração dos Códigos Civil e Penal, na parte respeitante aos animais, seres sencientes, e não coisas móveis.

Redistribuída à 1.ª Comissão.

Petição Nº 120/XII/1 - Solicitam que o dia 11 de Junho seja reconhecido como "Dia Nacional do Mergulhador".

Relator Deputado Cristóvão Norte – Relatório Final (28-06-2012)

8. Audições

Durante a 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura, a Comissão de Agricultura e Mar realizou 38 Audições.

Além das Audições, sobre temas genéricos da competência da CAM, realizadas ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2 do Regimento da AR, com a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, foram realizadas Audições com outros membros do Governo e com entidades e Associações diversas onde foram abordados temas como:

- A Reforma da Política Agrícola Comum.
- Acordos UE/Marrocos e UE/Mercosul.
- Incêndios florestais.
- Namátodo da Madeira do Pinheiro.
- Região demarcada do Douro.
- PRODER.
- Assoreamento de barras.
- Temática da Seca.
- Prática de dumping nas grandes superfícies.
- Temática da Floresta.
- Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.
- Temáticas relacionadas com o Mar.
- A Reforma da Política Comum de Pescas.
- Setor do Leite.

No âmbito de acompanhamento das questões europeias relevamos a Audição realizada com a Comissária Europeia das Pescas – Maria DemanaKi, sobre a Reforma da Política Comum das Pescas (28-11-2011) e a Audição com o Comissário Europeu da Agricultura – Dancian Ciolos sobre a reforma da Política Agrícola Comum (08-11-2011).

O mapa de todas as Audições pode ser consultado:

<http://www.parlamento.pt/sites/com/XIILeg/7CAM/Paginas/Audicoes.aspx>

9. Audiências

A Comissão de Agricultura e Mar no período que abrange este Relatório realizou 35 Audiências onde, entre outros, foram abordados temas como:

- A Seca.
- Sanidade animal e vegetal.
- Centro de Secagem da ex – EPAC em Alcácer do Sal e Águas de Moura.
- Impacto da utilização da Agrobiotecnologia na produção agrícola.
- Pêra Rocha.
- Indústria do Bacalhau.
- Estatuto dos Guardas Florestais.
- Questões relacionadas com agricultura, regadio e floresta no Distrito de Bragança.
- Setor das pescas
- Nemátodo da Madeira do Pinheiro.
- Preço do leite e outros produtos alimentares ao consumidor.
- Fileira do milho.
- Beira Interior – consequências das alterações à bonificação do seguro de colheita.
- Dificuldades sentidas pelos operadores por grosso a retalho de pescado
- Problemas vividos pelos agricultores do distrito de Leiria.
- Ordenamento do Território.
- Emparcelamento.
- Jovens agricultores.
- Regime do RPU.
- Agricultura em zonas de montanha.
- Áreas comunitárias.
- Região Demarcada do Douro.
- Setor frutícola e hortícola.
- Problemas vividos pelos agricultores do Baixo Alentejo.
- Setor Florestal.
- Fileira da Aquicultura.
- Prejuízos de tomate para a indústria e viticultura no Ribatejo.
- Setor das Pescas – código Contributivo da Segurança Social.

Importa sublinhar que, de todas as Audiências, a CAM elabora um documento com as principais questões colocadas e solicita ao Governo os respetivos esclarecimentos.

O mapa de todas as Audiências pode ser consultado em:

<http://www.parlamento.pt/sites/com/XIILeg/7CAM/Paginas/Audiencias.aspx>

10. Eventos

Durante o período em apreço a CAM realizou dois eventos que relevamos:

➤ **Audição Pública Parlamentar sobre “A Floresta que Temos, a Floresta que Queremos”** (19-12-2011) com a participação do Secretário de Estado das Florestas e desenvolvimento Rural e de diversos oradores e associações convidadas.

Mais informação sobre este evento pode ser encontrada em:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheAudicao.aspx?BID=91813>

➤ **Seminário sobre a “Reforma da Política Comum de Pescas”** (14-05-2012 – com a participação da Vice-Presidente da AR, Deputada Teresa Caeiro do Secretário de Estado do Mar, Presidente da Comissão de Pescas do parlamento Europeu, representantes de organizações do setor, das universidades, de Deputados Portugueses do PE e Grupos Parlamentares

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheEvento.aspx?BID=92961>

11. Deslocações/ Representações

No que respeita a deslocações no **território nacional** registamos as seguintes:

- Participação no briefing semanal no CNOS, em Carnaxide (02-08-2011).
- Acompanhamento dos trabalhos no Alqueva (20-09-2011).
- Visita de Trabalho ao Navio Escola de Sagres – Base Naval do Alfeite - aquando das comemorações dos cinquenta anos ao serviço de Portugal (14-02-2012).
- Feira Nacional de Agricultura – Santarém – (05-06-2012).

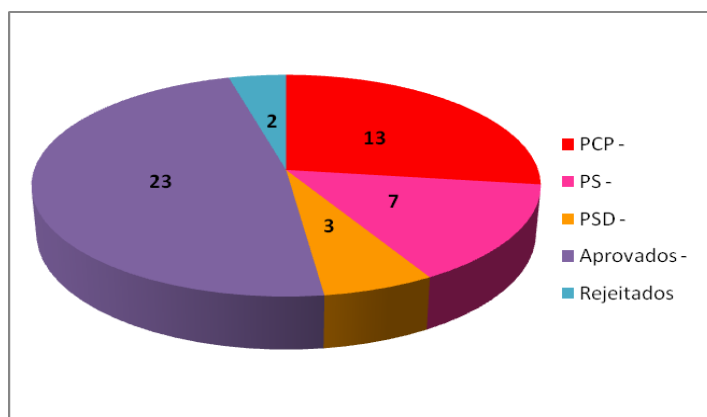
Deslocações Internacionais em representação da CAM realizaram-se as seguintes:

- Varsóvia (25-09-2011) – Sobre Reforma da Política Agrícola Comum – Participou o Deputado Jorge Fão.
- II Encontro Luso-Espanhol (3/4 Maio de 2012) – sobre 3 temas: 1.º Mercados Ibéricos de Eletricidade e Gás; 2.º Seca – efeitos na Península Ibérica; 3.º Circulação de pessoas e vias de comunicação. Participaram os Deputados Abel Baptista, Jorge Fão e Maria José Moreno.)
- Copenhaga (7/8 de Junho de 2012) – Sobre a Reforma da Política Agrícola Comum, participou o Deputado Pedro do Ó Ramos.
- Bruxelas (25 -06-2012) – Sobre a Reforma da Política Agrícola Comum – participou o Deputado Abel Baptista.

Estiveram ainda deslocações agendadas para 28 de Fevereiro de 2012 e 13 de Julho de 2012 mas, por imprevistos de última hora, a CAM não se pode fazer representar.

12. Requerimentos dos GP

Durante a presente Sessão Legislativa deram entrada 23: 13 do PCP; 7 do PS; 3 do PSD; 23 Aprovados e 2 Rejeitados.



A grande maioria dos Requerimentos solicitava a Audição de Membros do Governo da área de competências e atribuições da CAM. Sobre os mesmos temas foram também convidadas Entidades Públicas e Privadas para dar o seu contributo nos temas em discussão.

Estiveram presentes em Audições na CAM, toda a equipa do MAMAOT, o Ministro da Administração Interna, o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, o Secretário de Estado da Administração Interna.

Participaram ainda em Audições na CAM representantes da ASAE, IFAP e Autoridade da Concorrência e inúmeras Associações do setor.

As temáticas abordadas foram, entre outras:

- Região Demarcada do Douro.
- Nemátodo do Pinheiro.
- Acordos UE/Marrocos UE/Mercosul.
- OCM do Açúcar.
- Reforma da PAC
- Incêndios
- Aquicultura
- Energias renováveis.
- Recursos subaquáticos.
- PRODER.
- Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados.
- Setor do Leite.
- Assoreamento de Barras.

(Ver anexo 2)

Assembleia da República 20 de julho de 2012

O Presidente da Comissão

(Vasco Cunha)

Requerimentos

Aprovados

- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição com o Ministro da Administração Interna sobre o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais. Aprovado por unanimidade em 14-07-2011.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição com a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre problemas diversos sob a sua tutela. Aprovado por unanimidade em 14-07-2011.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, solicitando uma audição das seguintes entidades: Casa do Douro; UNIDOURO; AVEPOD E AEVP, sobre a vindima 2011 na Região Demarcada do Douro. Aprovado por unanimidade em 07-09-2011.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição urgente do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural e do Presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, IP (IVDP, IP). Aprovado por unanimidade em 09-09-2011.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, solicitando uma audição com o Secretário de Estado do Mar, sobre a temática relacionada com o Mar, nomeadamente a pesca, a aquicultura, a exploração de recursos subaquáticos e as energias renováveis. Aprovado por unanimidade em 12-10-2011.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, solicitando uma audição das seguintes entidades: CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal; CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal; CNA – Confederação Nacional da Agricultura; AJAP – Associação de Jovens Agricultores de Portugal; CNJ – Confederação Nacional dos Jovens Agricultores e Desenvolvimento Rural, sobre o PRODER. Aprovado por unanimidade em 18-10-2011.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, solicitando uma audição da Presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares Contra a Fome, Dra. Isabel Jonet, sobre aos cortes previstos para o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados para os anos 2012 a 2013. Aprovado por unanimidade em 23-11-2011.

- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição com a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, sobre o leite vendido a 13 cêntimos/litro pelo Grupo Continente e sobre outros problemas do sector agrícola. Aprovado por unanimidade em 10-01-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, solicitando uma audição da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica e da Autoridade da Concorrência, sobre a prática de dumping nas grandes superfícies e o novo regime jurídico na concorrência. Aprovado por unanimidade em 24-01-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição com a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, para a abordagem do problema da seca. Aprovado por unanimidade em 07-02-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, solicitando uma audição da Gestora do PRODER e do Presidente do Conselho Diretivo do IFAP, IP, sobre o PRODER e RPU. Aprovado por unanimidade em 28-02-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição com o Secretário de Estado do Mar, sobre o assoreamento de barras. Aprovado por unanimidade em 06-03-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição com o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre os Acordos União Europeia/Marrocos e União Europeia/Mercosul. Aprovado por unanimidade em 06-03-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, sobre a situação da Região Demarcada do Douro e uma audição da Comunidade Intermunicipal Douro. Aprovado por unanimidade em 16-03-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, solicitando uma audição do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, sobre os problemas vividos na Região Demarcada do Douro, o Nemátodo da Madeira do Pinheiro e a preparação da época dos incêndios florestais. Aprovado por unanimidade em 21-03-2012.

- Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, solicitando uma audição dos Eurodeputados nacionais Maria do Céu Patrão Neves (PSD) e Luís Capoulas Santos (PS, sobre os acordos União Europeia/Marrocos e União Europeia/Mercosul. Este requerimento foi aprovado com um aditamento proposto pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, em ouvir também os Eurodeputados Nuno Melo (CDS-PP), João Ferreira (PCP) e um eurodeputado a designar pelo Grupo Parlamentar do BE. Aprovado por unanimidade em 24-03-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, solicitando um debate sobre a COM do Açúcar. Aprovado por unanimidade em 27-03-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, solicitando uma audição de diversas entidades ligadas ao setor da pesca, da Universidade do Algarve e ao IPIMAR, e do Senhor Secretário de Estado do Mar, sobre a pesca do Polvo. Aprovado por unanimidade em 26-04-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PS, solicitando uma audição com a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e com o Eurodeputado Luís Capoulas Santos, sobre a Reforma da PAC - Política Agrícola Comum. Aprovado por unanimidade em 05-06-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição da Autoridade Marítima Nacional, para prestar esclarecimentos sobre o assoreamento das barras, na segurança da navegação. Aprovado por unanimidade em 29-06-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição do Senhor Secretário de Estado do Mar, sobre o assoreamento de barras. Aprovado por unanimidade em 29-06-2012.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição do Senhor Ministro da Administração Interna, sobre o dispositivo de combate aos fogos florestais, nomeadamente com problemas verificados nos últimos dias no Algarve / Tavira, Madeira, Mangualde, Tomar e outros. Aprovado por maioria, com o voto contra do Grupo Parlamentar do CDS-PP e a ausência do Grupo Parlamentar do BE e do PEV em 20-07-2012.

Rejeitados

- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando uma audição do Secretário de Estado do Mar, sobre as alterações ao Código Contributivo. Rejeitado, em 18-10-2011.
- Requerimento do Grupo Parlamentar do PCP, solicitando fazer uma audição das seguintes entidades: Autoridade Marítima Nacional, Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., como recetora das atribuições das ARH; Federação dos Sindicatos do Setor da Pesca; Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Engenheiros da Marinha Mercante; Associações do setor com relações com as barras com problemas; Mútua de Pescadores, sobre o assoreamento de barras. Rejeitado, em 10-04-2012.

Referência	Data do Doc. original	Título do Documento	Relator da CPP	Data relatório	Parecer da CAE	Data de Conclusão	RPE-UE
COM(2011)918	21-12-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 2008/97, (CE) n.º 779/98 e (CE) n.º 1506/98 do Conselho, em matéria de importação de azeite e outros produtos agrícolas da Turquia, no que diz respeito aos poderes delegados e às competências de execução a conferir à Comissão	7ª CAM José Luís Ferreira (PEV)	28-02-2012	Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)	23-05-2012	RPE-UE nº 230/XII/1
COM(2011)774	18-11-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO em aplicação do artigo 184.º, n.º 7, do Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho sobre a execução da medida de promoção dos vinhos em mercados de países terceiros	7ª CAM Fernando Jesus (PS)	28-02-2012	Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)	23-05-2012	RPE-UE nº 229/XII/1
COM(2011)782	21-11-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Desenvolver uma estratégia marítima para a Região Atlântica	7ª CAM Jorge Fão (PS) ; 11ª CAOTPL Não escrutinada	2012-02-08 2012-01-10	Jacinto Serrão (PS) Lídia Bulcão (PSD)	08-05-2012	RPE-UE nº 217/XII/1
COM(2011)888	14-12-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a certas medidas em relação aos países que permitem uma pesca não sustentável para efeitos da conservação das unidades populacionais de peixes	7ª CAM João Ramos (PCP)	14-02-2012	Lídia Bulcão (PSD)	02-05-2012	RPE-UE nº 215/XII/1
COM(2011)801	30-11-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração de um novo protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio das pescas entre a União Europeia e a República de Moçambique	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Cristóvão Norte (PSD)	14-02-2012	Lídia Bulcão (PSD)	02-05-2012	RPE-UE nº 214/XII/1
COM(2011)578	21-09-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativa à aplicação de certas disposições do Regulamento (CE) n.º 812/2004 do Conselho, que estabelece medidas relativas às capturas acidentais de cetáceos no exercício das actividades de pesca e que altera o Regulamento (CE) n.º 88/98	7ª CAM Renato Sampaio (PS)	08-02-2012	Lídia Bulcão (PSD)	18-04-2012	RPE-UE nº 204/XII/1

COM(2011)693	31-10-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO 22.º RELATÓRIO ANUAL SOBRE A EXECUÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS (2010) SEC(2011) XXX	6ª CEOP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada ; 10ª CSST Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Luís Leite Ramos (PSD)	31-01-2012	Carlos São Martinho (PSD)	18-04-2012	RPE-UE nº 202/XII/1
COM(2011)777	15-11-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2012 Concretizar a renovação europeia	1ª CACDLG João Lobo (PSD) ; 2ª CNECP João Ramos (PCP) ; 3ª CDN Correia de Jesus (PSD) ; 5ª COFAP Jorge Paulo Oliveira (PSD) ; 6ª CEOP João Paulo Viegas (CDS-PP) ; 7ª CAM Luís Pedro Pimentel (PSD) ; 8ª CECC Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) ; 9ª CS Conceição Bessa Ruão (PSD) ; 10ª CSST Maria Helena André (PS) ; 11ª CAOTPL ; 12ª CPECC Jacinto Serrão (PS)	2012-01-18 2012-01-17 2012-01-13 2012-01-17 2012-01-18 2012-01-13 2012-01-17 2012-01-17 2012-01-17 2012-01-17	Vitalino Canas (PS)	14-03-2012	RPE-UE nº 176/XII/1
COM(2011)479	09-08-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1967/2006 do Conselho relativo a medidas de gestão para a exploração sustentável dos recursos haliêuticos no mar Mediterrâneo	7ª CAM Jorge Fão (PS)	20-12-2011	Honório Novo (PCP)	28-02-2012	RPE-UE nº 163/XII/1
COM(2011)629	12-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que determina medidas sobre a fixação de certas ajudas e restituições relativas à organização comum dos mercados dos produtos agrícolas	7ª CAM Pedro Alves (PSD)	29-11-2011	António Serrano (PS)	07-02-2012	RPE-UE nº 134/XII/1

COM(2011)804	02-12-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca [que revoga o Regulamento (CE) n.º 1198/2006 do Conselho, o Regulamento (CE) n.º 861/2006 do Conselho e o Regulamento n.º XXX/2011 do Conselho relativo à política marítima integrada]	7ª CAM Manuel Seabra (PS)	17-01-2012	António Serrano (PS)	01-02-2012	RPE-UE nº 125/XII/1
COM(2011)855	07-12-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1217/2009 do Conselho que cria uma rede de informação contabilística agrícola sobre os rendimentos e a economia das explorações agrícolas na Comunidade Europeia	7ª CAM Eduardo Teixeira (PSD)	17-01-2012	Cristóvão Norte (PSD)	25-01-2012	RPE-UE nº 105/XII/1
COM(2011)663	21-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 3/2008 do Conselho relativo a acções de informação e promoção a favor dos produtos agrícolas no mercado interno e nos países terceiros	7ª CAM Manuel Isaac (CDS-PP)	06-12-2011	Ana Drago (BE)	13-12-2011	RPE-UE nº 69/XII/1
COM(2011)628	12-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao financiamento, à gestão e à vigilância da política agrícola comum	7ª CAM Pedro do Ó Ramos (PSD)	29-11-2011	Honório Novo (PCP)	13-12-2011	RPE-UE nº 68/XII/1
COM(2011)631	12-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita ao regime de pagamento único e ao apoio aos viticultores	7ª CAM Pedro do Ó Ramos (PSD)	29-11-2011	António Serrano (PS)	13-12-2011	RPE-UE nº 67/XII/1
COM(2011)630	12-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 73/2009 no que respeita à aplicação dos pagamentos directos aos agricultores em relação a 2013	7ª CAM Pedro do Ó Ramos (PSD)	29-11-2011	Lídia Bulcão (PSD)	13-12-2011	RPE-UE nº 66/XII/1
COM(2011)627	12-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)	7ª CAM Mário Simões (PSD)	29-11-2011	Sérgio Azevedo (PSD)	13-12-2011	RPE-UE nº 65/XII/1
COM(2011)626	12-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas (Regulamento «OCM única»)	7ª CAM Pedro Alves (PSD)	29-11-2011	António Serrano (PS)	13-12-2011	RPE-UE nº 64/XII/1

COM(2011)625	12-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece regras para os pagamentos directos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da política agrícola comum	7ª CAM Pedro do Ó Ramos (PSD)	29-11-2011	Lídia Bulcão (PSD)	13-12-2011	RPE-UE nº 63/XII/1
COM(2011)615	06-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e as Pescas, abrangidos pelo Quadro Estratégico Comum, e que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006	6ª CEOP Pedro Saraiva (PSD) ; 7ª CAM Mário Simões (PSD) Não escrutinada ; 10ª CSST Maria Helena André (PS)	2011-11-23 2011-11-28	Carlos Costa Neves (PSD)	13-12-2011	RPE-UE nº 62/XII/1
COM(2011)634	03-10-2011	Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera os Regulamentos (CE) n.º 1290/2005 e (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita à distribuição de géneros alimentícios às pessoas mais necessitadas da União	7ª CAM Miguel Freitas (PS) ; 10ª CSST Não escrutinada	08-11-2011	Carlos São Martinho (PSD)	07-12-2011	RPE-UE nº 58/XII/1
COM(2011)566	23-09-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à introdução acelerada dos requisitos de construção em casco duplo ou equivalente para os navios petroleiros de casco simples	6ª CEOP Fernando Jesus (PS) ; 7ª CAM Marcos Perestrello (PS)	2011-11-21 2011-11-08	Cláudia Monteiro de Aguiar (PSD)	22-11-2011	RPE-UE nº 47/XII/1
COM(2011)530	31-08-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à definição, designação, apresentação, rotulagem e protecção das indicações geográficas dos produtos vitivinícolas aromatizados	7ª CAM Não escrutinada		João Lobo (PSD)	18-10-2011	RPE-UE nº 24/XII/1
COM(2011)484	01-08-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1198/2006 do Conselho relativo ao Fundo Europeu das Pescas, no respeitante a certas disposições de gestão financeira aplicáveis a determinados Estados-Membros que se encontram em dificuldades graves ou sob ameaça de tais dificuldades relacionadas com a sua estabilidade financeira	7ª CAM Não escrutinada		Carlos São Martinho (PSD)	18-10-2011	RPE-UE nº 22/XII/1

COM(2011)481	01-08-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho no que diz respeito a determinadas disposições relacionadas com a gestão financeira para certos Estados-Membros confrontados ou ameaçados com graves dificuldades de estabilidade financeira	7ª CAM Não escrutinada		Maria Helena André (PS)	18-10-2011	RPE-UE nº 21/XII/1
COM(2011)416	13-07-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos da pesca e da aquicultura	7ª CAM Não escrutinada		Lídia Bulcão (PSD)	18-10-2011	RPE-UE nº 20/XII/1
COM(2011)425	13-07-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à política comum das pescas	7ª CAM Não escrutinada		António Serrano (PS)	18-10-2011	RPE-UE nº 18/XII/1
COM(2011)353	20-06-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo aos alimentos para lactentes e crianças jovens e alimentos destinados a fins medicinais específicos	7ª CAM Não escrutinada		Ana Catarina Mendonça Mendes (PS)	20-09-2011	RPE-UE nº 05/XII/1
COM(2011)927	21-12-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO QUARTO RELATÓRIO ANUAL SOBRE A APLICAÇÃO DO FUNDO EUROPEU DAS PESCAS	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)926	21-12-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo sob forma de troca de cartas entre a União Europeia, por um lado, e o Estado de Israel, por outro, que altera os anexos dos Protocolos n.ºs 1 e 2 do Acordo euro-mediterrânico que cria uma associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e o Estado de Israel, por outro	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)906	21-12-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) nº 774/94 do Conselho relativo à abertura e modo de gestão de determinados contingentes pautais comunitários de carne de bovino de alta qualidade, carne de suíno, carne de aves de capoeira, trigo e mistura de trigo com centeio, sêmeas, farelos e outros resíduos	7ª CAM Luís Fazenda (BE) Não escrutinada	10-04-2012	Não escrutinada		-

COM(2011)760	22-11-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1300/2008 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, que estabelece um plano plurianual relativo à unidade populacional de arenque presente a oeste da Escócia e às pescarias que exploram essa unidade populacional	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)798	21-11-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1185/2003 relativo à remoção das barbatanas de tubarões a bordo dos navios	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)748	15-11-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Plano de acção contra a ameaça crescente da resistência antimicrobiana	7ª CAM Não escrutinada ; 9ª CS Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)792	21-11-2011	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da UE	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)672	21-10-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO 4.º RELATÓRIO FINANCEIRO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (FEADER) EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)673	21-10-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO 4.º RELATÓRIO FINANCEIRO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o FUNDO EUROPEU AGRÍCOLA DE GARANTIA EXERCÍCIO DE 2010	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)686	09-11-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas FEAGA Sistema de Alerta Rápido N.º 8-9/2011	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)690	27-10-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adesão da União Europeia ao Protocolo relativo à Protecção do Mar Mediterrâneo contra a poluição resultante da prospecção e da exploração da plataforma continental, do fundo do mar e do seu subsolo	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Cristóvão Norte (PSD)				RPE-UE nº //
COM(2011)694	31-10-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO Fundo de Solidariedade da União Europeia Relatório anual de 2010	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-

COM(2011)700	10-11-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o impacto do Regulamento (CE) n.º 1/2005 relativo à protecção dos animais durante o transporte	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)621	12-10-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de milho geneticamente modificado Bt11xMIR604xGA21 (SYN-BTØ11-1xSYN-IR6Ø4-5xMON-ØØØ21-9) nos termos do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)623	12-10-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de milho geneticamente modificado MIR604xGA21 (SYN-IR6Ø4-5xMON-ØØØ21-9) nos termos do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)620	12-10-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de algodão geneticamente modificado 281-24-236x3006-210-23 (DAS-24236-5xDAS-21Ø23-5) nos termos do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)639	10-10-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a implementação das aplicações de teledetecção e a utilização dos recursos financeiros disponibilizados para o efeito ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 78/2008 do Conselho (segundo relatório intercalar)	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)599	03-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que aplica a cláusula bilateral de salvaguarda e o mecanismo de estabilização para as bananas do Acordo que cria uma Associação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a América Central, por outro	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)600	03-10-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que aplica a cláusula bilateral de salvaguarda e o mecanismo de estabilização para as bananas do Acordo Comercial entre a União Europeia e a Colômbia e o Peru	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-

COM(2011)525	30-08-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1760/2000 no respeitante à identificação electrónica dos bovinos e que suprime as disposições sobre rotulagem facultativa da carne de bovino	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)470	12-08-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um plano plurianual relativo à unidade populacional de salmão do mar Báltico e às pescarias que exploram essa unidade populacional	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)508	12-08-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA Sistema de alarme N.º 5-7/2011	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)450	20-07-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a execução dos planos estratégicos nacionais e das orientações estratégicas comunitárias de desenvolvimento rural (2007-2013)	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)498	11-08-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU nos termos do artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia respeitante à posição do Conselho referente à adopção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação no mercado e à utilização de produtos biocidas	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)524	30-08-2011	Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Directiva 64/432/CEE do Conselho no que diz respeito às bases de dados informatizadas que fazem parte das redes de vigilância nos Estados-Membros	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)436	14-07-2011	LIVRO VERDE sobre a informação e a promoção dos produtos agrícolas: uma estratégia com grande valor acrescentado europeu para promover os sabores da Europa	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)424	13-07-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativo à dimensão externa da política comum das pescas	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-

COM(2011)418	13-07-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre as obrigações em matéria de comunicação previstas no Regulamento (CE) n.º 2371/2002 do Conselho, de 20 de Dezembro de 2002, relativo à conservação e à exploração sustentável dos recursos haliêuticos no âmbito da política comum das pescas	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)417	13-07-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Reforma da política comum das pescas	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)354	22-06-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os esforços envidados pelos Estados-Membros em 2009 para obter um equilíbrio sustentável entre as capacidades e as possibilidades de pesca	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)371	17-06-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo de Parceria voluntário entre a União Europeia e a República da Libéria relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no sector florestal no que respeita aos produtos de madeira importados para a União Europeia	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)359	27-06-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE ALIMENTOS E INGREDIENTES ALIMENTARES TRATADOS POR RADIAÇÃO IONIZANTE RELATIVO AO ANO 2008	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)384	24-06-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 617/2009 do Conselho que abre um contingente pautal autónomo de importação de carne de bovino de alta qualidade	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)330	08-06-2011	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 302/2009 que estabelece um plano plurianual de recuperação do atum rabilho no Atlântico Este e no Mediterrâneo	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)313	01-06-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração de um Protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a Comunidade Europeia e o Reino de Marrocos	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-

COM(2011)306	31-05-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Reexame do funcionamento das regras estabelecidas na Directiva 2003/88/CE em relação aos trabalhadores a bordo de navios de pesca	7ª CAM Não escrutinada ; 10ª CSST Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)298	25-05-2011	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO relativa a uma consulta sobre as possibilidades de pesca	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)294	24-05-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 814/2000 do Conselho relativo às acções de informação no domínio da política agrícola comum	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)286	23-05-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a execução do Regulamento (CE) n.º 2038/2006, relativo ao financiamento plurianual das actividades da Agência Europeia da Segurança Marítima no domínio do combate à poluição causada por navios, no período 2007-2009	3ª CDN Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)282	20-05-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura de um Acordo de Parceria voluntário entre a União Europeia e a República Centro-Africana relativo à aplicação da legislação, à governação e ao comércio no sector florestal no que respeita à madeira e aos produtos de madeira importados para a União Europeia (FLEGT)	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)257	13-05-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA Sistema de alerta N.º 1-3/2011	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)260	12-05-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Aplicação do plano de recuperação das unidades populacionais de pescada do Sul e de lagostins	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)301	23-05-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA Sistema de alerta N.º 4/2011	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-

COM(2011)228	27-04-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração de um novo Protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a Comunidade Europeia e a República de Cabo Verde	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)223	20-04-2011	Proposta DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão de um acordo entre a União Europeia e a Geórgia sobre a protecção das indicações geográficas dos produtos agrícolas e géneros alimentícios	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)214	15-04-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as implicações socio-económicas do cultivo de OGM, com base em contributos dos Estados-Membros, como exigido pelas Conclusões do Conselho do Ambiente de Dezembro de 2008	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)193	11-04-2011	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que determina as medidas respeitantes à fixação de determinadas ajudas, restituições e preços relativos à organização comum única dos mercados agrícolas	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)622	12-10-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a colocação no mercado de produtos que contenham, sejam constituídos por, ou produzidos a partir de milho geneticamente modificado Bt11xMIR604 (SYN-BTØ11-1xSYN-IR6Ø4-5) nos termos do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)830	25-11-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA___ Sistema de Alerta Rápido__N.º 10/2011	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)846	07-12-2011	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO sobre as relações entre a União Europeia, por um lado, e a Gronelândia e o Reino da Dinamarca, por outro.	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2011)919	21-12-2011	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Primeiro relatório sobre as incidências da reforma de 2006 do regime de medidas específicas na agricultura para as ilhas menores do mar Egeu.	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-

COM(2012)155	02-04-2012	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1098/2007 do Conselho, de 18 de setembro de 2007, que estabelece um plano plurianual relativo às unidades populacionais de bacalhau no mar Báltico e às pescarias que exploram essas unidades populacionais	7ª CAM Jorge Fão (PS)	15-05-2012	Jacinto Serrão (PS)	12-06-2012	RPE-UE nº 244/XII/1
COM(2012)150	30-03-2012	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 1999/4/CE, 2000/36/CE, 2001/111/CE, 2001/113/CE e 2001/114/CE no respeitante aos poderes a conferir à Comissão	7ª CAM Não escrutinada		Jacinto Serrão (PS)	23-05-2012	RPE-UE nº 228/XII/1
COM(2012)134	23-03-2012	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às responsabilidades do Estado de bandeira na imposição do cumprimento da Diretiva 2009/13/CE do Conselho, que aplica o Acordo celebrado pela Associação de Armadores da Comunidade Europeia (ECSA) e pela Federação Europeia dos Trabalhadores dos Transportes (ETF) relativo à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, e que altera a Diretiva 1999/63/CE	7ª CAM Não escrutinada ; 10ª CSST Adriano Rafael Moreira (PSD)	08-05-2012	Maria Helena André (PS)	15-05-2012	RPE-UE nº 224/XII/1
COM(2012)118	23-03-2012	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à reciclagem de navios	7ª CAM Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Renato Sampaio (PS)	08-05-2012	Sérgio Azevedo (PSD)	15-05-2012	RPE-UE nº 223/XII/1
COM(2012)21	31-01-2012	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1342/2008 do Conselho, de 18 de Dezembro de 2008, que estabelece um plano a longo prazo para as unidades populacionais de bacalhau e para as pescas que exploram essas unidades populacionais.	7ª CAM Manuel Isaac (CDS-PP)	14-02-2012	Lídia Bulcão (PSD)	02-05-2012	RPE-UE nº 216/XII/1
COM(2012)93	12-03-2012	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a regras contabilísticas e planos de ação para as emissões e absorções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a reafetação do solo e a silvicultura	7ª CAM Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Pedro Farmhouse (PS)	18-04-2012	Maria Helena André (PS)	02-05-2012	RPE-UE nº 207/XII/1
COM(2012)90	05-03-2012	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 92/65/CEE do Conselho no que respeita aos requisitos de saúde animal que regem o comércio e as importações na União de cães, gatos e furões	1ª CACDLG Pedro Delgado Alves (PS) ; 7ª CAM Não escrutinada	2012-04-11 2012-04-13	João Serpa Oliva (CDS-PP)	18-04-2012	RPE-UE nº 198/XII/1

COM(2012)355	02-07-2012	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão 2008/971/CE do Conselho relativamente à inclusão de materiais florestais de reprodução da categoria «material qualificado» no âmbito de aplicação daquela decisão e à atualização do nome das autoridades responsáveis pela aprovação e controlo da produção	7ª CAM				
COM(2012)343	28-06-2012	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Decisão 2003/17/CE do Conselho prorrogando o seu período de aplicação e atualizando os nomes de um país terceiro e das autoridades responsáveis pela aprovação e controlo da produção	7ª CAM				
COM(2012)349	27-06-2012	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA - Sistema de alerta n.º 4-5/2012	7ª CAM				
COM(2012)293	15-06-2012	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar pela União Europeia no âmbito do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio sobre o pedido apresentado pelas Filipinas de derrogação da OMC relativa à prorrogação do tratamento especial para o arroz	7ª CAM Não escrutinada ; 6ª GEOP Rui Paulo Figueiredo (PS)				RPE-UE nº //
COM(2012)298	21-06-2012	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 850/98 do Conselho relativo à conservação dos recursos da pesca através de determinadas medidas técnicas de proteção dos juvenis de organismos marinhos e revoga o Regulamento (CE) n.º 1288/2009 do Conselho	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2012)332	21-06-2012	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1005/2008 do Conselho que estabelece um regime comunitário para prevenir, impedir e eliminar a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada	7ª CAM				RPE-UE nº //
COM(2012)277	07-06-2012	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 2371/2002 do Conselho relativo à conservação e à exploração sustentável dos recursos haliêuticos no âmbito da política comum das pescas	7ª CAM				RPE-UE nº //

COM(2012)260	05-06-2012	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Protocolo acordado entre a União Europeia e a República da Guiné-Bissau que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas pelo Acordo de Parceria no domínio da pesca em vigor entre as duas Partes	2ª CNECP Não escrutinada; 7ª CAM Não escrutinada			Não escrutinado	-
COM(2012)247	31-05-2012	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Protocolo que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a Comunidade Europeia, por um lado, e o Governo da Dinamarca e o Governo local da Gronelândia, por outro	7ª CAM Não escrutinada			Não escrutinado	-
COM(2012)212	11-05-2012	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos	7ª CAM Não escrutinada			Não escrutinado	-
COM(2012)220	16-05-2012	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA Sistema de alerta n.º 1-3/2012	7ª CAM Não escrutinada			Não escrutinado	-
COM(2012)211	10-05-2012	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece a posição a adotar, em nome da União Europeia, no seio do Comité da Ajuda Alimentar no que respeita à prorrogação da Convenção relativa à Ajuda Alimentar de 1999	7ª CAM Miguel Freitas (PS)	19-06-2012	Lídia Bulcão (PSD)		
COM(2012)191	27-04-2012	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO sobre a avaliação dos progressos comunicados pela Itália à Comissão e ao Conselho relativamente à recuperação de imposições suplementares devidas pelos produtores de leite no período de 1995/96 a 2001/02 (nos termos do artigo 3.º da Decisão 2003/530/CE do Conselho)	7ª CAM Não escrutinada			Não escrutinado	-
COM(2012)162	04-04-2012	Proposta alterada de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1760/2000 no respeitante à identificação eletrónica dos bovinos e que suprime as disposições sobre rotulagem facultativa da carne de bovino	7ª CAM Não escrutinada			Não escrutinado	-
COM(2012)128	23-03-2012	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativa à Estratégia da União Europeia para a Região do Mar Báltico	7ª CAM Não escrutinada			Não escrutinada	-

COM(2012)122	23-03-2012	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo ao funcionamento geral dos controlos oficiais realizados nos Estados-Membros no domínio da segurança dos alimentos, da saúde e do bem-estar dos animais e da fitossanidade	7ª CAM				RPE-UE nº //
COM(2012)138	26-03-2012	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre a União Europeia e a República da Moldávia sobre a proteção das indicações geográficas dos produtos agrícolas e géneros alimentícios	2ª CNECP ; 7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2012)148	30-03-2012	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Informação e promoção dos produtos agrícolas: uma estratégia com grande valor acrescentado europeu para promover os sabores da Europa	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2012)60	13-02-2012	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Inovação para um Crescimento Sustentável: Bioeconomia para a Europa	7ª CAM Não escrutinada ; 6ª CEOP Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Não escrutinada	06-03-2012	Não escrutinada	06-03-2012	-
COM(2012)120	23-03-2012	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que exige aos Estados-Membros que ratifiquem ou adiram, no interesse da União, à Convenção Internacional de Hong Kong para a Reciclagem Segura e Ecológica dos Navios, de 2009	2ª CNECP Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2012)129	23-03-2012	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2009/16/CE relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto	7ª CAM Não escrutinada ; 10ª CSST Não escrutinada		Vitalino Canas (PS) Não escrutinada		-
COM(2012)106	15-03-2012	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão de acordos sob forma de troca de cartas sobre a alteração das concessões previstas para a carne de aves de capoeira transformada, entre a União Europeia e a República Federativa do Brasil e entre a União Europeia e o Reino da Tailândia, nos termos do artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio de 1994 (GATT de 1994)	2ª CNECP ; 7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-

COM(2012)94	12-03-2012	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Contabilização das atividades de uso do solo, reafetação do solo e silvicultura (LULUCF) nos compromissos da União em matéria de alterações climáticas.	7ª CAM Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Fernando Marques (PSD)		Não escrutinada		-
COM(2012)79	29-02-2012	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativa à parceria europeia de inovação «Produtividade e Sustentabilidade no Setor Agrícola»	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2012)62	16-02-2012	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as despesas do FEAGA - Sistema de alerta n.º 11-12/2011	7ª CAM Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2012)6	19-01-2012	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU sobre a estratégia da União Europeia para a proteção e o bem-estar dos animais 2012-2015	1ª CACDLG Não escrutinada ; 7ª CAM Não escrutinada; 9ª CS		Não escrutinada		-
COM(2012)46	13-02-2012	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Aplicação da estratégia temática relativa ao solo e atividades em curso	7ª CAM Não escrutinada ; 11ª CAOTPL Não escrutinada		Não escrutinada		-
COM(2012)172		Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às importações de arroz originárias do Bangladesh	7ª CAM				

ÍNDICE

1. Introdução.....	3
2. Organização interna	4
3. Reuniões.....	5
4. Iniciativas legislativas	5
5. Iniciativas europeias	7
6. Outros pareceres/relatórios	7
7. Petições	7
8. Audições.....	8
9. Audiências	9
10. Eventos.....	9
11. Deslocações/ Representações.....	10
12. Requerimentos dos Grupos Parlamentares	10
13. Grupos de Trabalho/Relatores	11

1. Introdução

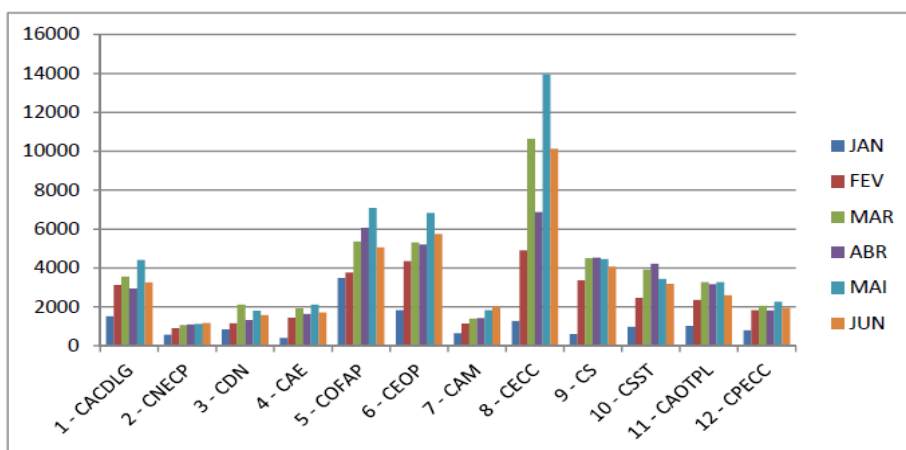
O presente Relatório de Atividades apresenta, de uma forma sumária, o trabalho desenvolvido pela Comissão de Educação, Ciência e Cultura (CECC) no decurso da 1ª Sessão da XII Legislatura, na sequência das prioridades que estabeleceu para a Sessão e que se encontram plasmadas no [Plano de Atividades](#) que aprovou.

As [competências](#) atribuídas à Comissão de Educação, Ciência e Cultura dizem respeito ao acompanhamento das políticas nas seguintes matérias: Educação, incluindo todos os sistemas e graus de ensino; Ciência, onde se incluem, designadamente, as matérias relacionadas com a investigação científica, com o desenvolvimento tecnológico e a inovação; Juventude; Desporto e Cultura, incluindo, nomeadamente, as matérias de língua, património, artes, indústrias criativas e culturais e direitos de autor e direitos conexos.

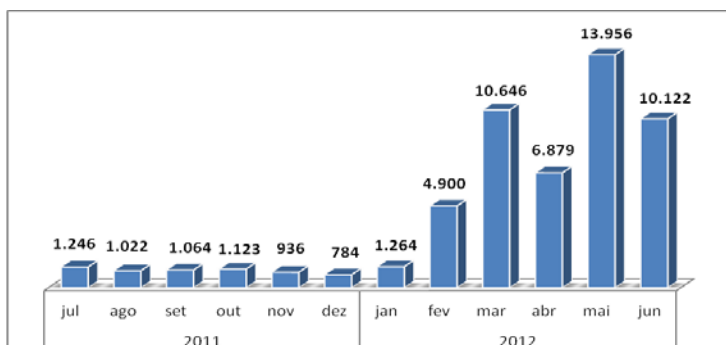
Ao longo deste documento, serão feitas remissões para a página Internet, através das respetivas ligações, onde se encontra informação pormenorizada do trabalho desenvolvido. De sublinhar que a Comissão procurou publicitar, na respetiva [página Internet](#), e em tempo útil, informação detalhada sobre toda a sua atividade (processo legislativo, petições, reuniões, audições, audiências, eventos, deslocações), incluindo as iniciativas levadas a cabo pelos diversos Grupos de Trabalho, procurando, desta forma, prestar contas aos cidadãos e, por outro, facultar-lhes o máximo de documentação, na qual se incluem, sempre que possível, as gravações em registo áudio e/ou vídeo.

A este respeito, importa realçar o número de acessos registados à página internet, que colocou a Comissão de Educação, Ciência e Cultura no topo das páginas de Comissão mais procuradas.

ACESSOS ÀS PÁGINAS DAS COMISSÕES - 2012



ACESSOS À PÁGINA CECC - 1ª SESSÃO DA XII LEGISLATURA



O gráfico acima reflete o aumento do volume de atividade da Comissão registado nos últimos meses da 1ª Sessão Legislativa, não apenas em termos de realização de eventos, mas também ao nível da apreciação na especialidade de iniciativas legislativas, cujo contributo é,

sempre que possível, remetido através de formulário eletrónico.

De julho de 2011 a junho de 2012, registaram-se 53.942 consultas à página da CECC.

Importa anotar que este Relatório de Atividades reflete o trabalho desenvolvido pela Comissão até 24 de julho de 2012. Terminando a 1ª Sessão Legislativa no dia 14 de setembro, o mesmo será então completado, para que nele conste toda a atividade referente à presente Sessão.

2. Organização interna

A Comissão tomou posse no dia 6 de julho de 2011, data em que foi eleita a Mesa da Comissão, constituída pelo Presidente, Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP), pela 1.ª Vice-Presidente, Deputada Nilza de Sena (PSD) e pela 2.ª Vice-Presidente, Deputada Odete João (PS).

Posteriormente, o PS indicou a Deputada Ana Jorge para substituir a Deputada Odete João como 2.ª Vice-Presidente, tendo esta eleição ocorrido na reunião da Comissão de 18 de outubro de 2011. Em 10 de janeiro de 2012, foi eleito 2.º Vice-Presidente o Deputado Acácio Pinto, que substituiu a Deputada Ana Jorge, que cessa funções como Deputada.

Integram a CECC [23 Deputados efetivos e 23 suplentes](#), tendo-se registado, no decurso desta Sessão, algumas substituições de Deputados, que se assinalam abaixo:

Dia	Deputado Inicia Atividade				Deputado Termina Atividade		
2011-09-01					Rita Calvário	BE	Lisboa
2011-09-08	Ana Drago	BE	Lisboa	Efetivo			
2011-09-26					Rui Caetano	PS	Madeira
2011-10-26	Isabel Sena Lino	PS	Madeira	Suplente			
2011-11-08					Isabel S. Lino	PS	Madeira
2011-11-14	Jacinto Serrão	PS	Madeira	Suplente			
2012-01-02					Ana Jorge	PS	Coimbra
2012-01-05	Ana Catarina Mendes	PS	Setúbal	Suplente	Manuel Pizarro	PS	Porto
	Rui Pedro Duarte	PS	Coimbra	Efetivo			
2012-04-30					Manuel Meirinho	PSD	Guarda
2012-05-11	João Prata	PSD	Guarda	Suplente			
2012-07-16	Ana Oliveira	PSD	Coimbra	Suplente	Pedro Saraiva	PSD	Coimbra

Foram constituídos Grupos de Trabalho e designados relatores para o acompanhamento de matérias específicas, constando essa informação do ponto 13 deste Relatório.

3. Reuniões

Durante o período em análise, a Comissão de Educação, Ciência e Cultura efetuou [147 reuniões](#), distribuídas conforme se segue, excluindo-se deste total as realizadas no âmbito dos Grupos de Trabalho. Importa aqui esclarecer que no cômputo geral das reuniões estão abrangidas as audiências realizadas através do sistema do deputado-piloto, em que um Deputado é responsável pela sua marcação, sendo a mesma aberta à participação de todos os membros da Comissão.

Mês	Total
julho 2011	4
agosto 2011	6
setembro 2011	11
outubro 2011	10
novembro 2011	14
dezembro 2011	7
janeiro 2012	15
fevereiro 2012	10
março 2012	9
abril 2012	10
maio 2012	14
junho 2012	14
julho 2012	23
TOTAL	147

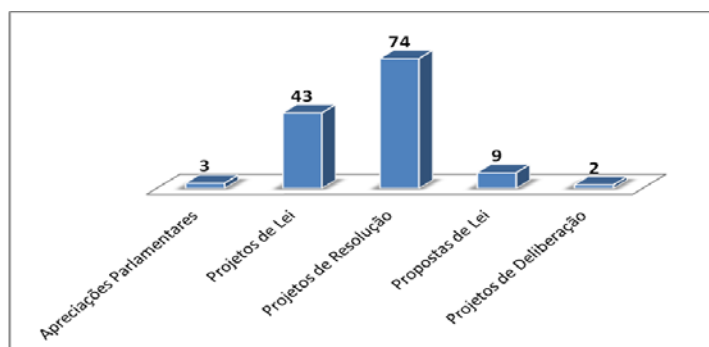
As [respetivas atas](#) encontram-se disponíveis na página da Comissão.

4. Iniciativas legislativas

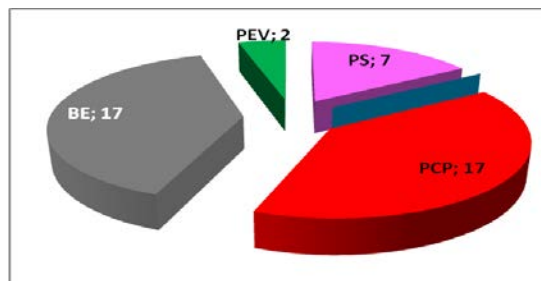
Durante a presente Sessão Legislativa, baixaram à Comissão de Educação, Ciência e Cultura 131 iniciativas legislativas, de acordo com a seguinte distribuição:

A informação relativa às iniciativas cuja tramitação se encontra concluída pela

Comissão encontra-se disponível no [Arquivo de Iniciativas](#) e nas [Iniciativas em Comissão](#) encontra a informação sobre as iniciativas ainda em apreciação.



Os projetos de Lei apreciados na Comissão foram apresentados por 4 Grupos Parlamentares, de acordo com a seguinte distribuição:



Do total dos Projetos de Resolução, 30 foram discutidos na Comissão, tendo sido elaborada a respetiva informação, sendo que, do total, 10 deram origem a Resoluções da Assembleia da República sobre as seguintes matérias:

- Ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais com vínculo à função pública;
- Acesso a uma refeição matinal aos alunos cuja situação de carência lhes impede o acesso em casa;
- Acesso ao pequeno-almoço aos alunos mais carenciados do ensino obrigatório;
- Criação de um "Contrato de Transparência" no acesso ao Ensino Superior;
- Combate da obesidade infanto-juvenil em Portugal;
- Abertura de uma nova fase de candidatura a bolsas de ação social escolar para estudantes que ingressam pela primeira vez no Ensino Superior e equacione um eventual reforço das verbas afetas aos auxílios de emergência;
- Salvaguarda e valorização dos acervos dos extintos Governos Cívicos;
- Estabilidade e qualificação do corpo docente nas escolas;
- Realização de uma auditoria ao concurso de colocação de docentes da Bolsa de Recrutamento n.º 2;
- Regulamentação do empréstimo de manuais escolares.

A Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade de 6 Propostas de Lei relativas às seguintes matérias:

- [Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo](#);
- [Estatuto do Aluno e Ética Escolar](#), que estabelece os direitos e os deveres do aluno dos ensinos básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa na sua educação e formação.
- [Lei Antidopagem no Desporto](#), adotando na Ordem Jurídica Interna as regras estabelecidas no Código Mundial Antidopagem.
- [Regime da responsabilidade técnica pela direção e orientação das atividades desportivas desenvolvidas nas instalações desportivas que prestam serviços desportivos na área da manutenção da condição física \(fitness\)](#).
- [Princípios de ação do Estado no quadro de fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais](#).

A Comissão discutiu ainda duas Apreciações Parlamentares relativas ao Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho, que "Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos, da avaliação dos conhecimentos e capacidades a adquirir e a desenvolver pelos alunos dos ensinos básico e secundário", que contou com a [presença do Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar e da Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário](#).

5. Iniciativas europeias

Foi aprovada, no início da Legislatura, uma nova metodologia para o processo de escrutínio das iniciativas europeias na Comissão, que prevê, numa primeira fase, uma apreciação liminar quanto à pronúncia por parte da Comissão. No caso de se deliberar pelo escrutínio de uma iniciativa, o relator dispõe de 4 semanas para análise da iniciativa e elaboração do respetivo relatório. No caso de o relator ser de posição no sentido de não pronúncia, a respetiva nota com esta posição é igualmente apreciada em plenário da Comissão.

No decurso da 1ª Sessão Legislativa, a CECC apreciou um total de 49 iniciativas europeias que lhe foram distribuídas pela Comissão de Assuntos Europeus (CAE), em função da matéria, tendo emitido parecer ou nota justificativa de não escrutínio em relação a 23, que foram remetidos dentro dos prazos estabelecidos, e deliberado no sentido do não escrutínio relativamente a 26. Os relatórios aprovados, bem como a informação relativa à tramitação da iniciativa europeia, encontram-se disponíveis na página da Comissão, no menu [Iniciativas europeias](#).

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão emitiu parecer, por solicitação da CAE, em relação aos relatórios sobre a participação de Portugal na União Europeia, relativos aos anos [2010](#) e [2011](#), nas áreas respeitantes à Comissão.

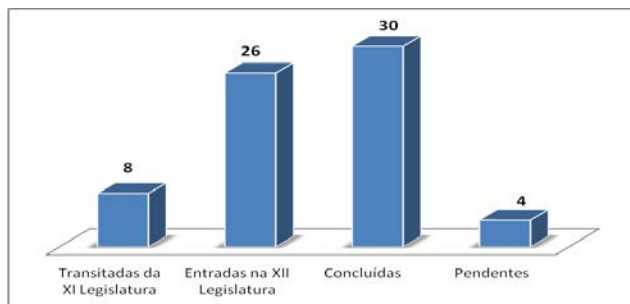
Foi ainda apreciada a [Conta Geral do Estado de 2010](#), tendo a Comissão emitido um parecer sobre a mesma.

7. Petições

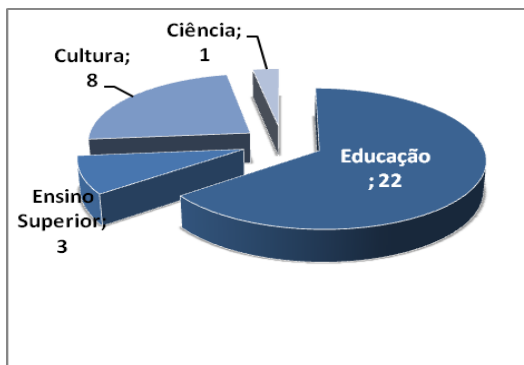
A Comissão concluiu, ao longo desta 1.ª Sessão Legislativa, o processo de apreciação de 30 Petições, cujo processo de tramitação se encontra disponível em [Arquivo de Petições](#). Para além das 8 que transitaram da Legislatura anterior, deram entrada 26 novas petições, sendo que 4 transitarão para a próxima Sessão, por terem dado entrada na Assembleia da República no final do mês de junho (ver [Petições em Comissão](#)).

Independentemente do número de assinaturas, foram sempre ouvidos os peticionários: em plenário de Comissão, no caso de petições com mais de 1.000 assinaturas e, no caso de petições com um número inferior de assinaturas, por um relator em reunião aberta à participação dos membros da Comissão.

Assim, a situação das Petições na Comissão é a seguinte:



Relativamente às áreas ou temáticas das Petições apresentadas, distribuem-se da seguinte forma:



8. Audições

No Cômputo geral, a Comissão efetuou **69 audições**, sendo que 22 decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes com diversas entidades do setor.

Nas audições com o Governo, importa distinguir as efetuadas no âmbito do Regimento da Assembleia da República, que prevê 4 audições com cada, por Sessão Legislativa, e as que resultaram da aprovação de requerimentos dos Grupos Parlamentares, de acordo com a seguinte distribuição:



Não se encontram aqui contabilizadas as audições realizadas no âmbito dos Grupos de Trabalho (GT), sendo que as mesmas constarão no ponto que lhes está destinado neste Relatório (Ponto 13).

9. Audiências

Foram concedidas [audiências](#) a todas as entidades que o solicitaram, num total de 69. Estas audiências decorreram em plenário da Comissão, quando a natureza da mesma expressamente o justificou, ou por delegação da Comissão por um deputado responsável pela sua marcação e aberta à participação de todos os membros da Comissão. Este procedimento permitiu responder, de uma forma mais ágil, aos inúmeros pedidos recebidos na Comissão. Foram elaborados relatórios-síntese de todas as audiências realizadas e procedeu-se, sempre que possível, à respetiva gravação áudio, que se encontra disponível no processo de cada uma das audiências.

10. Eventos

Dos vários eventos promovidos pela Comissão, importa aqui destacar a realização de duas edições do Café de Ciência: a primeira, em setembro de 2011, dedicada aos [impactos da Química na sociedade](#) e a segunda, realizada em abril de 2012 subordinada ao tema «[Geologia: o passado presente no futuro](#)». Além do debate livre entre investigadores e deputados, num ambiente informal, nesta última edição foi ainda elaborado por deputados da Comissão um roteiro geológico da Assembleia da República e foi disponibilizada uma escala geológica no corredor de ligação entre o Palácio e o Novo Edifício.

De realçar a cerimónia de [homenagem a Passos Manuel](#), uma iniciativa da Comissão para assinalar os 150 anos da sua morte, reconhecendo que se trata de um dos políticos mais notáveis e brilhantes da história da política democrática portuguesa. As sessões de homenagem tiveram lugar no dia 17 de janeiro de 2012, na Escola Secundária Passos Manuel e na Assembleia da República.

Destaque também para a "[Meia Hora de Ouro - Sessão de Fados](#)", uma cerimónia de homenagem ao FADO e aos Fadistas, na sequência da distinção do FADO a Património Cultural e Imaterial da Humanidade, realizada em 07 de dezembro de 2011. Tratou-se de uma sessão, que contou com a presença de Carlos do Carmo, e que decorreu de outras iniciativas levadas a cabo pela Comissão, designadamente, a audição de membros da Candidatura do Fado a Património Imaterial da Humanidade e a visita à Exposição "Ecos do Fado na Arte Portuguesa – Séc. XIX-XXI".

A Comissão recebeu em audição, em 02 de maio de 2012, uma delegação da [Candidatura do Cante Alentejano a Património Cultural Imaterial da Humanidade](#), que fez uma apresentação da candidatura, à qual se seguiu um debate com os deputados.

Os deputados não quiseram ainda deixar de homenagear os jovens portugueses vencedores das Olimpíadas Internacionais de Matemática em 2011, tendo promovido um [encontro na Assembleia da República](#), no dia 02 de agosto de 2011, para, publicamente, felicitarem os jovens e os professores que os acompanham neste importante projeto. Face a novo êxito dos jovens portugueses nas Olimpíadas Internacionais da Matemática em 2012 (1 medalha de ouro, 1 de prata, 2 de bronze e uma menção honrosa), o presidente da CECC deslocou-se ao aeroporto para os receber e felicitar (17 de julho de 2012).

A Comissão promoveu, no dia 15 de maio de 2012, uma [audição sobre a política museológica em Portugal](#), por ocasião da comemoração do Dia Internacional dos Museus.

Merecem ainda destaque a [Audição Parlamentar sobre Ação Social Escolar para o Ensino Superior](#), realizada em 25 de maio de 2012, que permitiu auscultar as diversas entidades do setor sobre a atual política de ação social escolar para o ensino superior.

Em 30 de maio de 2012, a Comissão organizou uma [Audição sobre "Carreiras e financiamento do sistema científico e tecnológico nacional e missões dos Laboratórios de Estado"](#). Para além dos Laboratórios do Estado e do Fórum dos respetivos Conselhos Científicos, foram ouvidos os seus parceiros externos e a comunidade científica, sobre as matérias das carreiras e financiamento do sistema científico e tecnológico nacional e as missões daqueles Laboratórios.

Foram [homenageados os cineastas](#) João Salaviza (Urso de Ouro para melhor curta-metragem do festival de Berlim), Miguel Gomes (prémio da crítica e da inovação em Berlim) e Gonçalo Tocha (prémio de Melhor Filme na secção Cinema do Futuro do Festival Internacional de Cinema Independente, em Buenos Aires), pelos prémios arrecadados, numa sessão que decorreu no dia 08 de junho de 2012.

Não se referem aqui outros eventos especiais promovidos por impulso dos Grupos de Trabalho (GT), os quais constam do ponto que lhes está destinado neste Relatório (Ponto 13).

11. Deslocações/ Representações

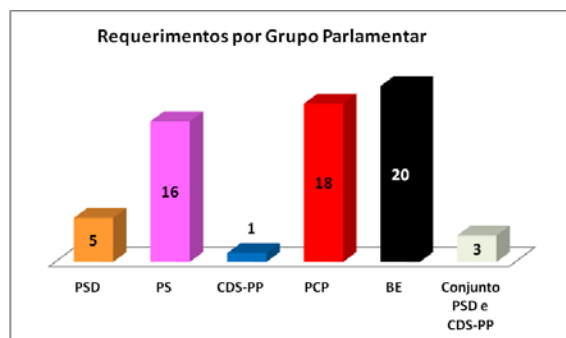
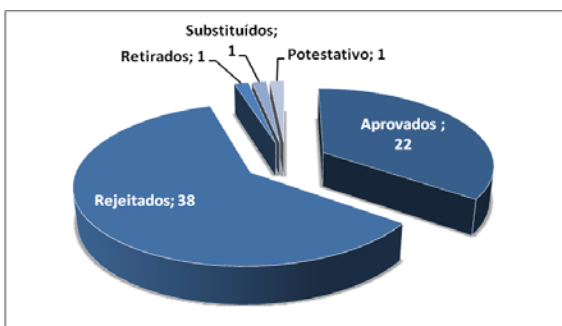
As [deslocações](#) realizadas no âmbito da Comissão, quer pelo seu Presidente, quer por alguns dos seus membros, totalizam 45, sendo que a maioria corresponde a representações da Assembleia da República, na sequência de convites que lhe foram dirigidos.

Importa aqui destacar as deslocações efetuadas pelo Presidente da Comissão a Bruxelas e a Tashkent (Uzbequistão), para participar na Conferência sobre Avaliação Tecnológica Parlamentar e na Conferência Internacional - "Upbringing of Educated and Intellectually Advanced Generation as the Most Important Condition of Sustainable Development and Modernization of the Country", respetivamente.

A Comissão organizou várias visitas de trabalho, através dos Grupos de Trabalho, que figuram no ponto relativo à atividade dos GT.

12. Requerimentos dos GP

No decurso desta Sessão Legislativa, foram apresentados e submetidos à apreciação e deliberação da Comissão 62 requerimentos, sendo que 34 solicitavam a audição de membros do Governo. Foram aprovados 22 requerimentos e rejeitados 38.



No final da Sessão, foi ainda apresentado um requerimento potestativo, por parte do BE, com vista à audição do Ministro da Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento do início do próximo ano letivo.

13. Grupos de Trabalho/Relatores

Tendo em vista o acompanhamento das diversas matérias que dizem respeito à 8ª Comissão, foi deliberado, no início da Sessão, constituir os seguintes Grupos de Trabalho:

- Desporto - Coordenador: Deputado Paulo Cavaleiro (PSD)
- Guimarães 2012- Capital Europeia da Cultura e Braga 2012 – Capital Europeia da Juventude - Coordenadora: Deputada Gabriela Canavilhas (PS)
- Educação Especial - Coordenadora: Deputada Margarida Almeida (PSD)
- Currículos dos Ensinos Básico e Secundário - Coordenadora: Deputada Maria José Castelo Branco (PSD)
- Parlamento dos Jovens - Coordenadora: Deputada Isilda Aguincha (PSD)

Foram ainda designados Relatores para o acompanhamento das seguintes matérias:

- Ciência - Deputada Ana Jorge, entretanto substituída pela Deputada Elza Pais (PS)
- Avaliação Tecnológica Parlamentar - Deputado Rui Jorge Santos (PS)
- Educação para o Empreendedorismo - Deputado Michael Seufert (CDS-PP)

Foi ainda constituído o [Grupo de Trabalho - Regime Jurídico da Cópia Privada](#), para apreciação do Projeto de Lei n.º 118/XII (PS), que *Aprova o regime jurídico da Cópia Privada e altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março*. Este Grupo de Trabalho efetuou audições a 16 entidades e concedeu 4 audiências a entidades do setor.

A atividade destes [Grupos de Trabalho](#) e dos Relatores consta dos respetivos Relatórios de Atividades apresentados à Comissão. Importa, no entanto, destacar algumas iniciativas destes GT:

Grupo de Trabalho do Desporto

COMPOSIÇÃO		
Nome	Grupo Parlamentar	Cargo
Paulo Cavaleiro	PSD	Coordenador
Pedro Pimpão	PSD	
Laurentino Dias	PS	
Artur Rêgo	CDS-PP	
Miguel Tiago	PCP	

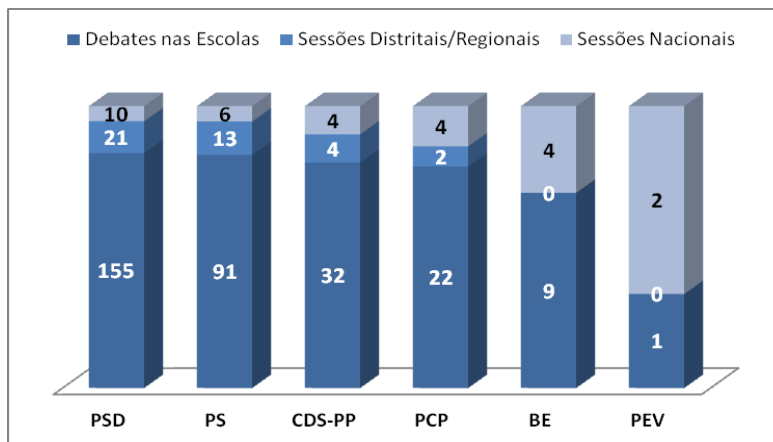
O Grupo de Trabalho do Desporto orientou a sua ação, nesta 1ª Sessão Legislativa, para o acompanhamento do projeto olímpico e paralímpico Londres 2012 e das políticas de alto rendimento, através da realização de [audições](#), [audiências](#) e [visitas de trabalho a Centros de Alto Rendimento](#). Para além disso, organizou uma [Conferência sobre “o alto rendimento desportivo, o projeto olímpico e paralímpico Londres 2012 e os desafios para os próximos ciclos olímpicos”](#), com o objetivo de recolher contributos das entidades, quer nacionais quer internacionais, tendo em conta os desafios que se colocam ao desporto de alto rendimento.

O Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho encontra-se disponível na [página internet](#) do respetivo GT.

Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens

Composição		
Nome	Grupo Parlamentar	Cargo
Isilda Aquincha	PSD	Coordenadora
Emília Santos	PSD	
Carlos Enes	PS	
Michael Seufert	CDS-PP	
Rita Rato	PCP	
Ana Drago	BE	
Heloísa Apolónia	PEV	

O [Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens](#) coordenou a participação dos Deputados nos debates a convite das escolas, que se realizaram durante os meses de novembro de 2011 a fevereiro de 2012, totalizando 310.



Coordenou ainda a participação dos Deputados noutras fases do programa, nomeadamente nas 40 sessões distritais (fevereiro e março), realizadas nos diversos círculos eleitorais, bem como nas sessões nacionais (maio).

O Grupo de Trabalho refletiu ainda sobre o funcionamento e a organização do programa, tendo apresentado propostas para a próxima edição, não apenas no que se refere aos temas a abordar, mas também à alteração dos regimentos.

De registar a evolução positiva em relação à participação das escolas, tendo-se registado, em 2012, um aumento em relação à edição anterior.

O Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho encontra-se disponível na [página internet](#) do respetivo GT.

Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário

Composição		
Nome	Grupo Parlamentar	Cargo
Maria José Castelo Branco	PSD	Coordenadora
Maria Ester Vargas	PSD	
Acácio Pinto	PS	
Inês Teotónio Pereira	CDS-PP	
Rita Rato	PCP	
Ana Drago	BE	

Para além das [visitas de trabalho](#) à Escola da Ponte e ao Colégio dos Carvalhos e das [audiências](#) que efetuou ao longo da Sessão, o [Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário](#) organizou uma [Audição Pública sobre Reorganização Curricular](#), na sequência da apresentação, pelo Ministério da Educação e Ciência, de uma proposta de revisão da estrutura curricular, e uma [conferência sobre Autonomia e inovação curricular: olhares diferenciados](#), em colaboração com o Conselho Nacional de Educação, procurando, desta forma, refletir e debater a questão dos currículos dos ensinos básico e secundário.

O Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho encontra-se disponível na [página internet](#) do respetivo GT.

Grupo de Trabalho da Educação Especial

Composição		
Nome	Grupo Parlamentar	Cargo
Margarida Almeida	PSD	Coordenadora
Maria Manuela Tender	PSD	
Jacinto Serrão	PS	
Inês Teotónio Pereira	CDS-PP	
Rita Rato	PCP	
Ana Drago	BE	

O [Grupo de Trabalho da Educação Especial](#) realizou uma [Conferência sobre Educação Especial](#) e uma [Audição Pública](#), procurando desta forma recolher o maior número possível de contributos, tendo em vista a ponderação do suporte legislativo aprovado em 2008.

Para além destas iniciativas, que foram muito concorridas, o GT efetuou visitas de trabalho ao [Agrupamento de Escolas Terras de Laru \(Cruz de Pau\)](#) e ao [Colégio Eduardo Claparède](#), a fim de os membros do GT tomarem conhecimento das realidades destas comunidades educativas *in loco*. Realizou ainda [audições](#) (7) com vários parceiros ligados à Educação

Especial. Os [contributos](#) escritos recebidos no Grupo de Trabalho encontram-se disponíveis na página do respetivo GT.

O Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho pode ser consultado na [página internet](#) do respetivo GT.

Grupo de Trabalho Guimarães 2012–Capital Europeia da Cultura” e “Braga–Capital Europeia da Juventude 2012

Composição		
Nome	Grupo Parlamentar	Cargo
Maria Gabriela Canavilhas	PS	Coordenadora
Emídio Guerreiro	PSD	
Pedro Delgado Alves	PS	
Altino Bessa	CDS-PP	
Miguel Tiago	PCP	
Catarina Martins	BE	

A coordenadora do [Grupo de Trabalho](#) realizou duas reuniões de trabalho com o Conselho de Administração da Fundação Bracara Augusta e uma com o Conselho de Administração da Fundação Guimarães 2012, tendo assistido a vários eventos inseridos na programação destas iniciativas.

Relatora para a Ciência

A Relatora para a Ciência - Deputada Elza Pais (PS) - realizou um conjunto de iniciativas, de entre as quais se destacam a [Audição Pública subordinada ao tema Carreiras e financiamento do sistema científico e tecnológico nacional e missões dos Laboratórios de Estado, e uma audição com as parcerias internacionais](#) (University of Texas at Austin; Carnegie Mellon University; Harvard Medical School; Massachusetts Institute of Technology e também a Fundação para a Ciência e Tecnologia). Efetuou ainda 7 audições e concedeu 6 audiências, cuja informação detalhada se encontra no respetivo Relatório de Atividades.

O Relatório de Atividades elaborado pela Relatora da Ciência pode ser consultado na página da Comissão.

Avaliação Tecnológica Parlamentar

O Relator para a Avaliação Tecnológica Parlamentar - Deputado Rui Jorge Santos (PS) – participou na [Reunião da European Parliamentary Technology Assessment \(EPTA\)](#), em Barcelona, em maio de 2012, e recebeu em [audiência](#), em abril 2012, a investigadora Mara Almeida – Coordenadora Nacional do projeto Parliaments and Civil Society in Technology Assessment (PACITA). Apresentou ainda um relatório, que foi aprovado em parte, tendo os restantes pontos sido submetidos à apreciação prévia da Senhora Presidente da Assembleia da República e do Conselho de Administração.

Palácio de S. Bento, 24 de julho de 2012

Introdução

O presente Relatório de Atividades diz respeito aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Saúde (CS) de 6 de julho de 2011 até 25 de julho de 2012.

As atividades levadas a cabo pela Comissão enquadram-se, quer no cumprimento do respetivo [Plano de Atividades](#) quer no seguimento de iniciativas supervenientes dos Grupos Parlamentares, no âmbito das competências da Comissão, com enfoque, nomeadamente, no acesso à saúde, no acompanhamento dos cuidados de saúde primários, continuados e paliativos, do Plano Nacional de Saúde, da política do medicamento e da qualidade dos cuidados de saúde, nos hospitais e gestão hospitalar e na toxicodependência.

Sem detrimento do exercício integral de tais competências, a Comissão de Saúde elegeu como tema prioritário para acompanhamento na 1.^a Sessão Legislativa a *«qualidade e acesso aos cuidados e prestação de serviços de saúde»*, bem como outras matérias conexas com o processo legislativo em curso na Comissão, a saber, diretivas antecipadas de vontade ou testamento vital, patentes de medicamentos, cuidados paliativos, prescrição por DCI, desmaterialização dos certificados médicos de óbito, procriação medicamente assistida, Estatuto do dador de sangue e farmácias de oficina, bem como áreas temáticas, como o acompanhamento da problemática do VIH-Sida e do álcool e toxicodependência.

O Relatório é composto por onze pontos onde se abordam, de forma muito sintética, as atividades desenvolvidas ao longo desta 1.^a Sessão, encontrando-se nos XII anexos, que farão parte integrante do presente Relatório, os respetivos detalhes. Realce-se que toda a atividade da Comissão, bem como dos Grupos de Trabalho e dos autores dos Pareceres, se encontra publicitada na respetiva página da internet, quanto a reuniões e respetivas atas, processo legislativo, petições, audiências, audições, deslocações e eventos.

1. Organização Interna

No início da XII Legislatura, a 6 de julho de 2011, foram eleitos, como Presidente da Comissão, a Deputada Maria Antónia de Almeida Santos e, como Vice-Presidentes, os Deputados Couto dos Santos e João Semedo. A Comissão Parlamentar de Saúde é constituída por 23 Deputados (e igual número de suplentes), repartidos da seguinte forma: 11 do PSD, 7 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do BE e 1 do PEV.

Foram criados no âmbito da Comissão 2 Grupos de Trabalho (GT) temáticos e 8 no âmbito do processo legislativo.

Grupos de Trabalho

GT Temáticos:

- GT Acompanhamento da Problemática do VIH/Sida
- GT Álcool e Toxicod dependência

GT Processo Legislativo:

- GT Medicamentos – patentes (PJL 30 BE e PPL 13, XII 1.^a)
- GT Prescrição por DCI (PJLs 54 BE, 80 PCP, 93 PS e PPL 28 GOV, XII 1.^a)
- GT Desmaterialização dos Certificados Médicos de Óbito (PPL 33 GOV, XII 1.^a)
- GT Diretivas Antecipadas de Vontade ou Testamento Vital (PJLs 21 BE, 62 PS, 63 PSD e 64 CDS-PP, XII 1.^a)
- GT Cuidados Paliativos (PJL 65 XII 1.^a CDS-PP)
- GT Procriação Medicamente Assistida (PJLs 131 PS e 138 PSD, XII 1.^a)
- GT Estatuto do Dador de Sangue (PJLs 139 PCP e 140 BE, XII 1.^a)
- GT Farmácias de Oficina (PPL 67 XII 1.^a GOV)

2. Reuniões

REUNIÕES DA COMISSÃO

Durante o período em análise a Comissão de Saúde efetuou **56 reuniões**, distribuídas conforme se segue:

Mês	Dia	Total
Julho	6, 13, 20 e 27	4
Agosto	3, 4, 30 e 31	4
Setembro	7, 14, 21 e 28	4
Outubro	12, 13, 19, 26 e 27	5
Novembro	3, 9, 15*, 22 e 30	5
Dezembro	7, 14 e 21	3
Janeiro	4, 11, 18, 25 e 26	5
Fevereiro	1, 8, 15, 22 e 29	5
Março	7, 14, 21 e 28	4
Abril	4, 11 e 18	3
Maiο	2, 9, 16, 23 e 30	5
Junho	6, 14, 20, 26 e 27	5
Julho	4, 11, 18 (2) e 25	5
TOTAL		57

*A reunião do dia 15 de novembro realizou-se em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças Administração Pública, e teve a presença do Ministro da Saúde e Secretários de Estado.

REUNIÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

No que se refere às reuniões dos Grupos de Trabalho, realizaram-se:

- GT VIH/SIDA - 4 reuniões;
- GT Álcool e Toxicodependência - 10;
- GT Medicamentos - Patentes - 3 reuniões; *encerrado*
- GT Prescrição por DCI - 5 reuniões; *encerrado*
- GT Desmaterialização dos Certificados Médicos de Óbito – 3 reuniões; *encerrado*
- GT DAV ou TV – 19 reuniões; *encerrado*
- GT Cuidados Paliativos - 8 reuniões;
- GT Procriação Medicamente Assistida – 3 reuniões;
- GT Estatuto do Dador de Sangue – 5 reuniões;
- GT Farmácias de Oficina- 3 reuniões. **(inclui a do dia 24-7)**

3. Iniciativas Legislativas

Foram distribuídos de acordo com as regras de alternância entre os Grupos Parlamentares, consensualmente estabelecidas, **21 Projetos de Lei** (P JL), tendo sido objeto de Parecer na generalidade **17** e ficando apenas por elaborar **4** Pareceres (*anexo I*, com identificação e ponto de situação). Baixou à Comissão, a 17 de julho, **1** projeto de lei relativamente ao qual não foi ainda designado o Deputado que irá elaborar Parecer.

De notar terem sido agendados para discussão na generalidade em Plenário, antes da sua apreciação em Comissão, **12 Projetos de Lei**.

Deram entrada **6 Propostas de Lei**, tendo sido todas objeto de Parecer na generalidade (*anexo II*);

Existem **6** iniciativas (5 projetos de lei e 1 proposta de lei) pendentes de discussão e votação na especialidade, que são referentes às DAV/TV, Cuidados Paliativos, PMA, Estatuto do Dador de Sangue e Farmácias de Oficina.

Foram aprovados **4 Textos Finais em Comissão**, sobre medicamentos e patentes, prescrição de medicamentos por DCI, desmaterialização dos certificados médicos de óbito e diretivas antecipadas de vontade/testamento vital, tendo sido todos objeto de aprovação final global em Plenário (V. *anexos I e II*).

No tocante aos **Projetos de Resolução** (PJR), foram discutidos em Comissão **10** (*anexo III*) e baixou à Comissão e foi discutida **1 Apreciação Parlamentar** (*anexo IV*).

4. Iniciativas Europeias

Foram distribuídas e objeto de Parecer, de acordo com as regras de alternância entre os Grupos Parlamentares consensualmente estabelecidas, **8 iniciativas europeias** (*anexo V*).

5. Outros Pareceres

A Comissão de Saúde foi chamada a emitir parecer sobre **5** documentos (*anexo VI*).

6. Relatórios de Petições

Nesta 1.^a Sessão Legislativa deram entrada **26 Petições** (*anexo VII*), a que acrescem **6** pendentes da XI Legislatura, tendo sido elaborados e aprovados os Relatórios Finais relativamente a **24**. Assim, estão pendentes **8** Petições.

7. Audições

Durante a 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura, a Comissão de Saúde realizou **28 audições**, assim discriminadas:

- *Governamentais (anexo VIII):*
 - **4 audições ordinárias** com o Ministro da Saúde, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do RAR, a 7-09-2011, 4-4-2012 e 26-6-2012, sobre política geral de saúde e a 15-11-2011 sobre o OE 2010;
 - **1 audição, por requerimento potestativo do PCP**, a 1-2-2012;
 - **1 audição, por requerimento potestativo do BE, a 25-7-2012.**

Com entidades do sector (*anexo IX*):

- **23 audições**, com entidades ligadas ao sector da saúde, designadamente ordens profissionais, associações e personalidades.

8. Audiências

Conforme se constata no *anexo X*, a Comissão de Saúde realizou um total de **27 audiências**, em Comissão.

9. Grupos de Trabalho – audições e audiências

Em sede de **Grupos de Trabalho** tiveram lugar as seguintes audições (*anexo XI*):

GT VIH/Sida – 3

GT Álcool e Toxicodependência – 6

GT Prescrição por DCI – 6

GT Desmaterialização dos Certificados de Óbito – 1

GT Cuidados Paliativos – 8

GT PMA – 3

GT Farmácias de Oficina - 2

Em sede de **Grupos de Trabalho** tiveram lugar as seguintes audiências (*anexo XII*):

GT Álcool e Toxicodependência – 2

GT DAV ou TV – 1

GT Estatuto do Dador de Sangue - 2

10. Visitas de Trabalho e Eventos

Foi efetuada pela Comissão **1 visita de trabalho** a 6 de março de 2012, ao **Hospital de Braga** e à **ERS - Porto**, para tomar conhecimento dos problemas destas entidades.

O **Grupo de Trabalho do Álcool e Toxicodependência** realizou três visitas no âmbito das suas atividades, ao IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência a 8 de novembro de 2011 e ao OEDT- Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência e à Associação Vitae a 15 de maio de 2012.

11. Outras Iniciativas da Comissão

De ressaltar, ainda, que o Presidente, os Vice-Presidentes e diversos Deputados da Comissão de Saúde representaram a Comissão, na sequência de convite nesse sentido, em múltiplas iniciativas, quer na Assembleia da República, quer em eventos no exterior, realizados por iniciativa de diversas entidades, especialmente do sector da Saúde.

Lisboa, 25 de julho de 2012

A Presidente da Comissão

(Maria Antónia de Almeida Santos)

ANEXO I

PROJETOS DE LEI

N.º	Relator	Assunto	Ponto de situação
19 XII 1.º BE	Manuel Pizarro PS	Alargamento do regime especial de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos a todos os beneficiários com baixo rendimento	Aprovado parecer em Comissão a 3-11-2011
21 XII 1.º BE	Nuno Reis PSD	Regula o direito dos cidadãos a decidirem sobre a prestação futura de cuidados de saúde, em caso de incapacidade de exprimirem a sua vontade, e cria o Registo Nacional de Testamento Vital (RENTEV)	Aprovado parecer em Comissão a 14-9-2011 Aprovado texto final em Comissão 30-5-2012 <u>Aprovação final global em Plenário</u> a 1-6-2012 Lei n.º 25/2012 de 16-7
22 XII 1.º BE	Isabel Galriça Neto CDS-PP	Consagra o direito dos cidadãos aos cuidados paliativos, define a responsabilidade do Estado em matéria de cuidados paliativos e cria a Rede Nacional de Cuidados Paliativos	Aprovado parecer em Comissão a 14-9-2011 <u>Rejeitado</u> em Plenário de 16-9-2011
30 XII 1.º BE	Luisa Salgueiro PS	Clarificação das situações em que uma autorização de um medicamento para uso humano pode ser indeferida, suspensa, revogada ou alterada	Aprovado parecer em Comissão a 14-9-2011 Aprovado texto final em Comissão 27-10-2011 <u>Aprovação final global em Plenário</u> de 28-10-2011 Lei n.º 62/2011 de 12-12
37 XII 1.º PCP	Carina Oliveira PSD	Revogação das taxas moderadoras	Aprovado parecer em Comissão a 19-10-2011 <u>Rejeitado</u> em Plenário de 28-10-2011
54 XII 1.º BE	José Luís Ferreira PEV	Estabelece a obrigatoriedade de prescrição por DCI	Aprovado parecer em Comissão a 28-9-2011 Aprovado texto final em Comissão 26-1-2012 <u>Aprovação final global em Plenário</u> de 27-1-2012 Lei n.º 11/2012 de 8-3
55 XII 1.º BE	Teresa Caeiro CDS-PP	Estabelece a obrigatoriedade da dispensa do medicamento mais barato, salvo em casos excecionais	Aprovado parecer em Comissão a 28-9-2011 <u>Rejeitado</u> em Plenário de 28-10-2011

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

57 XII 1.º PS (Comissão competente - Educação, Ciência e Cultura)	Conceição Caldeira PSD	Consagra o regime de fruta escolar	Aprovado Parecer em Comissão a 19-10-2011 <u>Rejeitado</u> em Plenário de 13-1-2012
62 XII 1.º PS	-----	Regime das diretivas antecipadas de vontade/Registo Nacional	Aprovado texto final em Comissão 30-5-2012 <u>Aprovação final global</u> em Plenário a 1-6-2012 Lei n.º 25/2012 de 16-7
63 XII 1.º PSD	-----	Regime das diretivas antecipadas de vontade	Aprovado texto final em Comissão 30-5-2012 <u>Aprovação final global</u> em Plenário a 1-6-2012 Lei n.º 25/2012 de 16-7
64 XII 1.º CDS-PP	-----	Regime das diretivas antecipadas de vontade/Registo Nacional	Aprovado texto final em Comissão 30-5-2012 <u>Aprovação final global</u> em Plenário a 1-6-2012 Lei n.º 25/2012 de 16-7
65 XII 1.º CDS-PP	-----	Lei de Bases dos Cuidados Paliativos	Baixou à Comissão na especialidade a 16-9-2011
66 XII 1.º BE (Comissão competente - Segurança Social e Trabalho)	André Figueiredo PS	Antecipação da idade da reforma para os deficientes visuais	Aprovado parecer em Comissão a 19-10-2011 Baixou à Comissão de Seg. Social e Trabalho para nova apreciação na generalidade
73 XII 1.º BE (TB. Comissão de Economia e Obras Públicas)	Laura Esperança PSD	Medidas para reforçar o rigor e transparência do PVP	Aprovado parecer em Comissão a 26-10-2011 <u>Rejeitado</u> em Plenário de 28-10-2011
74 XII 1.º BE (TB. Comissão de Economia e Obras Públicas)	Laura Esperança PSD	Atribuição das competências, em matéria de medicamento, ao Infarmed	Aprovado parecer em Comissão a 26-10-2011 <u>Rejeitado</u> em Plenário de 28-10-2011
80 XII 1.º PCP	Ricardo Leite PSD	Institui a prescrição por DCI como regra no SNS	Aprovado parecer em Comissão a 26-10-2011 Aprovado texto final em Comissão 26-1-2012 <u>Aprovação final global</u> em Plenário de 27-1-2012 Lei n.º 11/2012 de 8-3

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

88 XII 1.º BE	Luisa Salgueiro PS	Extinção das taxas moderadoras	Aprovado parecer em Comissão a 26-10-2011 <u>Rejeitado</u> em Plenário de 28-10-2011
93 XII 1.º PS	-----	Prescrição por DCI	Aprovado texto final em Comissão 26-1-2012 <u>Aprovação final global</u> em Plenário de 27-1-2012 Lei n.º 11/2012 de 8-3
100 XII 1.º BE	Nuno Reis PSD	Acesso a todas as mulheres à PMA e maternidade de substituição (altera a Lei 32/2006, alterada pela 59/2007)	Retirado a 21-12-2011
101 XII 1.º PSD (Comissão competente - CACDLG)	Elza Pais PS	Alteração da tabela com as substâncias psicotrópicas	Aprovado parecer em Comissão a 4-1-2012
122 XII 1.º BE	Nuno Reis PSD	Garante o acesso de todas as mulheres à PMA e regula o recurso à maternidade de substituição, procedendo à 2.ª alteração à lei n.º 32/2006, de 26-7, alterada pela lei n.º 59/2007, de 4-9	Aprovado parecer em Comissão a 18-1-2012 <u>Rejeitado</u> Plenário 20-1-2012
131 XII 1.º PS	-----	PMA	Baixou à Comissão sem votação na generalidade a 20-1-2012 por 90 dias + 90 + 90
137 XII 1.º PS	-----	PMA	<u>Rejeitado</u> em Plenário 20-1-2012
138 XII 1.º PSD	-----	PMA	Baixou à Comissão sem votação na generalidade a 20-1-2012 por 90 dias + 90 + 90
139 XII 1.º PCP	-----	Estatuto do Dador de Sangue	Baixou à Comissão sem votação na generalidade a 20-1-2012 por 15 dias+75+90+90
140 XII 1.º BE	-----	Estatuto do Dador de Sangue	Baixou à Comissão sem votação na generalidade a 20-1-2012 por 90 dias + 90 + 90
187 XII 1.º BE	Ricardo Leite PSD	Regime de comparticipação de medicamentos destinados a portadores de ictiose	<i>Aguarda Parecer</i>
192 XII 1.º CDS-PP (Comissão competente -Segurança Social e Trabalho)	Luísa Salgueiro PS	Cria a Ordem dos Fisioterapeutas	<i>Aguarda Parecer</i>
193 XII 1.º PEV (Comissão competente - Ética, Cid. e Comunicação)	-----	Altera o Código da Publicidade, no sentido da regulação da publicidade a produtos alimentares dirigida a crianças e jovens	Votado em Plenário de dia 9-3-2012, por arrastamento Baixou na especialidade à Comissão de Ética a 9-3-2012

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

195 XII 1.ª PS (Comissão competente - Ética, Cid. e Comunicação)	-----	Procede à 13.ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo DL n.º 330/90, de 23-10, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares	Votado em Plenário de dia 9-3-2012, por arrastamento Baixou na especialidade à Comissão de Ética a 9-3-2012
196 XII 1.ª BE	Luís Vales PSD	Isenção de pagamento de atestado multiuso de incapacidade emitido por Junta Médica para isenção de taxas moderadoras	Aprovado parecer em Comissão a 4-4-2012 <u>Rejeitado</u> em Plenário a 5-4-2012
220 XII 1.ª PS	Miguel Santos PSD	Procede à 1.ª alteração ao DL n.º 113/2011, de 29-11, que regula o acesso às prestações do SNS por parte dos utentes no que respeita ao regime das taxas moderadoras e à aplicação de regimes especiais de benefícios	Aprovado Parecer em Comissão a 16-5-2012 <u>Rejeitado</u> em Plenário a 18-5-2012
231 XII 1.ª PCP NT	Graça Mota PSD	Revoga as USF modelo C (1.ª alteração ao DL n.º 298/2007, de 22-8 ...)	<i>Aguarda Parecer</i>
234 XII 1.ª BE	Luísa Salgueiro PS	Regime especial de comparticipação de medicamentos destinados a portadores de doenças raras	<u>Rejeitado</u> em Plenário no dia 13-7-2012
268 XII 1.ª PCP		Critérios de atribuição do transporte de doentes não urgentes	<i>Ainda não foi distribuído em Comissão, para elaboração de Parecer</i>

PROPOSTAS DE LEI

N.º	Relator	Assunto	Ponto de situação
PPL n.º 13 XII 1.º	Luís Vales PSD	Cria um regime de composição de litígios / medicamentos genéricos	Aprovado Parecer em Comissão a 14-9-2011 Aprovado Texto Final na CS na especialidade 27-10-2011 <u>Aprovação final global em Plenário 28-10-2011</u> Lei n.º 62/2011 de 12-12
PPL n.º 23 XII 1.º (Comissão competente - CACDLG)	Filipe Neto Brandão PS	Tratamento de bases de dados pessoais de saúde	Aprovado Parecer em Comissão a 13-10-2011 Aprovado em Plenário de 13-10-2011 Baixou à CACDLG na especialidade
PPL n.º 27 XII 1.º (Comissão competente - COFAP)	João Semedo BE	OE 2012	Aprovado Parecer em Comissão a 27-10-2011 Lei n.º 64-B/2011 Supl. 31-12-2011
PPL n.º 28 XII 1.º	Nuno Reis PSD	Prescrição por DCI	Aprovado Parecer em Comissão a 26-10-2011 Aprovado texto final em Comissão 26-1-2012 <u>Aprovação final global</u> Plenário 27-1-2012 Lei n.º 11/2012 de 8-3
PPL n.º 33 XII 1.º	Paula Santos PCP	Sistema de Informação dos Certificados de Óbito	Aprovado parecer em Comissão a 7-12-2011 Aprovado Texto Final na especialidade em Comissão 8-2-2012 <u>Aprovação final global</u> Plenário 10-2-2012 Lei n.º 15/2012 de 3-4
PPL n.º 67 XII 1.º	Paula Santos PCP	Procede à 3.ª alteração ao DL n.º 307/2007, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico das farmácias de oficina	Aprovado Parecer em Comissão a 4-7-2012

PROJETOS DE RESOLUÇÃO DISCUTIDOS EM COMISSÃO

N.º	Assunto	Ponto de situação
42 XII 1.º BE	Recomenda ao Governo a regulamentação da Lei n.º 45/2003, de 22 de Agosto, relativa ao enquadramento base das terapêuticas não convencionais	Discussão em Comissão a 31-8-2011
55 XII 1.º BE	Recomenda ao Governo a aprovação, pela AR, do Plano Nacional de Saúde	Discussão em Comissão a 21-9-2011
133 XII 1.º Comissão	VIH Sida	Discussão em Comissão a 30-11-2011
216 XII 1.º PCP	Suspensão do processo de reestruturação do Centro Hospitalar do Médio Tejo	Discussão em Comissão a 14-3-2012
250/XII 1.º PCP	Reforço das vagas do concurso B para ingresso no internato médico	Discussão em Comissão a 14-3-2012
256 XII 1.º BE	Recomenda ao Governo que instale uma unidade de cuidados paliativos para crianças e adolescentes nas instalações do Hospital Maria Pia, no Porto	Discussão em Comissão a 16-5-2012
366 XII 1.º PCP	Anula o concurso público para a contratação de médicos através das empresas de trabalho temporário	Discussão em Comissão a 4-7-2012
372/XII 1.º PCP	Pela suspensão do processo de reestruturação dos serviços públicos de combate à toxicodependência e alcoolismo	Discussão em Comissão a 11-7-2012
375/XII 1.º BE	Recomenda ao Governo a manutenção em funcionamento da Maternidade Alfredo da Costa	Discussão em Comissão a 11-7-2012
387/XII 1.º PCP	Recomenda a defesa da Maternidade Alfredo da Costa, como unidade autónoma de referência na saúde materno-infantil	Discussão em Comissão a 11-7-2012

PROJETOS DE RESOLUÇÃO QUE AGUARDAM AGENDAMENTO PARA DISCUSSÃO EM COMISSÃO

ANEXO IV

N.º	Assunto	Ponto de situação
35 XII 1.º PCP	Propõe a correção do sub - financiamento do Hospital do Espírito Santos em Évora e a revisão das regras previstas no respetivo contrato programa	
36 XII 1.º PCP	Propõe medidas que garantam a construção do novo Hospital em Évora	
93 XII 1.º PCP	Construção urgente do Hospital no concelho do Seixal	
129 XII 1.º BE	Regulamentação urgente da atividade e do exercício de pessoal do quadro não farmacêutico	
152 XII 1.º BE	Prorrogação dos contratos de trabalho a termo dos profissionais das USF	
242 XII 1.º PEV	Revogação do encerramento de serviços no hospital de S. Paulo em Serpa - distrito de Beja	
362 XII 1.º PCP	Rejeição da proposta de reorganização dos cuidados hospitalares na Região Oeste	
399 XII 1.º CDS-PP	Recomenda ao Governo a elaboração de um estudo no sentido de aferir de que forma as unidades de refª em termos de cuidados de saúde pediátricos poderão vir a contemplar a valência de cuidados paliativos	
414 XII 1.º PS	Recomenda ao Governo o estabelecimento de isenção das taxas moderadoras para os cidadãos portadores de fibrose quística	
415 XII 1.º BE	Recomenda ao Governo que reflita no PVP afixado nas embalagens de medicamentos dispensados pelas farmácias de oficina a dedução obrigatória de 6% sobre o PVP máximo autorizado.	

APRECIÇÕES PARLAMENTARES

N.º	Assunto	Ponto de situação
19/XII (1.ª) PCP	DL n.º 106/2012, de 17 de maio, procede à primeira alteração ao DL n.º 8/2011, de 11 de janeiro, que aprova os valores devidos pelo pagamento de atos das autoridades de saúde e de serviços prestados por outros profissionais de saúde pública	Discussão em Comissão a 4-7-2012 Rejeitada a proposta de alteração apresentada pelo PCP

ANEXO V

INICIATIVAS EUROPEIAS

Designação	Relator	Situação
Programa de Saúde e Crescimento 2014-2020 COM (2011) 709	António Serrano PS	Aprovado parecer em Comissão a 21-12-2011 e enviado à CAE
Regulamento sobre informação ao público sobre medicamentos para uso humano, sujeitos a receita médica e farmacovigilância COM (2011) 632 e 633	António Serrano PS	Aprovado parecer na Comissão a 4-1-2012 e enviado à CAE
Ameaças sanitárias transfronteiriças graves COM (2011) 866	João Semedo BE	Aprovado parecer na Comissão 8-2-2012 e enviado à CAE
Programa de Trabalho da União Europeia 2012 COM (2011) 877	Conceição Bessa Ruão PSD	Aprovado parecer na Comissão 18-1-2012 e enviado à CAE
Regulamento sobre informação ao público sobre medicamentos para uso humano, sujeitos a receita médica COM (2012) 48 e 49	António Serrano PS	Aprovado parecer em Comissão a 14-3-2012 e enviado à CAE
Transparência das medidas que regulamentam os preços dos medicamentos para uso humano e sua inclusão nos sistemas nacionais de saúde COM (2012) 84	Miguel Santos PSD	Aprovado parecer em Comissão a 11-4-2012 e enviado à CAE

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

Normas de segurança de base relativas à proteção contra a exposição a radiações ionizantes COM (2012) 242	João Semedo BE	<i>Aguarda Parecer</i>
--	-----------------------	------------------------

ANEXO VI

OUTROS PARECERES E RELATÓRIOS

Designação	Relator	Situação
Relatório do Ministério da Saúde (acesso aos cuidados de saúde) relativo a 2010	António Serrano PS	Aprovado Parecer em Comissão a 12-10-2011
Relatório do Governo - Participação de Portugal na U E - 2010	Elza Pais PS	Aprovado Parecer em Comissão a 12-10-2011
Conta Geral do Estado 2010	José Luís Ferreira PEV	Aprovado parecer na Comissão 22-2-2012 e enviado à COF
Relatório do Governo: Participação de Portugal na U E - 2011	Serpa Oliva CDS-PP	Aprovado parecer na Comissão a 16-5-2012
Relatório do Ministério da Saúde (acesso aos cuidados de saúde) relativo a 2011	Teresa Caeiro CDS-PP	Aprovado parecer na Comissão a 18-7-2012

ANEXO VII

PETIÇÕES

N.º	Peticionário	Assunto	Relator	Ponto da Situação
93/XI (2.º)	Grupo de Doentes com Fibromialgia	Pretende o reconhecimento da Fibromialgia como Doença Crónica e Incapacitante	Luís Vales (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 19-10-2011
116/XI (2.º)	Presidente da Direção da Associação de doente com Lupus - Rosa Maria Chaves Gonçalves	Pretendem a manutenção dos preços de Venda ao Público nas Embalagens dos Medicamentos Comparticipados	Serpa Oliva (CDS-PP)	Relatório final aprovado na reunião de 06-06-2012
123/XI (2.º)	Comissão de Utentes da Extensão de Saúde de Vale de S. Cosme - Emília Elisabete Silva Morais	Pretendem a manutenção da Extensão de Saúde de Vale S. Cosme, dos horários de funcionamento ou transferência de quaisquer serviços médicos ou de enfermagem e construção de uma nova unidade de saúde para substituição da atual	Luísa Salgueiro (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 14-12-2011
150/XI (2.º)	Associação dos Dadores de Sangue do Distrito de Viana do Castelo	Pretendem a apreciação e discussão do Projeto de Estatuto do Dador de Sangue	Manuela Tender (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 26-10-2011
157/XI (2.º)	Federação Portuguesa pela Vida	Solicita a Avaliação da Realidade do Aborto em Portugal	Conceição Bessa (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 30-05-2012
179/XI (2.º)	José Maria de Oliveira Moreira	Pretende a reorganização dos serviços de saúde no Concelho do Bombarral	Maria da Conceição Pereira (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 30-05-2012
13/XII (1.º)	João Miguel Fernandes Rebelo	Pretende a prescrição de medicamentos genéricos	Graça Mota (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 07-12-2011
16/XII (1.º)	Presidente da Câmara Municipal de Seia	Pretendem o encerramento de Extensões de Saúde no Concelho de Seia	Carlos Peixoto (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 21-12-2011

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

17/XII (1.º)	Nuno Alexandre Pinto Ribeiro	Pretendem que as embalagens de açucar de 12 gramas passem a conter o máximo de 6 gramas (Decreto-Lei nº. 290/2003 de 15 de Novembro)	Manuel Pizarro (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 18-01-2011
29/XII (1.º)	Alexandre Moura e Silva Nogueira Pestana	Pretende o fim do atual regime de enquadramento da IVG	Graça Mota (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 23-05-2012
39/XII (1.º)	Vítor Andrade da Rocha e outros	Pretendem a acessibilidade dos cidadãos ao exercício pleno das competências dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica	Elsa Cordeiro (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 06-06-2012
41/XII (1.º)	Sérgio Guimarães Duarte e outros	Pretendem medidas para que todos os portadores de Paramiloidose em fase inicial da doença, possam iniciar o tratamento com Tafamidis	Manuel Pizarro (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 11-01-2012
42/XII (1.º)	Paulo Alexandre Pereira e outros	Pretendem a criação e aprovação do estatuto do doente crónico, tal como a Tabela Nacional de Incapacidade e Funcionalidades na Saúde	Conceição Bessa Ruão (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 09-05-2012
71/XII (1.º)	João Manuel Rocha da Silva - Presidente da Câmara Municipal de Serpa	Solicitam a manutenção e reposição dos serviços do hospital de S. Paulo, em Serpa	Elsa Cordeiro (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 06-06-2012
72/XII (1.º)	José Jerónimo Macedo de Matos Fernandes	Solicita o sancionamento da prática reiterada de atos de má gestão e desadequados às funções do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Vila do Conde	Luis Vales (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 07-03-2012
73/XII (1.º)	Comissão de Utentes do Centro de Saúde de Torre de Moncorvo	Solicitam a reabertura do Serviço de Atendimento permanente no Centro de Saúde de Torre de Moncorvo e o reforço dos meios humanos e técnicos, de forma a garantir que os serviços prestados nos Cuidado Primários e diferenciados estejam ao nível das exigências que a Lei estabelece e que o direito e a saúde impõem	Manuela Tender (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 02-05-2012

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

74/XII (1.º)	Associação Nacional das Unidades de Saúde Familiar	Pretendem a garantia de que nenhum profissional das USF possa ser excluído da equipa USF	Luísa Salgueiro (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 09-05-2012
78/XII (1.º)	Carolina Maria Pereira dos Santos Mosca	Impacto da legislação aprovada na sustentabilidade financeira das Farmácias e Serviços Públicos	Paula Santos (PCP)	Relatório final aprovado na reunião de 30-05-2012
89/XII (1.º)	Associação de Dadores de Sangue do Distrito de Viana do Castelo	Solicitam a isenção de Taxas Moderadoras dos Dadores de Sangue	João Serpa Oliva (CDS-PP)	Relatório final aprovado na reunião de 18-04-2012
99/XII (1.º)	Rosa Maria da Conceição Freitas Santos (Membro da Assembleia Municipal de Tomar)	Solicitam a suspensão imediata do processo de reorganização do Centro Hospitalar do Médio Tejo	Carina Oliveira (PSD)	Relatório final aprovado na reunião de 04-07-2012
103/XII (1.º)	Comissão de Utentes de Saúde da Baixa da Banheira	Solicitam a construção de um Novo Centro de Saúde para a Baixa da Banheira	António Serrano (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 23-05-2012
105/XII (1.º)	Pedro André Henriques Fortunato (Câmara Municipal de Torres Vedras)	Pretendem que o Ministro da Saúde reavalie a reforma que pretende levar a cabo nos Serviços de Saúde do Oeste, criando um único Centro Hospitalar	André Figueiredo (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 16-05-2012
108/XII (1.º)	Pedro de Almeida Soares	Pela manutenção do Centro de Saúde das Termas de Caldelas	Laura Esperança (PSD)	Pendente em Comissão
109/XII (1.º)	Maria Júlia de Carvalho - Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Cidade - Associação para a Cidadania das Caldas da Rainha	Pretendem a manutenção do Hospital das Caldas da Rainha	André Figueiredo (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 16-05-2012
115/XII (1.º)	USF BRÁS OLEIROS	Solicitam a não exclusão de uma profissional da USF	Luísa Salgueiro (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 09-05-2012

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

116/XII (1.º)	José António Matias e outros	Pretendem a manutenção de todos os serviços do Centro Hospitalar de Torres Vedras, assim como o reforço financeiro e o reforço do número de profissionais de saúde	André Figueiredo (PS)	Relatório final aprovado na reunião de 16-05-2012
118/XII (1.º)	Utentes de Saúde dos Concelhos de Alcobaça e Nazaré	Solicitam a manutenção em atividade plena da unidade Hospitalar de Alcobaça	Conceição Pereira (PSD)	Pendente em Comissão
121/XII (1.º)	Comissão de Utentes do Centro de Saúde de Vizela	Solicitam o prolongamento do horário de Funcionamento do Centro de Saúde, durante a semana e a sua reabertura aos sábados, domingos e feriados	Lúisa Salgueiro (PS)	Pendente em Comissão
127/XII (1.º)	Andreia Sofia dos Santos Nunes	Pretendem que sejam retomados todos os Protocolos que existiam entre todos os Organismos e o Hospital da Cruz Vermelha	António Serrano (PS)	Pendente em Comissão
130/XII (1.º)	Urbana Maria Bolota Cordeiro	Pretende que seja criada legislação no sentido de ser considerado crime, situações em que, nos Hospitais, os doentes são internados e os amarram, deixando-os imobilizados mesmo que eles estejam em perfeitas condições psicológicas e físicas, ressalvando apenas exceções bem fundamentadas	Conceição Bessa Ruão (PSD)	Pendente em Comissão
137/XII (1.º)	MUSP -Movimento de Utentes de Saúde Pública	Solicitam a revogação do aumento das taxas moderadoras e medidas para assegurar o transporte de doentes	Luís Vales (PSD)	Pendente em Comissão
146/XII (1.º)	Alexandra Filipa Soares Rodrigues (Laboratório de Patologia Clínica do Nordeste Transmontano)	Solicitam a liberdade na escolha de serviços de Análises Clínicas	André Figueiredo (PS)	Pendente em Comissão

ANEXO VIII

AUDIÇÕES GOVERNAMENTAIS - Comissão

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Ministro da Saúde	Política Geral de Saúde ao abrigo do n.º 2 do art.º 104º do RAR (1.ª obrigatória)	<i>Realizada em 2011-09-07</i>
2	Reunião Conjunta com a COFAP com a presença do Ministro da Saúde	Orçamento do Estado para 2012 (2.ª obrigatória)	<i>Realizada em 2011-11-15</i>
3	Ministro da Saúde (Req.do PCP) n.º4 do art.º104º. (potestativo)	O PCP pretende esclarecimentos quanto à aplicação das taxas moderadoras, à redução das horas extraordinárias, ao aumento da lista de espera dos MCDT, à redução dos transportes de doentes não urgentes, à situação das USF, à redução dos meios do INEM, à redução de profissionais de saúde no SNS, aos cortes nos Centros de Saúde e nos Hospitais e à carta Hospitalar	<i>Realizada em 2012-02-01</i>
4	Ministro da Saúde	Política Geral de Saúde ao abrigo do n.º 2 do art.º 104º do RAR (3.ª obrigatória)	<i>Realizada em 2012-04-04</i>
5	Ministro da Saúde	Política Geral de Saúde ao abrigo do n.º 2 do art.º 104º do RAR (4.ª obrigatória)	<i>Realizada em de 2012-06-26</i>
6	Ministro da Saúde (Req.do BE) n.º4 do art.º104º. (potestativo)	O BE pretende obter esclarecimentos, analisar e discutir a política de saúde do Governo, nomeadamente nos domínios da contratação de profissionais para o SNS e da organização dos Cuidados Primários de Saúde	<i>Agendada para dia 25-7-2012</i>

ANEXO IX

AUDIÇÕES COM ENTIDADES - Comissão

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Presidente do INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica - (Req. CDS/PP)	Com o objetivo de explicar a esta Comissão as falhas e as deficiências estruturais e funcionais com que este Instituto se depara e de que forma as pretende ultrapassar	<i>Realizada em 2011-08-03</i>
2	Audição do Presidente da ERS - Entidade Reguladora da Saúde - (Req. BE)	Com o objetivo de debater o projeto de «Carta de Direitos dos Utentes dos Serviços de Saúde» e de conhecer os contributos e o resultado da consulta pública entretanto realizada sobre aquele projeto	<i>Realizada em 2011-10-04</i>
3	Presidente do INFARMED (Req. PCP)	Sobre o fim da comparticipação da pílula contracetiva e de vacinas, e a redução de comparticipação dos medicamentos antiasmáticos e broncodilatadores e também pronunciar-se sobre a PPL 13	<i>Realizada em 2011-10-12</i>
4	União das Misericórdias Portuguesas (Req. PS)	Sobre as dificuldades de presente e em particular dos alertas públicos lançados pela União das Misericórdias de Portugal (UMP), na área dos Cuidados Integrados	<i>Realizada em 2011-11-09</i>
5	Audição da Unidade de Missão dos Cuidados Continuados Integrados - Dr.ª Inês Guerreiro (UMCCI)	Cuidados Continuados Integrados	<i>Realizada em 2011-11-09</i>
6	ANF - Associação Nacional das Farmácias (Req. PS)	Sobre as grandes dificuldades financeiras sentidas pelas Farmácias	<i>Realizada em 2012-01-18</i>
7	Presidente da APF (Req. PCP)	Para se pronunciarem sobre o fim da comparticipação da pílula contracetiva e de vacinas, e a redução de comparticipação dos medicamentos antiasmáticos e broncodilatadores	<i>Realizada em 2011-11-09</i>

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

8	Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Partilhados (Req. PS)	Sobre notícias publicadas na imprensa que dão conta de graves problemas no Centro de Conferências de Faturas da Maia, onde haverá extravios de credenciais que se traduzem em atrasos de vários meses no pagamento aos diversos prestadores de serviços, que acresce ao já grave problema de falta de pagamentos e de ausência de um plano de pagamento às empresas fornecedoras do Ministério da Saúde, colocando muitas empresas em situação de falência	<i>Realizada em 2012-02-15</i>
9	Presidente do Instituto Português de Sangue e da Transplantação (Req. BE)	Com a finalidade de debater a situação atual das reservas de sangue e as razões para a sua quebra acentuada, bem como as medidas necessárias para repor os seus níveis habituais e evitar a repetição de situações como a atual	<i>Realizada em 2012-02-29</i>
10	Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo (Req. BE)	Com o objetivo de recolher informação e discutir o plano de reorganização do CHMT	<i>Realizada em 2012-03-07</i>
11	Coordenador da Unidade Central de Gestão de Inscritos para Cirurgia (Dr. Pedro Gomes) (Req. PS)	Para analisar e discutir os dados mais atualizados sobre as listas de espera para cirurgia bem como o impacto da aplicação da Lei de Compromissos na atividade cirúrgica e nas respetivas listas de espera	<i>Realizada em 2012-03-21</i>
12	Diretor Geral da Saúde (Req. BE e Req. PSD)	Sobre o processo de regulamentação da Lei das medicinas não convencionais» a Requerimento do BE, e do PSD, sobre o «Acompanhamento dos diversos programas nacionais existentes na área da Saúde, bem como o aprofundamento das realidades e contingências que envolvam cada um dos programas	<i>Realizada em 2012-03-28</i>
13	Diretor do Programa Nacional para as Doenças Cérebro - Cardiovasculares (Dr. Rui Manuel Cruz Ferreira) (Req. PSD)	Sobre doenças Cérebro-Cardiovasculares	<i>Realizada em 2012-04-11</i>
14	Presidente da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (2 Requerimentos do BE)	Para (Req. 1) Prestar esclarecimentos, na Comissão de Saúde, sobre as mudanças em curso no ACES Lisboa/Oriental, relativamente à inscrição de utentes do SNS nas listas dos médicos de família dos Centros de Saúde daquele Agrupamento e (Req. 2) Protocolo em preparação com a Cruz Vermelha Portuguesa	<i>Realizada em 2012-04-18</i>

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

15	Presidente da ACSS, Prof. Doutor João Carvalho das Neves» (Req. PS)	Com o objetivo de analisar e discutir matérias como pagamentos em atraso aos Hospitais relativos aos Contratos Programa, ponto da situação dos Orçamentos dos Hospitais para 2012, regras de aplicação da Lei dos Compromissos e pagamento de horas extraordinárias	<i>Realizada em 2012-05-02</i>
16	Diretor do Programa Nacional para a Saúde Mental, Dr. Álvaro Andrade de Carvalho Saúde (Req. PSD)	Sobre Saúde Mental	<i>Realizada em 2012-05-16</i>
17	Diretora do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo do Tabagismo, Doutora Emília Martins Nunes (Req. PSD)	Sobre Prevenção e Controlo do Tabagismo	<i>Realizada em 2012-5-23</i>
18	Presidente do Conselho Diretivo do INFARMED (Req. BE)	Com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre a falta de medicamentos nas farmácias e o combate à exportação ilegal	<i>Realizada em 2012-05-30</i>
19	Diretor do Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (Dr. António Pedro Soares Graça) (Req. PSD)	Sobre Alimentação Saudável	<i>Realizada em 2012-06-06</i>
20	Diretor do Programa Nacional para a Diabetes - Dr. José Manuel Boavida (Req. PSD)	Acompanhamento dos diversos programas nacionais existentes na área da saúde, bem como o aprofundamento das realidades e contingências que envolvem este programa	<i>Realizada em 2012-06-20</i>
21	Presidente do Conselho Diretivo da ERS - Prof. Doutor Jorge Manuel Trigo de Almeida Simões (Req. BE)	Sobre a Futura Carta Hospitalar	<i>Realizada em 2012-06-27</i>

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

22	Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Professor Doutor José Manuel Domingos Pereira Miguel (Req. BE)	Sobre problemas decorrentes da Reestruturação do INSA	<i>Realizada em 2012-07-11</i>
23	Diretor do Programa Nacional para a infeção VIH/Sida, Dr. António Diniz (Req. PSD)	Acompanhamento dos diversos programas nacionais existentes na área da saúde, bem como o aprofundamento das realidades e contingências que envolvem este programa	<i>Realizada a 18-7-2012</i>

AUDIÊNCIAS EM COMISSÃO

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Presidente da Fundação Renal Portuguesa	Sobre a situação difícil com que a Fundação se debate	<i>Realizada em 2011-08-30</i>
2	GAT - Grupo Português de Ativistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA	Relativa à reconstituição do GT VIH/SIDA	<i>Realizada em 2011-08-30</i>
3	CNPMA - Conselho Nacional de procriação medicamente assistida	Apresentação de cumprimentos e em face do estatuído no n.º 3 do art.º 30º da Lei n.º 32/2006, de 26 de julho, apresentar o Relatório referente à atividade desenvolvida pelo CNPMA em 2010 e os resultados da atividade dos centros de PMA.	<i>Realizada em 2011-09-21</i>
4	Audiência Paula Dourado	Falta de Prescrição do Medicamento Tafamidis	<i>Realizada em 2011-09-21</i>
5	GROQUIFAR	Dar conta da falta de legislação num sector que hoje abrange um universo superior a 25 empresas e 1200 pessoas que atuam em escolas, hospitais, jardins públicos, restaurantes e hotéis, com produtos de alta perigosidade para a Saúde Pública	<i>Realizada em 2011-09-28</i>
6	APIFARMA	Sobre a Proposta de Lei n.º 13/XII, que cria um regime de composição dos litígios emergentes de direitos de propriedade industrial, quando estejam em causa medicamentos de referência e medicamentos genéricos	<i>Realizada em 2011-09-28</i>
7	Delegação da Comissão de Educação, Ciência, Cultura e Saúde da Assembleia Popular Nacional da China	A audiência foi chefiada pelo Senhor Presidente da Comissão Senhor Bai Keming para troca de impressões sobre matéria das duas Comissões	<i>Realizada em 2011-11-22</i>
8	Diretores dos Serviços de Infeciologia e de Cardiologia do CHS - Hospital de S. Bernardo de Setúbal e Presidente da Câmara Municipal de Setúbal	Sobre a Rede de Referência Hospitalar	<i>Realizada em 2011-12-14</i>

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

9	Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT)	Para apresentação do «Relatório Anual sobre a situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependência» do IDT e o «Relatório Anual 2011 sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na Europa» do OEDT	<i>Realizada em 2011-12-21</i>
10	Federação Nacional dos Médicos- FNAM e do Sindicato Independente dos Médicos - SIM	Sobre as gravosas implicações, para o SNS e para os médicos, das medidas decorrentes da recente aprovação do OE para 2012	<i>Realizada em 2012-1-11</i>
11	ANF - Associação Nacional de Farmácias	Política do medicamento	<i>Realizada em 2012-1-18</i>
12	APIR - Associação Portuguesa de Insuficientes Renais	Para apresentar as suas preocupações relativamente à atual situação da DRC, bem como aos transportes destes doentes, principalmente o transporte de doentes para consultas de Pós Transplantes	<i>Realizada em 2012-01-25</i>
13	Bastonário da Ordem dos Enfermeiros	Com a finalidade de apresentar as suas preocupações e prioridades que devem ser acauteladas na área da saúde	<i>Realizada em 2012-02-08</i>
14	Federação das Doenças Raras de Portugal (FEDRA)	Com o objetivo de abordar, em concreto, questões relativas aos doentes com fenilcetonúria em Portugal, e debater soluções possíveis para as mesmas	<i>Realizada em 2012-02-08</i>
15	Associações dos representantes das Associações sobre Esclerose Múltipla (ANEM, SPEM e TEM)	Para abordar, em concreto questões relativas ao acesso de doentes com Esclerose Múltipla ao tratamento específico para a patologia	<i>Realizada em 2012-02-22</i>
16	Associação Portuguesa de Doentes e Sinistrados (APTDS) na qualidade de representantes das Empresas Privadas dos Transportes de Doentes em Ambulância	Sobre a situação grave em que o setor do transporte de doentes está a atravessar, estando a maior parte das Empresas suas Associadas na iminência de encerrar a todo o momento	<i>Realizada em 2012-02-29</i>

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

17	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (Apifarma)	Sobre aquisição de medicamentos por hospitais da ARS Norte	<i>Realizada em 2012-03-14</i>
18	Fundação Portuguesa do Pulmão	Sobre Doenças Respiratórias Crónicas	<i>Realizada em 2012-03-14</i>
19	Sindicato dos Técnicos Superiores de Saúde das áreas de Diagnóstico e Terapêutica	Sobre o Centro de Genética Médica Jacinto de Magalhães	<i>Realizada em 2012-05-09</i>
20	Associação de Farmácias de Portugal - AFP	Sobre o não cumprimento por parte da Distribuição e da Indústria Farmacêutica da Legislação relativa aos preços dos medicamentos impostos pelo Estado, faltas graves de fornecimento de medicamentos às farmácias (produtos esgotados, rateados ou temporariamente em falta», e atraso nos pagamentos da faturação do SNS, por parte da ARS Norte às farmácias, iniciados em junho/2010	<i>Realizada em 2012-05-09</i>
21	Instituto Português de Reumatologia, IPSS	Sobre o papel do Instituto Português de Reumatologia, IPSS, na prestação de cuidados aos doentes reumáticos - atual situação financeira	<i>Realizada em 2012-06-20</i>
22	Associação Nacional dos Laboratórios Clínicos - ANLC	Para debater assuntos do setor	<i>Realizada em 2012-07-11</i>
23	ANF - Associação Nacional de Farmácias	Para análise das medidas tomadas no âmbito da política do medicamento e do seu impacto na situação económica e financeira das farmácias	<i>Realizada em 2012-07-18</i>
24	Associação Portuguesa de Podologia - APP	Sobre a atividade da Associação	<i>Realizada em 2012-07-18</i>
25	FENSE - Sindicato dos Enfermeiros e Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem	Para apresentar as preocupações relacionadas com o setor	<i>Realizada em 2012-07-18</i>
26	Associação Portuguesa dos Pais e Doentes com Hemoglobinopatias (APPDH)	Para explicar a grave situação com que se irão deparar aqueles doentes	<i>Realizada em 2012-07-18</i>

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

27	Plataforma mais saúde - ANDAR	Sobre o acesso às terapêuticas inovadoras para os doentes de artrite reumatoide e que estão a ser recuadas nalguns hospitais	<i>Realizada em 2012-07-18</i>
----	-------------------------------	--	--------------------------------

AUDIÊNCIAS COM A PRESIDENTE

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Associação Bata Bate Coração	Apresentação da Associação Bate, Bate coração e Implementação do Dia Nacional da Prevenção da Morte Súbita	<i>Realizada em 2012-01-19</i>
2	Comissão de Utentes de Saúde da Baixa da Banheira	Audiência para entrega de Petição	<i>Realizada em 2012-02-28</i>
3	Associação da Hotelaria, restauração e Similares de Portugal - AHRESP	Informações veiculadas na Comunicação Social sobre a Lei do Tabaco	<i>Realizada em 2012-04-24</i>
4	BIOFARMACÊUTICA, LDA.	Iniciativa de aquisição centralizada de medicamentos de medicamentos hospitalares, pelos Hospitais do Norte	<i>Realizada em 2012-04-24</i>
5	Federação Portuguesa de Yoga	Análise de regulamentação e profissionalização do Yoga em Portugal	<i>Realizada em 2012-04-24</i>
6	Prof.ª Véronique Del Marmol e Associação Portuguesa do Cancro Cutâneo (APCC)	Testemunho Nacional e Internacional e fomentar a sensibilização para a população em geral, para o dia do Euromelanoma, que decorrerá, em Portugal, no dia 9 de maio	<i>Realizada em 2012-05-12</i>
7	Dr. Karl -Ludwig Kley - Presidente do Conselho Executivo da Merck KGaA	Aprofundar o seu conhecimento sobre a realidade política e económica de Portugal no sentido de avaliar os futuros investimentos da Merck, na área da saúde	<i>Realizada em 2012-05-23</i>
8	Prof. Dr. Pedro Miguel da Conceição Agostinho - Líder do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Municipal de Góis	Sobre a possibilidade de Encerramento Noturno do SAP do Centro de Saúde de Góis	<i>Realizada em 2012-05-15</i>
9	Presidente da Direção da Renovação Comunista	Para apresentação de uma Iniciativa Legislativa no domínio da política de Saúde	<i>Realizada em 2012-05-15</i>

GT AUDIÇÕES

GT Acompanhamento da Problemática do VIH/Sida

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Indústria Farmacêutica (Gilead, Abbott, MSD, BMS, Viiv, Janssen, Boehringer Ingelheim)	Preparação do Projeto de Resolução sobre a Problemática VIH/SIDA	Realizadas em 2011-11-09
2	ONG's (Centro anti-discriminação VIH/SIDA, Ser+, GAT, Positivo, Liga Portuguesa contra a Sida, Abraço)	IDEM	Realizadas em 2011-11-09
3	Clínicos (Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, Centro Hospitalar de Lisboa Norte, Hospital Joaquim Urbano, Medicil, Centro Hospitalar de Coimbra, Hospital Curry Cabral, Hospitais da Universidade de Coimbra)	IDEM	Realizadas em 2011-11-09

GT Álcool e Toxicodependência

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Associação Ares do Pinhal - Dr. Nuno Miguel	Audição conjunta no âmbito do GT Álcool e Toxicodependência	Realizada em 2012-01-24
2	Centro das Taipas - Dr. António Costa	Audição conjunta no âmbito do GT Álcool e Toxicodependência	Realizada em 2012-01-24
3	Coordenador da CDT de Lisboa - Dr. Vasco Gomes	Audição conjunta no âmbito do GT Álcool e Toxicodependência	Realizada em 2012-01-24
4	Universidade Lusófona - Dr. Carlos Póiares	Audição conjunta no âmbito do GT Álcool e Toxicodependência	Realizada em 2012-01-24

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

5	Associação Trap - Tratamento e recuperação em Ambiente Prisional	Audição no âmbito do GT Álcool e Toxicodependência	Realizada em 2012-06-19
6	Dr. Manuel Pinto Coelho - Presidente da Associação para um Portugal Livre de Drogas	Audição no âmbito do GT Álcool e Toxicodependência	Realizada em 2012-07-03

GT Prescrição por DCI

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	APIFARMA - associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica	Processo legislativo relativo à Prescrição por DCI	Realizada em 2012-01-17
2	APOGEN - Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos	IDEM	Realizada em 2012-01-17
3	ANF - Associação Nacional de Farmácias	IDEM	Realizada em 2012-01-17
4	OF - Ordem dos Farmacêuticos	IDEM	Realizada em 2012-01-17
5	Ordem dos Médicos	IDEM	Realizada em 2012-01-07
6	Infarmed	IDEM	Realizada em 2012-01-24

GT Desmaterialização dos Certificados Médicos de Óbito

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Diretor Geral de Saúde- Dr. Francisco George	PPL 33/XII (1.ª) que Cria o Sistema de Informação dos Certificados Médicos de Óbito	Realizada em 2012-01-18

COMISSÃO PARLAMENTAR DE SAÚDE

GT Cuidados Paliativos

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	União das Misericórdias Portuguesas	Lei de Bases dos Cuidados Paliativos - P JL n.º 65/XII (1.º) (CDS_PP)	Realizada em 2012-05-08
2	Dr.ª Edna Gonçalves - Diretora do Serviço de cuidados Paliativos do Hospital de São João do Porto	IDEM	Realizada em 2012-05-08
3	Padre José Nuno	IDEM	Realizada em 2012-05-08
4	Ordem dos Enfermeiros	IDEM	Realizada em 2012-05-08
5	Ordem dos Médicos	IDEM	Realizada em 2012-05-29
6	Departamento da Qualidade na Saúde	IDEM	Realizada em 2012-05-29
7	Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos	IDEM	Realizada em 2012-05-29
8	Ordem dos Psicólogos	IDEM	Realizada em 2012-05-29

GT PMA

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Confederação Nacional das Associações de Família	Procriação Medicamente Assistida (PJLS 131/XII-PS e 138/XII-PSD)	Realizada em 2012-07-03
2	Dr. Agostinho de Almeida Santos	IDEM	Realizada em 2012-07-10
3	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	IDEM	Realizada em 2012-07-10

GT Farmácias de Oficina

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	União das Mutualidades Portuguesas	Sobre a PPL n.º 67 XII 1.º	2012-07-24
2	ANF - Associação Nacional das Farmácias	IDEM	2012-07-24

GT AUDIÊNCIAS

GT Álcool e Toxicodependência

N.º	Assunto	Entidade	Situação
1	APDES - Agência Piaget para o desenvolvimento - José Queiroz	Para apresentação das preocupações e estabelecer um diálogo sobre os objetivos e compromissos que AR, a CS e o GT pretendem assumir sobre a informação méis de prevenção e cuidados de saúde por parte das populações mais vulneráveis, bem como o desenho das estratégias de implementação dos programas de redução de riscos associados ao uso de drogas, incluindo o abuso de álcool e o trabalho sexual	Realizada em 2011-11-22
2	Associação Portuguesa de Aditologia - João Lopes Curto	Com o objetivo de abordar questões relativas à equidade e acessibilidade ao tratamento para os doentes de dependência opiácea, e debater soluções possíveis para as mesmas	Realizada em 2012-04-10

GT DAV/TV

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Associação Mais Vida Mais Família	Audiência com a finalidade de participarem no processo legislativo	Realizada em 2011-11-08

GT Estatuto do Dador de Sangue

N.º	Entidade	Assunto	Situação
1	Federação das Associações de Dadores de Sangue	Com o objetivo de dar conta de alguns problemas no âmbito da dádiva de sangue	Realizada em 2012-02-28
2	Federação Portuguesa de Dadores Benévolos de Sangue	Contributos para o processo legislativo	Realizada em 2012-02-28



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

ÍNDICE

1. Introdução	3
2. Organização interna	4
3. Reuniões	6
4. Iniciativas legislativas	7
5. Iniciativas europeias	8
6. Outros pareceres/relatórios	8
7. Petições	9
8. Audições	9
9. Audiências	10
10. Eventos	10
11. Deslocações/ Representações	11
12. Requerimentos dos Grupos Parlamentares	11

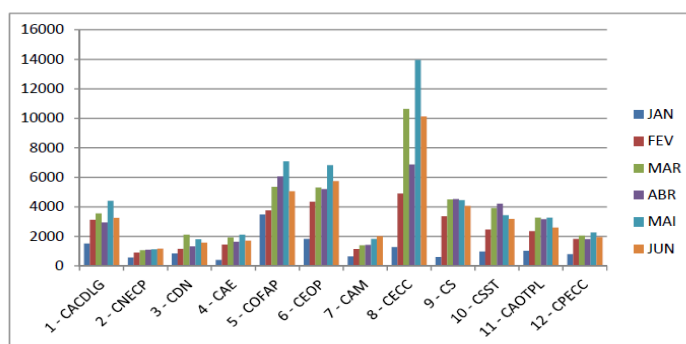
1. Introdução

O presente Relatório preliminar de Atividades apresenta, de uma forma abreviada, o trabalho desenvolvido pela [Comissão de Segurança Social e Trabalho](#) (CSST) no decurso da 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura - desde a data da respetiva instalação, ocorrida a 6 de julho de 2011, até 19 de julho de 2012¹ -, na sequência das prioridades estabelecidas no [Plano de Atividades](#) aprovado, e de iniciativas supervenientes dos grupos parlamentares, promovidas no âmbito do seu poder de iniciativa.

No uso das suas atribuições, compete em especial à Comissão exercer as suas [competências](#) e controlo político nas áreas do trabalho, das políticas de emprego e formação profissional, no regime jurídico de emprego público e no regime de proteção social e aposentação da função pública em articulação com a 5.^a Comissão (Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública) que prevalece nas matérias respeitantes à Administração Pública; e ainda nas áreas relativas à Segurança Social; à Segurança e Saúde no Trabalho; à Família; à Solidariedade; às Pessoas com deficiência; à Proteção das crianças e jovens em risco em matérias relacionadas com a segurança social, sem prejuízo da necessária articulação com a 1.^a Comissão (Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias).

De salientar que da página internet da Comissão consta informação relevante sobre a atividade desenvolvida pela Comissão, o que permite uma maior aproximação ao cidadão. De acordo com o expresso na [mensagem de boas vindas do Presidente](#): “O nosso trabalho é empreendido para os cidadãos e queremos ouvi-los. (...). Esta plataforma de comunicação, que está a utilizar para nos visitar, corresponde a uma vontade do Parlamento para comunicar de forma célere com os cidadãos. Dá-se assim corpo a uma interação renovada que a tecnologia permite nos nossos tempos e que acentua a democracia enquanto prática continuada da relação desta instituição com as pessoas.”

O quadro infra permite aferir o número de visitas registadas na página internet da Comissão durante os primeiros seis meses, que foram respetivamente: **976** (janeiro), **2463** (fevereiro), **3917** (março), **4214** (abril), **3433** (maio) e **3176** (junho):



¹ Os dados contidos no presente relatório preliminar serão posteriormente atualizados, de modo a incorporarem a atividade desenvolvida pela Comissão até 14 de setembro de 2012, uma vez que a 2.^a sessão legislativa da presente Legislatura tem início a 15 de setembro.

2. Organização interna

A 6 de julho de 2011 foi eleita a [Mesa](#) da Comissão, constituída pelo Presidente, Deputado José Manuel Canavarro (PSD), pelo 1.º Vice-Presidente, Deputado Mário Ruivo (PS) e pelo 2.º Vice-Presidente, Deputado Jorge Machado (PCP). A Comissão é constituída por **21 Deputados Efetivos** e **20 Deputados Suplentes**, dos quais 10 do PSD, 7 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PCP, e 1 do BE, assim discriminados:

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
José Manuel Canavarro	PSD	Efetivo	Presidente
Mário Ruivo	PS	Efetivo	Vice-Presidente
Jorge Machado	PCP	Efetivo	Vice-Presidente
Adão Silva	PSD	Efetivo	
Adriano Rafael Moreira	PSD	Efetivo	
Arménio Santos	PSD	Efetivo	
Clara Marques Mendes	PSD	Efetivo	
Joana Barata Lopes	PSD	Efetivo	
João Figueiredo	PSD	Efetivo	
Maria das Mercês Borges	PSD	Efetivo	
Pedro Roque	PSD	Efetivo	
Teresa Costa Santos	PSD	Efetivo	
Idália Salvador Serrão	PS	Efetivo	
João Paulo Pedrosa	PS	Efetivo	
Miguel Laranjeiro	PS	Efetivo	
Nuno Sá	PS	Efetivo	
Sónia Fertuzinhos	PS	Efetivo	
Vieira da Silva	PS	Efetivo	
Artur Rêgo	CDS-PP	Efetivo	
Inês Teotónio Pereira	CDS-PP	Efetivo	
Mariana Aiveca	BE	Efetivo	
Andreia Neto	PSD	Suplente	
Conceição Bessa Ruão	PSD	Suplente	

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

<u>Emília Santos</u>	PSD	Suplente	
<u>Laura Esperança</u>	PSD	Suplente	
<u>Margarida Almeida</u>	PSD	Suplente	
<u>Maria Conceição Pereira</u>	PSD	Suplente	
<u>Mário Simões</u>	PSD	Suplente	
<u>Nilza de Sena</u>	PSD	Suplente	
<u>Odete Silva</u>	PSD	Suplente	
<u>Hortense Martins</u>	PS	Suplente	
<u>Inês de Medeiros</u>	PS	Suplente	
<u>Isabel Santos</u>	PS	Suplente	
<u>Luísa Salgueiro</u>	PS	Suplente	
<u>Maria Helena André</u>	PS	Suplente	
<u>Pedro Jesus Marques</u>	PS	Suplente	
<u>Rui Jorge Santos</u>	PS	Suplente	
<u>João Pinho de Almeida</u>	CDS-PP	Suplente	
<u>Raúl de Almeida</u>	CDS-PP	Suplente	
<u>Francisco Lopes</u>	PCP	Suplente	
<u>Luís Fazenda</u>	BE	Suplente	

Dos grupos parlamentares foram designados coordenadores os Deputados:

- Maria das Mercês Borges (PSD);
- Miguel Laranjeiro (PS);
- Artur Rêgo (CDS-PP);
- Jorge Machado (PCP) e
- Mariana Aiveca (BE).

Durante este período funcionaram os seguintes [Grupos de Trabalho](#), podendo as respetivas composições ser consultadas nas ligações infra:

[Grupo de Trabalho – Audiências – 10.^a Comissão](#);

[Grupo de Trabalho – Economia Social](#) e

[Grupo de Trabalho – Antecipação da idade de reforma para trabalhadores com deficiência visual PJI 66/XII \(BE\) \[Encerrado\]](#)

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

3. Reuniões

Durante o período em análise, a Comissão de Segurança Social e Trabalho realizou um total de [79](#) reuniões, das quais 69 foram reuniões ordinárias, 9 foram reuniões extraordinárias e 1 visita, assinaladas no quadro infra:

Mês	Dia	Total
julho de 2011	6, 12, 19, 26 e 28 (ext.)	5
agosto de 2011	4, 23, 24, 30 e 31 (ext.)	5
setembro de 2011	7, 14, 21 e 27	4
outubro de 2011	7, 13, 18, 25, 25 (visita), 26 e 28	7
novembro de 2011	3, 14, 15, 21 e 29	5
dezembro de 2011	6, 7 (ext.), 14, 16, 20 e 21 (ext)	6
janeiro de 2012	4, 6 (ext.), 10, 11, 18, 25 e 31	7
fevereiro de 2012	8, (15 - 2X), 21 e 29	5
março de 2012	6, 14, 21 e 28	4
abril de 2012	3, 4, 11, 12 (ext.), 19, 20, 26, e 27	8
maio de 2012	2, 3, 8, 16, 23, 24 e 30	7
junho de 2012	5, 8 (ext.) (12 - 2X), 19, 20, 21 e 27	8
julho de 2012	4, 10, 11 (ext.), (17 - 2X), 8 (2x) e 19 (ext.)	7
TOTAL		79

As respetivas [atas](#) encontram-se disponíveis na página da Comissão para consulta.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Apresenta-se o seguinte quadro com o cômputo geral de presenças e faltas às reuniões da Comissão durante a 1.ª Sessão Legislativa:

Comissão		Total de Presenças	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Total de Ausências	Total de reuniões
Comissão	PSD	821	51	6	38	96	79
	PS	574	36	9	21	67	
	CDS-PP	145	18	2	18	39	
	BE	68	3	3	4	10	
	PCP	94	10	0	0	10	
	Totais	1702	118	20	81	222	

4. Iniciativas legislativas

Durante a presente Sessão Legislativa, baixaram à Comissão de Segurança Social e Trabalho as iniciativas legislativas discriminadas no quadro infra (conforme Anexo 4):

- **10** Propostas de Lei (destas, uma caducou, outra foi retirada).
- **42** Projetos de Lei;
- **3** Apreciações Parlamentares;
- **37** Projetos de Resolução.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Iniciativas Legislativas na CSST							
Generalidade	Autor	PJL	PPL	PJR		PPR	AP
				Comissão	Plenário		
	Governo		2				
	PSD	0			5		
	PS	0			7		1
	CDS-PP	1			3		
	PCP	16		2	5		5
	BE	20		7	7		
	PEV	2			1		
Grupo de Cidadãos Eleitores	1						
Especialidade	Autor	PJL	PPL	PJR		PPR	AP
				Comissão	Plenário		
	Governo		8				
	PSD/CDS	2					
	PS	0					
	CDS-PP	0					
	PCP						
	BE						
Grupo de Cidadãos Eleitores							

5. Iniciativas europeias

Foram distribuídas à Comissão **72** iniciativas europeias (55 não legislativas; 17 legislativas). Destas, foi deliberado não escrutinar **52**. Das **20** restantes, **16** foram escrutinadas, estando a aguardar relatório **4**.

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão emitiu parecer, por solicitação da CAE, em relação aos relatórios sobre a participação de Portugal na União Europeia, relativos aos anos [2010](#) e [2011](#), nas áreas respeitantes à Comissão.

COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

Foi ainda apreciada a [Conta Geral do Estado de 2010](#), tendo a Comissão emitido um parecer sobre a mesma.

A Comissão emitiu igualmente parecer sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2012.

7. Petições

A Comissão concluiu, ao longo desta 1.^a Sessão Legislativa, **5** [petições](#) das treze que deram entrada e foram admitidas (conforme *Anexo 7*).

Petições da CSST	Transitaram de Legislatura	Entraram durante a 1. ^a Sessão Legislativa	Concluídas	Pendentes
	0	13	5	8

8. Audições

A Comissão efetuou **42** [audições](#), das quais **14** decorreram com a presença de membros do Governo e as restantes **28** com outras entidades (conforme *Anexo 8*):

Audições na CCST	Membros do Governo			Outras entidades
	Ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	No âmbito de Requerimentos dos Grupos Parlamentares	Outras situações	
	6	3	5	
	14			28
Total de audições - 42				

Audições no GT - Economia Social
Total - 15

9. Audiências

Foram concedidas [audiências](#) às entidades que as solicitaram, num total de **21**. Estas audiências decorreram quer em comissão quer em grupo de trabalho constituído para o efeito. Foram elaborados relatórios das audiências realizadas e procedeu-se, sempre que possível, à respetiva gravação áudio, que se encontra disponível no processo de cada uma das audiências (conforme *Anexo 9*).

Audiências	CSST	GT – Audiências - 10ª CSST	GT - Antecipação da idade de reforma para trabalhadores com deficiência visual (P JL 66-XII-1- BE)
	8	21	2

10. Eventos

Procurando dar resposta a um desafio lançado pela Presidente da Assembleia da República na Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares, no sentido de reunir fora das “portas” do Parlamento, a reunião ordinária da Comissão de Segurança Social e Trabalho do dia [5 de junho](#) teve lugar no Centro de Emprego de Tondela, com início às 11H30 e contou com o apoio do Canal Parlamento.

A [11 de julho](#), a Comissão promoveu, em conjunto com o Escritório de Lisboa da Organização Internacional do Trabalho, na Sala do Senado, uma conferência sobre Princípios e direitos fundamentais no trabalho: do compromisso à ação, podendo a documentação pertinente, o respetivo programa e o ficheiro vídeo ser consultados no link respetivo.

A [19 de julho](#), a Comissão levou a cabo, no Salão Nobre da Assembleia da República, uma sessão comemorativa do Dia Internacional das Cooperativas, organizada em conjunto com a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), a CONFAGRI

(Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL) e a CONFECOOP (Confederação Cooperativa Portuguesa).

11. Deslocações/ Representações

Durante a presente Sessão Legislativa deslocou-se a Vila Franca de Xira, à Empresa Solvay Portugal, S.A., para uma [visita de trabalho](#), uma delegação da Comissão no dia 25 de outubro. Também na sequência da realização da reunião da Comissão do passado dia 5 de junho no centro de emprego de Tondela, a Comissão teve oportunidade de reunir com a Administração da Labesfal-Frezinus Kabi – Indústria Farmacêutica Lda., em Campo de Besteiros e de efetuar uma visita ao “Convívio Jovem” – Centro de Acolhimento de Crianças e Jovens em risco da Santa Casa da Misericórdia do Vale de Besteiros – Campo de Besteiros.

Realizaram-se ainda seis deslocações de diversos Deputados em representação da Comissão a reuniões nacionais e internacionais. Cumpre destacar a deslocação dos Deputados Sónia Fertuzinhos (PS) e Artur Rêgo (CDS-PP) a um seminário da OCDE, em Paris, a 10 de outubro de 2011, subordinado ao tema [Addressing the social impact of the crisis](#). Também o Deputado Nuno Sá (PS) representou a Comissão numa reunião interparlamentar em Bruxelas, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2011, sobre [Coesão Social e evolução demográfica numa Europa sustentável](#). A Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) deslocou-se a Bruxelas, a 8 de março, para participar numa Reunião interparlamentar da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros, sobre [Iguuldade de remuneração por trabalho de igual valor](#).

O Presidente representou a Comissão na Reunião interparlamentar da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, da Comissão dos Orçamentos e da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, em Bruxelas, nos dias 27 e 28 de fevereiro, no [Debate sobre o semestre europeu](#) e na [Conferência interparlamentar](#): "Re-launching the Single Market. A strategy for economic growth and employment in Europe", em Copenhaga, de 15 a 17 de abril.

12. Requerimentos dos GP

No decurso desta Sessão Legislativa, foram apresentados e submetidos à apreciação e deliberação da Comissão um total de 7 requerimentos para audição de Membros do Governo (1 - PSD-CDS-PP; 2 – PS; 2 – PCP e 2 - BE), dos quais 3 foram rejeitados, a seguir discriminados por grupo parlamentar:



COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

- Requerimento, apresentado pelo BE, para audição do Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social sobre integração de fundos de pensões dos bancários na segurança social, de 9 de dezembro, rejeitado a 20 de dezembro;
- Requerimento apresentado pelo PS para audição do Senhor Ministro da Solidariedade e Segurança Social sobre as afirmações do Governo relativas à sustentabilidade financeira da segurança social e à intenção de privatização da segurança social pública, de 20 de dezembro, rejeitado a 21 de dezembro;
- Requerimento apresentado pelo GP do PCP propondo a audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social para dar explicações a respeito, designadamente, do agravamento das condições de vida das pessoas com deficiência e das respetivas associações, de 19 de junho, rejeitado a 27 de junho.

CSST, 23 de junho de 2012.

Anexo do ponto 4 do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Iniciativas Legislativas na CSST				
Número	Assunto	Autor	Relator	Estado
Projetos de Lei				
273	Altera o regime jurídico das amas de creche familiar permitindo a estas trabalhadoras a falso recibo verde o acesso a contratos de trabalho.	BE		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
271	Impede que se perca o subsídio de desemprego por falta de resposta a SMS do centro de emprego.	BE		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
254	Altera o regime jurídico de proteção no desemprego tornando os programas ocupacionais voluntários e remunerados.	BE		Votação na generalidade
244	Reforça a proteção social na maternidade, paternidade e adoção.	PCP	Nilza de Sena (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
221	Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho aditando a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados do Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho.	PCP	Maria Conceição Pereira (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
217	Facilita o acesso ao subsídio de desemprego aos trabalhadores que tenham os seus salários em atraso.	BE		Votação na generalidade
216	Estabelece o acesso aos direitos educativos a nadadores salvadores.	BE	Idália Salvador Serrão (PS)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
211	Revê o regime laboral das amas	PCP	Idália Salvador Serrão (PS)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
205	Defende o conceito de justa causa, de valor constitucional, contra despedimentos abusivos	BE		Votação na generalidade
202	Proíbe a penalização das pensões de reforma em função do limite de idade para a profissão.	PCP	Inês Teotónio Pereira (CDS-PP)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
201	Estabelece o regime laboral e social dos investigadores científicos e do pessoal de apoio à investigação.	BE	Nilza de Sena (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
199	Procede à 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de fevereiro, sobre o Regime Jurídico de Acesso às Pensões de Invalidez e Velhice dos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio (ENU), S.A., e estabelece o direito a indemnização em caso de doença	PEV		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
192	Cria a Ordem dos Fisioterapeutas	CDS-PP	Lúisa Salgueiro (PS)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
180	Estatuto do Pessoal de Investigação Científica em Formação.	PCP	Nilza de Sena (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
179	Procede à alteração ao Código de Trabalho (Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 105/2009, de 14 de setembro e 53/2011, de 14 de outubro)	PEV		Votação na generalidade
176	Altera o complemento solidário para idosos a fim de garantir que é justo e acessível aos que necessitam de apoio	BE		Votação na generalidade
172	Elimina os mecanismos de aumento do horário de trabalho	PCP		Votação na generalidade

171	Altera o Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de abril, repondo a legalidade na relação de trabalho dos ajudantes familiares.	BE		Retirada da iniciativa
168	Revê o regime laboral dos ajudantes familiares.	PCP	Clara Marques Mendes (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
162	Combate o falso trabalho temporário e protege os trabalhadores temporários (terceira alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro)	BE		Votação na generalidade
161	Estabelece igual valor de propinas para o primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos superiores e estabelece critérios de isenção de pagamento de propinas.	BE		Votação na generalidade
152	Estabelece um regime transitório de isenção de propinas e de reforço do apoio aos estudantes do ensino superior.	PCP		Votação na generalidade
142	Lei contra a precariedade.	Grupo de Cidadãos Eleitores	Joana Barata Lopes (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
141	Altera o Código da Insolvência e Recuperação de Empresas e legislação conexas	BE		Votação na generalidade
125	Primeira Alteração à lei 57/2008, de 4 de Setembro, que cria a Ordem dos Psicólogos e Aprova o seu Estatuto	PSD ,CDS-PP		Envio para promulgação
124	Altera o mecanismo de prova de condição de recursos permitindo a atualização permanente dos rendimentos do agregado familiar.	PCP		Votação na generalidade
116	Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio S.A., contemplando o direito a indemnizações por morte ou doença	PCP		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
96	Altera o complemento solidário para idosos tornando mais justa a sua atribuição.	PCP		Votação na generalidade
78	Condiciona a atribuição de subsídios e apoios públicos nas artes do espetáculo e do audiovisual ao cumprimento das leis laborais combatendo a precariedade.	BE	Inês de Medeiros (PS)	Votação na generalidade
69	Institui o programa nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal.	PCP		Votação na generalidade
68	Lei de Bases da Economia Social.	PSD ,CDS-PP		Baixa comissão especialidade
66	Antecipação da idade de reforma e aposentação por velhice, sem penalização, para trabalhadores com deficiência visual	BE		Votação na generalidade
38	Altera o Decreto-Lei n.º 141/89, de 28 de Abril, repondo a legalidade na relação de trabalho dos ajudantes familiares.	BE	Clara Marques Mendes (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
33	Revoga o Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de Junho alargando o acesso e repondo critérios mais justos na atribuição dos apoios sociais.	PCP		Votação na generalidade
28	Altera o Código Contributivo reforçando a proteção social dos pescadores.	PCP	Arménio Santos (PSD)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
24	Primeira alteração a Lei n.º 57/2008, de 4 de Setembro, que Cria a Ordem dos Psicólogos e aprova o seu Estatuto.	PCP		Votação na generalidade
15	Majora o subsídio de desemprego para os casais desempregados.	BE	Inês Teotónio Pereira (CDS-PP)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
14	Consagra o direito a uma indemnização emergente de doença profissional aos trabalhadores da empresa nacional de Urânio.	BE		Baixa comissão distribuição inicial generalidade
10	Alarga as condições de acesso e atribuição do abono de família.	PCP		Votação na generalidade

6	Estabelece um regime especial de Segurança Social e de reinserção profissional para os bailarinos da Companhia Nacional de Bailado.	BE	Inês de Medeiros (PS)	Baixa comissão distribuição inicial generalidade
3	Combater a precariedade e os falsos recibos verdes.	BE		Votação na generalidade
2	Regula os contratos a prazo para clarificar os seus critérios de admissibilidade.	BE		Votação na generalidade
XII/1 - Projetos de Resolução				
419	Recomenda ao Governo a criação de um programa de formação profissional de apoio ao emprego nos sectores da hotelaria, restauração e turismo na Região do Algarve.	PSD		Envio à Comissão para fixação da Redação final
418	Recomenda ao Governo que tome medidas de valorização da família que facilitem a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional.	PSD		Envio à Comissão para fixação da Redação final
417	Medidas de Revitalização do Emprego.	PSD		Envio à Comissão para fixação da Redação final
397	Suspensão imediata do processo de privatização da rede de creches e infantários da Segurança Social.	PCP		Baixa comissão para discussão
391	Recomenda ao Governo a adoção de medidas com vista à criação de uma garantia para a juventude.	PS		Votação Deliberação
371	Recomenda ao Governo a alteração imediata das condições do subsídio de desemprego para aumentar o apoio social a quem não tem emprego.	BE		Votação Deliberação
370	Recomenda ao Governo que tome medidas urgentes para pôr fim às injustiças a que os trabalhadores a falso recibo verde estão sujeitos.	BE		Votação Deliberação
338	Recomenda ao governo que regule a profissão de Podologista.	BE		Baixa comissão para discussão
316	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, que suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração".	PCP		Votação Deliberação
315	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, que suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração".	PS		Votação Deliberação
312	Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 85-A/2012, de 5 de abril, que suspende o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação, constante do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, salvaguardando a situação dos desempregados de longa duração".	BE		Votação Deliberação
275	Recomenda ao Governo o aumento imediato do salário mínimo nacional.	BE		Baixa comissão para discussão
273	Recomenda ao Governo, no âmbito do Programa de Ação, 2012, do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Solidário entre Gerações, o desenvolvimento de medidas concretas.	CDS-PP		Resolução da AR (Publicação DR)
267	Recomenda ao Governo prossiga o caminho já começado de uniformização e fixação das datas de pagamento de prestações sociais e propicie que o pagamento inicial do subsídio de desemprego seja feito no prazo médio de 30 dias imediatamente a seguir à entrega do requerimento por parte do beneficiário.	PSD ,CDS-PP		Resolução da AR (Publicação DR)
263	Pelo combate ao empobrecimento e à agudização da pobreza entre as mulheres.	PCP		Baixa comissão para discussão

254	Por um envelhecimento ativo.	PSD		Resolução da AR (Publicação DR)
248	Reclama uma maior fiscalização e ação em prol da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mundo do trabalho.	PEV		Votação Deliberação
244	Recomenda ao Governo a adoção de um acordo tripartido sobre a igualdade entre homens e mulheres no trabalho e no emprego.	PS		Votação Deliberação
243	Valorização do trabalho e dos salários combate às discriminações salariais, diretas e indiretas.	PCP		Votação Deliberação
241	Recomenda ao Governo que retifique o erro de enquadramento dos trabalhadores independentes nos escalões de contribuição.	BE		Baixa comissão para discussão
240	Recomenda ao Governo que o início das prestações de desemprego sejam atribuídas, no máximo, até um mês depois do requerimento do beneficiário.	BE		Votação Deliberação
217	Recomenda ao Governo a manutenção do apoio de 50% no passe 4_18 e passe sub-23.	PCP		Baixa comissão para discussão
214	Recomenda ao governo que adote um procedimento especial de combate à precariedade e aos falsos recibos verdes.	BE		Baixa comissão para discussão
212	Recomenda ao Governo regras de funcionamento dos serviços de ação social das instituições de ensino superior público e programas para a melhoria da sua oferta.	BE		Votação Deliberação
211	Recomenda ao Governo a revisão do regime de atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar para o ensino superior.	PS		Votação Deliberação
198	Recomenda ao Governo que no âmbito do processo de recuperação de prestações sociais indevidamente pagas pela Segurança Social, adote medidas que tenham em consideração a situação económica e social dos beneficiários abrangidos.	PS		Votação Deliberação
184	Recomenda ao Governo a cessação imediata da cobrança de prestações sociais indevidamente pagas pelo Instituto da Segurança Social.	BE		Votação Deliberação
181	Recomenda ao Governo a suspensão imediata do processo de cobrança de montantes atribuídos a título de prestação social.	PCP		Votação Deliberação
176	Recomenda ao Governo a suspensão imediata nos cortes das pensões de cerca de 15 mil pensionistas.	BE		Votação Deliberação
160	Reconhece a necessidade de melhoria do programa de apoio alimentar aos carenciados e recomenda ao Governo o reforço do Apoio Alimentar à Primeira Infância.	PS		Votação Deliberação
141	Recomenda ao Governo que regulamente a atividade e o exercício da profissão de Optometria.	BE		Resolução da AR (Publicação DR)
128	Recomenda ao governo que legisle de modo a atribuir aos trabalhadores independentes que se encontrem no desemprego involuntário uma prestação social.	CDS-PP		Baixa comissão para discussão
114	Recomenda ao Governo a atualização de todas as pensões com valor inferior a 419.22 euros no ano de 2012.	BE		Votação Deliberação
65	Recomenda ao Governo que adote mecanismos internos que façam depender a concessão de apoios públicos as pessoas coletivas e singulares que promovam atividades no sector das artes do espetáculo e do audiovisual do recurso a uma percentagem mínima de contratos de trabalho	PS		Votação Deliberação
25	Recomenda ao Governo a imediata interrupção da execução das dívidas dos falsos trabalhadores independentes à Segurança Social.	BE		Votação Deliberação
19	Aumento do salário mínimo nacional.	PCP		Votação Deliberação
18	Recomenda ao Governo a implementação no distrito do Porto de um plano de combate à precariedade e promoção de emprego com direitos.	PCP		Votação Deliberação

XII/1 - Propostas de Lei

68	Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, por forma a adequá-la à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, que estabelece o regime de	Governo		Baixa comissão especialidade
----	--	---------	--	------------------------------

	escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.			
65	Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.	Governo		Baixa comissão especialidade
64	Procede à primeira alteração à Lei n.º 9/2009, de 4 de março, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2005/36/CE, do Parlamento e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Diretiva n.º 2006/100/CE, do Conselho, de 20 de novembro de 2006, que adapta determinadas diretivas no domínio da livre circulação de pessoas.	Governo		Baixa comissão especialidade
46	Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.	Governo		Lei (Publicação DR)
36	Estabelece o aumento excecional e temporário dos períodos normais de trabalho.	Governo	Jorge Machado (PCP)	Retirada da iniciativa
31	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012 - 2015,	Governo		Lei (Publicação DR)
27	Aprova o Orçamento do Estado para 2012.	Governo		Lei (Publicação DR)
25	Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação	Governo		Lei (Publicação DR)
9	Cria o Complemento de Pensão.	Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira		Iniciativa Caducada
2	Procede à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho	Governo		Lei (Publicação DR)

Anexo do ponto 7 do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Petição	Peticionário	Data	Assunto	Relator	Situação
145/XII/1	Mónica Lousã Machado Nunes (1 assinaturas)	2012-06-20	Solicita que seja incluído na tipologia das faltas justificadas constantes do Código do Trabalho, a realização de métodos de seleção em processos de recrutamento.	NUNO SÁ (PS) 2012-07-10	Em apreciação
144/XII/1	Mónica Lousã Machado Nunes (1 assinaturas)	2012-06-20	Solicita a alteração da Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, de forma a ampliar o âmbito do Programa de Estágios Profissionais.	TERESA COSTA SANTOS (PSD) 2012-07-10	Em apreciação
140/XII/1	Luís Miguel Monteiro Barros (1 assinaturas)	2012-06-07	Solicita a alteração da Lei 3/2012, de 10 de janeiro de forma a ampliar o seu âmbito de aplicação ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP).	MARIA DAS MERCÊS BORGES (PSD) 2012-07-04	Em apreciação
132/XII/1	Tiago Rafael Bessa Landreiras (5040 assinaturas)	2012-05-15	Pretendem que seja criada uma Comissão Nacional de proteção à terceira idade e seja lançada uma campanha de sensibilização no sentido de alertar para o abandono e maus tratos de que muitos idosos são vítimas.	IDÁLIA SALVADOR SERRÃO (PS) 2012-06-08	Em apreciação
96/XII/1	Sociedade Histórica da Independência de Portugal (1528 assinaturas)	2012-01-10	Para a manutenção do feriado oficial do 1.º de dezembro	JOÃO FIGUEIREDO (PSD) 2012-02-29	Concluída
88/XII/1	Luís Filipe Monteiro (1 assinaturas)	2012-01-26	Pretende que seja retirado o carácter de utilidade pública e eliminada a obrigatoriedade de inscrição na Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC).	ARTUR RÊGO (CDS-PP) 2012-02-29	Em apreciação
87/XII/1	Ana Catarina Silva Vieira (36 assinaturas)	2012-01-19	Solicitam a regulamentação da profissão dos diplomados com os cursos de Gerontologia Social e a criação do Estatuto do Idoso.	LUÍSA SALGUEIRO (PS) 2012-02-08	Em apreciação
47/XII/1	José Miguel da Silva Araújo (1 assinaturas)	2011-10-26	Pede à Assembleia da República que extinga o Rendimento Social de Inserção.	MARIA DAS MERCÊS BORGES (PSD) 2011-11-15	Concluída
46/XII/1	Pedro Miguel Henriques Azevedo (1716 assinaturas)	2011-10-26	Pretendem que a Assembleia da República promova um debate urgente sobre recibos "verdes" que vise alterações legislativas a este tipo precário de vínculo laboral.	JOANA BARATA LOPES (PSD) 2011-11-21	Em apreciação
37/XII/1	Teófilo Gomes Soares (1 assinaturas)	2011-09-14	Solicita a alteração ao n.º 2 do artigo 80.º do Estatuto da Aposentação.	NUNO SÁ (PS) 2011-09-27	Concluída
32/XII/1	João Miguel Fernandes Rebelo (1 assinaturas)	2011-09-01	Pretende que o Código de Trabalho seja alterado e coloque trabalhadores do sector privado versus funcionários públicos, em pé de igualdade, no que diz respeito a benefícios/oportunidades.	CLARA MARQUES MENDES (PSD) 2011-09-21	Concluída
22/XII/1	João Miguel Fernandes Rebelo (1 assinaturas)	2011-08-25	Pretende alteração à actual legislação que visa compensar despesas de funeral.	MÁRIO RUIVO (PS) 2011-09-21	Em apreciação
15/XII/1	Luís Filipe Pulido Garcia Correia da Fonseca (1 assinaturas)	2011-07-26	Pretende que seja alterada a Base de Dados do IEF/Segurança Social.	TERESA COSTA SANTOS (PSD) 2011-08-04	Concluída

Anexo do ponto 8 do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Audições na CSST			
Número	Data	Entidade	Assunto
1	2011-08-23	Confederação Empresarial de Portugal (CIP) - Dr. Gregório Rocha Novo (Diretor-geral Adjunto); Dr. Nuno Biscaya (Departamento de Assuntos Jurídicos)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII (GOV) - Proceda à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
2	2011-08-24	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP) - Engenheiro João Vieira Lopes (Presidente); Doutor Carlos Moura (Vice-Presidente); Doutor Nuno Camila (Vice-Presidente); Doutora Margarida Carvalho (Vogal)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII (GOV) - Proceda à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
3	2011-08-24	Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) - Doutor João Machado (Presidente); Engenheiro Luis Mira (Secretário-Geral); Doutora Cristina Morais (Chefe de Gabinete)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII (GOV) - Proceda à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
4	2011-08-24	Confederação do Turismo Português (CTP) - Doutor Nuno Bernardo (Vogal da Comissão Executiva)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII (GOV) - Proceda à segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em Anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, estabelecendo um novo sistema de compensação em diversas modalidades de cessação ao contrato de trabalho, aplicável apenas aos novos contratos de trabalho.
5	2011-09-14	MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL;S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	Audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
6	2011-10-07	Conselho Económico e Social	Audição do Dr. José Albino da Silva Peneda, candidato a Presidente do Conselho Económico e Social, ao abrigo do artigo 231.º do Regimento da Assembleia da República.
7	2011-10-25	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO;S.E. DO EMPREGO	Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
8	2011-10-26	MIN. DE ESTADO E DAS FINANÇAS;S.E. DO ORÇAMENTO;S.E. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;S.E. DOS ASSUNTOS FISCAIS	No âmbito da apreciação na generalidade das Propostas de Lei n.ºs 26/XII/1ª (GOV) e 27/XII/1ª (GOV).
9	2011-10-28	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO;MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL;S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	No âmbito da apreciação na generalidade das Propostas de Lei n.ºs 26/XII/1ª (GOV) e 27/XII/1ª (GOV).
10	2011-11-14	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO;S.E. DO EMPREGO	No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XI - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012".
11 (*)	2011-11-15	MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL;S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL;CES - Conselho Económico e Social	No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XI - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012".
12	2011-11-21	CES - Conselho Económico e Social	Apreciação na especialidade das Propostas de Lei n.º 27/XII - "Aprova o Orçamento do Estado para 2012" e 31/XII - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015".
13	2011-12-06	União Geral de Trabalhadores (UGT) - Doutor João de Deus (Presidente);	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária

		Engenheiro João Proença (Secretário-Geral); Doutor Carlos Alves (Gabinete Jurídico)	dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.
14	2011-12-06	CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.
15	2011-12-06	Confederação Empresarial de Portugal (CIP) - Dr. Gregório Rocha Novo (Diretor-geral Adjunto); Dr. Nuno Biscaya (Departamento de Assuntos Jurídicos)	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.
16	2011-12-06	CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 25/XII (GOV) - Estabelece um regime de renovação extraordinária dos contratos de trabalho a termo certo, bem como o regime e o modo de cálculo da compensação aplicável aos contratos objeto dessa renovação.
17	2012-01-06	Dr. Carlos da Silva Costa (Governador do Banco de Portugal)	Audição do Senhor Governador do Banco de Portugal, no âmbito da transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social (conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública).
18	2012-01-10	MIN. DE ESTADO E DAS FINANÇAS; MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; S.E. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Audição dos Senhores Ministros de Estado e das Finanças e da Solidariedade e da Segurança Social no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social (conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública).
19	2012-01-11	Dr. Fernando Nogueira - Presidente do Instituto de Seguros de Portugal	Audições conjuntas com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social.
20	2012-01-11	FEBASE - Federação do Setor Financeiro	Audições conjuntas com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social.
21	2012-01-18	Associação de Bancos de Portugal (APB)	Audição do Presidente da Associação de Bancos de Portugal (APB), conjunta com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, no âmbito do requerimento apresentado pelo PCP relativo à transferência dos fundos de pensões dos trabalhadores bancários para a segurança social.
22	2012-02-07	Peticionários da Petição n.º 46/XII/1ª - Pedro Miguel Henriques Azevedo	Audição no âmbito da Petição n.º 46/XII/1ª.
23 (+)	2012-02-15	S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	Audição do Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, no âmbito dos requerimentos apresentados pelo BE e do PCP e ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República
24	2012-04-03	União Geral de Trabalhadores (UGT): Eng.º João Proença - Secretário-Geral; Dr. João de Deus - Presidente e Dr. Carlos Alves - Secretário Executivo.	Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) - "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."
25	2012-04-03	Confederação Empresarial de Portugal (CIP): Sr. António Saraiva - Presidente da CIP e Dr. Gregório Rocha Novo - Diretor Geral Adjunto.	Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) - "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."
26	2012-04-04	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional	Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) - "Procede à terceira revisão do Código do

		(CGTP-IN): Sr. Arménio Carlos; Sr. Américo Monteiro da Comissão Executiva; Sr. Armando Farias da Comissão Executiva; Sr. Fernando Gomes da Comissão Executiva e Sr. Joaquim Dionísio	Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."
27	2012-04-04	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP): Eng.º João Vieira Lopes-Presidente da Direção; Dr.ª Ana Vieira-Secretária-Geral e Dr. Alberto Sá Mello-Consultor Jurídico	Audição no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 46/XII (GOV) - "Procede à terceira revisão do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro."
28	2012-04-26	Peticionários da Petição n.º 96/XII/1ª - Sociedade Histórica da Independência de Portugal	Audição no âmbito da Petição n.º 96/XII/1ª.
29	2012-05-02	MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	Audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social, no âmbito do requerimento apresentado pelo PS.
30	2012-06-12	MIN. ADJUNTO E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES	Audição do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares para, no âmbito de um requerimento apresentado pelos GP do PSD e do CDS-PP, dar explicações sobre o programa de combate ao desemprego jovem e os termos em que vai ser concretizado.
31	2012-06-12	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO	Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do RAR.
32	2012-06-19	CIP - Confederação Empresarial de Portugal: Dr. Gregório Rocha Novo - Diretor-geral Adjunto e Dr. Nuno Biscaya - Jurista	Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) - do Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, que "Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro."
33	2012-06-20	Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN): Sr. Arménio Carlos - Presidente; Sr. Fernando Jorge Fernandes - Comissão Executiva e Sr. José Augusto Oliveira - Comissão Executiva.	Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) - do Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, que "Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro."
34	2012-06-20	UGT - União Geral de Trabalhadores: Eng.º João Proença - Secretário-Geral da UGT; Dr. João de Deus - Presidente da UGT e Dr.ª. Aida Morais - Jurista	Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) - do Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de março, que "Procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro."
35	2012-06-20	CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal: Eng.º João Vieira Lopes - Presidente e Dr.ª. Ana Vieira - Secretária-Geral.	Audição no âmbito da Apreciação Parlamentar n.º 9/XII (PCP) - Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de Março, que "procede à alteração do regime jurídico de proteção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro".
36	2012-07-17	MIN. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL; S.E. DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL	Audição do Senhor Ministro da Solidariedade e da Segurança Social ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
37	2012-07-17	MIN. DA ECONOMIA E DO EMPREGO	Audição do Senhor Ministro da Economia e do Emprego ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.
38	2012-07-18	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN): Fernando Gomes - Membro da Comissão Executiva; Hugo Dionísio - Técnico Superior	Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 65/XII (GOV) - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.
39	2012-07-18	Confederação do Comércio e Serviços	Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 65/XII (GOV) -

		de Portugal (CPP): Marcelino Pena Costa - Vice-Presidente; Dr ^a . Ana Vieira - Secretária-Geral	Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.
40	2012-07-18	CIP - Confederação Empresarial de Portugal	Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 65/XII (GOV) - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.
41	2012-07-18	UGT - União Geral dos Trabalhadores	Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 65/XII (GOV) - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança do trabalho e de técnico de segurança do trabalho.

11 (*) - Efetuada audição a um membro do Governo e a uma entidade, no mesmo dia

23 (+) - Efetuada a audição a um membro do Governo no âmbito de requerimentos apresentados e ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, no mesmo dia.

Audições no GT - Economia Social

Número	Data	Entidade	Assunto
1	2012-02-22	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas
2	2012-02-22	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Secretário Nacional da União das Misericórdias Portuguesas
3	2012-02-28	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Presidente da Direção da Cáritas Portuguesa - Dr. Acácio Catarino
4	2012-02-28	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - Dr. João Carlos Dias
5	2012-03-06	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Confederação Cooperativa Portuguesa - CCRL: Dr. José Manuel Jerónimo Teixeira - Presidente e Dr ^a . Patricia Tavares - Jurista e FENACOOP - Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores: Sr. José Luis Cabrita
6	2012-03-07	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL
7	2012-03-20	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Presidente da Direção Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa: Presidente - Dr. Luis Barbosa
8	2012-03-20	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas: Dr. Alberto José dos Santos Ramalheiro e Dr. Pedro Bleck da Silva
9	2012-03-20	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	ANIMAR: Dr. Manuel Canaveira de Campos e Eng ^a . Maria do Carmo Bica
10	2012-03-21	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1.ª (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Padre Vítor Melícias

11	2012-03-21	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1. ^a (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	Padre José Maia
12	2012-04-18	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1. ^a (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional
13	2012-04-18	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1. ^a (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	UGT - União Geral dos Trabalhadores
14	2012-04-19	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1. ^a (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social".	CIRIEC: Professor Doutor Jorge Sá e Dr ^a . Deolinda Meira
15	2012-05-29	No âmbito da apreciação na especialidade do Projeto de Lei n. 68/XII/1. ^a (PSD-CDS-PP) - "Lei de Bases da Economia Social"	Dr ^a . Maria Manuela Silva

Anexo do ponto 9 do Relatório de Atividades relativo à 1ª Sessão Legislativa da XII Legislatura

Audiências na CSST			
Número	Data	Entidade	Assunto
1	2011-07-15	Ordem dos Psicólogos	Pedido de audiência com o Senhor Presidente da Comissão.
2	2011-07-28	UGT - União de Trabalhadores	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII/1.ª (GOV).
3	2011-08-02	CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical	No âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 2/XII/1.ª (GOV).
4	2011-09-22	MPRCA - Movimento Para a Reforma de Cegos e Amblíopes	Para poderem contribuir para um maior aperfeiçoamento e total esclarecimento de todas as matérias constantes do Projeto de Lei n.º 66/XII/1ª (BE).
5	2011-09-15	Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais de Moçambique	Visita da Comissão dos Assuntos Sociais, do Género e Ambientais de Moçambique.
6	31.10.2011	Embaixada Britânica	Apresentação da Senhora Embaixadora Britânica ao Senhor Presidente da Comissão.
7	2012-03-13	Associação Portuguesa de Deficientes	Solicitam a audiência para apresentar as suas propostas relativas à PPL n.º46/XII/1ª (GOV).
8	2012-07-02	APTPS - Associação Portuguesa de Técnicos de Prevenção e Segurança	Para poderem apresentar as suas posições e motivos no âmbito da apreciação da Proposta de Lei n.º 65/XII/1ª (GOV).

Audiências no GT – Audiências - 10ª CSST			
Número	Data	Entidade	Assunto
1	2011-07-26	Novos Paradigmas – Associação de Reflexão Social e Política	Apresentar e debater soluções que permitam inverter a estagnação económica, o desemprego crescente e a desertificação do interior.
2	2011-07-26	CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais	Análise do Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica por parte do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.
3	2011-08-10	FENSE - Sindicatos dos Enfermeiros e Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem	Para apresentação das suas preocupações e sobre o sentimento discriminatório aos seus colegas.
4	2011-08-29	APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social	No âmbito do processo de criação da Ordem dos Assistentes Sociais.
5	2011-09-09	Sindicato dos Profissionais dos	Para explicar as razões da proposta para que a Assembleia

		Transportes, Turismo e Outros Serviços de Angra do Heroísmo	da República revogue as Resoluções n.º 53/2010 e 54/2010.
6	2011-09-12	APF - Associação Portuguesa de Fisioterapeutas	Pedido de reabertura do processo para a criação da Ordem Profissional dos Fisioterapeutas.
7	2011-09-13	STICCCMMSRC - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimentos, Construção, Madeiras, Mármore e Similares da Região Centro	Encerramento da empresa BONVIDA - Porcelanas, S. A.
8	2011-10-07	Sindetelco - Sindicato Democrático dos Trabalhadores das Comunicações e dos Media	Para analisar a entrada dos novos operadores postais no mercado português decorrentes da anunciada liberalização postal e as consequências deste facto para o mercado de trabalho no sector postal em Portugal.
9	13.10.2011	Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga	Pedido de audiência para apresentação da instituição.
10	20.10.2011	Sindicato dos Músicos / Comissão de Trabalhadores da Orquestra Sinfónica Portuguesa / Comissão de Trabalhadores da Companhia Nacional de Bailado	Pedido de audiência motivado pelo anúncio de cortes drásticos previstos para os Teatros e restantes sectores ligados à cultura.
11	16.11.2011	Ordem dos Engenheiros Técnicos	Solicita uma audiência para a apresentação de cumprimentos e expor a situação atual dos Engenheiros Técnicos
12	10.11.2011	Participantes e Beneficiários do Fundo de Pensões Gescartão	Pedido de audiência "Conflito laboral na Portucel Viana".
13	02.12.2011	Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas	Pedido de audiência para apresentação da proposta de criação da Ordem dos Arquitectos Paisagistas.
14	10.01.2012	SMAQ - Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos de Ferro	Pedido de audiência sobre o conflito laboral entre o SMAQ/CP EPE e a CP Carga S.A.
15	16.01.2012	FECTTRANS - Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações	Pedido de audiência para poderem expor os seus argumentos relativamente ao Parecer do Senhor Provedor de Justiça sobre o Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio.
16	19.01.2012	União dos Sindicatos de Santarém (CGTP-IN)	Pedido de audiência para que possam expor sobre o anunciado encerramento de duas grandes unidades empregadoras do Distrito de Santarém.
17	2012-01-10	CateringPor - Catering de Portugal	Para que possam expor sobre as relações de igualdade entre os trabalhadores da CateringPor - Catering de Portugal e os trabalhadores da TAP - Air Portugal.
18	2012-02-09	Associação Portuguesa de Podologia (A.P.P.)	Pedido de audiência a solicitar regulamentação legal da atividade para a classe da Podologia.
19	2012-04-13	APC - Associação Portuguesa de Criminologia	Pedido de audiência para defenderem os interesses profissionais dos licenciados em Criminologia.
20	2012-04-19	Associação Portuguesa de Designers	Pedido de audiência apresentada pela Associação Portuguesa de Designers, tendo como fim um esclarecimento o mais pragmático possível à Assembleia da República, da atividade desta Associação
21	2012-05-17	Fórum Tecnologias da Saúde (FTS)	Pedido de audiência para formalizar o pedido de criação da Ordem Profissional do Fórum Tecnologias da Saúde.

Audiências no GT - Antecipação da idade de reforma para trabalhadores com deficiência visual (PJI 66-XII-1-BE)

Número	Data	Entidade	Assunto
1	2011-12-13	Novos Paradigmas – Associação de Reflexão Social e Política	Pedido de Audiência para a discussão em Comissão do Projeto de Lei n.º 66/XII/1ª (BE).
2	2011-12-13	CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais	Para poderem contribuir para um maior aperfeiçoamento e total esclarecimento de todas as matérias constantes do Projeto de Lei n.º 66/XII/1ª (BE)



COMISSÃO DE PODER LOCAL, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
XII Legislatura – 1ª Sessão legislativa

INDICE

1. Introdução
2. Reuniões
3. Organização interna
4. Iniciativas legislativas
5. Iniciativas europeias
6. Outros pareceres/relatórios
7. Petições
8. Audições
9. Audiências
10. Eventos

A comissão não organizou neste período quaisquer eventos nem realizou nenhuma visita de trabalho.

11. Representação externa
12. Requerimentos dos GP

COMISSÃO DE PODER LOCAL, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
XII Legislatura – 1ª Sessão legislativa

1. Introdução

Este Relatório de Atividades diz respeito ao trabalho desenvolvido pela 11ª Comissão Parlamentar Permanente de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) entre Junho de 2011 e Julho de 2012.

As atividades levadas a cabo pela Comissão enquadraram-se quer no âmbito das respetivas Competências Específicas quer no cumprimento do respetivo Plano de Atividades e são referidas, de forma sintética, nos pontos seguintes deste relatório, o qual integra ainda vários anexos contendo outros dados desse trabalho.

Note-se que toda a atividade da Comissão se encontra publicitada na respetiva página na AR@Net e no *site* do Parlamento, na página das Comissões, na qual se verificaram 15.655 visitas nos primeiros seis meses

2. Reuniões

Durante o período em análise a CAOTPL efetuou **62 reuniões**, assim distribuídas:

Mês / Ano	Dias	Nº
Julho.2011	6, 13, 20, 26	4
Agosto.2011	2, 23, 30	3
Setembro.2011	2, 7, 14, 20, 27, 30	6
Outubro.2011	12, 18, 25, 27	4
Novembro.2011	2, 8, 9, 15, 16, 17, 18	7
Dezembro.2011	6, 13, 20	3
Janeiro.2012	3, 10, 17, 24, 25, 31	6
Fevereiro.2012	7, 14, 21, 22, 28	5
Março.2012	6, 14, 16, 20, 27, 29	6
Abril.2012	3, 10, 18, 26, 27	5
Maió.2012	8, 15, 23, 30	4
Junho.2012	5, 12, 19, 26	4
Julho.2012	3, 10, 17, 18, 24	5
TOTAL		62

COMISSÃO DE PODER LOCAL, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
XII Legislatura – 1ª Sessão legislativa

O teor destas reuniões encontra-se registado nas respetivas atas, que podem ser consultadas em [Atas](#).

O cômputo geral de presenças e faltas dos Senhores Deputados às referidas reuniões da Comissão foi o seguinte:

	Presenças	Ausências	Trabalho Parlamentar	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas
PSD	903	44	10	33	0
PS	495	51	9	41	0
CDS-PP	187	8	4	4	0
PCP	103	5	1	2	0
BE	46	23	0	23	0
PEV	28	33	5	26	0
Totais	1762	164	29	129	0

3. Organização interna

A Mesa da Comissão ficou constituída pelo respetivo Presidente, Deputado António Ramos Preto (PS) e dois Vice-Presidentes: Deputado Fernando Marques (PSD) e Deputado Paulo Sá (PCP), sendo a composição da Comissão de 23 Deputados Efetivos e 23 Deputados Suplentes, dos quais 11 do PSD, 7 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PCP, 1 do BE e 1 do PEV, respetivamente (**Anexo 1**).

Durante este período funcionaram os seguintes 2 Grupos de Trabalho (GT), que realizaram treze reuniões:

- GT para as Audiências - *Coordenador*: Deputado Fernando Marques (PSD)
- GT “Reabilitação e Arrendamento Urbano” (PPL nº 24/XII/1ª-GOV, PPL nº 38/XII/1ª-GOV, PPL nº 47/XII/1ª-GOV e PJP nº 144/XII/1ª-PS) - *Coordenador*: Deputado António Ramos Preto (PS).

4. Iniciativas legislativas

Foram distribuídos à Comissão, para apreciação na generalidade: 28 Projetos de Lei (**Anexo 2**) e 11 Propostas de Lei (**Anexo 3**) e para nova apreciação na generalidade: 8 Projetos de Lei.

Baixaram ainda à CAOTPL, para apreciação na especialidade: 4 Projetos de Lei e 8 Propostas de Lei.

Deram igualmente entrada na Comissão 38 Projetos de Resolução e 1 Apreciação Parlamentar (**Anexo 4**). Dos Projetos de Resolução, 12 foram discutidos em reuniões da Comissão, tendo os restantes sido remetidos para discussão no Plenário ad A.R., por opção regimental dos respetivos autores, o que ocorreu também relativamente à Apreciação Parlamentar mencionada.

COMISSÃO DE PODER LOCAL, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
XII Legislatura – 1ª Sessão legislativa

5. Iniciativas europeias

Foram submetidas a escrutínio da Comissão **46** iniciativas europeias, tendo sido emitidos **19** Pareceres e, nos restantes casos, elaboradas **27** Informações acerca dos motivos de não pronúncia (**Anexo 5**).

6. Outros pareceres/relatórios

A CAOTPL foi também chamada a emitir pareceres sobre a **Conta Geral do Estado relativa a 2010** e o **Relatório do Governo “Portugal na União Europeia 2011”**.

7. Petições

Neste período deram entrada **21** Petições, das quais três transitaram da anterior Legislatura (XI L). Foram concluídas **12**: dez Relatórios finais, uma não admitida e um arquivamento liminar. No âmbito da instrução dos processos relativos a petições, foram ainda realizadas **4** audições. (**Anexo 6**)

8. Audições

A Comissão realizou neste período **42** audições (**Anexo 7**), assim distribuídas:

- **8** audições de Membros do Governo, ao abrigo do disposto no artigo 104º do Regimento da Assembleia da República: **4** do Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (administração local) e **4** da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, das quais duas foram reuniões conjuntas com a Comissão de Orçamento e Finanças, no âmbito da apreciação da PPL nº 42/XI/2ª - Orçamento de Estado para 2011;
- **3** audições de Membros do Governo, sob requerimento de grupos parlamentares: **2** da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e **1** do Secretário de Estado da Administração Local;
- **2** audições da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias, em reuniões conjuntas com a Comissão de Orçamento e Finanças, no âmbito da apreciação da PPL nº 42/XI/2ª - Orçamento de Estado para 2011;
- **13** audições a diversas entidades, sobre a qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento;
- **9** audições a várias entidades (24), sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano (PPL nº 24/XII/1ª-GOV; PPL nº 38/XII/1ª-GOV; PPL nº 144/XII/1ª-PS);
- **3** audições sobre reorganização administrativa territorial autárquica (PPL nº 44/XII/1ª-GOV): **1** ANAFRE-Associação Nacional de Freguesias; **1** STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local; **1** SINTAP-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública;
- **3** audições sobre Estatuto do Pessoal Dirigente das Autarquias Locais e Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (PPL nº 57/XII/1ª-GOV ; PPL nº 58/XII/1ª-GOV): **1** SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Entidades com Fins Públicos; **1** STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local; **1** ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local.

COMISSÃO DE PODER LOCAL, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
XII Legislatura – 1ª Sessão legislativa

- **1** audição da Associação Nacional de Municípios Portugueses sobre Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (PPL nº 58/XII/1ª-GOV).

9. Audiências

A CAOTPL concedeu também **21** audiências, as quais lhe foram solicitadas por diversas entidades (**Anexo 8**).

10. Eventos

A comissão não organizou neste período quaisquer eventos nem realizou nenhuma visita de trabalho.

11. Representação externa

A **representação externa** da Comissão verificou-se em diversos eventos, designadamente:

- **7** a nível nacional: 2º Encontro Parlamentar Luso-Espanhol - Porto; XIX Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses - Coimbra; Seminário "As Freguesias na Reforma da Administração Local" - Universidade do Minho; Seminário "Intermunicipalismo e o Processo de Descentralização: o papel das Comunidades Intermunicipais" - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa; Colóquio "Reorganização das Freguesias: extinção, fusão ou associação? Que novos órgãos, que novas funções?" - Centro de Estudos para o Desenvolvimento Regional e Local, Lisboa; Debate "As Assembleias Municipais no âmbito da próxima Reforma Administrativa, sabendo como funcionam e qual será o seu futuro" - Auditório Municipal de Mirandela; Debate "Lei do Arrendamento Urbano" - Assembleia Municipal de Lisboa, Fórum Lisboa e,

- **6** a nível internacional: Reunião Interparlamentar "Preparação da Conferência Rio+20"- Parlamento Europeu, Bruxelas; Reunião dos Presidentes das Comissões Parlamentares de Clima, Energia, Construção e Transportes sobre "Eficiência energética nos setores dos transportes, da produção e da construção", Reunião dos Presidentes das Comissões de Ambiente e Negócios Estrangeiros sobre "Conferência da ONU Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e 7º Programa Europeu Ação para o Ambiente" e Reunião dos Presidentes das Comissões Parlamentares de Ambiente e de Agricultura sobre "Futuro da Política Agrícola Comum e seu contributo para o equilíbrio Agricultura - Ambiente visando um crescimento sustentável", todas realizadas, no âmbito da presidência europeia da Dinamarca, no respetivo Parlamento em Copenhaga; 1ª Cimeira Mundial dos Legisladores - GLOBE/Nações Unidas, Rio de Janeiro; Conferência EUFORES "Members of National Parliaments: Key Drivers for Renewable Energy and Energy Efficiency!", Bruxelas.

12. Requerimentos dos GP

Foram apresentados à Comissão pelos grupos parlamentares **9** requerimentos, dos quais seis foram aprovados e três rejeitados (**Anexo 9**).



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

XII Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

ANEXO 1

XII/ 1ª SL - COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

Efetivos

Nome	GP	Cargo
Ramos Preto	PS	Presidente
Fernando Marques	PSD	Vice-Presidente
Paulo Sá	PCP	Vice-Presidente; CGP
Ângela Guerra	PSD	
António Leitão Amaro	PSD	Coordenador GP
António Prôa	PSD	
Bruno Coimbra	PSD	
Bruno Vitorino	PSD	
Carlos Abreu Amorim	PSD	
Emília Santos	PSD	
Jorge Paulo Oliveira	PSD	
Mário Magalhães	PSD	
Maurício Marques	PSD	
Eurídice Pereira	PS	
José Junqueiro	PS	
Miguel Coelho	PS	
Mota Andrade	PS	
Pedro Farmhouse	PS	Coordenador GP
Renato Sampaio	PS	
Altino Bessa	CDS-PP	Coordenador GP
Margarida Neto	CDS-PP	
Luís Fazenda	BE	Coordenador GP
Heloísa Apolónia	PEV	Coordenador GP

Suplentes

Amadeu Soares Albergaria	PSD
Carlos Santos Silva	PSD
Cristóvão Norte	PSD
Eduardo Teixeira	PSD
João Figueiredo	PSD
Luís Leite Ramos	PSD
Luís Pedro Pimentel	PSD
Luís Vales	PSD
Odete Silva	PSD
Paulo Cavaleiro	PSD
Pedro Pimpão	PSD
Acácio Pinto	PS
Idália Salvador Serrão	PS
Jorge Fão	PS
Luís Pita Ameixa	PS
Mário Ruivo	PS
Miguel Freitas	PS
Nuno André Figueiredo	PS
Artur Rêgo	CDS-PP
João Gonçalves Pereira	CDS-PP
Paula Santos	PCP
Mariana Aiveca	BE
José Luís Ferreira	PEV

ANEXO 2

XII/1ª SL - Projetos de Lei

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
256	Suspende os aumentos das rendas das habitações sociais.	12-06-20	PCP	[DAR II série A 197 XII/1 12-06-21 pág 3 - 4]
252	Garante o papel fundamental do Estado na conservação da natureza e da biodiversidade e revoga as taxas cobradas pelo acesso e visita às áreas protegidas e pelos serviços e atos praticados pelo ICNB	12-06-08	PCP	[DAR II série A 193 XII/1 12-06-15 pág 9 - 11]
184	Cria a freguesia de Telheiras, no concelho de Lisboa	12-02-24	BE	[DAR II série A 132 XII/1 12-03-02 pág 9 - 11]
183	Cria a freguesia do Parque das Nações, no concelho de Lisboa.	12-02-24	BE	[DAR II série A 132 XII/1 12-03-02 pág 7 - 9]
166	Altera o Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, que «Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos», introduzindo menções específicas para as explorações de aquicultura e a atribuição de títulos de utilização de recursos hídricos a associações sem fins lucrativos (Sétima Alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio, que «Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos»)	12-02-08	PS	[DAR II série A 119 XII/1 12-02-11 pág 17 - 22]
165	Altera o regime de exercício da atividade pecuária, punindo os produtores incumpridores e protegendo o ambiente	12-02-07	BE	[DAR II série A 116 XII/1 12-02-08 pág 104 - 107]
154	Estabelece as Bases da Política de Ambiente.	12-01-27	PCP	[DAR II série A 111 XII/1 12-02-01 pág 45 - 72]
150	Regime de exceção na atribuição de títulos de utilização de recursos hídricos a associações sem fins lucrativos (Quinta Alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio que «Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos»)	12-01-26	CDS-PP	[DAR II série A 111 XII/1 12-02-01 pág 31 - 33]
143	Estabelece as Bases da Política de Ambiente (Revoga a Lei n.º 11/87, de 7 de Abril, que aprovou a «Lei de Bases do Ambiente»)	12-01-18	PS	[DAR II série A 105 XII/1 12-01-25 pág 14 - 31]
98	Regime de exceção na atribuição de títulos de utilização de recursos hídricos a associações sem fins lucrativos Quinta Alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio que "Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos"	11-11-03	PCP	[DAR II série A 60 XII/1 11-11-04 pág 11 - 15]



39	Estabelece uma nova Lei de Bases do Ambiente.	11-08-16	BE	[DAR II série A 21 XII/1 11-08-31 pág 63 - 99]
29	Lei de Bases do Ambiente.	11-07-28	PEV	[DAR II série A 15 XII/1 11-08-03 pág 6 - 32]



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

XII Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

ANEXO 3

XII/1ª SL - Propostas de Lei

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
79	Define as Bases da Política de Ambiente.	12-06-28	Governo	[DAR II série A 201 XII/1 2012-06-29 pág 37 - 46]
73	Cria o Programa de Apoio à Economia Local, com o objetivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas dos municípios a fornecedores vencidas há mais de 90 dias.	12-06-14	Governo	[DAR II série A 193 XII/1 12-06-15 pág 114 - 119]
58	Aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.	12-05-09	Governo	[DAR II série A 179 XII/1 12-05-11 pág 12 - 33]
57	Procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da administração Central, Regional e Local do Estado.	12-05-09	Governo	[DAR II série A 179 XII/1 12-05-11 pág 3 - 12]
47	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.	12-02-10	Governo	[DAR II série A 119 XII/1 12-02-11 pág 52 - 71]
44	Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica.	12-02-06	Governo	[DAR II série A 116 XII/1 12-02-08 pág 140 - 167]
38	Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, o Código de Processo Civil e a Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro	11-12-30	Governo	[DAR II série A 91 XII/1 Supl. 12-01-04 pág 2 - 37]
31	Aprova as Grandes Opções do Plano para 12 - 2015,	11-11-09	Governo	[DAR II série A 63 XII/1 11-11-09 pág 2 - 75]
27	Aprova o Orçamento do Estado para 12.	11-10-17	Governo	[DAR II série A 47 XII/1 11-10-17 pág 2 - 220]
24	Procede à alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e ao Código Civil.	11-09-30	Governo	[DAR II série A 40 XII/1 11-10-06 pág 39 - 181]

18	Determina a realização de um censo e a aplicação de medidas preventivas a todas as fundações, nacionais ou estrangeiras, que prossigam os seus fins em território nacional, com vista a proceder a uma avaliação do respetivo custo/benefício e viabilidade financeira e decidir sobre a sua manutenção ou extinção	11-09-15	Governo	[DAR II série A 31 XII/1 11-09-19 pág 74 - 80]
14	Transfere competências dos Governos Cívicos e dos governadores cívicos para outras entidades da Administração Pública em matérias de reserva de competência legislativa da Assembleia da República	11-09-08	Governo	[DAR II série A 29 XII/1 Supl. 11-09-15 pág 2 - 321]
11	Procede à terceira alteração à Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico do sector empresarial local, e suspende a possibilidade de criação de novas empresas.	11-08-29	Governo	[DAR II série A 23 XII/1 11-09-03 pág 26 - 29]



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local

XII Legislatura - 1ª Sessão Legislativa

ANEXO 4

Projetos de Resolução / Apreciações Parlamentares

XII/1ª SL - Projetos de Resolução

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
427	Recomenda ao Governo que avalie a necessidade de corrigir deficiências detetadas no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina	12-07-13	PSD, CDS/PP	
380	Assegura o Direito ao Acesso Universal à Água e ao Saneamento.	12-06-21	BE	[DAR II série A 193 XII/1 12-06-22 pág 53 - 54]
364	Unidade técnica para a reorganização administrativa.	12-06-08	PSD, CDS-PP	[DAR II série A 193 XII/1 12-06-15 pág 131 - 133]
361	Recomenda ao Governo que promova junto das instituições europeias e em articulação com outros Estados-Membros uma Estratégia Europeia que permita que a União Europeia enfrente o desafio da escassez de água e da seca de forma concertada, nomeadamente através de uma Diretiva relativa à avaliação e gestão dos riscos associados à escassez de água e às secas.	12-06-05	PS	[DAR II série A 193 XII/1 12-06-15 pág 123 - 125]
360	Recomenda ao Governo um conjunto de orientações visando a sustentabilidade económica, social, ambiental e financeira dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento, bem como dos respetivos níveis de qualidade, eficiência e atendimento, e promove a reestruturação dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento atendendo aos princípios da acessibilidade, da sustentabilidade, da qualidade e da transparência.	12-06-05	PS	[DAR II série A 193 XII/1 12-06-15 pág 119 - 123]
352	Promove a acessibilidade, a sustentabilidade e qualidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento.	12-05-31	PSD, CDS-PP	[DAR II série A 188 XII/1 12-06-01 pág 190 - 193]
346	Garante o direito humano à água e ao saneamento.	12-05-25	PEV	[DAR II série A 187 XII/1 12-05-30 pág 74 - 76]
326	Recomenda ao Governo que avalie a adequação das medidas restritivas no acesso à prática desportiva e desenvolvimento da atividade agrícola em áreas protegidas.	12-05-15	PSD	[DAR II série A 181 XII/1 12-05-16 pág 15 - 17]
305	Recomenda ao Governo que proceda à revisão da Portaria n.º 138-A/2010, de 4 de Março, como disposto no seu artigo 10º, tendo por base os elementos resultantes da experiência da sua aplicação, introduzindo as alterações que se mostrem necessárias, entre as quais, a discriminação positiva da aplicação das taxas, decorrentes de pedido de declarações, pareceres, informações ou autorizações, relacionadas com as atividades do sector primário.	12-04-27	CDS-PP	[DAR II série A 172 XII/1 12-05-02 pág 15 - 16]

286	Recomenda ao Governo que isente do pagamento de taxas os particulares, grupos ou associações que pretendem realizar atividades desportivas nos parques nacionais.	12-04-10	BE	[DAR II série A 159 XII/1 12-04-11 pág 77]
278	Não prosseguimento do processo legislativo referente à Proposta de Lei Nº 44/XII/1ª.	12-04-04	PCP	[DAR II série A 159 XII/1 12-04-11 pág 66 - 67]
265	Recomenda ao Governo um apoio extraordinário à compra de biomassa como forma de prevenir os fogos florestais neste ano de seca severa.	12-03-22	BE	[DAR II série A 151 XII/1 12-03-29 pág 7 - 9]
221	Exige ao Governo a adoção de um período de adaptação de 15 anos para qualquer mecanismo de atualização das rendas anteriores a 1990, tal como estabelecido no programa do Governo PSD/CDS.	12-02-10	BE	[DAR II série A 121 XII/1 12-02-15 pág 11 - 12]
175	Recomenda ao Governo a suspensão imediata da barragem do Foz Tua e a sua exclusão do plano nacional de barragens	12-01-10	BE	[DAR II série A 95 XII/1 12-01-11 pág 35 - 37]
165	Recomenda o Governo a cedência da Quinta Nova de Queluz à população, através da Câmara Municipal de Sintra.	12-01-03	BE	[DAR II série A 91 XII/1 12-01-04 pág 23 - 24]
163	A urgente retoma e conclusão do plano integrado do desenvolvimento do Baixo Vouga Lagunar.	12-01-03	PCP	[DAR II série A 91 XII/1 12-01-04 pág 18 - 21]
162	Recomenda ao Governo medidas que salvaguardem o Baixo Vouga Lagunar como realidade protegida ambiental e económica.	12-01-02	CDS-PP	[DAR II série A 91 XII/1 12-01-04 pág 17 - 18]
153	Recomenda ao Governo a determinação do grau de perigosidade dos resíduos depositados em terrenos anexos às instalações da antiga Siderurgia Nacional, na Maia, e a adoção dos procedimentos compatíveis com os resultados dessa avaliação	11-12-22	PCP	[DAR II série A 85 XII/1 11-12-22 pág 25 - 29]
138	Recomenda ao Governo medidas que protejam o Baixo Vouga Lagunar e promovam o aumento de produtividade.	11-12-07	PSD	[DAR II série A 80 XII/1 11-12-14 pág 71 - 73]
127	Recomenda ao Governo a realização de relatório ambiental e a discussão pública do Plano Estratégico de Transportes.	11-11-17	PEV	[DAR II série A 72 XII/1 11-11-23 pág 43 - 44]
118	Recomenda ao Governo a adoção de medidas de apoio ao acesso à habitação por jovens.	11-10-25	PS	[DAR II série A 54 XII/1 11-10-26 pág 17 - 19]
108	Recomenda ao Governo que prossiga os esforços para resolver o passivo ambiental das escombreyras das antigas Minas de São Pedro da Cova, no âmbito de um plano de requalificação que preveja a aplicação das medidas de correção e contenção dos impactes ambientais identificados que sejam adequadas e técnica e financeiramente viáveis, com vista à proteção dos interesses ambientais em causa e a defesa da qualidade de vida dos cidadãos.	11-10-17	CDS-PP, PSD	[DAR II série A 49 XII/1 11-10-19 pág 19 - 23]
105	Recomenda ao Governo a tomada urgente de medidas de apoio ao arrendamento por jovens com vista à sua efetiva emancipação	11-10-13	PCP	[DAR II série A 49 XII/1 11-10-19 pág 16 - 17]
103	Recomenda ao Governo a remoção dos resíduos perigosos depositados em São Pedro da Cova, em Gondomar, e a monitorização ambiente do local do aterro, com vista à informação das populações e proteção da saúde pública.	11-10-07	PS	[DAR II série A 43 XII/1 11-10-13 pág 39]

98	Sobre o processo de revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida.	11-10-03	PEV	[DAR II série A 40 XII/1 11-10-06 pág 193 - 195]
97	Recomenda ao Governo que promova as medidas de promoção da reabilitação como estímulo ao arrendamento por parte da população, e em especial dos jovens	11-10-03	CDS-PP	[DAR II série A 40 XII/1 11-10-06 pág 191 - 193]
90	Recomenda ao Governo a avaliação e revisão do apoio ao arrendamento jovem e a promoção da "reabilitação urbana low cost".	11-09-28	PSD	[DAR II série A 39 XII/1 11-09-30 pág 3 - 4]
88	Recomenda ao Governo a remoção urgente dos resíduos perigosos depositados nas antigas minas de carvão de S. Pedro da Cova, o seu tratamento e deposição em aterro adequado, bem como a monitorização da qualidade das águas superficiais e subterrâneas desta freguesia e a recuperação ambiental e paisagística do local.	11-09-27	PCP	[DAR II série A 37 XII/1 11-09-28 pág 81 - 88]
87	Recomenda ao Governo a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA)	11-09-27	BE	[DAR II série A 37 XII/1 11-09-28 pág 78 - 81]
81	Revisão do Regime de Renda Apoiada.	11-09-20	PS	[DAR II série A 33 XII/1 11-09-22 pág 91 - 92]
75	Recomenda ao Governo que crie e dinamize um plano nacional para coesão territorial no quadro de uma nova estratégia nacional.	11-09-16	PSD	[DAR II série A 31 XII/1 11-09-19 pág 90 - 93]
68	Recomenda ao Governo que reavalie o atual regime de renda apoiada aplicável a nível nacional, segundo um princípio de igualdade e justiça social.	11-09-08	PSD	[DAR II série A 28 XII/1 11-09-14 pág 57 - 58]
67	Recomenda ao Governo a avaliação da execução do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida para a sua eventual alteração ou revisão.	11-09-08	PS	[DAR II série A 28 XII/1 11-09-14 pág 55 - 56]
62	Recomenda ao Governo que proceda à avaliação e à revisão do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Arrábida.	11-08-31	PSD	[DAR II série A 21 XII/1 11-08-31 pág 138 - 139]
59	Recomenda ao Governo que promova medidas mais eficazes na fiscalização e reforço das condições de promoção ambiental e de segurança do Parque Natural da Arrábida.	11-08-25	CDS-PP	[DAR II série A 21 XII/1 11-08-31 pág 133 - 135]
58	Recomenda ao Governo que reavalie o atual regime de renda apoiada com base em critérios de maior sensibilidade social e que promova as medidas que se afigurem necessárias para minorar os efeitos da sua aplicação.	11-08-25	CDS-PP	[DAR II série A 21 XII/1 11-08-31 pág 132 - 133]
49	Recomenda ao Governo a reafectação ao regime florestal da parcela de terreno sita à Av. dos Bombeiros, em Lisboa, impedindo a delapidação do Parque Florestal de Monsanto.	11-08-03	BE	[DAR II série A 17 XII/1 11-08-05 pág 39 - 40]
38	Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida.	11-07-26	PCP	[DAR II série A 14 XII/1 11-07-29 pág 86 - 88]
37	Recomenda a suspensão da aplicação da renda apoiada nos bairros sociais e a revisão deste regime.	11-07-22	BE	[DAR II série A 13 XII/1 11-07-27 pág 71 - 72]

Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
XII Legislatura - 1ª Sessão Legislativa






XII/1ª SL - Apreciação Parlamentar

Nº	Título	Data	Autor	Publicação
8	Decreto-Lei nº 30/2012, de 9 de Fevereiro -Transpõe para a ordem jurídica interna as disposições da Diretiva n.º 2009/71/EURATOM, do Conselho, de 25 de Junho de 2009, que estabelece um quadro comunitário para a segurança nuclear das instalações nucleares, e cria a respetiva autoridade reguladora competente, estabelecendo o seu âmbito e atribuições	14.03.12	PCP	[DAR II série B 173 XII/1 2012-03-17 pág 5 - 6]

COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL
XII Legislatura – 1ª Sessão legislativa











ANEXO 5

XII/1ª SL - Iniciativas Europeias

<u>Referência</u>	<u>Data documento</u>	<u>Título</u>	<u>Obs.</u>
 COM_2011_189_PT_ ACTE_f.pdf	13.04.11	Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à avaliação dos efeitos de determinados projectos públicos e privados no ambiente	<i>Parecer enviado à CAE</i> <i>07.09.11</i>
 COM_2011_244_PT_ ACTE_f.pdf	25.05.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: “Our life insurance, our natural capital: an EU biodiversity strategy to 2020”	<i>Informação</i> <i>27.10.11</i>
 COM_2011_286_PT_ ACTE_f.pdf	23.05.11	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a execução do Regulamento (CE) n.º 2038/2006, relativo ao financiamento plurianual das actividades da Agência Europeia da Segurança Marítima no domínio do combate à poluição causada por navios, no período 2007-2009	<i>Informação</i> <i>27.09.11</i>
 COM_2011_297_PT_ ACTE_f.pdf	27.05.11	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação e a revisão da Directiva 2004/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis resultantes da utilização de solventes orgânicos em determinadas tintas e vernizes e em produtos de retoque de veículos e que altera a Directiva 1999/13/CE	<i>Informação</i> <i>27.09.11</i>
 COM_2011_299_PT_ ACTE_f.pdf	27.05.11	Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que altera a Directiva 1999/31/CE do Conselho no que respeita a critérios específicos relativos à armazenagem de mercúrio metálico considerado resíduo	<i>Parecer enviado à CAE</i> <i>04.11.11</i>
 COM_2011_321_PT_ ACTE_f.pdf	01.06.11	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo à aplicação da Directiva Ruído Ambiente em conformidade com o artigo 11.º da Directiva 2002/49/CE	<i>Informação</i> <i>27.09.11</i>
 COM_2011_363_PT_ ACTE_f.pdf	13.07.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Conferência Rio+20: Rumo a uma economia ecológica e a uma melhor governação	<i>Informação</i> <i>27.10.11</i>
 COM_2011_385_PT_ ACTE_f.pdf	28.06.11	Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que estabelece requisitos para a protecção da saúde do público em geral no que diz respeito às substâncias radioactivas presentes na água destinada ao consumo humano - Projecto apresentado ao abrigo do artigo 31.º do Tratado Euratom para parecer do Comité Económico e Social Europeu	<i>Parecer enviado à CAE</i> <i>22.02.12</i>

 COM_2011_432_PT_ ACTE_f.pdf	13.07.11	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Sobre a utilização dos recursos financeiros atribuídos em 2004-2009 à Lituânia, à Eslováquia e à Bulgária em apoio ao desmantelamento de centrais nucleares encerradas antecipadamente ao abrigo dos Actos de Adesão	Informação 04.11.11
 COM_2011_439_PT_ ACTE_f.pdf	20.07.11	Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 1999/32/CE no que respeita ao teor de enxofre dos combustíveis navais	Parecer enviado à CAE 27.09.11
 COM_2011_441_PT_ ACTE_f.pdf	20.07.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativa à revisão da aplicação da Directiva 1999/32/CE no que respeita ao teor de enxofre de determinados combustíveis líquidos e a novas reduções das emissões poluentes do transporte marítimo	Informação 27.09.11
 COM_2011_478_PT_ ACTE_f.pdf	11.08.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adopção de uma directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos resíduos dos equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE)	Informação 27.10.11
 COM_2011_531_PT_ ACTE_f.pdf	31.08.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: O Sexto Programa Comunitário de Acção em matéria de Ambiente - Avaliação Final	Informação 27.09.11
http://www.parlamento.pt/sites/COM/XIILEG/4CAE/Paginas/default.aspx	09.09.11	Relatório do Governo – “Portugal na União Europeia – 2010”	Parecer enviado à CAE em 15.11.11
 COM_2011_571_PT_ ACTE_f.pdf	28.09.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Roteiro para uma Europa Eficiente na utilização de recursos	Informação 18.10.11
 COM_2011_624_PT_ ACTE_f.pdf	10.10.11	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO PROGRESSOS REALIZADOS NO CUMPRIMENTO DOS OBJECTIVOS DE QUIOTO (nos termos do artigo 5.º da Decisão 280/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à criação de um mecanismo de vigilância das emissões comunitárias de gases com efeito de estufa e de implementação do Protocolo de Quioto)	Informação 18.10.11
 COM_2011_648_PT_ ACTE_f.pdf	19.10.11	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Avaliação da aplicação do Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear (ICNS) durante os primeiros três anos (2007-2009)	Informação 03.01.12

 COM_2011_690_PT_ ACTE_f.pdf	17.11.11	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à adesão da União Europeia ao Protocolo relativo à Protecção do Mar Mediterrâneo contra a poluição resultante da prospecção e da exploração da plataforma continental, do fundo do mar e do seu subsolo	
 COM_2011_693_PT_ ACTE_f.pdf	31.10.11	RELATÓRIO DA COMISSÃO - 22.º RELATÓRIO ANUAL SOBRE A EXECUÇÃO DOS FUNDOS ESTRUTURAIS	<i>Parecer enviado à CAE em 31.01.12</i>
 COM_2011_789_PT_ ACTE_f.pdf	23.09.11	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à criação de um mecanismo de vigilância e de comunicação das emissões de gases com efeito de estufa e à comunicação a nível nacional e da União de outras informações relevantes em termos de alterações climáticas	<i>Parecer enviado à CAE em 03.01.12</i>
 COM_2011_708_PT_ ACTE_f.pdf	14.11.12	Proposta de DIRECTIVA DO CONSELHO que altera a Directiva 98/8/CE do Parlamento Europeu e do Conselho com o objectivo de incluir a substância activa flufenoxurão, para produtos do tipo 8, no anexo I da mesma	<i>Parecer enviado à CAE em 15.02.12</i>
 COM_2011_782_PT_ ACTE_f.pdf	21.11.12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Desenvolver uma estratégia marítima para a Região Atlântica	Informação 10.01.12
 COM_2011_783_PT_ ACTE_f.pdf	02.12.11	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO relativo ao apoio da União Europeia aos programas de assistência ao desmantelamento nuclear na Bulgária, na Lituânia e na Eslováquia	Informação 06.03.12
 COM_2011_784_PT_ ACTE_f.pdf	02.12.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre o relatório intercalar relativo às avaliações dos riscos e da segurança («testes de resistência») das centrais nucleares na União Europeia	
 COM_2011_777_PT_ ACTE_f.pdf	05.12.11	Programa de Trabalho da Comissão para 2012 – Concretizar a renovação europeia	<i>Parecer enviado à CAE em 17.01.12</i>
 COM_2011_828_PT_ ACTE_f.pdf	13.12.11	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao estabelecimento de regras e procedimentos para a introdução de restrições de operação relacionadas com o ruído nos aeroportos da União no âmbito de uma abordagem equilibrada e que revoga a Directiva 2002/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho	<i>Parecer enviado à CAE em 13.01.12</i>
 COM_2011_856_PT_ ACTE_f.pdf	13.12.11	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao nível sonoro dos veículos a motor	<i>Parecer enviado à CAE em 17.01.12</i>
 COM_2011_776_PT_ ACTE_f.pdf	24.11.11	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Sétimo relatório intercalar sobre a coesão económica, social e territorial	Informação 03.01.12

 COM_2011_831_PT_ ACTE_f.pdf	07.12.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre o Programa Europeu de Monitorização da Terra (GMES) e suas operações (a partir de 2014)	Informação 03.01.12
 COM_2011_874_PT_ ACTE_f.pdf	12.12.11	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece um Programa para o Ambiente e a Acção Climática (LIFE)	Parecer enviado à CAE em 06.03.12
 COM_2011_841_PT_ ACTE_f.pdf	21.12.11	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que institui um Instrumento para a Cooperação no domínio da Segurança Nuclear	Parecer enviado à CAE em 04.04.12
 COM_2011_899_PT_ ACTE_f.pdf	22.12.11	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Inovação para um futuro sustentável – Plano de ação sobre eco inovação (EcoAP)	Informação 10.01.12
 COM_2011_875_PT_ ACTE_f.pdf	31.01.12	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo aos resultados da revisão do anexo X da Diretiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, respeitante às substâncias prioritárias no domínio da política da água	Objeto idêntico
 COM_2011_876_PT_ ACTE_f.pdf	31.01.12	DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera as Diretivas 2000/60/CE e 2008/105/CE no que respeita às substâncias prioritárias no domínio da política da água	Parecer enviado à CAE em 14.03.12
 COM_2012_46_PT_A CTE_f.pdf	13.02.12	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Aplicação da estratégia temática relativa ao solo e atividades em curso	Informação 21.02.12
 COM_2012_60_PT_A CTE_f.pdf	13.02.12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Inovação para um Crescimento Sustentável: Bio economia para a Europa	Informação 06.03.12
 COM_2012_95_PT_A CTE_f.pdf	07.03.12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Como tirar melhor partido das medidas ambientais da UE: melhor conhecimento e reatividade para consolidar a confiança	Informação 14.03.12
 COM_2012_93_PT_A CTE_f.pdf	12.03.12	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a regras contabilísticas e planos de ação para as emissões e absorções de gases com efeito de estufa resultantes das atividades relacionadas com o uso do solo, a reafecção do solo e a silvicultura	Parecer enviado à CAE em 18.04.12

 COM_2012_94_PT_A CTE_f.pdf	12.03.12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Contabilização das atividades de uso do solo, reafectação do solo e silvicultura (LULUCF) nos compromissos da União em matéria de alterações climáticas	
 COM_2012_109_PT_ ACTE_f.pdf	15.03.12	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um programa da União Europeia para a rotulagem da eficiência energética do equipamento de escritório, que altera o Regulamento (CE) n.º 106/2008 relativo a um programa comunitário de rotulagem em matéria de eficiência energética para equipamento de escritório	<i>Parecer enviado à CAE em 11.04.12</i>
 COM_2012_118_PT_ ACTE_f.pdf	23.03.12	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à reciclagem de navios	<i>Parecer enviado à CAE em 08.05.12</i>
 COM_2012_120_PT_ ACTE_f.pdf	23.03.12	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que exige aos Estados-Membros que ratifiquem ou adiram, no interesse da União, à Convenção Internacional de Hong Kong para a Reciclagem Segura e Ecológica dos Navios, de 2009	<i>Informação 04.04.12</i>
 COM_2012_127_PT_ ACTE_f.pdf	23.03.12	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel utilizados no transporte rodoviário na União Europeia: Oitavo relatório anual (Ano de 2009)	<i>Informação 04.04.12</i>
 COM_2012_136_PT_ ACTE_f.pdf	27.03.12	Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2006/66/CE, relativa a pilhas e acumuladores e respetivos resíduos, no que respeita à colocação no mercado de pilhas e acumuladores portáteis que contenham cádmio, destinados à utilização em ferramentas elétricas sem fios	<i>Parecer enviado à CAE em 08.05.12</i>
 COM_2012_141_PT_ ACTE_f.pdf	28.03.12	Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera o anexo I da Diretiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a embalagens e resíduos de embalagens	<i>Parecer enviado à CAE em 30.05.12</i>
Portugal na União Europeia - 2011	02.04.12	Relatório intitulado "Portugal na União Europeia – 2011"	<i>Parecer enviado à CAE em 23.05.12</i>
 COM_2012_216_PT_ ACTE_f.pdf	10.05.12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES relativa à Parceria Europeia de Inovação no domínio da Água	<i>Informação 12.06.12</i>
 COM_2012_252_PT_ ACTE_f.pdf	31.05.12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO - Efeitos da combinação de produtos químicos: Misturas de produtos químicos	



COM_2012_236_PT_
ACTE_f.pdf

06.06.12

Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Protocolo Suplementar de Nagoia-Kuala Lumpur sobre Responsabilidade Civil e Indemnização, anexo ao Protocolo de Cartagena sobre Segurança Biológica

ANEXO 6

XI/2ª SL - Petições

PETIÇÃO	Nº ASSINAT	PETICIONÁRIO	ASSUNTO	PONTO DA SITUAÇÃO
103/XI-2ª	4.372	Luísa Maria Cardoso Antunes e outros	Fim à matança de animais no Canil Municipal de Braga - Cedência pela Câmara Municipal de Braga de um espaço próprio, gerido por um colégio associativo de proteção a cães e gatos que se encarregue do acolhimento e abrigo dos animais mantidos no canil e gatil	Deliberação 25.OUT.11 - Discussão Plenário AR - 4.NOV.11
131/XI-2ª	6	António José Rodrigues da Costa e Outros	Suiculturas sediadas nas freguesias de Ribeira de S. João e S. João da Ribeira, Concelho de Rio Maior.	Deliberação 20.DEZ.11
146/XI-2ª	1	Anabela Anapaz dos Reis Cláudio Balmer	Pretende que o local do naufrágio do Navio Torvore, sito na região do Algarve, seja considerado uma zona de reserva para atividades de ecoturismo e conservação da natureza	Deliberação 12.OUT.11
50/XII-1ª	2	Roberto António Ferreira Barbosa	Pretende o cancelamento definitivo da construção da mini-hídrica do Rio Mondego, no troço Penacova - Coimbra, aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 72/2010.	Deliberação 06.MAR.12
54/XII-1ª	2.291	Pedro Nuno Teixeira Santos	Sobreiro - Árvore Nacional de Portugal	Deliberação 13.DEZ.11 - Discussão Plenário AR - 22.12.11
55/XII-1ª	33.573	Francisco José dos Santos Braz - STAL	Não à redução de autarquias e de trabalhadores	Deliberação 25.JAN.12
56/XII-1ª	4.493	AESintra, Associação Empresarial do Conselho de Sintra	Contra o Aumento do Tarifário de Água e Saneamento no Concelho de Sintra	<u>Não Admitida</u>
60/XII-1ª	135	Ana Teresa Barros Cardoso	Pretendem que a Assembleia da República reconheça legalmente o dia 25 de Novembro como o "Dia Nacional da Gestão Sustentável de Resíduos". 7.01.12 - propõem nova data - 5.NOV	Deliberação 03.ABR.12
64/XII-1ª	7.028	Álvaro Manuel da Silva Nobre	Solicitam a tomada de medidas necessárias e legais para que não se extingam freguesias.	Deliberação 25.JAN.12
48/XII-1ª	1	Manuel Vinhas Henriques	Solicita a alteração da legislação respeitante ao regime do arrendamento urbano, conforme acordado com a <i>troika</i>	Deliberação 06.MAR.12

69/XII-1 ^a	6.120	Pedro Manuel Valente de Sousa - JF Leça da Palmeira	Contra os critérios do Eixo 2 do Documento Verde	Deliberação 25.JAN.12
82/XII-1 ^a	11	Paulo Alexandre Pereira Furtado Vaz Pombal	Contra a nova lei do arrendamento urbano aprovada em Conselho de Ministros a 29 de Dezembro de 2011	Arquivada Liminarmente
101/XII-1 ^a	6	Eduardo Miguel do Espírito Santo Pais da Costa	Pretendem que seja cumprido o estabelecido no protocolo realizado entre o Instituto de habitação e Reabilitação Urbano (IRHU) e a cooperativa Nova Imagem, devendo o IRHU tomar a posse das construções já edificadas	
123/XII-1 ^a	149	Francisco José Fernandes Leitão	Pretendem que a Assembleia da República inste o Governo a desencadear os estudos, calendarização e promoção dos trabalhos necessários à mitigação dos problemas de vária ordem que assolam a Ria Formosa	
143/XII-1 ^a	1	Anabela Coito	Pretende suscitar a inconstitucionalidade junto da Assembleia da República e demais instâncias com competência para apreciação preventiva e sucessiva da legalidade e inconstitucionalidade da alteração ao Projeto de lei n.º 120/XII/1.ª, sobre a reorganização administrativa de Lisboa apresentada e aprovada, na especialidade, no dia 1 de junho de 2012	
148/XII-1 ^a	1556	Paulo Alexandre de Paiva Monteiro	Pela não distribuição do património arqueológico subaquático da baía de Angra do Heroísmo	
153/XII-1 ^a	4277	Ana Cristina Pardal Ribeiro - Presidente da CM de Salvaterra de Magos	Em defesa das freguesias do concelho de Salvaterra de Magos	
154/XII-1 ^a	125	Junta de Freguesia de Arez	Contra a extinção das freguesias	
155/XII-1 ^a	985	António Joaquim da Silva Danado - Presidente da JF de Nossa Senhora da Vila	Contra o Livro Verde da Reforma Administrativa.	
156/XII-1 ^a	7319	Plataforma Freguesias SIMTRA	Suspensão do Processo de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica	
157/XII-1 ^a	1214	Grupos de Moradores de Campo de Ourique	Contra a nova lei das rendas e contra os despejos arbitrários que irá provocar	

ANEXO 7

XII/1ª SL - Audições

- 20.SET.12: **Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, Dr. Miguel Relvas**, acompanhado pelo **Secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa, Eng.º Paulo Simões Júlio** (nº 2 do artigo 104º do RAR).
- 27.SET.11
 - **Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Prof.ª Doutora Assunção Cristas**, acompanhada dos **Secretário de Estado da Agricultura, Dr. José Diogo Albuquerque, Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Eng.º Daniel Campelo, Secretário de Estado do Mar, Prof. Doutor Manuel Pinto de Abreu e Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, Dr. Pedro Afonso de Paulo** (nº 2 do artigo 104º do RAR).
 - **Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P.-ERSAR - Eng.º Jaime Melo Baptista, Presidente do Conselho Diretivo** acompanhado pela **Dr.ª Fernanda Maças e Dr. Carlos Lopes Pereira**, vogais do mesmo conselho sobre **qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento**
- 30.SET.12: **Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Prof. Doutora Assunção Cristas** acompanhada do **Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, Dr. Pedro Afonso de Paulo** acerca da **extinção da empresa pública Parque EXPO e da Sociedade Arco Ribeirinho Sul**.
- 14.OUT.11:
 - **Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Água-APDA - Eng.º Rui Godinho, Presidente do Conselho Diretivo, Dr. Araújo Lopes, Vice-Presidente do mesmo conselho e Eng.º Nelson Geada, Presidente da Assembleia Geral;**
 - **Associação Portuguesa para Estudos de Saneamento Básico-APESB - Prof. Doutor Eng.º António Jorge Monteiro, Presidente do Conselho Diretivo, Prof. Doutor Eng.º António Carvalho Albuquerque, Vice-Presidente do mesmo conselho, e Prof. Doutor Eng.º José Saldanha, Presidente da Assembleia Geral,**sobre a **qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento**.
- 18.OUT.12: **Águas de Portugal, SGPS, SA-AdP - Eng.º Pedro Serra, Presidente do Conselho de Administração da ADP e Dr. Justino Carlos, vogal do mesmo Conselho** sobre a **qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento**.
- 25.OUT.12:
 - **Instituto da Água -INAG - Dr. Orlando Borges, Presidente do INAG;**
 - **Conselho Nacional da Água - Eng.º António Eira Leitão, Secretário-Geral, acompanhado pelo Senhor Eng.º Francisco Godinho, assessor do CNA,**sobre a **qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento**

- 2.NOV.12

- Eng.º José Veiga Frade, *Diretor Adjunto e Chefe da Divisão de Água e Proteção do Ambiente do Banco Europeu de Investimentos*;
- ANMP-Associação Nacional Municípios Portugueses - Fernando Campos, *Vice-Presidente do Conselho Diretivo* e Eng.º Artur Trindade, *Secretário-Geral*.
- Prof. Doutor. Eng.º Joaquim Poças Martins, Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto,

sobre a **qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento**

- 8.NOV.12-

- Dr.ª Catarina Albuquerque, *Relatora Especial das Nações Unidas para o Direito Humano à Água*;
- AEPESA-Associação Portuguesa das Empresas para o Sector do Ambiente - Eng.º Paulo Pinheiro, *Presidente da Direção* e Dr. Gonçalo Moita, *Diretor Executivo*,

sobre a **qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de águas e de saneamento**

- 15.NOV.12

- APRH - Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos - Eng.ª Alexandra Serra, *Presidente da Direção*, Eng.ª Eduarda Beja Neves, *Vice-presidente* e Dr. João Pato, *vogal*;
- PPA - Parceria Portuguesa para a Água - Prof. Nunes Correia, *Presidente do Conselho de Administração*,

sobre a **qualidade e sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento**.

- 16.NOV.12: **Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares**, no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XII/1ª-GOV "*Aprova o Orçamento do Estado para 2012*" (em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública-COFAP, Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias-CACDLG, Comissão de Educação, Ciência e Cultura-CECC e Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação-CPECC) (nº 2 do artigo 104º do RAR).

- 17.NOV.12

- ANAFRE-Associação Nacional de Freguesias - Dr. Armando Vieira, *Presidente do Conselho Diretivo* e Cândido Moreira e Paulo Quaresma, *Vice-Presidentes do mesmo Conselho*;
- ANMP-Associação Nacional dos Municípios Portugueses - Dr. Fernando Ruas, *Presidente do Conselho Diretivo*, José António Ganhão, *Vice-Presidente do mesmo Conselho* e Eng.º Artur Trindade, *Secretário-Geral*.

no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/XII/1ª (GOV) "*Aprova o Orçamento do Estado para 2012*" (em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública-COFAP).

- 18.NOV.12 - **Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território**, Prof.ª Doutora Assunção Cristas, acompanhada pelo Secretário de Estado da Agricultura, Dr. José Diogo Albuquerque, Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Eng.º Daniel Campelo, Secretário de Estado do Mar, Prof. Doutor Manuel Pinto de Abreu e Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território, Dr. Pedro Afonso de Paulo, no âmbito da discussão na especialidade da PPL n.º 27/XII/1ª-GOV "*Aprova o*

Orçamento do Estado para 2012” (em conjunto com a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública-COFAP) (nº 2 do artigo 104º do RAR).

- 17.JAN.12 - PORTOVIVO, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, SA - Eng.º Rui Moreira, *Presidente do Conselho de Administração*, Eng.º Rui Quelhas, *Administrador Executivo*, Eng.ª Ana Paula Delgado, *Administradora Executiva* e Dr. Nuno Lopes, *Diretor do Gabinete Jurídico* e LISBOA OCIDENTAL SRU-Sociedade de Reabilitação Urbana, E.E.M. - Dr.ª. Teresa do Passo, *Presidente do Conselho de Administração* sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano (PPL nº 24/XII/1ª-GOV e PPL nº 38/XII/1ª-GOV).
- 24.JAN.12 - IGESPAR-Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico - Arq.º Hermínio Duarte Ferreira e Arq.º Paulo Duarte, GECORPA-Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico - Engenheiro Vítor Coias, *Presidente da Direção* e ICOMOS-Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, Comissão Nacional Portuguesa - Prof. Doutor Arquiteto Walter Rossa, *Representante no Comité Científico Internacional das Cidades Históricas* sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano (PPL nº 24/XII/1ª-GOV e PPL nº 38/XII/1ª-GOV).
- 31.JAN.12 - ALP-Associação Lisbonense de Proprietários-ALP - Prof. Doutor Luís Menezes Leitão, *Presidente da Direção*, ANP-Associação Nacional de Proprietários, António Frias Marques, *Presidente da Direção*, Senhor, Henrique de Oliveira, Artur Soares Alves e João Anastácio, *Diretores da ANP* e Sílvia Sousa e FENACHE-Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica, Guilherme Vilaverde, *Presidente da Direção*, Orlando Vargas, *Vice-Presidente* e Manuel Tereso, *Tesoureiro* sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano (PPL nº 24/XII/1ª-GOV e PPL nº 38/XII/1ª-GOV).
- 7.FEV.12 - ICVM-Instituto de Vilas e Cidades com Mobilidade - Eng.ª Paula Teles, *Presidente da Comissão Técnica de Acessibilidade e Desenho Universal*, AIL-Associação de Inquilinos de Lisboa - Dr. Romão Lavadinho, *Presidente da Direção*, António Machado, *Secretário-Geral* e Dr. Carlos Pacheco, *Assessor Jurídico* e AINP-Associação de Inquilinos do Norte de Portugal - José Maria, *Vice-Presidente da Direção*, Dr. José Fernandes Martins e Laurinda Ribeiro, *Juristas* sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano (PPL nº 24/XII/1ª-GOV; PPL nº 38/XII/1ª-GOV; PPL nº 144/XII/1ª-PS).
- 14.FEV.12 - Ordem dos Engenheiros - Eng.º Carlos Matias Ramos, *Bastonário*, Ordem dos Arquitetos - Arquiteto João Belo Rodeia, *Bastonário e Presidente do Conselho Diretivo Nacional* e Arquiteto Miguel Judas, *Vogal do mesmo Conselho*, AD URBEM-Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção - Dr. Cláudio Monteiro *Presidente da Direção*, e Arq.º João Cabral, *Vogal da mesma Direção* e APROURB-Associação Profissional dos Urbanistas Portugueses, Prof. Doutor Urbanista Diogo Mateus, *Presidente da Direção* sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano (PPL nº 24/XII/1ª-GOV; PPL nº 38/XII/1ª-GOV; PPL nº 144/XII/1ª-PS).
- 22.FEV.12 - CPCI-Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário - Eng.º Manuel Reis Campos, *Presidente da Direção* (em representação da AICCOPN - Associação da Indústria de Construção Civil e Obras Públicas), Dr. Luís Saraiva, *Jurista* e Dr.ª Sónia Oliveira, *Assessora da Direção*, APEMIP - Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal - Luís Lima, *Presidente da Direção* e Ana Sousa, *Assessora do Presidente da Direção* e APPII - Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários - Dr. Henrique Pognignac de Barros, *Presidente da Direção* e Dr. Miguel de Azeredo Perdigão, *Secretário-Geral* sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano (PPL nº 24/XII/1ª-GOV; PPL nº 38/XII/1ª-GOV; PPL nº 47/XII/1ª-GOV; PPL nº 144/XII/1ª-PS).

- 28.FEV.12 - **Ordem dos Engenheiros Técnicos** - Eng.º Técnico Augusto Ferreira Guedes, *Bastonário*, Eng.º Técnico Luís Vaz, *Presidente do Conselho Jurisdicional* e Eng.º Técnico José Delgado, *Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional do Sul*, *Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica* - Eng.º Mário Lopes, *Membro da Direção da SPES* e *Professor do Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico*, Eng.º Rogério Bairrão, *Membro da Direção da SPES* e *Investigador Principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil* e Eng.º Rui Gomes, *Professor do Departamento de Engenharia Civil do Instituto Superior Técnico* e *IHRU-Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana* - Arq.º Vítor Reis, *Presidente do Conselho Diretivo sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano* (PPL nº 24/XII/1ª-GOV; PPL nº 38/XII/1ª-GOV; PPL nº 47/XII/1ª-GOV; PPL nº 144/XII/1ª-PS).
- 6.MAR.12 - **CCP-Confederação do Comércio e Serviços de Portugal** - Eng.º João Vieira Lopes, *Presidente da Direção*, Senhor, Dr. Vasco de Melo, *Vice-Presidente da Direção* e Dr. Alberto de Sá e Melo, *consultor jurídico* e **CIP -Confederação Empresarial de Portugal** - Dr. Daniel Soares de Oliveira, *Chefe do Gabinete do Presidente da CIP e responsável pelo Grupo de Trabalho da CIP "Fazer Acontecer a Regeneração Urbana"* e Dr.ª Céu Filipe, *Jurista sobre Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano* (PPL nº 24/XII/1ª-GOV; PPL nº 38/XII/1ª-GOV; PPL nº 47/XII/1ª-GOV; PPL nº 144/XII/1ª-PS).
- 16.MAR.12 - **ANAFRE-Associação Nacional de Freguesias** - Dr. Armando Vieira, *Presidente do Conselho Diretivo* e Cândido Moreira e Paulo Quaresma, *Vice-Presidentes do mesmo Conselho* sobre PPL nº 44/XII/1ª-GOV "Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica".
- 27.MAR.12 - **Ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares**, Dr. Miguel Relvas, acompanhado do **Secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa**, Eng.º Paulo Simões Júlio (nº 2 do artigo 104º do RAR).
- 29.MAR.12 -
 - **STAL-Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local** - Francisco José Santos Braz, *Presidente*, José Joaquim de Miranda Correia, *Vice-Presidente*, Macário António Dias, *Membro da Comissão Permanente* e José Maria Torres;
 - **SINTAP-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública** - Jorge Manuel Nobre dos Santos, *Secretário-Geral/Comissão Executiva*, José Abraão, *Vice-Secretário-Geral/Comissão Executiva* e Ricardo Serrano, *Jurista* sobre PPL nº 44/XII/1ª-GOV "Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica".
- 3.ABR.12 - **Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**, Prof. Doutora Assunção Cristas, acompanhada do **Secretário de Estado da Agricultura**, Dr. José Diogo Albuquerque, **Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural**, Eng.º Daniel Campelo, **Secretário de Estado do Mar**, Prof. Doutor Manuel Pinto de Abreu e **Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território**, Dr. Pedro Afonso de Paulo (nº 2 do artigo 104º do RAR).
- 27.ABR.12 - **Presidente da Câmara Municipal de Lisboa**, Dr. António Costa, acompanhado da **Vereadora com o Pelouro da Habitação da C. M. Lisboa**, Arq.ª Helena Roseta e **Presidente da Câmara Municipal de Sintra**, Dr. Fernando Seara, acompanhado pela Dr.ª Paula Cruz, *assessora jurídica da presidência* e Arq.ª Maria Manuel Albino, *assessora técnica na área do planeamento e regeneração urbana* sobre **Reabilitação Urbana e Arrendamento Urbano** (PPL nº 24/XII/1ª-GOV; PPL nº 38/XII/1ª-GOV; PPL nº 47/XII/1ª-GOV; PPL nº 144/XII/1ª-PS).

- 5.JUN.12

- **Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**, Prof. Doutora Assunção Cristas acompanhada do **Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural**, Eng.º Daniel Campelo, **Secretário de Estado do Mar**, Prof. Doutor Manuel Pinto de Abreu e **Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território**, Dr. Pedro Afonso de Paulo (nº 2 do artigo 104º do RAR)
- **Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território**, Prof. Doutora Assunção Cristas acompanhada do **Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural**, Eng.º Daniel Campelo, **Secretário de Estado do Mar**, Prof. Doutor Manuel Pinto de Abreu e **Secretário de Estado do Ambiente e Ordenamento do Território**, Dr. Pedro Afonso de Paulo (nº 2 do artigo 104º do RAR) sobre **classificação da paisagem do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade / construção da barragem de Foz Tua.**

- 19-JUN.12

- **Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares**, Dr. Miguel Relvas e do **Senhor Secretário de Estado da Administração Local e da Reforma Administrativa**, Eng.º Paulo Simões Júlio (nº 2 do artigo 104º do RAR).
- **Secretário de Estado da Administração Local**, Eng.º Paulo Simões Júlio sobre o requerimento do GP PCP sobre **situação financeira dos Municípios.**

- 26.JUN.12

- **SINTAP - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Entidades com Fins Públicos**, Jorge Manuel Soares Nobre dos Santos, *Secretário-geral* e José Joaquim Abraão, *Vice-Secretário Geral*;
 - **STAL - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local**, Francisco Braz, *Presidente*, José Joaquim de Miranda Correia, *Vice-presidente* e Dr. Miguel Pedro de Sá Viana Vidigal, *Assessor Jurídico*;
 - **ATAM - Associação dos Trabalhadores da Administração Local**, Dr. João Dias Pacheco, *Vice-Presidente da Direção*,
- sobre **Estatuto do Pessoal Dirigente das Autarquias Locais e Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local** (PPL nº 57/XII/1ª-GOV e PPL nº 58/XII/1ª-GOV).

ANEXO 8

XII/1ª SL - Audiências

- 14.SET.11 - ANAFRE-Associação Nacional de Freguesias- Dr. Armando Vieira, *Presidente do Conselho Diretivo* e Cândido Moreira, e Paulo Quaresma *Vice-Presidentes do mesmo Conselho* (reorganização administrativa do território; revisão das leis eleitoral autárquica, das finanças locais e do regime jurídico das atribuições e competências das Freguesias).

- 6.DEZ.12
 - Associação Promoção Investimento Florestal-Acrécimo -, Eng.º Paulo Pimenta de Castro, *Presidente da Direcção*, Prof.ª Cristina Gonçalves, Eng.º João Mourato e Eng.º André Quiroga (objetivos e plano de atividades).
 - Associação Portuguesa de Aquacultores-APA -, António Frade Vieira, *Vice-Presidente da Direcção*, Renata Serradeiro e Fernando Gonçalves (objetivos da Acrécimo; situação do setor da aquacultura)

- 3.JAN.12 - ANAFRE-Associação Nacional de Freguesias - Dr. Armando Vieira, *Presidente do Conselho Diretivo* e Cândido Moreira, *Vice-Presidente* do mesmo Conselho (Conclusões do XIII Congresso)

- 17.JAN.12 -
 - Associação Portuguesa de Habitação Municipal-APHM - Dr.ª Maria Conceição Carp, Dr.ª Dina Campino, Dr.ª Nídia Cavaco, *Membros da Direcção* (NRAU social)
 - Ordem dos Engenheiros Técnicos - Eng.º Técnico Augusto Ferreira Guedes, *Bastonário*, Eng.º Técnico António Lousada, *Presidente do Conselho da Profissão* e Eng.º Técnico Luís Vaz, *Presidente do Conselho Jurisdicional* (contributos da OET para o desenvolvimento do País).

- 24.FEV.12
 - Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo - CIMBAL - Jorge Pulido Valente, *Presidente da C.M. Beja - Presidente do Conselho Executivo da CIMBAL*, Francisco António Galinha Orelha, *Presidente da C.M. Cuba - Vogal do Conselho Executivo da CIMBAL* (propostas e preocupações sobre a situação das Câmaras municipais).
 - Movimento Freguesias Sempre - Daniel Vieira, *Presidente J.F. São Pedro da Cova - Gondomar*, Pedro Sousa, *Presidente J.F. Leça da Palmeira - Matosinhos*, Álvaro Pinto, *Presidente J.F. Parada de Todeia - Paredes* e João Avelino Pereira, *representante dos Trabalhadores da Administração Local (razões da criação deste movimento; Documento Verde da Reforma da Administração Local)*.

- 31.JAN.12

- Associação de Energias Renováveis - APREN, Prof. Doutor Eng.º António Sá da Costa, *Presidente da Direcção* e Eng.ª Lara Ferreira para (*Estudo "Avaliação dos custos e benefícios da eletricidade de origem renovável"*)
- Comissão de Inquilinos das Avenidas Novas - Margarida Garrido, Magda Fonseca, Isabel Corado e José Carvalho Oliveira (arrendamento urbano)

- 7.FEV.12

- Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações - Dr. José Moreno, José Figueiredo Costa, Fernando Moura e José Baltazar (criação de Freguesia);
- AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal - Dr. Alexandre de Almeida, *Membro da Direcção*, José Manuel Esteves, *Secretário-Geral* e Dr.ª Ana Jacinto, *Secretária-Geral Adjunta* (arrendamento urbano).

- 28.FEV.12

- Associações empresariais, de comércio e serviços - UACS-União de Associações de Comércio e Serviços: Dr.ª Carla Salsinha, *Presidente da Direcção*, Dr. José Rodrigues, *Diretor*, Fernando Perfeito, *Diretor* e Dr.ª Ana Cristina Figueiredo, *Técnica*; AECC- Associação Empresarial do Concelho de Cascais: Dr. Armando Correia, *Presidente da Direcção* e Dr.ª Ana Bigares, *Técnica*; ACECOA- Associação Comercial e Empresarial dos Concelhos de Oeiras e Amadora: João Antunes, *Presidente da Direcção*; AECSCLO- Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas: Mário Saramago, *Presidente da Direcção*; AE Sintra- Associação Empresarial do Concelho de Sintra: Manuel Cabo, *Presidente da Direcção* e Dr.ª Olga Figueiredo, *Secretária Geral*; CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal: Dr. Vasco de Melo, *Vice-Presidente da Direcção* IPCVI - INSTITUTO PORTUGUÊS PARA A CIDADANIA E VIDA INDEPENDENTE (arrendamento urbano).
- CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente - Miguel Barroso e Manuel Ferreira dos Santos (reabilitação urbana e arrendamento urbano).

- 6.MAR.12

- APFIPP-Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios - Eng.º Filipe Amado, *Presidente da Comissão Consultiva dos Fundos de Investimento Imobiliário da APFIPP*; Dr.ª Marta Passanha, *Secretária-Geral da APFIPP*; Dr.ª Rita Alarcão, *assessora jurídica*; Dr. Francisco Lino Dias, *assessor jurídico* (arrendamento urbano).
- IPCVI - Instituto Português para a Cidadania e Vida Independente - Dr. Pedro Nuno Vieira Gonçalves Martins de Oliveira, *Presidente da Direcção*; Dr. Miguel dos Santos Fonseca, *Vice-Presidente da Direcção*; Prof. Doutora Maria Belén Rando Calvo, *Vice-Presidente da Direcção*; Dr. Luís Filipe Nogueira Fonseca, *Vice-Presidente da Assembleia Geral*; Ana Bela Gonçalves, *Tesoureiro* (arrendamento urbano)
- AAC-Associação Académica de Coimbra - Ricardo Morgado, *Presidente da Direcção-Geral*; Tiago Martins, *coordenador geral de Política Educativa*; Rui Capote (arrendamento urbano).

- 15.MAI.12

- CiB Centro de Informação e Biotecnologia - Prof. Doutor Manuel Pedro Fevereiro, *Presidente do CiB*; Eng.ª Maria Gabriela Cruz, *Presidente da APOSOLO - Associação Portuguesa de Mobilização e Conservação do Solo*; Dr.ª Rita Caré, *Coordenação do gabinete de comunicação do CiB* (impacto da utilização da agrobiotecnologia no ambiente).

- Comissão Permanente de Planeamento e Desenvolvimento (CPPD) da Assembleia Municipal do Barreiro - Susana Silva (CDU), *Coordenadora*; Hugo Cruz (PSD); João Pintassilgo (PS); Luís Pedro Cerqueira (PS); Joaquim Matias (CDU) (Projeto Arco Ribeirinho Sul).

- 5.JUN.12 - Federação Portuguesa de Montanhismo e Escalada - Carlos Gomes, *Presidente da Direcção da FPME*; José Veloso, *Vice-Presidente da FPME*; Alexandre Velhinho, *Presidente da Direcção do CAAL-Clube de Atividades ao Ar Livre (FPME)*; Rómulo Machado, *Presidente da Mesa da Assembleia Geral de ASE-Amigos da Serra da Estrela (FPME)* (usufruto de Áreas Protegidas; taxas).

- 3.JUL.12
 - Vereadores da Cultura de Diversas Câmaras Municipais - C. M. Lisboa: Dra. Catarina Vaz Pinto, *Vereadora da Cultura*, acompanhada pela Dr.^a Ana Rosmaninho, *Jurista*; C. M. Guarda: Dr. Virgílio Bento, *Vice-Presidente e Vereador da Cultura*; C. M. Guimarães: Dra. Francisca Abreu, *Vereadora da Cultura*; C. M. Maia - Dr. Mário de Sousa Neves, *Vereador da Cultura*; C. M. Sintra: Dr. António Reis, *Diretor executivo da Sintra-Quórum Gestão de Equipamentos Culturais e Turísticos, E.M.*; C. M. Cabeceiras de Basto: Dr. Luís Silva, *Chefe de Gabinete*, em representação do Eng.^o Joaquim Barreto, *Presidente / Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses* (gestão da Cultura nos Municípios/regime do Setor Empresarial Local).



COMISSÃO DE AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E PODER LOCAL
XII Legislatura – 1ª Sessão legislativa

ANEXO 9

XII/1ª SL - Requerimentos

- GP PSD para audições de diversas entidades sobre a qualidade e sustentabilidade dos Serviços de abastecimento de água e de saneamento
- *Aprovado em 23.AGO.11*
- GP PS para audição da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (extinção da empresa pública Parque EXPO e da Sociedade Arco Ribeirinho Sul)
- *Rejeitado em 30.AGO.11*
- GP PCP para audição da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (extinção da empresa pública Parque EXPO e da Sociedade Arco Ribeirinho Sul)
- *Rejeitado em 30.AGO.11*
- GP PSD para audição da Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (extinção da empresa pública Parque EXPO e da Sociedade Arco Ribeirinho Sul)
- *Aprovado em 30.AGO.11*
- GP BE para audição do Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa (diferendo entre a CM Barcelos e a Empresa Águas de Barcelos)
- *Rejeitado em 7.FEV.12*
- GP PCP para audição das Câmaras e Assembleias Municipais de Almada, Barreiro e Seixal sobre "Projeto Arco Ribeirinho Sul"
- *Rejeitado em 18.ABR.12*
- GP PSD para constituição da Subcomissão Parlamentar para a Coesão Territorial
- *Aprovado em 26.ABR.12*
- GP PCP para audição do Secretário de Estado da Administração Local (SEAL) sobre a situação financeira dos Municípios
- *Aprovado em 15.MAI.12*
- GP BE para audição do Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território sobre construção da barragem do Foz Tua/classificação da paisagem do Alto Douro Vinhateiro como Património da Humanidade
- *Aprovado em 23.MAI.12*
- GP PEV para audição da Ministra da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território sobre a construção da barragem do Foz Tua/património mundialmente classificado do Alto Douro Vinhateiro-ADV
- *Aprovado em 23.MAI.12*

INDICE

- 1.Introdução
 - 2.Reuniões
 - 3.Organização Interna
 - 4.Pareceres sobre verificação de poderes, levantamento da imunidade e incompatibilidades e impedimentos
 - 5.Iniciativas legislativas
 - 6.Iniciativas europeias
 - 7.Outros pareceres/relatórios
 - 8.Petições
 - 9.Audições
 - 10.Audiências
 - 11.Eventos
 - 12.Deslocações/ Representações
 - 13.Grupos de Trabalho
 - 14.Requerimentos dos GP
- Anexos

1. Introdução

O presente relatório de atividades pretende dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, dando conta da atividade desenvolvida pela Comissão Parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação (CPECC) ao longo da 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura (de 21 de junho de 2011 até 14 de setembro de 2012).

As atividades levadas a cabo pela Comissão enquadram-se, quer no cumprimento do respetivo [plano de atividades](#)¹, quer no seguimento de outras iniciativas suscitadas pelos grupos parlamentares, inseridas nas competências que lhes estão adstritas.

De realçar que toda a atividade da Comissão, bem como dos grupos de trabalho e dos relatores, se encontra publicada na respetiva [página da internet](#)² no que concerne a reuniões e respetivas atas, processo legislativo, petições, audiências, audições, deslocações e eventos.

Sem detrimento do exercício integral de tais competências, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação erigiu como tema prioritário para acompanhamento na 1.ª Sessão Legislativa a área da comunicação social.

O relatório é composto por 13 pontos onde se abordam, de forma muito sintética, as atividades desenvolvidas ao longo da 1.ª Sessão Legislativa, encontrando-se nos vários anexos, que farão parte integrante do presente relatório, os respetivos detalhes.

¹ <http://www.parlamento.pt/sites/COM/XIILEG/12CPECC/Apresentacao/Paginas/PlanosActividade.aspx>

² <http://www.parlamento.pt/sites/com/XIIILeg/12CPECC/Paginas/default.aspx>

2. Reuniões

Durante o período em análise, a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação efetuou reuniões 76 distribuídas da seguinte forma: 48 ordinárias, 21 extraordinárias e 7 da Mesa e Coordenadores ([anexo 1](#)).

Mês	Dia	Total
Julho de 2011	6, 13, 19 e 26	4
Agosto de 2011	2, 24 e 30	3
Setembro de 2011	7, 14, 16, 20 e 27	5
Outubro de 2011	12, 13, 18, 25 e 26	5
Novembro de 2011	2, 8, 9, 16 (2), 22 e 29	7
Dezembro de 2011	6, 13, 20 e 21	4
Janeiro de 2012	4, 10, 13, 17, 18, 24 e 31	7
Fevereiro de 2012	1, 7 (2), 8, 14, 15, 21, 22, 23 e 28 (2)	11
Março de 2012	6, 7, 8, 14 (2), 20, 27 e 28	8
Abril de 2012	3, 4, 10, 11, 18 e 19	6
Mai de 2012	2, 4, 8, 15, 23 e 29	6
Junho de 2012	5, 12, 19, 26 e 29	5
Julho de 2012	3, 4, 10, 13, 18	5
Total		76

Apresenta-se de seguida o mapa com o cômputo geral de presença e faltas às reuniões da Comissão:

TOTAIS RELATIVOS DE 01 JUNHO 2011 A 16 JULHO 2012												
Órgão		Presenças					Ausências					Total de reuniões
		Efectivos	Suplentes	Substitutos	Convidados	Total	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Faltas	Total	
12. ^a Comissão (CPECC)	PSD	551	105	6	6	668	59	6	39	3	107	76
	PS	326	59	2	3	390	72	15	46	1	134	
	CDS-PP	116	73	0	1	190	2	5	13	0	20	
	PCP	58	16	2	4	80	6	0	5	1	12	
	BE	56	2	1	1	60	4	2	9	0	15	
	Totais	1107	255	11	15	1388	143	28	112	5	288	

3. Organização Interna

A 6 de julho de 2011 foram eleitos, como Presidente da Comissão, o Deputado Mendes Bota, do PSD e, como Vice-Presidentes, a Deputada Inês de Saint-Maurice Esteves de Medeiros Victorino de Almeida, do PS, e a Deputada Catarina Soares Martins, do BE.

A 18 de outubro de 2011 foi eleita a nova 1.^a Vice-Presidente da Comissão Deputada Isabel Sena Lino, indicado pelo Grupo Parlamentar do PS, em substituição da Sr.^a Deputada Inês de Medeiros;

A 6 de dezembro de 2011 foi eleito o novo 1.^o Vice-Presidente da Comissão Deputado Jacinto Serrão, indicado pelo Grupo Parlamentar do PS, em substituição da Sr.^a Deputada Isabel Sena Lino;

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação é constituída por 21 Deputados (e igual número de suplentes), repartidos da seguinte forma: 10 do PSD, 7 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PCP e 1 do BE.

Durante esta sessão legislativa foram criados ou prosseguiram a sua atividade 5 Grupos de Trabalho (GT), adiante explicitados.

4. Pareceres sobre verificação de poderes, levantamento da imunidade e incompatibilidades e impedimentos

Na presente Sessão Legislativa, a Comissão emitiu 12 pareceres sobre verificação de poderes, dos quais 3 sobre situações de renúncias ao mandato, 4 sobre situações de suspensão do mandato, 4 sobre situação de retoma do mandato e 1 de vacatura.

Foram também emitidos 14 pareceres sobre compatibilidade do exercício simultâneo do mandato de Deputado e de outras funções.

A Comissão emitiu ainda 68 pareceres, autorizando Deputados a prestar depoimentos como testemunha.

Encontram-se pendentes 2 processos de constituição de arguidos.

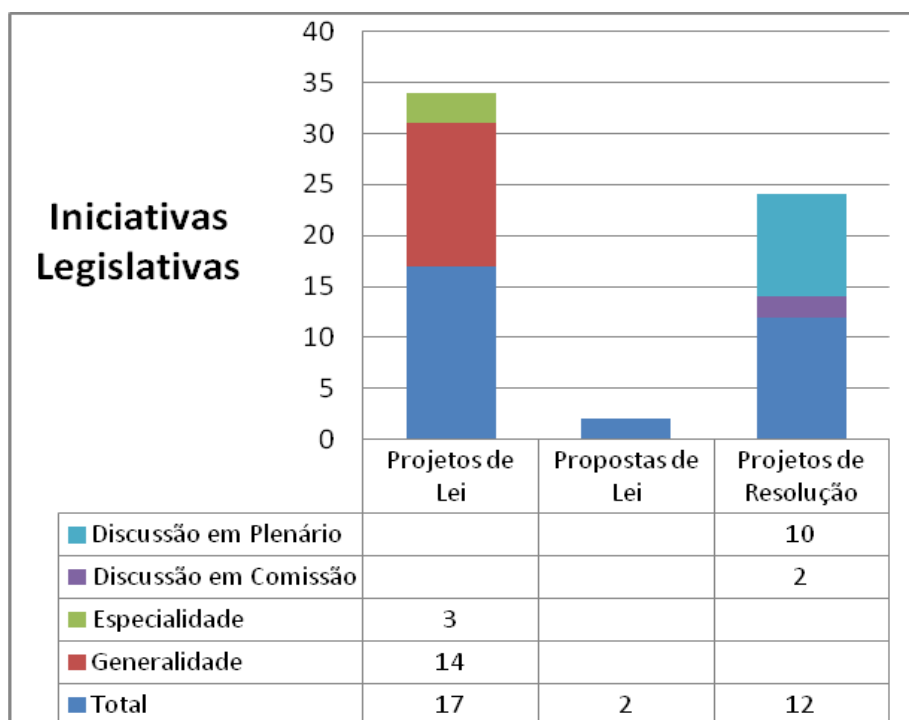
5. Iniciativas legislativas ([anexo 2](#))

Foram distribuídas e objeto de parecer 11 iniciativas legislativas, na generalidade, e de acordo com as regras de alternância entre os grupos parlamentares, estabelecidas segundo o método da média mais alta de Hondt.

Baixaram na especialidade os projetos de lei n.ºs 193/XII (1.ª) e 195/XII (1.ª) que deram origem à constituição do Grupo de Trabalho do Código da Publicidade, cujos trabalhos ainda decorrem.

A Comissão concluiu ainda, durante esta sessão legislativa, o processo legislativo relativo a duas propostas de lei.

No tocante aos projetos de resolução, baixaram à Comissão, durante esta Sessão Legislativa, 12 projetos de resolução, dos quais apenas 2 foram discutidos no âmbito da Comissão ao abrigo do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.



6. Iniciativas legislativas europeias

A Comissão fez o acompanhamento às seguintes iniciativas legislativas europeias:

Referência	Data Doc.	Título Documento	Relator	Data Aprovação Relatório
COM(2012)226	2012-05-21	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estratégias nacionais de integração dos ciganos: um primeiro passo para a aplicação do quadro da EU	12ª CPECC Rosa Arezes (PSD)	2012-07-04
COM(2012)203	2012-05-04	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Primeiro relatório da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre a aplicação da Diretiva 2010/13/UE, «Diretiva Serviços de Comunicação Social Audiovisual»	12ª CPECC Francisca Almeida (PSD)	2012-06-26
COM(2012)196	2012-05-02	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia europeia para uma Internet melhor para as crianças	12ª CPECC Manuel Seabra (PS)	2012-06-26
COM(2011)882	2011-12-12	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Dados abertos Um motor de inovação, crescimento e governação transparente	12ª CPECC Odete Silva (PSD)	2012-05-15
COM(2011)777	2011-11-15	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2012 Concretizar a renovação europeia	12ª CPECC Jacinto Serrão (PS)	2012-01-17
COM(2011)616	2011-10-05	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a implementação, o funcionamento e a eficácia do domínio de topo «.eu»	12ª CPECC Sérgio Azevedo (PSD)	2012-05-28
COM(2011)568	2011-09-20	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Comunicação sobre as Políticas da UE e o Voluntariado: Reconhecer e Promover as Actividades de Voluntariado Transfronteiras na UE	12ª CPECC Isabel Sena Lino (PS)	2011-12-21

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

COM(2011)556	2011-09-13	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a aplicação da Recomendação do Conselho de 24 de Setembro de 1998 relativa à protecção dos menores e da dignidade humana e da Recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho de 20 de Dezembro 2006 relativa à protecção dos menores e da dignidade humana e ao direito de resposta em relação à competitividade da indústria europeia de serviços audiovisuais e de informação em linha -PROTEGER AS CRIANÇAS NO MUNDO DIGITAL-	12ª CPECC Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP)	2011-12-09
COM(2011)489	2011-08-11	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa ao Ano Europeu dos Cidadãos (2013)	12ª CPECC Carla Rodrigues (PSD)	2011-10-12
COM(2011)222	2011-04-19	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Abertura e neutralidade da Internet na Europa	12ª CPECC Pedro Delgado Alves (PS)	2012-03-14
COM(2011)173	2011-04-05	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020.	12ª CPECC Francisca Almeida (PSD)	2011-10-18
COM(2011)163	2011-03-31	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Protecção das infra-estruturas críticas da informação «Realizações e próximas etapas: para uma cibersegurança mundial».	12ª CPECC Isabel Oneto (PS)	2012-03-14

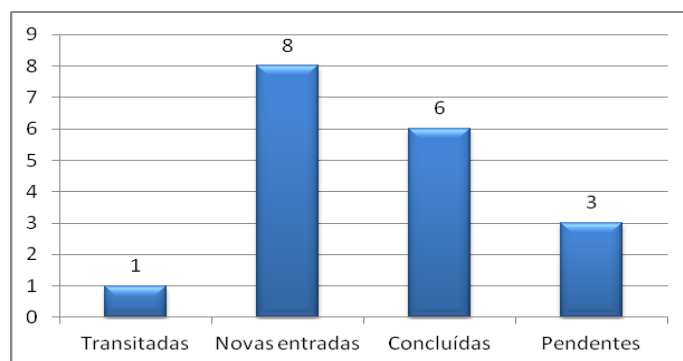
7.Outros pareceres/relatórios

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação foi ainda chamada a emitir relatório sobre os seguintes documentos:

Iniciativa	Data	Deputado Relator	Data de aprovação do relatório	Situação atual
Relatório do Governo – Portugal na União Europeia 2010	14/09/2011	14/09/2011 Ana Sofia Bettencourt	08-11-2011	Envio à CAE
Relatório atividades e contas 2010 da ERC	16/09/2011	20/09/2011 Glória Araújo	11/04/2012	Envio à PAR
Programa de Trabalho da CE para 2012	04/08/2011	21/12/2011 Jacinto Serrão	17/01/2012	Envio à CAE
Conta Geral do Estado de 2010	20/02/2012	20/02/2012 Odete Silva	20/02/2012	Envio à COFAP
Relatório sobre Portugal na União Europeia – 2011	13/04/2012	18/04/2012 Sérgio Azevedo	15/05/2012	Envio à CAE

8. Petições

Na 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura deram entrada na Comissão 9 petições, e foi apreciada 1 que transitou da anterior legislatura.



A situação das petições é, neste momento, a seguinte:

Petições pendentes

Núm	Leg.	SL	Peticionário	Título	Relator	Data
119	XII	1	José Filipe Malheiro Pinheiro Ferreira	Pretende que se crie legislação adequada que obrigue os operadores de televisão por cabo a prestem o serviço de TDT, a todos os portugueses utilizadores dos canais de televisão de sinal aberto.	João Portugal (PS)	2012-04-12
98	XII	1	José Ribeiro e Castro e outros	Solicitam a continuidade do Euronews em língua portuguesa.	Lídia Bulcão (PSD)	2012-02-24
7	XII	1	Miguel Ângelo Moreira Domingues e outros	Pretendem uma melhor e mais adequada programação de cinema, na RTP2	João Portugal (PS)	2011-07-13

Petições concluídas

Núm	Leg.	SL	Peticionário	Título	Relator	Estado
100	XII	1	Artur Miguel da Cruz Duarte e outros	Solicitam a alteração do Estatuto dos Deputados, nomeadamente quanto ao regime de Segurança Social.	—	Indeferida
84	XII	1	José Diniz de Abreu Pinto	Solicita a eliminação da imunidade parlamentar.	Paulo Rios de Oliveira (PSD)	Concluída
58	XII	1	Associação de Freguesias de Direito Público do Vale do Mouro	Reforço da cobertura da Televisão Digital Terrestre nas localidades integradas na Associação de Freguesias do Vale do Mouro.	Luís Pita Ameixa (PSD)	Concluída

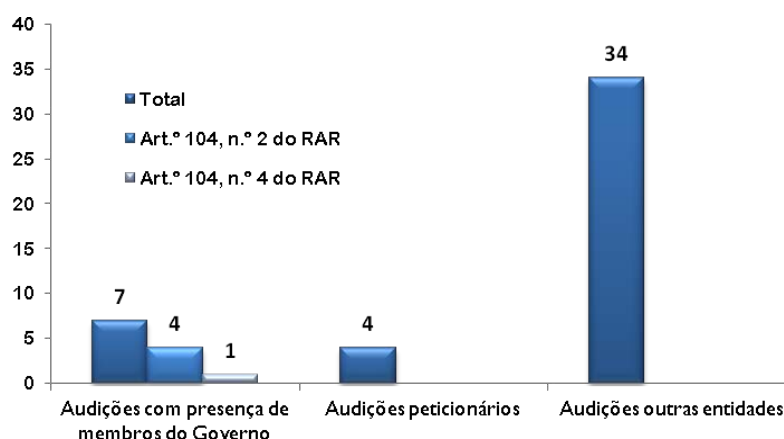
Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

45	XII	1	Presslivre, Imprensa Livre, SA, e Octávio Manuel Martins Ribeiro	Solicitam tomada de medidas para eventual destituição do Presidente do Conselho Regulador da ERC.	—	Indeferida
12	XII	1	Associação Conselho Profissional de Secretariado	Solicitam que o dia 30 de Setembro seja reconhecido como o «Dia Nacional da(o)s Secretária(o)s»	Maria da Conceição Caldeira (PSD)	Concluída
177	XI	2	António Garcia Pereira	Solicita a adoção, em tempo útil, das medidas necessárias para a inclusão nos diversos debates televisivos, na RTP, SIC e TVI, de todas as listas candidatas às eleições legislativas.	Lídia Bulcão (PSD)	Concluída

9. Audições ([anexo 3](#))

Durante a 1.^a Sessão Legislativa a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação realizou 42 audições, assim discriminadas:

- 7 audições com o Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, das quais:
 - . 4 ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, incluindo a realizada no âmbito do Orçamento do Estado para 2012;
 - . 1 ao abrigo do n.º 4 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República;
 - . 2 na sequência de requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares.
- 4 audições de petionários;
- 34 audições de outras entidades.



10. Audiências

A Comissão de Ética, Sociedade e Cultura realizou um total de 7 audiências durante a 1.ª Sessão Legislativa.

Núm	Leg.	SL	Data	Assunto	Entidades
7- CPECC- XII	XII	1	2012-04-18	Audiência solicitada pela apDC para expor a deplorável situação que se regista neste particular segmento do ordenamento jurídico	Presidente da Associação Portuguesa de Direito do Consumo, Dr. Mário Frota; Dra. Ângela Frota - Diretora do Centro de Formação da apDC
6- CPECC- XII	XI	2	2012-04-05	Carta da Câmara dos deputados do Parlamento Romeno propondo a criação de um compromisso para o início de discussões bilaterais sobre questões relacionadas com os Romenos residentes em Portugal.	Presidente da Comissão, Deputado William Gabriel Brinza (PDL); Secretário da Comissão, Deputado Iosif Koto (UDMR); Deputada Luminita Iordache (Partido Progressita); Deputado Dan-Radu Zatreanu (PDL)
5- CPECC- XII	XII	1	2012-01-18	Audiência do Sr. Presidente do Diretório da <i>Euronews</i> , conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Cultura	Michael Peters, Presidente do Diretório da Euronews; e Maria Barradas, responsável pela língua portuguesa na Euronews
4- CPECC- XII	XII	1	2011-11-16	Reunião com uma Delegação da Comissão de Imunidades, Incompatibilidades e Mandatos da Assembleia Nacional da Hungria	e Intérprete (português-húngaro): Zsuzsanna Lászl; Presidente da Comissão: Deputado György Rubovszky (KDNP); Deputado István Varga (Fidesz); Deputado István Göndör (MSZP); Conselheiro da Comissão: Dr. József Karsai; Embaixador da Hungria: Norbert Konkoly;
3- CPECC- XII	XII	1	2011-10-26	Reunião com uma delegação da Comissão de Ética do Parlamento Nacional de Timor-Leste	Deputada Jacinta Abucau Pereira; Deputada Maria Fernanda Lay - Presidente da Comissão; Deputada Maria da Costa Exposto; Deputado Jacob Xavier
2- CPECC- XII	XII	1	2011-08-30	Audiência com a Comissão de Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A, sobre "Suspensão provisória, para avaliação, das emissões em Onda Curta da RDP Internacional"	Comissão de Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal, S.A
1- CPECC- XII	XII	1	2011-08-30	Audiência com o Senhor Provedor do Ouvinte, Prof. Doutor Mário Figueiredo, sobre "Suspensão provisória, para avaliação, das emissões em Onda Curta da RDP Internacional";	Provedor do Ouvinte, Prof. Doutor Mário Figueiredo

11. Eventos

Dos eventos realizados pela Comissão destacam-se:

Ciclo de audições sobre o novo modelo de regulação da Comunicação Social com:

- . O Presidente do Conselho Regulador da ERC – Azeredo Lopes DATA – 16-09-2011 (14:30)
- . O Director de Informação da TVI – José Alberto Carvalho – 16-09-2011 (16:00)
- . O Presidente do Sindicato dos Jornalistas – Alfredo Maia – 16-09-2011 (17:30)

Data	Designação	Local	Tipo
2012-05-08	Audição do Senhor Henrique Bustamante no âmbito do ciclo de debates sobre o Serviço Público de Comunicação Social	Sala 1	Audição
2012-04-10	Serviço Público de Comunicação Social: de Portugal para o Mundo	Sala do Senado	Colóquio
2012-02-28	O Serviço Público de Rádio	Sala do Senado	Colóquio
2012-02-14	Audição do Conselho Regulador da ERC, sobre o serviço público de comunicação social	Sala 5	Audição
2012-01-31	Televisão Digital Terrestre	Sala do Senado	Colóquio
2012-01-17	Grupo de Trabalho para a Definição do Conceito do Serviço Público de Comunicação Social	Sala 5	Audição
2011-12-20	"O Serviço Público de Comunicação Social"	Sala do Senado	Conferência

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação teve uma participação ativa na co-organização do no evento «Voluntariado – O Mundo Chama Por Todos», que teve lugar no dia 6 de dezembro de 2011.

A Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação promoveu, no dia 18 de julho de 2012, um evento comemorativo do Dia Internacional Nelson Mandela, designado «Dia Internacional Nelson Mandela – O Tributo da Assembleia da República».

12.Deslocações/ Representações

A Comissão, através do seu Presidente, de um seu representante ou de uma delegação esteve presente em várias iniciativas, cuja pormenorização da data, local e delegação constam do seguinte quadro:

Data	Assunto	Local
2012-07-11	Visita de trabalho da Comissão às instalações da Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	Av. Marechal Gomes da Costa, 37 - 1849-030 Lisboa
De 2012-04-11 a 2012-04-11	Visita de Trabalho da Comissão à LUSA	Rua Dr. João Couto, Lote C; 1503 - 809 Lisboa
De 2012-03-07 a 2012-03-08	Reunião interparlamentar sobre "Equal Pay for Work of Equal Value".	Bruxelas
De 2012-03-07 a 2012-03-07	Visita de Trabalho da Comissão ao Museu Nacional do Azulejo - Projeto de voluntariado "Devolver ao Olhar"	Rua da Madre de Deus, 4

13.Grupos de Trabalho ([anexo 4](#))

Nesta sessão legislativa foram constituídos os seguintes Grupos de Trabalho:

. Grupo de Trabalho - Registo de Interesses

PSD – Sérgio Azevedo (Coordenador)

PS – João Portugal

CDS-PP – Adolfo Mesquita Nunes

BE – Catarina Martins

PCP – João Oliveira

Produzido o [relatório final sobre a análise do registo de interesses](#), dos deputados e dos membros do governo.

. **Grupo de Trabalho do Plano de Atividades**

. PS – Inês de Medeiros (Coordenadora)

PSD – Odete Silva

CDS-PP – Vera Rodrigues

BE – Catarina Martins

PCP – Bruno Dias

. **Grupo de Trabalho de Audiências**

PSD – Carla Rodrigues (Coordenadora)

PS – João Portugal

CDS-PP – Raúl de Almeida

BE – Catarina Martins

PCP – Bruno Dias

. **Grupo de Trabalho das Petições**

PSD – Odete Silva (Coordenador)

PS – João Portugal

CDS-PP – Margarida Netto

BE – Catarina Martins

PCP – Bruno Dias

. **Grupo de Trabalho do Código da Publicidade**

(projetos de lei n.ºs 193 e 195/XII (1.ª))

PS – Pedro Delgado Alves (Coordenador)

PSD – Paulo Rios de Oliveira

CDS-PP – Adolfo Mesquita Nunes

BE – Catarina Martins

PCP – Bruno Dias

14. Requerimentos dos GP

GP requerente	N.º	Assunto	Data de entrada	Votação
PCP	1	Solicitar audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a suspensão provisória das emissões da RDP Internacional na Onda Curta	21-07-2011	Aprovado
PSD	2	Solicitar a audição do Presidente da ANACOM para prestar esclarecimentos sobre o processo de implementação da Televisão Digital Terrestre	05-08-2011	Aprovado
PSD	3	Solicitar a audição da ERC sobre o novo modelo de regulação da Comunicação Social e o primeiro mandato da ERC	05-08-2011	Aprovado
BE	4	Solicitar a audição de sete jornalistas para prestarem esclarecimentos sobre as condições de exercício da liberdade de imprensa na Madeira	17-08-2011	Rejeitado
PS	5	Solicitar a audição dos Diretores dos Centros Regionais da RTP Madeira e da RTP Açores	01-09-2011	Rejeitado
PS	6	Solicitar a realização de um conjunto de audições de modo a debater as condições do exercício do serviço público de comunicação social em Portugal	07-09-2011	Aprovado
PS	6	Solicitar a audição dos responsáveis pela informação e programação da RTP Açores e Madeira	14-10-2011	Aprovado
PSD	7	Solicitar a audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP para apresentação do Plano de Sustentabilidade Económica e Financeira da RTP	26-10-2011	Aprovado
PS	8	Solicitar a audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre o plano de reestruturação da RTP	31-10-2011	Rejeitado
BE	9	Solicitar a audição da comissão de trabalhadores, do Sindicato dos Jornalistas e do Conselho de Opinião da RTP	02-11-2011	Aprovado
BE	10	Solicitar o plano de reestruturação da RTP, SA	02-11-2011	Aprovado
PS	11	Solicitar o plano de sustentabilidade económica e financeira da RTP	09-11-2011	Aprovado
PS	12	Solicitar a audição de três elementos demissionários do Grupo de Trabalho para a Definição do Serviço Público de Comunicação Social	10-11-2011	Rejeitado
PCP	13	Solicitar a audição do Grupo de Trabalho para a Definição do Serviço Público de Comunicação Social	10-11-2011	Rejeitado
BE	14	Solicitar a audição dos três membros demissionários do Grupo de Trabalho para a Definição do Serviço Público de Comunicação Social	11-11-2011	Rejeitado
PS	15	Solicitar a audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a reestruturação da RTP	03-01-2012	Rejeitado
PCP	16	Solicitar a audição das Comissões de Trabalhadores, dos Conselhos de Redação, dos Diretores de Informação e dos Conselhos de Administração da Agência Lusa e da RTP	12-01-2012	Aprovado (Diretores de Informação e Conselhos de Administração da RTP e Lusa)
PS	17	Solicitar a audição do Conselho de Administração da Lusa	17-01-2012	Aprovado
PS	18	Solicitar a audição do Conselho de Administração da RTP sobre o cancelamento do <i>Euronews</i> em português	23-01-2012	Aprovado
PSD	19	Solicitar a audição do Director-Geral da RTP, Dr. Luís Marinho, sobre a suspensão do programa «Este tempo», transmitido na Antena 1	26-01-2012	Aprovado
PS	20	Solicitar a audição do jornalista da Antena 1 Pedro Rosa Mendes	31-01-2012	Aprovado
PS	21	Solicitar a audição dos Diretores de Informação e Programação da RDP	31-01-2012	Aprovado
PS	22	Solicitar a audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a suspensão do programa «Este tempo» da Antena 1 e a demissão do jornalista Pedro Rosa Mendes	31-01-2012	Rejeitado
BE	23	Solicitar a audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a suspensão do programa «Este tempo» da Antena 1 e a demissão do jornalista Pedro Rosa Mendes	07-02-2012	Rejeitado
PS	24	Solicitar a audição do ex-Diretor Adjunto de informação da RDP sobre a suspensão do programa «Este tempo» da Antena 1 e a demissão do jornalista Pedro Rosa Mendes	16-02-2012	Aprovado
PCP	25	Solicitar a audição da Comissão de Trabalhadores, do Conselho de Redação e da Direção de Informação da LUSA sobre as alterações na organização redatorial da Agência Lusa	28-02-2012	Rejeitado
BE	26	Solicitar a audição do Diretor de Informação da RDP e do Diretor de Informação da RTP sobre a suspensão do programa «Este tempo» da Antena 1 e a demissão do jornalista Pedro Rosa Mendes	29-02-2012	Rejeitado
PS	27	Solicitar a audição do Conselho de Administração da RTP sobre o	07-03-2012	Aprovado

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

		incumprimento de uma obrigação contratual por parte da RTP, SA, e as possíveis consequências que daí possam advir		
PEV	28	Solicitar a audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares e da direção e do Conselho de Redação do jornal <i>Público</i> sobre as alegadas pressões feitas a uma jornalista deste diário	21-05-2012	Rejeitado
PS	29	Solicitar a audição da editoria e da direção do jornal <i>Público</i> sobre o alegado caso das secretas e a pressão política feita pelo Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre os órgãos do referido jornal	22-05-2012	Rejeitado
PS	30	Solicitar a audição da Autoridade da Concorrência para que proceda ao cabal esclarecimento do atual funcionamento e das alterações a que deverá estar sujeita a empresa <i>Jornal da Madeira, Lda.</i>	15-06-2012	Rejeitado
PS	31	Solicitar a audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre o alegado caso das secretas e a pressão política feita pelo sobre os órgãos do referido jornal	22-06-2012	Rejeitado
PCP	32	Solicitar a audição do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre a sua atuação junto do jornal <i>Público</i>	22-06-2012	Rejeitado
BE	33	Solicitar a audição do Conselho Regulador da ERC sobre a recusa do Governo Regional da Madeira em cumprir as deliberações deste órgão	26-06-2012	Rejeitado
BE	34	Solicitar a audição do Conselho Regulador da ERC sobre a atuação do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares junto do jornal <i>Público</i>	26-06-2012	Aprovado
PS	35	Solicitar a audição do Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares sobre o alegado caso das secretas e a pressão política feita pelo Sr. Ministro sobre os órgãos do referido jornal	29-06-2012	Aprovado

ANEXO 1

Data	Agenda	Hora	Tipo
2012-07-13	66 - Extraordinária	09:45	Extraordinária
2012-07-11	3 - Visita	09:45	Visita
2012-07-10	65 - Extraordinária	09:00	Extraordinária
2012-07-04	64 - Extraordinária	Após Sessão Plenária	Extraordinária
2012-07-03	63 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-07-04	64 - Extraordinária	Após Sessão Plenária	Extraordinária
2012-07-03	63 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-06-29	7 - Mesa e Coordenadores	09:30	Mesa e Coordenadores
2012-06-26	62 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-06-19	61 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-06-12	60 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-06-05	59 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-05-29	58 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-05-23	57 - Ordinária	11:30	Ordinária
2012-05-15	56 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-05-08	55 - Ordinária	11:00	Ordinária
2012-05-04	54 - Ordinária	09:30	Ordinária
2012-05-02	53 - Ordinária	11:30	Ordinária
2012-04-19	52 - Extraordinária	09:30	Extraordinária
2012-04-18	51 - Ordinária	10:30	Ordinária
2012-04-11	2 - Visita	10:00	Visita
2012-04-10	50 - Ordinária	16:00	Ordinária
2012-04-04	49 - Ordinária	11:30	Ordinária
2012-04-03	48 - Extraordinária	15:00	Extraordinária
2012-03-28	47 - Extraordinária	11:30	Extraordinária
2012-03-27	46 - Ordinária	15:00	Ordinária
2012-03-20	45 - Ordinária	15:30	Ordinária
2012-03-14	44 - Ordinária	11:30	Ordinária
2012-03-14	6 - Mesa e Coordenadores	11:00	Mesa e Coordenadores

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

2012-03-08	5 - Mesa e Coordenadores	14:30	Mesa e Coordenadores
2012-03-07	1 - Visita	10:30	Visita
2012-03-06	43 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-02-28	42 - Extraordinária	16:30	Extraordinária
2012-02-28	41 - Extraordinária	11:00	Extraordinária
2012-02-23	4 - Mesa e Coordenadores	14:30	Mesa e Coordenadores
2012-02-22	40 - Extraordinária	11:00	Extraordinária
2012-02-21	39 - Ordinária	15:00	Ordinária
2012-02-15	38 - Extraordinária	09:30	Extraordinária
2012-02-14	37 - Ordinária	15:00	Ordinária
2012-02-08	36 - Extraordinária	09:00	Extraordinária
2012-02-07	35 - Ordinária	15:00	Ordinária
2012-02-07	34 - Extraordinária	11:00	Extraordinária
2012-02-01	33 - Ordinária	11:30	Ordinária
2012-01-31	32 - Extraordinária	17:30	Extraordinária
2012-01-24	31 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-01-18	30 - Extraordinária	10:00	Extraordinária
2012-01-17	29 - Ordinária	15:00	Ordinária
2012-01-13	3 - Mesa e Coordenadores	09:30	Mesa e Coordenadores
2012-01-10	28 - Ordinária	17:30	Ordinária
2012-01-04	27 - Ordinária	12:00	Ordinária
2011-12-21	26 - Ordinária	09:00	Ordinária
2011-12-20	25 - Extraordinária	09:45	Extraordinária
2011-12-13	24 - Ordinária	15:00	Ordinária
2011-12-06	23 - Ordinária	12:00	Ordinária
2011-11-29	2 - Presidente e Coordenadores	09:30	Mesa e Coordenadores
2011-11-22	1 – Presidente e Coordenadores	15:30	Mesa e Coordenadores
2011-11-16	22 - Ordinária	15:00	Ordinária
2011-11-16	21 - Extraordinária	10:45	Extraordinária
2011-11-09	20 - Extraordinária	16:00	Extraordinária
2011-11-08	19 - Ordinária	17:30	Ordinária
2011-11-02	18 - Ordinária	17:30	Ordinária

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

2011-10-26	17 - Extraordinária	09:30	Extraordinária
2011-10-25	16 - Ordinária	17:30	Ordinária
2011-10-18	15 - Ordinária	17:00	Ordinária
2011-10-13	14 - Extraordinária	09:00	Extraordinária
2011-10-12	13 - Ordinária	10:30	Ordinária
2011-09-27	12 - Ordinária	16:00	Ordinária
2011-09-20	11 - Ordinária	16:00	Ordinária
2011-09-16	10 - Extraordinária	14:30	Extraordinária
2011-09-14	9 - Ordinária	10:30	Ordinária
2011-09-07	8 - Ordinária	10:30	Ordinária
2011-08-30	7 - Ordinária	09:30	Ordinária
2011-08-24	6 - Ordinária	17:30	Ordinária
2011-08-02	5 - Ordinária	17:30	Ordinária
2011-07-26	4 - Ordinária	17:30	Ordinária
2011-07-19	3 - Ordinária	17:30	Ordinária
2011-07-13	2 - Ordinária	15:00	Ordinária
2011-07-06	1 - Ordinária	15:00	Ordinária

ANEXO 2

Tipo	Núm	Leg.	SL	Título	Estado	Autores	Relatores
Projeto de Lei	265	XII	1	Assume as touradas como espetáculo ilícito e impõe limites à sua emissão televisiva.	Generalidade em Comissão terminada	PEV	—
Projeto de Lei	263	XII	1	Regula a promoção da transparência da propriedade e da gestão das entidades que prosseguem atividades de comunicação social.	Generalidade em Comissão terminada	PS	—
Projeto de Lei	255	XII	1	Obriga à divulgação de toda a cadeia de propriedade dos órgãos de comunicação social.	Generalidade em Comissão terminada	BE	Glória Araújo (PS)
Projeto de Lei	253	XII	1	Canal Parlamento através da Televisão Digital Terrestre.	Especialidade em Comissão terminada	PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV	Francisca Almeida (PSD)
Projeto de Lei	228	XII	1	Regime Jurídico da Partilha de Dados Informáticos.	Aguarda agendamento em Plenário	PCP	Glória Araújo (PS)
Projeto de Lei	219	XII	1	Altera a composição do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S. A., procedendo à alteração do Anexo da Lei n.º 8/2007 de 14 de Fevereiro, que procede à reestruturação da concessionária do serviço público de rádio e televisão	Aguarda agendamento em Plenário	PCP	Maria da Conceição Caldeira (PSD)
Projeto de Lei	195	XII	1	Procede à 13ª alteração ao Código da Publicidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, estabelecendo restrições à publicidade dirigida a menores de determinados produtos alimentares	Especialidade em Comissão	PS	GT do Código de Publicidade
Projeto de Lei	193	XII	1	Altera o Código da Publicidade, no sentido da regulação da publicidade a produtos alimentares dirigida a crianças e jovens.	Especialidade em Comissão	PEV	GT do Código de Publicidade
Projeto de Lei	190	XII	1	Aprova o regime jurídico das Organizações da Sociedade Civil para a Igualdade de Género.	Generalidade em Comissão terminada	PS	—
Projeto de Lei	189	XII	1	Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais	Generalidade em Comissão terminada	BE	Pedro Delgado Alves (PS)
Projeto de Lei	188	XII	1	Proíbe a exibição de espetáculos tauromáquicos na televisão pública e altera a lei da televisão, designando estes espetáculos como susceptíveis de influírem negativamente na formação da personalidade de crianças e adolescentes	Generalidade em Comissão terminada	BE	Margarida Neto (CDS-PP)

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Projeto de Lei	167	XII	1	Estabelece a universalidade do acesso à televisão digital terrestre e o alargamento da oferta televisiva.	Generalidade em Comissão terminada	PCP	Catarina Martins (BE)
Projeto de Lei	135	XII	1	Altera a Lei da Televisão impossibilitando a alienação de canais de televisão de serviço público.	Aguarda agendamento em Plenário	BE	Inês de Medeiros (PS)
Projeto de Lei	115	XII	1	Lei da Transparência Activa da Informação Pública	Generalidade em Comissão terminada	PS	—
Projeto de Lei	114	XII	1	Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	Generalidade em Comissão terminada	PS	—
Projeto de Lei	113	XII	1	Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas	Generalidade em Comissão terminada	PS	—
Projeto de Lei	111	XII	1	Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais	Generalidade em Comissão terminada	PS	—
Projeto de Lei	103	XII	1	Estabelece o princípio da Neutralidade da Rede nas Comunicações Electrónicas.	Aguarda agendamento em Plenário	PCP	Ana Sofia Bettencourt (PSD)
Projeto de Lei	32	XII	1	Altera o Estatuto dos Deputados, aditando novos impedimentos.	Generalidade em Comissão terminada	BE	Sérgio Azevedo (PSD)
Proposta de Lei	31	XII	1	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2012 - 2015,	Generalidade em Comissão terminada	Governo	—
Proposta de Lei	27	XII	1	Aprova o Orçamento do Estado para 2012.	Generalidade em Comissão terminada	Governo	Carla Rodrigues (PSD)

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Tipo	Núm	Leg.	SL	Título	Estado	Autores	Discussão ao abrigo do art.º 128.º do RAR
Projeto de Resolução	365	XII	1	Canal Parlamento através da Televisão Digital Terrestre.	Redação Final	PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE, PEV	Plenário
Projeto de Resolução	348	XII	1	Recomenda a introdução na televisão digital terrestre de todos os serviços de programas que constituem obrigações do serviço público de rádio e televisão	Rejeitado	BE	Plenário
Projeto de Resolução	344	XII	1	Recomenda a inclusão na TDT de todos os canais de serviço público de televisão e o alargamento da sua rede de emissão terrestre.	Rejeitado	PCP	Plenário
Projeto de Resolução	303	XII	1	Recomenda ao Governo a inclusão na Televisão Digital Terrestre de todos os canais de serviço público de rádio e de televisão de âmbito nacional previstos na lei e nos contratos de concessão, assim como a salvaguarda do princípio da orientação para os custos do serviço de transporte e difusão do sinal digital de televisão por via hertziana terrestre.	Rejeitado	PS	Plenário
Projeto de Resolução	251	XII	1	Recomenda a imediata reposição das emissões da RDP Internacional em onda curta.	Rejeitado	BE	Comissão
Projeto de Resolução	238	XII	1	Recomenda ao Governo a abertura dos canais da RTP Madeira e da RTP Açores na Televisão Digital Terrestre em todo o território nacional, visto já estarem disponíveis nas respetivas regiões autónomas.	Rejeitado	PS	Plenário
Projeto de Resolução	222	XII	1	Pela reativação das emissões em Onda Curta da RDP Internacional.	Rejeitado	PCP	Comissão
Projeto de Resolução	174	XII	1	Recomenda auditoria ao fundo de investimento para o cinema e audiovisual.	Rejeitado	BE	Plenário
Projeto de Resolução	171	XII	1	Recomenda o adiamento da interrupção do sinal analógico de televisão, uma oferta televisiva mais alargada e a garantia que a transição para a Televisão Digital Terrestre não será suportada pelos cidadãos.	Resolução da AR	BE	Plenário
Projeto de Resolução	170	XII	1	Recomenda ao Governo que adote as medidas necessárias a garantir que não existam cidadãos excluídos, particularmente por razões económicas, no acesso ao sinal digital de televisão, bem como, que promova, através das entidades competentes, o incremento de ações de informação e de fiscalização sobre o processo de implementação da TDT	Resolução da AR	PSD, CDS-PP	Plenário

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Projeto de Resolução	169	XII	1	Pelo adiamento do processo de desligamento da rede analógica de televisão, pela garantia de acesso da população à TDT e ao serviço público de televisão em todo o território nacional	Rejeitado	PCP	Plenário
Projeto de Resolução	167	XII	1	Recomenda ao Governo que conforme os termos do cláusula 9 do acordo de 20 de outubro de 2008 celebrado entre a ANACOM e a PT, seja dada cobertura universal do sinal digital, seja por TDT seja por satélite, sem custos adicionais para estes utilizadores, e que promova a abertura de mais canais, para uma melhor e maior oferta da TDT tal como está a ser promovida na UE	Resolução da AR	PS	Plenário
Projeto de Resolução	125	XII	1	Designação do Fiscal Único da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social.	Resolução da AR	PSD, PS	Plenário

ANEXO 3

Núm	Leg.	SL	Assunto	Entidades	Data
45-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.	Min. Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; S.E. Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	2012-07-10
44-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, na sequência do requerimento potestativo apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista	Min. Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; S.E. Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	2012-07-10
43-CPECC-XII	XII	1	Audição do Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE	Presidente - Dr. Carlos Magno Castanheira; Vice-Presidente, Prof. Doutor Alberto Arons Braga de Carvalho; Vogal - Dra. Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves; Vogal - Prof. Doutora Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro; Vogal - Dr. Rui Alberto dos Santos Gomes.	2012-07-04
42-CPECC-XII	XII	1	Audição do peticionário da petição n.º 98/XII (1.ª)	Dr. José Ribeiro e Castro	2012-05-16
41-CPECC-XII	XII	1	Audição com o Sr. Professor Enrique Bustamante - no âmbito do ciclo de debates sobre o Serviço Público de Comunicação Social	Prof. Doutor Enrique Bustamante Ramirez	2012-05-08
40-CPECC-XII	XII	1	Audição conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus e com a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, para debater os temas: "Reforçar os direitos das Vítimas; Direito Europeu Comum de Compra e Venda; Proteção de dados; Cidadania e Direitos Fundamentais e Igualdade de Género	Comissária Europeia Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão Europeia e Comissária para a Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania	2012-05-04
39-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA	Zita Maria de Seabra Roseiro; António Ribeiro Cristóvão; José Luís Mendonça Nunes; Diogo Afonso de Belfort Cerqueira Pereira Henriques	2012-04-19
38-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA	Prof. Doutor José Manuel Rebelo Guinote	2012-04-19
37-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA	Prof. Doutor Fernando António Pinheiro Correia	2012-04-19
36-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Opinião da Rádio e	Dr. António Fernando Marques Ribeiro Reis	2012-04-10

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

			Televisão de Portugal, SA		
35-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA	Dra. Maria Estrela Ramos Serrano Caleiro	2012-04-04
34-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares para prestar esclarecimentos sobre o processo de implementação da TDT, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.	Min. Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; S.E. Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	2012-04-03
33-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do artigo 104.º, n.º 2, do Regimento da Assembleia da República.	Min. Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; S.E. Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	2012-04-03
32-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA	Jornalista Diana Andringa	2012-03-27
31-CPECC-XII	XII	1	Audição do Conselho de Administração da RTP, SA, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS, para prestar esclarecimentos sobre o contrato desta empresa com a Euronews e sobre o incumprimento da obrigação da RTP, SA, de apresentação do Plano de Atividades e Investimentos e Orçamento para 2012.	Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. (RTP), Dr. Manuel Guilherme de Oliveira da Costa; Dra. Luiana Nunes; Dr. José Araújo e Silva	2012-03-27
30-CPECC-XII	XII	1	Audição do Director de conteúdos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Luis Marinho, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE	Diretor - Geral de Conteúdos da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Luis Marinho	2012-03-20
29-CPECC-XII	XII	1	Audição do Presidente do Conselho de Administração da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, SA, Dr. Amável Afonso Barata Camões, na sequência dos requerimentos apresentados pelo Grupo Parlamentar do PCP e do PS.	Presidente do Conselho de Administração da Agência Lusa - Dr. Amável Afonso Barata Camões; Secretário-Geral da Agência Lusa - José António Santos	2012-02-28
28-CPECC-XII	XII	1	Audição dos peticionários da petição n.º 58/XII (1.ª)	Presidente da Junta de Freguesia de Segude, Maria Celeste Rodrigues Gonçalves; Presidente da Junta de Freguesia de Podame, João Carlos Marques Caldas; Presidente da Junta de Freguesia de Merufe, Márcio Eduardo Afonso Alves; Presidente da Junta de Freguesia de Barbeita, Isabel Alexandra Lourenço Gonçalves; Presidente da Junta de	2012-02-22

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

				Freguesia de Riba de Mouro, Manuel Joaquim Vasques Branco	
27-CPECC-XII	XII	1	Audição com o Sr. Provedor do Ouvinte da RTP, SA, Mário Figueiredo, na sequência do requerimento oral apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE	Provedor do Ouvinte da RTP, SA, Mário Figueiredo	2012-02-22
26-CPECC-XII	XII	1	Audição com o ex- Director de Informação da RDP, Ricardo Alexandre Encarnação Sousa, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS	ex- Director de Informação da RDP, Ricardo Alexandre Encarnação Sousa	2012-02-21
25-CPECC-XII	XII	1	Audição com o Conselho de Administração da ANACOM, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.	Prof. Doutor José Manuel Amado da Silva -Presidente do Conselho de Administração da ANACOM;Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro, Administrador da ANACOM	2012-02-15
24-CPECC-XII	XII	1	Audição com o Conselho Regulador da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social sobre o serviço público de comunicação social	Presidente - Dr. Carlos Magno Castanheira;Vice-Presidente, Prof. Doutor Alberto Arons Braga de Carvalho;Vogal - Dra.Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves;Vogal - Prof. Doutora Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro;Vogal - Dr. Rui Alberto dos Santos Gomes.	2012-02-14
23-CPECC-XII	XII	1	Audição do Jornalista Pedro Rosa Mendes, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS	Jornalista Pedro Rosa Mendes	2012-02-08
22-CPECC-XII	XII	1	Audição do Director-Geral da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., Luís Marinho, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD	Diretor-Geral da Rádio e Televisão de Portugal, S.A., Luís Marinho	2012-02-07
21-CPECC-XII	XII	1	Audição do ex- Director de Informação da RDP, João Barreiros e Diretor de Programação da RDP, Rui Pêgo, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS	ex-Diretor de Informação da RDP, João Barreiros;Diretor de Programação da RDP, Rui Pêgo	2012-02-07
20-CPECC-XII	XII	1	Audição do Grupo de Trabalho para a Definição do Conceito de Serviço Público de Comunicação Social, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE:	Prof. Doutor João Luís Correia Duque; Prof. Doutor Eduardo Cintra Torres; Prof. Doutor Manuel Villaverde Cabral; Dr. ^a Manuela Franco; Dr. José Manuel Fernandes.	2012-01-17
19-CPECC-XII	XII	1	Audição da Comissão de Trabalhadores da Rádio e Televisão de Portugal, SA para	Jornalistas - Rui Madruga, Camilo Azevedo e José Lopes	2011-12-13

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

			prestar esclarecimentos sobre o Plano de Sustentabilidade Económica e Financeira da RTP, S.A., na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;		
18-CPECC-XII	XII	1	Audição para prestar esclarecimentos sobre o Plano de Sustentabilidade Económica e Financeira da RTP, SA, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE	Presidente do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Dr. Manuel Coelho da Silva	2011-12-13
17-CPECC-XII	XII	1	Audição dos Peticionários da Petição nº 007/XII/1ª	Sr. Luís Mendonça e Sr. Ricardo Lisboa	2011-11-17
16-CPECC-XII	XII	1	Apreciação na especialidade da proposta de lei n.º 27/XII (1.ª) - Orçamento do Estado para 2012	Min. Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; S.E. do Desporto e Juventude; S.E. da Administração Local e Reforma Administrativa; S.E. Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; S.E. dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade	2011-11-16
15-CPECC-XII	XII	1	Audição do Presidente do Conselho de Administração da RTP para apresentação do Plano de Sustentabilidade Económica e Financeira da RTP	Vogal - Dr. António Luís Marinho dos Santos; Vice-Presidente Eng.º José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira	2011-11-09
14-CPECC-XII	XII	1	Prestar esclarecimentos relativos aos Centros Regionais da RTP Madeira e RTP Açores	Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA (RTP), Dr. Manuel Guilherme de Oliveira da Costa; Vogal - Dr. António Luís Marinho dos Santos	2011-10-13
13-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Regulação da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social	Dr.ª Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro	2011-10-12
12-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Regulação da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social	Dr. Alberto Arons Braga de Carvalho	2011-10-12
11-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Regulação da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social	Dr.ª Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves	2011-10-12
10-CPECC-XII	XII	1	Audição dos candidatos ao Conselho de Regulação da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social	Dr. Rui Alberto dos Santos Gomes	2011-10-12
9-CPECC-XII	XII	1	Audição do Conselho Regulador da ERC, para apresentação do	Professora Doutora Maria Estrela Serrano - Vogal; Professor Doutor	2011-10-12

Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

			relatório de actividades e contas - 2010	José Alberto de Azeredo Lopes - Presidente do Conselho Regulador da ERC; Dr. Rui Assis Ferreira - Vogal.; Dr. Elísio Cabral de Oliveira - Vice-Presidente;	
8-CPECC-XII	XII	1	Audição do peticionário da petição n.º 177/XI (2.ª)	Dr. António Garcia Pereira; Dr. Carlos Paisana	2011-09-29
7-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Presidente da ANACOM, Dr. José Amado da Silva, prestar esclarecimentos sobre o processo de implementação da Televisão Digital Terrestre, no âmbito do requerimento do PSD	Presidente do Conselho de Administração da ANACOM; Prof. Doutor Eduardo Cardadeiro, Administrador da ANACOM; Dr.ª Ilda Matos - Assessora	2011-09-20
6-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Dr. Alfredo Maia, sobre o novo modelo de regulação da Comunicação Social e primeiro mandato da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, na sequência do requerimento do PSD	Presidente do Sindicato dos Jornalistas, Dr. Alfredo Maia	2011-09-16
5-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Diretor de Informação da TVI, Dr. José Alberto Carvalho, sobre o novo modelo de regulação da Comunicação Social e primeiro mandato da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, na sequência do requerimento do PSD;	Director de Informação da TVI, Dr. José Alberto Carvalho	2011-09-16
4-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Presidente da ERC sobre o novo modelo de regulação da Comunicação Social e primeiro mandato da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, na sequência do requerimento do PSD	Entidade Reguladora para a Comunicação Social - ERC	2011-09-16
3-CPECC-XII	XII	1	Audição do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, sobre a suspensão provisória, para avaliação, das emissões em Onda Curta da RDP Internacional	Dr.ª Maria Teresa Pignatelli; Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA (RTP), Dr. Manuel Guilherme de Oliveira da Costa	2011-08-30
2-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares sobre a suspensão provisória, para avaliação, das emissões em Onda Curta da RDP Internacional;	Min. Adjunto e dos Assuntos Parlamentares; S.E. Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares	2011-08-30
1-CPECC-XII	XII	1	Audição do Sr. Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República;	Min. Adjunto e dos Assuntos Parlamentares;	2011-08-30

ANEXO 4

GT Registo de Interesses

Realizadas 18 reuniões

Data	Agenda	Hora	Tipo	Local
2012-04-04	<u>18</u>	12:30	Ordinária	sala 11
2011-12-15	<u>17</u>	14:15	Ordinária	sala 3
2011-11-16	<u>16</u>	14:30	Ordinária	
2011-10-06	<u>15</u>	14:15	Ordinária	sala 11
2011-09-29	<u>14</u>	14:00	Ordinária	sala 11
2011-09-14	<u>10</u>	14:00	Ordinária	sala 11
2011-09-07	<u>9</u>	14:00	Ordinária	sala 11
2011-09-01	<u>8</u>	14:00	Ordinária	
2011-08-25	<u>7</u>	15:00	Ordinária	sala 11
2011-08-23	<u>6</u>	14:15	Ordinária	
2011-08-04	<u>5</u>	14:00	Ordinária	sala 11
2011-08-02	<u>4</u>	14:00	Ordinária	sala 2
2011-07-28	<u>3</u>	14:30	Ordinária	sala 11
2011-07-26	<u>2</u>	15:00	Ordinária	sala 11
2011-07-21	<u>1</u>	14:30	Ordinária	sala 11

GT Plano de Atividades

Realizada 1 reunião

Data	Agenda	Hora	Tipo	Local
2011-08-04	<u>1</u>	16:00	Ordinária	sala 4

GT Audiências

Realizada 1 reunião e 1 audiência

Data	Agenda	Hora	Tipo	Local
2011-09-29	<u>1</u>	14:15	Ordinária	sala 5

Audiências

Núm	Leg.	SL	Assunto	Entidades	Estado	Data
1-GT-AUD-12XII	XII	1	Preocupação relativa à pirataria informática	Dr. Nuno Pereira, Presidente da ACAPOR - Associação do Comércio Audiovisual de Obras Culturais e de Entretenimento de Portugal; Fernanda Ramalho	Concedida	2011-09-29

GT Petições

Realizadas 3 reuniões

Data	Agenda	Hora	Tipo	Local
2012-06-21	<u>3</u>	14:30	Ordinária	sala 3
2012-01-20	<u>2</u>	Após Sessão Plenária	Ordinária	sala 3
2011-10-20	<u>1</u>	14:00	Ordinária	sala 2

GT Código da Publicidade

Realizadas 2 reuniões

Data	Agenda	Hora	Tipo	Local
2012-07-04	<u>2</u>	14:30	Ordinária	sala 10
2012-06-27	<u>1</u>	14:00	Ordinária	sala 10



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

INDICE

1. Introdução
2. Reuniões
3. Organização Interna
4. Audições
5. Eventos



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

1. Introdução

O presente Relatório de Atividades diz respeito à atividade desenvolvida pela Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAPF), durante a primeira sessão legislativa, da XII Legislatura, iniciada a 21 de junho de 2011.

As atividades levadas a cabo pela Comissão enquadram-se, no cumprimento do respetivo, aprovado, [Plano de Atividades](#) por unanimidade, na reunião ordinária do dia 26 de julho de 2011, que aponta para o acompanhamento da implementação das medidas e do cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal.

Este programa possui uma significativa abrangência na qual se inserem três áreas prioritárias que, por tal razão serão objeto de uma particular atenção desta Comissão, não só no âmbito do cumprimento das medidas como também no alcance dos objetivos. Estas três áreas serão as que se prendem com o sistema financeiro, o equilíbrio das finanças públicas e as medidas destinadas a apoiar a recuperação económica.

2. Reuniões

No âmbito dos trabalhos da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAPF), foram realizadas trinta e duas (32) reuniões, sendo que onze (11) foram da Mesa e Coordenadores e vinte e uma (21) reuniões ordinárias ([Anexo 1](#)).

Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

2.1 – Reuniões da Comissão

Mês	Dia	Total
Julho/2011	6, 13, 19 e 26	4
Agosto	23	1
Setembro	20	1
Outubro	18	1
Novembro	15, 23	2
Dezembro	20	1
Janeiro	24, 31	2
Fevereiro	1, 7, 21 e 28	4
Março	14	1
Abril	13	1
Maio	24	1
Junho	12 e 19	2
TOTAL		21

2.2 – Reuniões da Mesa e Coordenadores

Mês	Dia	Total
Julho	14	1
Setembro	14	1
Novembro	9	1
Janeiro	24	1
Fevereiro	16	1
Março	15	1
Abril	10, 13, 19 e 27	4
Maio	3	1
TOTAL		11

3. Organização Interna

A Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAPF) foi criada, com a aprovação pelo Plenário, do Projeto de Resolução N.º 6/XII/1ª, da iniciativa do PSD e CDS-PP, que obteve os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, BE e PEV e a abstenção do PCP.



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

Foi, assim publicado, no DAR, II Série-A – Número 6, de 5 de julho de 2011, a Resolução que constituiu a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, com o objetivo de acompanhar a implementação das medidas e o cumprimento dos objetivos definidos no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal, a qual funcionará durante a vigência do programa de assistência financeira.

A CEAMPAPF tomou posse no dia seis de Julho de 2011, em reunião, inicialmente presidida pela Senhora Presidente da Assembleia da República, durante a qual se procedeu à eleição do Presidente e da mesa.

Foram eleitos, por unanimidade, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado Vieira da Silva (PS) e, como Vice-Presidentes, o Senhor Deputado Miguel Frasquilho (PSD) e o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP).

A CEAMPAPF é constituída por 21 Deputados efetivos (e igual número de suplentes), repartidos da seguinte forma: 10 Deputados do PSD, 7 Deputados do PS, 2 Deputados do CDS-PP, 1 Deputado do PCP e 1 Deputado do BE ([Composição da Comissão](#)).

O [Regulamento](#) da Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (ANEXO II) foi aprovado, por unanimidade, na reunião ordinária realizada em 26 de julho de 2011.

Foram designados Deputados Coordenadores dos grupos parlamentares, os seguintes Senhores Deputados: Pedro Pinto (PSD), Pedro Marques (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e João Semedo (BE).

Durante a primeira sessão legislativa, na CEAMPAPF, não foram constituídas subcomissões ou grupos de trabalho.

Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

4. Audições

Durante a 1ª sessão Legislativa, a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal realizou um conjunto de dezasseis (16) audições, previstas no respetivo Plano de Atividades.

4.1 - Com o objetivo de recolher contributos e na análise de matérias relativas ao sistema financeiro e ao financiamento da economia, realizaram-se as seguintes duas (2) audições:

- Governador do Banco de Portugal
- Presidente da Associação Portuguesa de Bancos

4.2 - No campo de incentivos ao desenvolvimento da economia, e no sentido de se recolherem contributos e na análise de matérias relativas às reformas estruturais, foram também ouvidos, durante a realização de seis (6) audições, os representantes dos Parceiros Sociais, a saber:

- Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal - CAP
- Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP)
- Secretário-Geral da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional – CGTP-IN
- Presidente da Confederação Empresarial de Portugal - CIP
- Presidente da Confederação do Turismo Português - CTP
- Secretário-Geral da União Geral de Trabalhadores - UGT

4.3 - A Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, realizou três (3) reuniões, a 15 de novembro de 2011, a 21 de fevereiro de 2012 e, a 24 de maio de 2012, com os representantes do Comissão Europeu (CE), do Banco Central Europeu (BCE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), conforme previsto no Plano de Atividades, que coincidiram com os momentos das avaliações trimestrais de análise do cumprimento do Programa de Assistência Financeira a Portugal, feitas por técnicos daquelas



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

instituições, e que geraram as atualizações ao Memorando de Entendimento, assinado em 17 de maio de 2011, com o acordo do Estado Português e aquelas três entidades.

4.4 - A Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal realizou cinco (5) audições com o Senhor Ministro de Estado e das Finanças e com o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Primeiro Ministro, tendo a primeira sido unicamente com o Senhor Secretário de Estado, nas seguintes datas: 23 de agosto de 2011, 23 de Novembro de 2011, 20 de dezembro de 2011, 14 de março de 2012, e 12 de junho de 2012, sendo que estas audições permitiam conhecer os resultados das avaliações realizadas, com a indicação dos objetivos alcançados e a previsão das linhas orientadoras das atualizações do memorando de entendimento, num momento prévio ao da correspondente assinatura.

5. Eventos

A Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, durante o dia 19 de junho de 2012, na sala do senado, realizou um seminário, aberto ao público, subordinado ao tema [“Um Ano de Programa de Assistência Financeira – Balanço e Perspetivas”](#).

Este seminário centrou-se no desenvolvimento do Programa de Assistência Financeira no seu impacto ao nível nacional, bem como no enquadramento Europeu e Internacional que o influencia, visando promover o debate e a troca de ideias e conhecimentos bem como a análise do programa de assistência financeira no quadro da crise das dívidas soberanas e da evolução do euro, a concretização deste mesmo programa e o respetivo impacto na economia portuguesa.

Para esse efeito a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal convidou oito oradores externos, nomeadamente, Elisa



Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal

Ferreira, Medina Carreira, Miguel Cadilhe, Carvalho da Silva, Braga de Macedo, Eugénio Rosa, Pedro Lains e Lobo Xavier.

Este seminário, no último painel contou ainda com as intervenções de um representante de cada um dos grupos parlamentares, nomeadamente os Senhores Deputados Pedro Filipe Soares (BE), Miguel Tiago (PCP), Teresa Anjinho (CDS-PP), Basílio Horta (PS) e Miguel Frasquilho (PSD).

Importa referir terem estado presentes, neste seminário, para além dos Senhores Deputados, representantes de centros e núcleos de investigação, que estudam matérias relacionadas com as temáticas em debate, provenientes de diversas universidades portuguesas, representantes de entidades reguladoras nacionais, dos parceiros sociais, da Direcção Geral do Tribunal de Contas, da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, do Conselho Económico e Social, da Associação Portuguesa de Bancos, do Conselho de Administração das Mutualidades Portuguesas, de banca nacional, entre outros.

O contributo de todos os oradores intervenientes no seminário, valorizou o conteúdo, permitiu a diversidade de perspetivas e concorreu para enriquecer o debate sobre o programa de assistência financeira a Portugal nas várias vertentes em que este se insere, não só nas opções de política nacional como na interdependência relativa ao futuro da união europeia, confirmando a expectativa criada, no espírito da democracia e liberdade que deve nortear a ação da Assembleia da República.

Foi solicitada, e estará disponível a partir do mês de Outubro de 2012, a transcrição do seminário em referência.

Palácio de São Bento, 17 de Julho de 2012.

O Presidente

(Vieira da Silva)